



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC - SP

Robson Santiago da Silva

**Lideranças Estatais, uma História da Integração Regional: Brasil e
Venezuela 2003-2010**

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO – SP

2021



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC - SP

Robson Santiago da Silva

**Lideranças Estatais, uma História da Integração Regional: Brasil e
Venezuela 2003-2010**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social, sob orientação do Professor Doutor Luiz Antonio Dias.

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

MESTRADO EM HISTÓRIA

São Paulo – SP

2021

Banca Examinadora

*“A história da América, dos incas para cá,
há de ser ensinada em detalhe, ainda que não se ensine
a dos arcontes da Grécia. Nossa Grécia é preferível
à Grécia que não é nossa”.*
(José Martí, Nossa América)

*“A chuva que irriga os centros do poder imperialista
afoga os vastos subúrbios do sistema.
Do mesmo modo, e simetricamente,
o bem-estar de nossas classes
dominantes – dominantes para dentro,
dominadas de fora –
é a maldição de nossas multidões, condenadas
a uma vida de bestas de carga”.*
(Eduardo Galeano, As veias abertas da América Latina)

Conforme Portaria nº 206, de 04/09/2018- MEC:

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Finance Code 001”.

Dedicatória

Dedico a todos aqueles que lutaram e aos que, de alguma forma, ainda hoje,
lutam contra qualquer forma de injustiça e opressão, e sonham com uma
América Latina unida e soberana.

Agradecimentos

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e à Fundação São Paulo pela bolsa concedida, sem a qual este trabalho seria impossível.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e ao seu programa de Pós Graduação em História (P.E.P.G. em História Social)

Em especial, ao meu orientador, Luiz Antonio Dias, ao qual serei eternamente grato e honrado por aceitar me orientar nessa empreitada, pois, a partir do momento que conheceu este projeto, disponibilizou-se a assumir a orientação, acreditou que ele pudesse ser realizado e, principalmente, ofertou-me sua disponibilidade, sua fundamental colaboração ao transmitir seu saber, apontou caminhos, críticas e soluções de dúvidas e problemas que surgiam ao longo de todo este processo, permeado pela solidão de uma jornada de pesquisa, mas que pude contar indubitavelmente com seu apoio, sua atenção, amabilidade e incentivo.

Também, aos docentes desta instituição que, sempre solícitos, tornaram-se imprescindíveis para o desenvolvimento de todo o estudo realizado.

Estendo, também, à Banca Examinadora desta pesquisa que foi composta pela Prof. Dra. Vera Lúcia Vieira e pelo Prof. Dr. Gilberto Maringoni, que, por meio das importantes observações, ponderações e sugestões, já na Banca de Qualificação, alicerçaram o caminho para a finalização deste trabalho.

À minha família, orgulho da firmeza e dignidade dos meus avós, da minha tia e, especialmente, da minha mãe, exemplo da realidade da mulher latino-americana, lutadora às vistas com três filhos e todas as dificuldades para encaminhá-los, papel cumprido pelo exemplo de pais que meus irmãos se tornaram. Ao meu pai (*in memoriam*), a quem devo minhas primeiras percepções

e gosto pela educação e o entendimento de que é possível batalhar para alterar uma realidade cujo destino podemos reescrever.

À minha esposa Janaina, pela firmeza de posicionamento e grandeza intelectual, e que esteve presente e exerceu um papel importante no meu processo de criação, além da família que formamos junto de nossa filha Isabela, inspiradora de todas as coisas boas em nossas vidas.

À Cintia, minha cunhada, que com sua garra, orientação e generosidade foi muito importante para esta realização.

Aos diversos amigos e amigas, que tanto contribuíram e que, das mais variadas formas, vivências, buscas e aspirações de justiça se arrebiam contra o que é desigual, desumano, excludente e, assim, aprenderam e também me ensinaram, parafraseando Chê, a se indignar contra qualquer injustiça no mundo. Portanto, sem sombra de dúvidas, também, são elementos constitutivos deste sonho que não se sonha só.

Ao Sr. José Paes, pelo exemplo de vida que sempre carregarei comigo.

Por fim, agradeço, ainda, a todas e todos que de alguma forma doaram um pouco de si e, portanto, fundamentais companheiros dessa jornada.

SILVA, Robson Santiago da. **Lideranças Estatais, uma História da Integração Regional: Brasil e Venezuela 2003-2010**. Dissertação (mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2021.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo buscar compreender as agendas das políticas externas do Brasil e Venezuela, relacionadas à integração regional e às respectivas propostas de inserção internacional referentes ao período que vai de 2003 a 2010, que abrange os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e a maior parte dos mandatos do presidente Hugo Rafael Chávez Frias (1999-2012). A ascensão dos dois presidentes na América do Sul, bem como das demais lideranças da região neste período, seria vista, por parte de analistas sociais, como uma nova onda de presidentes ligados à esquerda do espectro político. Portanto, uma resposta aos efeitos do processo neoliberal vivido nos anos 1990. Diante desse quadro, aventa-se a hipótese de que Brasil e Venezuela redimensionaram as ações estatais e foram determinantes para se pensar em construir um processo assentado em uma nova perspectiva que levasse em consideração aspectos sociais internos e as assimetrias entre as nações, deixando de considerar apenas elementos comerciais tradicionais referentes à integração regional. A metodologia para tal estudo se baseou na análise de documentos históricos, sendo constituídos, como documentação para a pesquisa 15 discursos do presidente Lula e seis do presidente Chávez, proferidos nas reuniões de cúpulas de Chefes de Estado do Mercosul no período destacado, em que discorreram sobre o tema da integração regional. Ademais, compôs o corpus documental, os discursos de posse dos respectivos presidentes. O trabalho, então, procurou analisar os momentos nos quais se discutiu a integração regional no subcontinente, retomando o histórico desta temática a partir dos apontamentos da CEPAL, criada em 1949, até as experiências dos anos 1990; para, em seguida, analisar a inflexão das políticas externas de Lula e Chávez. Foram fundamentais as ações de tais lideranças para se ensaiar um processo de integração com uma nova agenda de política externa e inserção internacional com base na cooperação e reafirmação da ideia de soberania para as nações latino-americanas.

Palavras-chave: América do Sul, Integração regional, Política Externa, Venezuela, Brasil.

SILVA, Robson Santiago da. **State's Leaderships, a History of Regional Integration: Brazil and Venezuela 2003-2010.** Dissertation (Master's degree in History). Pontifícia Universidade Católica of São Paulo. São Paulo, 2020.

ABSTRACT

This research intends to comprehend the foreign policy's political agenda from Brazil and Venezuela, related to the regional integration and to their respective proposals of international insertion during the period between 2003 and 2010, that covers the two presidential terms of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), and large part of Hugo Rafael Chávez Frias' (1999-2012) presidential terms. The rising of the two presidents in South America, as long as other region's leaders in this period, would be seen by the social analysts as a new wave of presidents connected to the left of the political spectrum. Therefore, it was an answer to the effects of the neoliberal process during the nineties. Given that background, there's a hypothesis that Brazil and Venezuela have resized the state actions and they were decisive to think of building a process based on a new perspective that would consider internal social aspects and the discrepancies between the nations, and not considering the traditional trading elements to the regional integration only. The methodology for such study was based on the analysis of historical documents, consisting of 15 speeches by President Lula and 6 by President Chávez, given at the summit meetings of Heads of State of Mercosur during the highlighted period, as documentation for the research on the topic of regional integration. Furthermore, the opening speeches of both presidents composed the documental corpus. This research, then, intends to analyse the moments when has been discussed the regional integration in the subcontinent, restoring this historical issue from CEPAL's observations, created in 1949, until the 1990's experiences; and next, it analyses the foreign policies' inflection of Lula and Chavez. The actions of these leaderships were fundamental to rehearse a process of integration with a new foreign policy agenda and international insertion based on cooperation and reassurance of the idea of sovereignty to the Latin-American nations.

Keywords: South America, Regional Integration, Foreign Policy, Venezuela, Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estrutura analítica dessa pesquisa baseada no modelo proposto por Lene Hansen	80
Gráfico 2 – Relações comerciais Brasil - China	136
Gráfico 3 – Relações comerciais Brasil – EUA.....	137
Gráfico 4 – Relações comerciais Mercosul - China.....	137
Gráfico 5 – Venezuela - Exportações de Petróleo.....	165
Gráfico 6 – Reservas de óleo x produção 1890 - 2015	166
Gráfico 7 - Evolução histórica e projeção do preço internacional do Brent	200
Gráfico 8 - Produto Interno Bruto (PIB) Venezuela 1998 – 2014.....	208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do intercâmbio entre os países da ALALC.....	46
Tabela 2 – Importações brasileiras do Mercosul	114

LISTA DE ABREVIATURAS

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAN – Comunidade Andina de Nações

CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações

CDS – Conselho de Defesa do Sul

CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CEPAL – Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe

FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul

IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PARLASUL – Parlamento do Mercosul

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PICE – Programa de Integração e Cooperação Econômica

PND – Programa Nacional de Desestatização

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

TEC – Tarifa Externa Comum

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

Introdução: História da integração na América Latina

.....	1
4	

Capítulo 1 – A Integração Regional, da CEPAL até os anos 1990 27

1.1 – A América Latina e seus desafios históricos	
.....	2
7	

1.1.1 - O pensamento latino-americano sobre desenvolvimento e as experiências de integração	
.....	3
2	

1.2 – Primeira experiência de Integração regional no âmbito da Cepal: A ALALC e suas consequências	
.....	4
2	

1.3 – A experiência da ALADI	
.....	4
8	

1.4 – O Acordo de Cartagena – O Pacto Andino	
.....	5
0	

1.5 – Teoria da Dependência – A crítica à Cepal	
.....	5
2	

1.6 – Teoria Marxista da Dependência	
.....	5
5	

1.7 – O MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)	
--	--

.....	6
3	
1.8 – O “Regionalismo Aberto” no contexto do Neoliberalismo	6
6	

Capítulo 2 - A política externa do Governo Lula: a proposta de inserção internacional a partir do Mercosul, presentes nos discursos como objeto de análise

2.1 – Sobre o uso dos Discursos Políticos	7
4	
2.2 - A política externa e as propostas de inserção internacional presentes nos discursos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva	8
2	
2.3 – Os discursos no âmbito das Reuniões de Cúpula do Mercosul	9
5	
2.4 – Os discursos no âmbito das Reuniões de Cúpula do Mercosul durante o segundo mandato do Presidente Lula da Silva	122

Capítulo 3 - A política externa do Governo Chávez - A integração regional presente nos discursos presidenciais como objeto de análise

.....	14
8	
3.1 - As bases filosóficas	148
3.2 - A chegada de Hugo Chávez ao poder, a nova inflexão na política interna e externa venezuelana	152
3.3 - Os discursos no âmbito das Reuniões de Cúpulas Presidenciais do Mercosul a partir de 2004.....	167

Considerações finais

219

Referências

Bibliográficas

..... 22

7

Introdução

História da integração na América Latina

A presente proposta de pesquisa discorre sobre a história recente da América Latina, baseada na temática da política de inserção Estatal no panorama internacional levada a cabo pelos países Brasil e Venezuela, no período de 2003 a 2010, correspondente aos mandatos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Hugo Rafael Chávez Frias (Venezuela). Dois dos Estados líderes desse processo que buscaram reorientar suas políticas públicas e externas para um novo tipo de integração no subcontinente latino-americano¹,

¹ Conforme Moniz Bandeira, o “conceito de América Latina, integrando o México e demais países da América Central, foi usado pela primeira vez pelo intelectual e político chileno Francisco Bilbao Barquín (1823-1865), em conferencia pronunciada em Paris em 24 de junho de 1856. Alguns meses depois, em 2 de setembro do mesmo ano, o escritor e diplomata colombiano José María Torres Caicedo (1830-1889), em um poema intitulado “*Las dos Américas*”, referiu-se a “*la raza de la América latina, al frente tiene la sajona raza, enemiga mortal que ya amenaza, su libertad destruir y su pendón*”, e acrescentou que “*la América del Sur está llamada a defender la libertad genuina, la nueva idea, la moral divina, la santa ley de amor y caridad*”, pois “*el mundo yace entre tinieblas hondas:— en Europa domina el despotismo, de América en el Norte, el egoísmo, sed de oro e hipócrita piedad*”. Posteriormente, em 1861, Torres Caicedo lançou as “*Bases para la formación de una Liga LatinoAmericana*”. E, no mesmo ano, em artigo publicado pela *Revue des Races Latines*, L. M. Tisserand denominou como *l’Amérique Latine* o que até se conhecia, na Europa, como *Nouveau Monde* ou *Amérique du Sud* ou *républiques hispanoaméricaines*. O abade Emmanuel Domenech (1825-1903), autor de *Journal d’un Missionnaire au Texas et au Mexique 1846-1852*, consolidou o conceito de América Latina, como “*le Mexique, l’Amérique Centrale et l’Amérique du Sud*”. O conceito de América Latina, desenvolvido para demonstrar as diferenças, contrastes e mesmo antagonismos com a América do Norte, tal como Chevalier e Tisserand expressaram e difundiram, passou a integrar o pan-latinismo, ideal que encapava as pretensões imperialistas da França, sob o reinado de Louis Bonaparte (Napoleão III) e foi manipulado para legitimar a intervenção da França no México (janeiro 1862 – março 1867), onde fora entronizado o arquiduque Ferdinand Maximilian, irmão do imperador da Áustria. O propósito de Napoleão III era construir um Império Latino, em oposição à Grã-Bretanha, e necessitava estabelecer um elo de identidade com a Ibero-América de forma a legitimar sua pretensão. Mas aí o conceito de América Latina, integrando o pan-latinismo conforme divulgado por Chevalier, então conselheiro de Estado de Napoleão III, e Tisserand, já se distanciava da formulação de Torres Caicedo, que lhe dera um caráter defensivo frente à expansão dos Estados Unidos, e de Francisco Bilbao, em cuja obra *La América en Peligro*, de 1862, não somente denunciou o despotismo europeu e sua política de expansão como proclamou a necessidade de defender o México contra a França” (BANDEIRA, 2009, p. 107, grifos do autor).

“(…) No entanto, para grande parte dos intelectuais dos países de língua latina o Brasil também era ignorado como parte da América Latina. Situação que somente começa a se alterar a partir do posicionamento do argentino Manuel Baldomero Ugarte que defendeu a inclusão do Brasil na América Latina em seus escritos em 1910/18 no artigo intitulado “El porvenir de América Latina: La raza, la integridad territorial y moral, la organización interior”. Contudo, é somente a partir da década de 90 do século XIX, quando o termo norte-americano “Latin América” é cunhado que América Latina e principalmente o Brasil passam a ter um tratamento recíproco, especialmente no que tange ao comércio. Este estágio de homogeneização da América Latina que começa a ser concretizado leva a terminologia ser a expressão mais utilizada, especialmente pelos falantes

em oposição às propostas neoliberais e da chamada 'Estratégia de Segurança Nacional' dos Estados Unidos nas décadas de 1980 e 1990, que teria, como ápice, a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)².

A análise objetiva, especificamente, observar em que medida as novas diretrizes dos governos em questão foram colocadas em prática (o que é chamada de "pós-liberal"³, discutida a validade do termo por diversos autores, porém estacada por Veiga e Rios) contra os efeitos do processo de um "regionalismo aberto"⁴, posto em prática nas décadas de 1980 e 1990, a partir dos discursos (a serem utilizados então como fontes) que proferiram sobre a integração regional.

Somando-se a natureza deste trabalho, relacionada às políticas externas, que tradicionalmente são feitas pelo corpo diplomático do país, tendo o Itamaraty⁵, no caso do Brasil, e o *Ministerio del Poder Popular para las*

de língua inglesa ao se referir aos habitantes das ex-colônias de Espanha e Portugal no Novo Mundo (SOUZA, 2011, p.33).

² Em 1995, a administração Clinton lançou uma nova estratégia, cujo eixo central estava consubstanciado na reafirmação do controle político, econômico e militar no continente ao definir que: *"La región, bajo al liderazgo estadounidense, debía avanzar hacia la creación del ALCA, expandir la democracia [representativa], instrumentar una estrecha cooperación regional en la lucha contra el narcotráfico, el control civil en los asuntos de la defensa y la reestructuración del Sistema Interamericano, en particular de la OEA"* (ENRIQUE; SANTAMARÍA, 2016, grifos do autor, p. 176).

³ Herdeiros dos resultados das Políticas liberais de integração ("Regionalismo Aberto" – conceito marcado pela abertura das economias nacionais nas décadas de 1980 e 1990), buscaram redefinir essas políticas a partir de um novo pressuposto, o "Regionalismo Pós-Liberal" (Veiga, Rios, 2007), que era o de poder estabelecer um processo que levasse a uma menor dependência e incluísse novas estratégias de inserção internacional menos submissas.

⁴ De acordo com Corazza, a definição de "regionalismo aberto" dado pela Cepal vem a ser como "(...) um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente" (CORAZZA, 2006, p.145).

⁵ No Brasil, a preocupação com a profissionalização do corpo diplomático tem início com o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912. Durante os dez anos em que esteve à frente da diplomacia brasileira, Rio Branco procurou desfazer a prática, vigente, principalmente, durante o Segundo Império, de compor o Ministério das Relações Exteriores a partir de quesitos, muitas vezes, incompatíveis com as qualidades que os planejadores e executores da política externa precisam ter (...). Neste sentido, o Barão pode ser considerado um "divisor de águas" na diplomacia brasileira. Suas posturas geraram, ao longo do século XX, uma preocupação com a formação dos diplomatas e fez com que o Itamaraty construísse uma tradição de competência e profissionalismo no tratamento das questões internacionais. Entretanto, se o Itamaraty identificou-se (e se identifica ainda hoje) pelo alto nível de seu corpo profissional e por sua competência no trato das questões internacionais, por outro lado, tais características fizeram com que, ao longo de todo o século XX, o Ministério construísse uma considerável independência com relação aos poderes executivo e legislativo e mantivesse um

Relaciones Exteriores (MPPRE) da Venezuela -, sublinha-se que os respectivos presidentes, em suas ações, pautaram-se pela chamada “Diplomacia Presidencial”, integrada à Diplomacia tradicional, pois há, nos discursos presidenciais, um elemento fomentador de política externa,

[...] não apenas a diplomacia presidencial passou a ocupar grande parte do debate e da informação sobre política externa, mas o próprio enfoque da política externa em geral passou a ser fortemente marcado pelo prisma da diplomacia presidencial, que começou a organizar a ação diplomática, como vetor e elemento que lhe dá coesão e sentido. (DANESE. 1999, pp. 25-26).

Dessa forma, Danese define a diplomacia presidencial (que, segundo o autor, pode ser chamada também de diplomacia de cúpula, de chefes de estado, de governo ou de mandatários) como “a condução pessoal de assuntos, fora da mera rotina ou das atribuições ex officio, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo” (DANESE, 1999, p.51).

Sua distinção de atuação – da diplomacia tradicional para a diplomacia presidencial –, que paulatinamente ganhou um maior protagonismo e que, portanto, deixou de estar circunscrita apenas ao corpo diplomático do país, consiste também no fato das

expectativas que cria, à capacidade dos mandatários de alavancar ou não itens da agenda, à pressão política que eles são capazes de gerar com sua atuação e à autoridade e visibilidade que emprestam aos atos de que participam ou que referendam com a sua presença (DANESE, 1999, p.70).

Ao fazer um balanço do surgimento da diplomacia presidencial e o contexto na qual ela se insere, Nuñez argumenta que:

distanciamento quase absoluto com relação à sociedade civil (...) A redemocratização do Brasil nos anos 1980, a consequente reorganização da sociedade civil e inserção internacional do país a partir dos anos 1990 (...) e a intenção brasileira de participar mais ativamente das Organizações e Fóruns Mundiais, têm ocasionado mudanças importantes no interior do Ministério. (BARNABÉ, 2010, p. 39).

Na década de oitenta se inicia na América um processo que caracteriza uma nova tipologia de relações internacionais: a diplomacia presidencial. Na década de noventa, a diplomacia presidencial cobra novas forças constituindo-se num eixo constante e permanente da expressão da vontade integracionista (NUÑES, 1997, p.133).

Desse modo, Barnabé sustenta que, devido à diminuição do papel executado tradicionalmente pelo Itamaraty no governo de Fernando Henrique Cardoso, e ao maior envolvimento do presidente na agenda da política externa, tem-se efetivamente a prática da diplomacia presidencial sendo de fato aplicada no Brasil. Porém foi justamente no governo de seu sucessor, o presidente Lula, que foi ampliada com intenso “ativismo diplomático” e definida pelo seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, como “Ativa e ativa” (BARNABÉ, 2010, p. 42).

Cabe salientar que apesar das ações dos presidentes Lula e Chávez no cenário político internacional, não abdicaram da Diplomacia tradicional, e mantiveram a importância de atuação de seus Ministérios das Relações Exteriores.

As fontes históricas que aqui são utilizadas foram constituídas a partir da seleção dos Discursos Políticos pronunciados nas Cúpulas de Chefes de Estado no Mercosul, pelos presidentes Lula e Chávez, salientando a temática da integração regional abordada por eles.

Para a realização do método utilizado para a análise das fontes, busca-se o apoio da Escola Francesa da Análise do Discurso, com base em autores como Michel Foucault, Eni Puccinelli, Orlandi e Michel Pêcheux. O trabalho, porém, analisará os discursos enquanto documentos históricos, cuja base teórica para assim classificá-los teve a contribuição da Escola dos Annales que, ao ampliar a possibilidade de estudos, ampliou também a perspectiva do que poderia ser classificado como fonte. E assim, expandindo a noção do que pode ser considerado documento histórico, desde que este, constituído pelo historiador, leve em consideração as circunstâncias e as conjunturas de sua elaboração.

Como destaca Albuquerque Jr, ao trazer a discussão impetrada por Le Goff e Foucault, “ao debaterem com outros pesquisadores sobre essa problemática, ampliaram suas interrogações e estudos relacionados a esse tipo de documentação àquilo através do qual se interroga como foi o passado, para ser interrogado quanto a sua própria produção” (ALBUQUERQUE JR, 2009, p.234).

Desta maneira, Albuquerque Jr. chama a atenção para que:

Ao tomarmos um discurso ou um pronunciamento como fonte para nosso trabalho não devemos perguntar apenas o que diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas, sociais. Aprendemos com Foucault que todo *discurso* pertence a uma dada ordem discursiva que deve ser analisada, isto é, todo discurso segue regras cultural e historicamente estabelecidas, obedece a modelos, está implicado em dadas relações sociais e de poder que o incitam a dizer algumas coisas e o proíbem ou limitam de dizer outras (ALBUQUERQUE JR, 2009, p.235).

A composição das fontes para a realização deste trabalho contou com 15 discursos do presidente Lula⁶, e seis do presidente Chávez⁷, proferidos nas reuniões de Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, referentes aos anos de 2003 a 2010, nos quais trataram da temática de integração regional em um espaço de tomada de decisões capazes de direcionar e impactar a política do subcontinente latino-americano. Cabe salientar que há menos discursos do presidente Chávez analisados no trabalho, pois sua efetiva participação, no âmbito dessas reuniões, ocorreu a partir de 2004, com a aprovação da Venezuela como membro associado do Mercosul, destacando então algumas de suas intervenções e que, mesmo com algumas ausências, contempla uma sistematização para o período cronológico estudado. Compôs-se, também, o

⁶ Acessados na Biblioteca Da Presidência Da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>>. Acessado em: 17 de abril de 2018.

⁷ Acessados em Ministério do Poder Popular para a comunicação e a informação do Governo Venezuelano. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/alocuciones/4/194919/xxviii_cumbre_del.html>. Acessado em: 17 de abril de 2018 e em < <http://www.todochavez.gob.ve/>> Acessado em: 18, 19, 20 e 21 de abril de 2018.

corpus documental com os discursos de posse de ambos os presidentes, escolha justificada por tratarem da temática de integração desde o início de seus pronunciamentos oficiais.

Outra ampla possibilidade que se abriu a partir da Escola dos Annales, para os estudos do historiador, foi a sensibilidade, de que, na busca da ampliação do conhecimento, houvesse maior aproximação com as demais áreas do saber científico. Assim, dialoga-se neste trabalho com a área de Relações Internacionais, uma vez que, composta por sistema de Estados e estes, como instituições históricas formadas por pessoas, possibilitam novas categorias analíticas para o estudo da História latino-americana. Parte-se do estudo das chamadas ‘Ondas de Integração’⁸, principalmente por levar em consideração as realidades específicas de cada país relacionado e tentar entender suas ações e constrangimentos internos e externos para tais empreitadas.

Dessa forma, pode-se observar que o estudo a partir desses novos rumos, ou seja, de uma nova integração no limiar do século XXI que se anunciava nos discursos dos respectivos presidentes do Brasil e da Venezuela, trazia como ponto central de uma reorientação integracionista a ideia de que pudesse garantir tanto a equidade, quanto uma nova forma de inserção internacional, defendida por Luiz Inácio Lula da Silva ao vislumbrar que “a unidade do Mercosul e da América Latina nos permitirá retomar o crescimento, combater as desigualdades, promover a inclusão, aprofundar a democracia e garantir nossa presença soberana no mundo” (BRASIL, 2003, p.7).

Por sua vez, para o presidente Hugo Chávez, seria a chance de poder efetivamente criar condições de um crescimento interno e externo, elegendo como um dos eixos centrais de sua preocupação ganhar a batalha “contra el atraso, contra la miseria, contra el hambre y (...) acelerar los procesos de unión del subcontinente” (VENEZUELA, 1999, p.23).

⁸ “O processo de integração da região vem se realizando por meio de ondas; na verdade, trata-se de tentativas de integração que, diante de obstáculos que se interpõem no processo, apresentam dificuldades de consolidar-se. Até agora, pode-se constatar a existência de quatro grandes ondas. A hipótese, aqui, é a de que a onda atual, deflagrada no começo da década de 2000, apresenta maiores possibilidades de consolidação” (SOUZA, 2012, p.88).

Assim, analisar o histórico da recente política externa desses países nesse período supramencionado tem como objetivo entender quais suas propostas e a partir de quais perspectivas encaminharam a integração regional. Em quais pontos houve tanto convergências como divergências em suas ações, quais possíveis objetivos tiveram como norte, e em que medida puderam desenvolver estratégias para conduzir as relações entre os próprios Estados, e entender como atores não governamentais participaram desse processo.

Logo, debruçar-se sobre essa questão, do ponto de vista de uma perspectiva histórica é buscar entender, também, como se deu a entrada dos chamados países periféricos, no caso latino-americano, em meio à globalização⁹ no final do século XX e limiar do século XXI; pois o estudo de suas políticas externas, resultante das Relações Internacionais que desenvolveram se faz premente devido:

A política externa consistir em metas e medidas destinadas a orientar as decisões e ações dos governos no que se refere a assuntos externos, particularmente suas relações com outros países, O gerenciamento da política externa exige planos de ação cuidadosamente estudados e adaptados aos interesses e preocupações - ou seja -, objetivos – externos de um governo. (JACKSO; SORENSEN, 2013, p. 322).

No âmbito da globalização – expansão das relações, processos e estruturas capitalistas – emerge o Regionalismo¹⁰ o que pode ser chamado de

⁹ Existem várias definições e, portanto, várias controvérsias em torno do conceito de globalização, “A palavra ‘globalização’ embora tendo passado a fazer parte do dia-a-dia das pessoas, guarda em si muitas controvérsias. Ianni (1998, p.55 e ss.), não polemizando sobre a definição do estágio atual da economia mundial, afirma que a expansão contínua, cíclica ou reiterada das relações, processos e estruturas capitalistas é um fato que todos admitem como verdadeiro, independentemente das orientações teóricas. A controvérsia existe, mas, para o autor, é inegável que ‘como um sistema vivo e em constante expansão, o capitalismo existe há cerca de 500 anos’ não importando o estágio em que se encontra, ou como se o define. O que torna-se relevante é que esse processo faz parte de mais uma etapa do processo de expansão do capitalismo, em que o sistema econômico tende a uma desnacionalização completa”. (RIBEIRO e TREIN, 2005, p.232).

¹⁰ De acordo com Borges, “os atuais processos de regionalismo não são um projeto único e replicado; antes disso, eles representam respostas às mudanças no sistema internacional; sejam aqueles criados visando ao plano econômico ou de segurança, as relações regionais em bloco devem ser entendidas como reação à ordem dominante, provendo os Estados membros de recursos de barganha contra as grandes potências e as instituições internacionais influenciadas por estas últimas” (BORGES, 2014, p.20).

“novo regionalismo” do século XXI entre os Estados-nações, como forma de sobreviver aos imperativos dessa nova realidade global.

Sobre o regionalismo, cabe ressaltar, ainda, que como ação estratégica entre estados, pode “designar uma forma de ideologia política, econômica ou gerencial que leva um ator a pensar que a vizinhança regional deve ser a prioridade estratégica de sua ação” (YANN, 2014, p.15), optando por se integrar sob a forma de bloco regional¹¹.

A partir dessas ações, pode-se dizer que é encaminhada a Integração Regional e que, na observação de Yann, tal expressão designa “o processo pelo qual os territórios pouco ou nada conectados uns aos outros formam pouco a pouco um conjunto regional distinto do resto do mundo” (YANN, 2014, p.15). Observa ainda que, apesar das discussões entre diversos autores sobre as formas de Integração Regional, a chamada Integração Formal se concretiza na medida em que:

Os países podem entrar em um acordo regional e formar um espaço comum: podemos dizer, por exemplo, que os seis países fundadores da Comunidade Econômica Europeia se integraram no espaço comunitário em 1958. Podemos assim dizer que o NAFTA, o MERCOSUL, a UNASUL, o CAFTA-RD, a ASEAN são exemplos de integração regional, pois os países membros fazem parte de um acordo regional. Entrar no acordo significa integrar uma parcela do espaço mundial definida por esse acordo, sem prejuízo daquilo que ocorre no

¹¹ A integração econômica dos países em forma de bloco regional passa, normalmente, por alguns estágios até alcançar a sua efetiva consolidação. São eles:

- . Zonas de Tarifas Preferenciais (ZTP): estágio mais simples, onde uma lista de produtos e serviços desfruta entre os parceiros de uma taxa especial ou nula. Essa diferenciação tarifária é parcial e nem sempre uniforme;
- . Zona de Livre-Comércio (ZLC): os produtos dos parceiros comerciais começam a desfrutar de vantagens, para evitar a “triangulação dos produtos”; adota-se o código de origem (regras que determinam o coeficiente de nacionalidade do produto), como forma de uniformizar o comércio regional; nesse nível ainda não existe a Tarifa Externa Comum (TEC);
- . União Aduaneira (UA): instala-se a TEC, exigindo dos países membros a convergência de certas políticas macroeconômicas e cessão de parcela da soberania;
- . Mercado Comum (MC): prevê a livre-circulação das mercadorias e dos fatores de produção no bloco, nesse caso as políticas macroeconômicas nacionais passam a ficar dependentes dos acordos com os demais parceiros, portanto a cessão de soberania nacional é maior;
- . Comunidade Econômica (CE) com União Monetária (UM): estágio de integração econômica efetiva, incluindo a instituição da moeda e banco central unidos. A partir de então, as políticas econômicas nacionais são substituídas pelas políticas econômicas da CE. (RIBEIRO; TREIN, 2005, pp. 233-234).

seu interior. Trata-se de um processo top down (de cima para baixo) controlado pelos governos. (YANN, 2014, p. 7).

Diante desse quadro, aventa-se a hipótese de que Brasil e Venezuela, representados respectivamente pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Hugo Rafael Chávez Frias (Venezuela), redimensionaram as ações estatais e em meio às demais lideranças que surgiram na região nesse período. Os dois países foram determinantes para se pensar em construir um novo processo de integração regional assentado numa outra perspectiva, que deixaria de considerar apenas o aspecto comercial de integração que se desenvolveria na primeira década do século XXI, levando-se em consideração as especificidades e intencionalidades de cada um desses países ao buscarem sua própria sobrevivência e segurança¹², em meio ao Sistema Internacional de nações.

A discussão sobre o que se configurou como regionalismo pós-liberal, trazida por Veigas e Rios (2007), não converge, no entanto, de forma unânime entre estudiosos do assunto devido à permanência de elementos de caráter liberal que retomavam às práticas dos governos dos anos 1990. Porém, trazem à tona duas vertentes que diagnosticavam uma nova orientação de política externa.

Inicialmente uma que ainda dava ênfase no aspecto econômico, sendo remanescente do viés estruturalista/desenvolvimentista, ao defender que as relações comerciais entre os países fossem acompanhadas, também, de um impulso industrial e, assim, os benefícios adquiridos neste processo pudessem ser compartilhados entre os países membros que buscassem se integrar.

A segunda vertente se sobressai essencialmente no aspecto político no que tange a esse novo processo de integração, pois vai além do aspecto

¹² A ideia de que os Estados constantemente buscam sua sobrevivência e segurança, insere-se na Teoria das Relações Internacionais conhecida como Realismo clássico, principalmente, a partir de Hans Morgenthau, entre outros autores que lhe precederam, “eles acreditam que o objetivo, os meios e os usos do poder são uma preocupação central nas relações internacionais, arena de uma rivalidade permanente e de conflitos reais ou potenciais entre Estados que são obrigados a perseguir os objetivos da segurança e da sobrevivência. Em comparação com o neorrealismo, que ignora amplamente as considerações morais e éticas em RI, o realismo clássico tem uma forte doutrina normativa”. (SORENSEN; JAKSON, 2013, p. 429).

econômico-comercial do início dos anos 1990. Segundo os autores, ela se expande e vai na direção de priorizar, além das questões de caráter econômico, uma agenda da integração regional que também colocasse, na ordem do dia, as questões de cunho cultural, social e político. “Portanto, no que diz respeito a manifestações mais recentes do regionalismo sul-americano, as experiências em curso se inspiram, sobretudo no diagnóstico pós-liberal” (VEIGA E RIOS, 2007, p. 20).

Assim, um trabalho que analise a atuação desses dois países busca a compreensão dos modelos colocados em prática no subcontinente latino-americano por eles. Outra preocupação é a de buscar inferir que dialética se estabeleceu com os demais atores estatais que se envolviam no processo, levando-se em consideração as vicissitudes históricas de cada um, e como se relacionavam, inclusive, com as nações do norte, especificamente Estados Unidos; e, conseqüentemente, que lugar buscaram no cenário político regional e internacional.

Portanto, dialoga-se, neste trabalho, com a área acadêmica das Relações Internacionais, uma vez que esta defende que a população mundial se organiza por meio de unidades políticas distintas, ou seja, em Estados independentes, (objetos desta análise) e que são concebidos como “territórios dotados de fronteiras e contornos distintos, com uma população permanente, sob a jurisdição de um governo supremo constitucionalmente separado de todos os governos estrangeiros” (JAKSON; SORENSEN, 2013, p. 22).

Destaca, também, o sistema de Estados, que são historicamente determinados e são constituídos por “organizações sociais baseadas em territórios cuja principal responsabilidade é estabelecer, manter e defender valores e condições sociais básicas como a segurança, a liberdade, a ordem, a justiça e o bem-estar” (JAKSON; SORENSEN, 2013, p. 29), premissas que assim constituídas dão a lógica de sua própria existência.

Estas instituições históricas formadas por pessoas possibilitam e contribuem para a ampliação de se criarem novas categorias analíticas para o estudo da História latino-americana. Buscam-se referenciais teóricos no campo

das Relações Internacionais sobre modelos de análises relacionadas ao processo de integração regional.

Parte-se, então, da abordagem de Balassa (1973) que contemplava quatro categorias de integração regional: livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica. Essa abordagem vislumbrava, portanto, apenas uma dimensão comercial de integração.

A partir de Balassa, novos modelos teóricos se desenvolveram, como as Teorias Funcionalista e Neofuncionalista, que buscaram explicar a integração regional através da formação de blocos. O Funcionalismo, de acordo com Vaz (2002), tem sua produção a partir das obras de Mitrany, Deutsch, Haas e Etzioni, e se baseia no princípio de que a integração econômica e social contribui para a interdependência e cooperação entre os Estados e, assim, alcançar-se-ia o desenvolvimento e a paz entre eles, sua finalidade principal.

Dialogando com essa teoria, o Neofuncionalismo, a partir de Haas, acrescenta o aspecto da territorialidade e desenvolve o conceito de ‘*spillover*’ “quando a integração em uma área conduz à integração em outra, criando uma dinâmica de reações, demandas e respostas, mobilizando a sociedade ao processo de integração” (MARTINS, 2011, p.46).

Keohane, ao desenvolver a Teoria Institucionalista, advoga a ação de instituições no comportamento dos governos, condicionando as ações dos Estados e, assim, o impacto no processo de integração. Por fim, a Teoria do Intergovernamentalismo baseia-se na aceitação da racionalidade dos Estados impulsionados pelas perspectivas de ganhos, uma lógica, então, utilitarista sobre o processo de integração (MARTINS, 2011).

Esses modelos apresentados contribuem como ponto de partida para o estudo da história do processo de integração regional, porém segundo Saraiva: “de maneira geral, por buscarem definir a lógica particular da integração europeia, estas abordagens nunca conseguiram explicar as experiências de integração sul-americanas” (SARAIVA, 2010, p.3).

Corroboram com este pensamento sobre os limites da compreensão do processo de integração dos países periféricos e, sobretudo, do continente americano, autores como Moreira, Quinteros e Silva (2010), pois conferem que, ao longo dos anos 60 aos anos 80 do século XX, esses estudos foram pautados por modelos mecanicistas de análise; tendo, como base as imposições dos interesses das nações centrais sobre as periféricas.

O ponto de inflexão para a compreensão da realidade do processo histórico sobre a integração regional latino-americana ocorreu a partir dos anos 90, cujo pensamento sobre a integração inseria-se em uma nova realidade histórica que era a globalização.

Assim, passou-se a vislumbrar como modelo de análise para o estudo da integração do continente americano, as ‘Ondas de Integração’ notabilizando as iniciativas e, portanto, a emergência sobre a história do desenvolvimento pensado para a região e, de acordo com Souza, também é capaz de mostrar que “nesse processo, ocorrem conflitos, pois como em qualquer processo de integração, existem contradições a serem superadas” (SOUZA, 2012, p. 121).

Essas ‘Ondas’, além de levarem em consideração as variáveis políticas internas de cada país do continente, abriam espaço para compreender seu protagonismo, iniciativas e estratégias adotadas, mas sem perder a perspectiva da conjuntura política internacional.

Partindo, então, da perspectiva dos problemas latino-americanos, os pontos de análise dessa realidade histórica convergiram no sentido de entender as ações e as iniciativas possíveis para o desenvolvimento e a busca de uma nova inserção internacional dos países do continente, especificamente, da sub-região latina, o que dá subsídios para uma pesquisa que busque compreender essa realidade.

Sendo assim, o trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “A integração regional da Cepal até os anos 1990”, inicia-se pontuando as ideias de integração discutidas no século XIX, mas, fundamentalmente, traz

um histórico sobre essa temática quando é retomada, no século XX, a partir da Cepal, e as respectivas tentativas de implementação.

O segundo capítulo, “A política externa do Governo Lula: a proposta de inserção internacional a partir do Mercosul, presentes nos discursos como objeto de análise”, discorre sobre quais projetos o presidente Lula da Silva buscou implementar e impactar a política de integração no subcontinente.

O terceiro capítulo tem como ênfase o governo do presidente Hugo Chávez e sua busca pela integração regional sob o viés do discurso bolivariano, anti-imperialista. E, no quarto capítulo, as conclusões desse processo avalizando seus avanços e retrocessos, numa tentativa de estabelecer até que ponto alcançaram bases autônomas e soberanas de novos caminhos para uma integração latino-americana, intenções constantes nos discursos dos respectivos presidentes.

Capítulo 1

A integração regional, da CEPAL até os anos 1990

1.1 - América Latina e seus desafios históricos

No século XXI, a América Latina viu ser colocada em prática mais uma tentativa de integração no continente encaminhada por dois dos líderes regionais, dentre eles, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, e Hugo Chávez Frias, presidente da Venezuela. Representantes políticos significativos que chegaram ao poder em finais do século XX e início do século XXI em meio às demais lideranças que ascendiam na direção de seus países, ainda no decorrer da experiência neoliberal da década de 1990 na região.

O debate sobre integração esteve presente na história do continente americano desde o período inicial das lutas pela independência que remontam ao século XIX. Durante esse processo de luta, dois ideais de integração surgiram: um primeiro projeto que, advertidamente, conferia aos interesses dos Estados Unidos como o controle político e econômico na América Latina e Caribe, pois “desde muy temprano, en lo propio proceso de formación del Estado norteamericano, se comenzó a idear un proyecto integracionista con carácter expansionista y hegemónico” (SANTAMARIA; ENRIQUE, 2016, p. 33).

Porém, outro ideal de integração que se delineava a partir do “sul do Rio Grande”, contemplaria os interesses das nações do centro e do sul do continente frente aos interesses europeus e norte-americano, já numa clara defesa da ideia da própria independência; mas esta com integridade e soberania, além de valorizar seus diversos interesses políticos e, sobretudo, seus nexos culturais, territoriais e históricos. Assim, ressaltam Santamaria e Enrique que:

(...) Es precisamente durante la etapa independentista que se gestan las primeras ideas para lograr una unión puramente autóctona en América Latina y Caribe. Francisco de Miranda, en sus escritos en la prensa anglosajona desde 1785 y sus Proclamas y Proyectos de

Gobierno formulados a partir de 1790, hasta sus artículos en 1810 en el periódico *El Colombiano*, estimuló a los sudamericanos hacia la emancipación total y argumentó la necesidad de lograr la integración. Consideraba que la independencia y la unidad eran acciones paralelas y asociadas, y percibía a la América Latina como un solo Estado (...) La concreción política de esta integración la organización de un Congreso continental, en el cual todas las provincias de la América meridional estén representadas (...) (SANTAMARIA; ENRIQUE, 2016, pp. 34-35).

Esse ideal que percorreu o continente ao sul do Rio Grande esteve presente entre vários daqueles que se envolveram com a causa da independência, e viam a integração como um complemento necessário ao fortalecimento da região frente aos interesses externos.

A manifestação desses ideais ocorria nos chamados “Movimentos Juntistas”, formados a partir dos diversos centros de poder espalhados pela América espanhola, o que conferia uma diversidade desses movimentos. Porém, unidos pela ideia de independência e germinando a idealização de integração, tiveram por base dois importantes critérios:

los diversos intereses económicos y de comercio, debido a la fuerte presión externa de las potencias de ese momento, principalmente Inglaterra y Estados Unidos, y por los nexos culturales y proximidad territorial de los hispanoamericanos. Los intentos y las iniciativas de integración se refirieron a una unión o integración para lograr un solo sistema político y económico de los nacientes Estados (SANTAMARIA; ENRIQUE, 2016, p. 36).

Em Caracas, os efeitos desses movimentos juntistas se evidenciaram já a partir de abril de 1810, quando “se dirigió una exhortación a los cabildos para ‘contribuir a la grande obra de la confederación americano española’” (SANTAMARIA; ENRIQUE, 2016, p. 37). O resultado foi a assinatura de um acordo junto ao governo de Bogotá, que se traduzia no prelúdio oficial das ações para a integração.

Em ressonância às iniciativas de aspirações unitárias, a aprovação da Constituição da Venezuela foi elementar para os movimentos que se desencadeavam, pois:

En el texto de la Constitución de la primera República de Venezuela, aprobada en Caracas el 21 de diciembre de 1811, se propuso la creación del Continente Colombiano. Este proyecto, liderado por las élites criollas, tuvo como principal objetivo la integración de sus pueblos contra los colonizadores europeos y las políticas expansionistas de sus vecinos del norte (SANTAMARIA; ENRIQUE, 2016, p. 37).

Destacaram-se, também, diversas lideranças dos diversos movimentos Juntistas que se desencadeariam ao longo dos territórios hispano-americanos como a relacionada ao cubano Francisco Javier Yanes; o chileno, Juan Martínez Rozas - partidário do chamamento de um Congresso que visasse a defesa geral da região -; em Buenos Aires, Mariano Moreno que reivindicava um sistema federativo, pois “Reparad en la gran importancia de la unión estrechísima de todas las provincias de este continente: unidas impondrán respeto al más pujante; divididas pueden ser la presa de la ambición”(SANTAMARIA; ENRIQUE, 2016, p. 38); no México, o frei Servando Teresa de Mier, Artigas do Uruguai, além da junta de Assunção que também eram partidários, por diversas motivações, da formação de uma confederação.

Santamaria e Henrique dão ênfase, também, à figura do brasileiro José Bonifácio de Andrade e Silva; eles chamaram a atenção para o fato de que o artífice da independência do Brasil defendeu que era “necesaria para que todos y cada uno de ellos pueda conservar intactas su libertad e independencia profundamente amenazadas por las irritantes pretensiones de Europa” (SANTAMARIA; ENRIQUE, 2016, p. 39).

Assim sendo, em meio à conjuntura dos processos de independência e formação dos Estados Nacionais, pode ser identificado, também no Brasil, um papel fomentador na região, uma vez que, segundo Vieira (2011), o reconhecimento da independência deste por parte dos ingleses estaria atrelado a um não rompimento de acordos prévios feitos entre Portugal e Inglaterra, assumidos, então, pela nova nação independente. Acordos esses que celebravam empréstimos aos países em luta por suas independências.

Assim, Vieira destaca que três tipos de relações políticas com seus vizinhos serão construídas:

las establecidas por los tratados, las que se configuran en las guerras y las económicas, sobre las cuales consideramos principalmente los préstamos a favor de los países vecinos, intentando auxiliarlos en el pago de sus propias deudas. Al comenzar por esta última cuestión, se observa una enorme contradicción, pues paralelamente al creciente endeudamiento externo que no consigue disminuir, el imperio va a liberar recursos para auxiliar a los vecinos en el pago de sus respectivas deudas¹³.

Porém, a autora também destaca que o Brasil, se constituindo por meio de uma monarquia, mantendo um continuísmo com a casa de Bragança e, portanto, “abortando as propostas republicanas”, provocou um afastamento para com os vizinhos hispano-americanos.

Há que se lembrar, também, das desconfianças suscitadas em relação ao Brasil em meio a essa conjuntura, pois a proposta da formação de um congresso no continente pelo já citado sacerdote mexicano, frei Servando Teresa de Mier, visava, no seu entender, conter possíveis ambições do Brasil:

Un Congreso, pues, junto al istmo de Panamá, árbitro único de la paz y la guerra en todo el continente colombiano, no solo contendría la ambición del *Principino* del Brasil, y las pretensiones que pudiesen formar los Estados Unidos, sino a la Europa toda (SANTAMARIA; ENRIQUE, 2016, p. 38, grifo dos autores).

Outro destaque, sobre aspirações integracionistas, partiu de mulheres presentes nas lutas latino-americanas e caribenhas, em especial, Manuela Sáen (1795-1859) do Equador que chegou a combater junto a Bolívar:

¹³ VIEIRA, Vera L. “Abrazado eternamente a la cuna espléndida: la posición del Brasil imperial en el contexto de las independencias latinoamericanas”. Artigo apresentado originalmente no IX Congreso Internacional de la Adhilac – Colombia, de 25 a 30 de maio de 2010 e publicado em: *Cadernos de Ciências Sociais - Estudos*, nº 2 - América Latina: Bicentenário de uma luta inacabada. Editora: Porto de Ideias (Santo André), 2011.

(...) antes de conocer a Bolívar ya ostentaba la Orden de Caballaresa del Sol, el más alto título otorgado por el general San Martín como reconocimiento a los servicios prestados a la causa de la libertad. (...) ostentó los grados hasta coronel del Ejército Libertador, acompañó a Bolívar en campaña por los Andes (...) participó de decisiones políticas (...) *La Libertadora del Libertador*, como la llamó Bolívar (...) se pronuncio por la unidad de la Patria Grande: <<Nací en la línea del Ecuador pero mi patria es el continente americano>>. (SANTAMARIA; ENRIQUE, 2016, pp. 47-48).

Simón Bolívar, considerado como o grande expoente da ideia integracionista no decorrer do processo de independência do continente, teve suas aspirações expostas na Carta de Jamaica de 1815, cujo objetivo era uma união contra os interesses europeus e do vizinho do norte (Estados Unidos):

[...] O véu já foi rasgado, já vimos a luz, e querem nos devolver às trevas: romperam-se os grilhões, já fomos livres, e nossos inimigos pretendem novamente escravizar-nos [...]; Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza do que por sua liberdade e glória. [...]; É a união seguramente o que nos falta para completar a obra de nossa regeneração [...] (BELLOTO; CORRÊA, 1983, pp. 75-84 e 89)

Após triunfar em batalhas de libertação, em 1819, Bolívar venceu em Nova Granada, para, em seguida, desembocar na criação da República da Colômbia, formada então pela Colômbia, Venezuela, Panamá e Equador. A sequência dessas vitórias militares levou a libertar o Peru definitivamente, e todo o restante do continente em 1824, ficando apenas a região do Alto Peru livre em 1825.

Entretanto, a partir da convocação do Congresso do Panamá, os fracassos no intento da integração se sucederam, resultando na tendência à fragmentação e, portanto, o malogro do processo, e podem ser listados alguns motivos para o insucesso:

primero, con el conflicto entre Colombia y Venezuela, que terminó con la separación de ambas y la creación de las dos repúblicas

independientes (1829); segundo, con la abolición de la constitución bolivariana en Perú; tercero, con la conversión de la provincia de Quito en república independiente; cuarto, con el asesinato del general Antonio José de Sucre, el Héroe de Ayacucho, el 4 de junio de 1830, y quinto, con la muerte del propio Bolívar el 17 de diciembre de 1830. (SANTAMARIA; ENRIQUE, 2016, p. 48).

No decorrer do século XIX, as ideias do pan-americanismo de Bolívar sucumbiram, e o avanço imperialista dos Estados Unidos na região se fez presente.

No século XX, algum ensaio sobre integração ocorreu, porém não se aprofundou. Ao chegar ao final do século e início do novo milênio, marcado pelo contexto da globalização, novamente o tema tornou-se pauta, a partir de orientações muitas vezes distintas, mas, sobretudo, aparecendo como solução para a estagnação econômica e social que ainda persiste na região.

1.1.1 - O pensamento latino-americano sobre desenvolvimento e as experiências de integração

A proposta inicial deste trabalho é pensar no processo de integração regional latino-americano a partir do desenvolvimento de ideias e propostas oriundas de pensadores da região. O ponto de partida elenca, primeiramente, as ideias denominadas de “Estruturalismo” que se desenvolveram em meio a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) e, por conseguinte, revisitar as críticas feitas pelas teorias da “Dependência” e “Teoria Marxista da Dependência” sobre o que se pensou a partir dos anos 1950 e seu processo inconclusivo. Convém, também, observar, como teoria explicativa do desenvolvimento latino-americano e, portanto, também do interesse deste estudo, o “Neoestruturalismo” que buscou soluções endógenas para os problemas da região. Como afirma o historiador norte americano Joseph L. Love:

A História das Ideias na América Latina limita-se, caracteristicamente, à descrição de adaptações regionais das ideias europeias. Todavia, no campo das ideias econômicas durante o período entre a Depressão da década de 1930 e as crises da dívida e do crescimento na década de

1980, primeiramente o “estruturalismo” ligado à Comissão Econômica para América Latina” (Cepal), e, subsequentemente, a “teoria da dependência” foram contribuições à teoria do desenvolvimento tipicamente autóctones, distintamente latino-americanas. Além disso receberam amplo apoio de teóricos e planejadores do Terceiro Mundo em geral. (LOVE, 2011, p.161).

A origem da CEPAL, organismo criado junto a ONU (Organização das Nações Unidas), de acordo com Ocampo (1988), passava pela necessidade de se pensar e fomentar o desenvolvimento e relações mais próximas entre os países do continente americano e, assim, constituía-se, sem nunca ter sido uma instituição acadêmica, em um grande centro de pensamento que tinha suas bases verdadeiramente autóctones. E, mais importante, buscar sua institucionalidade para que sua dinâmica, associada às ações dos Estados, pudesse enveredar para a via do desenvolvimento regional.

Criada como uma comissão da ONU, a CEPAL estaria, mais precisamente, sob a subordinação do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) que a direcionou para os assuntos econômicos da América Latina, a partir da resolução 106 (VI)¹⁴.

Com relação ao seu advento, “[A proposta de criação da Cepal] sofreu forte resistência por parte dos Estados Unidos que não concordavam com a criação de um organismo na região que possivelmente pudesse escapar de seu

¹⁴ “El Consejo Económico y Social, Crea una comisión económica para América Latina, cuyas atribuciones son las siguientes:

1. La Comisión Económica para América Latina, actuando conforme a los principios de las Naciones Unidas y bajo la fiscalización general del Consejo, a condición de no adoptar medida alguna respecto a ningún país sin el consentimiento de éste, deberá:

a) Tener iniciativa y participación en medidas destinadas a facilitar una acción concertada para resolver los problemas económicos urgentes suscitados por la guerra, elevar el nivel de la actividad económica en América Latina y el Caribe y mantener y reforzar las relaciones económicas de los países latinoamericanos y del Caribe, tanto entre sí como con los demás países del mundo;(...)

13. El presupuesto administrativo de la Comisión será financiado con fondos de las Naciones Unidas.

14. El Secretario General de las Naciones Unidas nombrará el personal de la Comisión, el cual formará parte de la Secretaría de las Naciones Unidas.

(...)

16. El Consejo procederá, a más tardar en 1951, a un examen especial de los trabajos de la Comisión con objeto de determinar si esta debe cesar o continuar y, en caso de que continúe funcionando, qué modificaciones deben ser introducidas en sus atribuciones, si hubiera lugar a ello (ECOSOC, 1948)” (TELES; TIAGO. 2017, p. 5)

controle” (POLETTTO, 2000, p.7 apud TELES; TIAGO, 2017, p. 6). Essa postura a partir de Washington se acirrou quando da eclosão da Revolução Cubana em 1959, e por diversos membros participantes da CEPAL mostrarem, então, certa simpatia, fato que não fora unânime. Haja vista que, segundo apontam Teles e Tiago: “Para Prebisch a via revolucionária socialista não era uma opção, também não via com bons olhos a revolução cubana principalmente porque isso colocava a Cepal numa situação delicada” (TELES; TIAGO, 2017, p. 12).

A CEPAL, apesar de se destacar como um grande centro de pensamento para os problemas da América Latina, não enveredou por uma via que questionasse o modo capitalista de produção e, portanto, esse enfrentamento não esteve em seu horizonte.

O contexto de sua criação se inseria num momento de crise econômica mundial já que o cenário refletia além dos efeitos da degradação financeira, que se desenrolou a partir da crise de 1929, afetando todo o comércio mundial. Também se relacionava com os efeitos destrutivos da economia devido à Segunda Guerra Mundial, e, sem dúvida, passava a estar presente nas questões político-econômicas internacionais, a questão da Guerra Fria, e a tentativa de reconstrução da Europa. Em meio a esses acontecimentos, Ocampo aponta que:

Los primeros años de la Comisión presenciaron la realidad de una economía mundial hecha cenizas por el colapso del multilateralismo y del sistema financiero y el comercio internacionales durante los años treinta, y de la capacidad productiva europea durante la segunda guerra mundial. En este contexto, apenas se iniciaban los esfuerzos de reconstrucción, en el marco del Plan Marshall, que dejaban de lado, por lo demás, a América Latina y apenas se daban los primeros pasos por reconstruir reglas multilaterales del comercio, en forma por lo demás inconsistente, ya que el GATT fue una alternativa de segundo orden, ante el fallido intento por constituir entonces la Organización Internacional de Comercio (OCAMPO, 1998, p.12).

Nesse cenário, o que ganharia corpo para impulsionar o desenvolvimento tanto da economia dos Estados Unidos quanto da Europa seria a teoria

Keynesiana. E a ela era creditado o poder de empreender o crescimento de forma universal, sem levar em conta a realidade das nações de fora desta órbita.

Assim, a CEPAL, surgida em meio a essa conjuntura, tornar-se-ia um centro de pensamento autóctone e teria papel importante ao conseguir diagnosticar os problemas relativos às dificuldades do desenvolvimento dessa parte do hemisfério, historicamente subordinada num conjunto denominado centro-periferia; sofrendo, também, escassez de capital e tecnologia, eixos fundamentais observados. A partir de sua criação, o passo adiante seria sistematizar propostas para tentar superar a condição de atraso periférico de forma conjunta, o que fez emergir importantes moções como a industrialização (por substituição das importações) e à integração econômica para a América Latina.

Apesar de esse centro tornar-se importante, os constrangimentos históricos se faziam presentes nesse cenário. Por exemplo, marca-se uma maior aproximação da CEPAL com os interesses de Washington, a partir da eleição de J.F. Kennedy, e a tentativa deste de instalar uma vertente do Plano Marshall para a América Latina, que seria a “Aliança para o Progresso”; e afastar o perigo de uma maior repercussão dos efeitos da Revolução Cubana, cujo triunfo poderia levar as demais nações do subcontinente a buscar sair da órbita norte-americana.

A Cepal foi uma peça-chave nesse programa e, inclusive, foi citada na carta, bem como a ONU, como uma das instituições responsáveis pela viabilidade técnica do programa da “Aliança”. Raul Prebisch, se comprometeu com o programa e defendeu-o na Conferência. Como secretário chefe da Cepal, deu todo apoio institucional mesmo que tenha afirmado que a Aliança era limitada e não garantia a resolução dos problemas estruturais da economia latino-americana. Assim, a interpretação que se obtém desse apoio é que ele configurou a tomada de posição da Cepal com relação às tensões entre Washington e Havana. A posição é claramente em favor de Washington em detrimento de Cuba pelo carácter socialista da sua revolução (TELES; TIAGO, 2017, p. 15).

O principal diagnóstico e dilema enfrentado na América Latina para resolver suas questões econômicas estava na adoção da industrialização como a solução que reverteria o atraso do continente. Este pensamento será indutor de políticas de desenvolvimento para essa região, ampliando-se a partir de 1949 justamente por meio dos estudos da CEPAL.

Coube ao economista argentino Raul Prebisch, então Secretário Executivo da Comissão, o fomento das ideias e diagnósticos que, em seu conjunto, ficou conhecido como a “Teoria Cepalina de Desenvolvimento latino-americano”, complementada a partir dos estudos e reflexões desenvolvidos pelo economista brasileiro Celso Furtado, quando este passou a pertencer aos quadros dessa instituição.

Logo, o eixo central que Prebisch e Celso Furtado viam como saída para reverter uma relação subalterna estabelecida pela dicotomia “Centro–Periferia”¹⁵ seria superar a ordenação que determinava o comércio internacional.

O comércio era pautado pelas ideias de “vantagens comparativas”¹⁶, de Davi Ricardo, que, de certa forma, “fundamentava” a especialização

¹⁵ “O conceito de Prebisch sobre Centro-Periferia, “aparece pela primeira vez em 1946 (*Memoria de la Primera Reunión de Técnicos sobre Problemas de Banca Central del Continente Americano*”, publicado pelo Banco do México): Os Estados Unidos, a meu ver, desempenham ativamente o papel de centro cíclico principal, não só no continente, mas em todo o mundo; e os países latino-americanos estão na periferia do sistema econômico (...) Por que chamo os Estados Unidos de centro cíclico? Porque deste país, em função da sua magnitude e de suas características, partem os impulsos de expansão e contração na vida econômica mundial e especialmente na periferia latino-americana, cujos países estão sujeitos às influências destes impulsos, como haviam estado anteriormente, quando a Grã-Bretanha tinha o papel de centro cíclico principal” (COUTO, 2007, pp 45-64).

¹⁶ Tal princípio foi apresentado por David Ricardo (1817, Cap. VII: 93-107), ao se discutir as relações comerciais entre nações, recorreu, a luz do raciocínio, com o exemplo do comércio entre Inglaterra e Portugal, alusivo à produção e exportação, respectivamente, de panos e vinhos, cuja especialização na produção do bem em que tivesse maior eficiência (comparativa), relacionada a quantidade de trabalho utilizado na produção, participaria de forma positiva do comércio internacional. Conforme Ricardo, então: “em Portugal, a produção de vinho pode requerer somente o trabalho de 80 homens por ano, enquanto a fabricação de tecido necessita do emprego de 90 homens durante o mesmo tempo. Será, portanto, vantajoso para Portugal exportar vinho em troca de tecidos. Essa troca poderia ocorrer mesmo que a mercadoria importada pelos portugueses fosse produzida em seu país com menor quantidade de trabalho que na Inglaterra. Embora Portugal pudesse fabricar tecidos com o trabalho de 90 homens, deveria ainda assim importá-los de um país onde fosse necessário o emprego de 100 homens, porque lhe seria mais vantajoso aplicar seu capital na produção de vinho, pelo qual poderia obter mais tecido na Inglaterra do que se desviasse parte de seu capital do cultivo da uva para a manufatura daquele produto.” – (RICARDO, D. (1817) *Princípios de Economia Política e Tributação*. Tradução de P. H. R. Sandroni. São Paulo: Victor Civita, 1982).

agroexportadora da América Latina, pois a tese principal estaria assentada, no âmbito do comércio internacional, na ideia da reciprocidade de vantagens entre as partes constitutivas do sistema, ou seja, nas relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou entre centro e periferia, que beneficiariam ambas as partes.

Alencastro afirma que esse fora, até então, “o fundamento da ordem econômica imposta pela burguesia mercantil e pelas oligarquias latino-americanas desde as primeiras décadas do século XIX” (ALENCASTRO, 2007, n. p.).

Contudo, com a crise de 1929, essas ideias e práticas deixaram clara a fragilidade nos países periféricos, repercutindo como alerta a necessidade de mudança. Pois tal modelo, estabelecido no sistema internacional do trabalho, deixava claro e aprofundava as assimetrias resultantes entre os países industrializados e os exportadores de matérias-primas latino-americanos, acentuando a dependência externa desses últimos.

Raul Prebisch, então, observa a incongruência dessa assertiva no comércio internacional apontando os problemas exógenos do subdesenvolvimento:

É certo que o raciocínio concernente aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho é de incontestável validade teórica. Mas é comum esquecer-se que ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. Ao contrário, sua menor eficiência os faria perder irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio. (PREBISCH, 1949, n.p. apud BIELSCHOWSKY, 2000, p. 72).

Definitivamente, contesta a veracidade das propaladas “vantagens comparativas” que ocorrerem no lado periférico do sistema. Aborda, então, o fato de que esse ganho estaria sempre a cargo das populações dos países industrializados em detrimento das massas dos países periféricos:

Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela que logrou desfrutar a população desses grandes países [industrializados]. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade (PREBISCH, 1949, n.p. apud BIELSCHOWSKY, 2000, p. 72).

Ao elencar seu pensamento e argumentações sobre os pontos negativos das relações de troca entre o centro e periferia, criava as bases para uma escola estruturalista, chocando-se com o modelo da economia neoclássica em que se apoiavam as diretrizes econômicas aplicadas à América Latina.

Assim, o pensamento que passou a ser desenvolvido na CEPAL, e que influenciaria economistas e cientistas sociais na América Latina, orientar-se-ia para a industrialização que pudesse substituir as importações, como forma de antídoto na redução do atraso não só do continente americano, mas também de outras periferias sistêmicas.

Como exemplo, no Brasil, Gonçalves (2011) aponta que a política desenvolvimentista pautada pela industrialização que ocorreu no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo a política econômica de Vargas, inicialmente foi a mais próxima dos preceitos formulados pela CEPAL, na medida em que “em seu segundo governo (1951-54) encontrou nos estudos da CEPAL o embasamento teórico que correspondia à concepção de desenvolvimento predominante nos altos escalões de sua administração” (GONÇALVES, 2011, p.60).

Para as realizações de investimentos, foi necessário capacitar o Estado por meio da criação “em 1952 do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico (BNDE), de modo a cumprir esse objetivo e dirigir adequadamente o fluxo de investimentos públicos na economia” (GONÇALVES, 2011, p. 60). E, como forma de ter também o subsídio necessário do capital externo, “(mas com controles sobre a remessa de lucro) (...) a principal estratégia do governo Vargas a esse respeito foi a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEE) que realizaria estudos detalhados sobre a economia brasileira” (GONÇALVES, 2011, p. 60)¹⁷.

Essa conjuntura levou à reformulação do pensamento econômico para a região, momento no qual surgiu a consideração de integrar também essas economias, e que passou a ter, como orientação, o estruturalismo latino-americano, baseando-se na premissa de economias de caráter dependente¹⁸. O fato de se integrar, discutido por Furtado, partia do surgimento da consciência, na América Latina, de sua condição. Assim, apontava que:

A forma tradicional de desenvolvimento, no quadro da divisão internacional do trabalho surgida na época do pacto Colonial e ampliada na primeira fase da Revolução Industrial, contribuiu para consolidar a fragmentação regional. A desorganização do comércio internacional que se seguiu à crise de 1929 teve consequências profundas na região. Foram os problemas surgidos a partir de então

¹⁷ A instituição da Comissão, nascida de proposta brasileira, veio num momento em que as relações Brasil-Estados Unidos já não estavam no mesmo nível que o imediato pós-guerra. Isto era visível nas manifestações de frustração do governo brasileiro em relação à falta de cooperação, na recusa do governo Dutra em fornecer contingentes de tropas para combater na Guerra da Coreia, e no discurso nacionalista da campanha de Vargas, que capitalizava politicamente o insucesso da política externa de Dutra.

Instalada no Rio de Janeiro de 1951, a comissão integrou técnicos e economistas dos dois países, e ficou encarregada de formular projetos para serem submetidos à apreciação de instituições financeiras, como o Banco internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco de Exportação e Importação (CERVO; BUENO, 2014, p. 299).

¹⁸ Em síntese, o que caracteriza uma economia dependente é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é ele mesmo, a fonte do desenvolvimento. De uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer que o desenvolvimento de uma economia dependente é o reflexo do progresso tecnológico nos polos dinâmicos da economia mundial. Contudo, convém assinalar que o elemento dinâmico não é a irradiação do progresso tecnológico, e sim a deslocação da curva da demanda. Desta forma, do ponto de vista do país dependente, o desenvolvimento surge como uma modificação na estrutura produtiva. Ora, a especialização em um setor da produção primária não exige necessariamente modificações nas técnicas de produção, razão pela qual pode-se admitir a hipótese de que a elevação de produtividade econômica ocorra na produção primária, sem que tenha lugar qualquer assimilação de progresso tecnológico. Este, entretanto, tenderá a penetrar na economia através dos investimentos infra estruturais e como reflexo da diversificação das formas de consumo (FURTADO, 1973, pp. 134-135).

que abriram o caminho à formação da atual consciência latino-americana (FURTADO, 2007, p. 16).

Como força de contribuição, resultante do pensamento da CEPAL, a promoção da integração econômica latino-americana aparece no

“programa do ‘manifesto de 1949’; a ‘programação’ ou planejamento de desenvolvimento econômico; e ajuda na criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e na Conferência para as Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED, ou Unctad, na sigla em inglês)” (LOVE, 2011, p. 198).

Os déficits crônicos verificados até então na região como parte das decisões ortodoxas que marcavam a relação centro-periferia levaram ao desenvolvimento, por parte da secretaria executiva da CEPAL, de uma reorientação dos propósitos econômicos dos países da região, sob o comando de Raul Prebisch. Assim,

O trabalho desse economista argentino preparado para a conferência da CEPAL de maio de 1948 – ‘El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas’, reproduzido posteriormente no *Boletín Económico de América Latina* de fevereiro de 1961 – colocou em termos originais o problema da dependência externa e o do papel da industrialização e da substituição de importações no quadro do desenvolvimento regional. Esse trabalho exerceu imediata e considerável influência no pensamento econômico latino-americano (FURTADO, 2007, p. 287).

Essa abordagem dos problemas, a partir desses novos estudos sobre a dependência na região, influenciou nas tentativas de tomadas de decisões endógenas, como destaca Furtado:

Cabe acrescentar que na América Latina o diagnóstico dos problemas do desenvolvimento está ligado à tomada de consciência do fenômeno da dependência externa e apoiou-se em trabalho original de seus próprios economistas, trabalho esse que se tornou possível quando, no quadro das Nações Unidas, se formaram equipes com elementos procedentes de diversos países da região (FURTADO, 2007, p. 287).

O antídoto, ou pelo menos o objetivo das nações do subcontinente, passou a ser a diminuição das importações de manufaturados decisivamente apoiando e esperando que se alavancasse o desenvolvimento industrial. Reduzindo, com isso, o seu coeficiente de importações, e possivelmente, revertendo a situação de pobreza das massas devido à relação, até então, oriunda da Divisão internacional do Trabalho naquela ocasião. Assim, então, Prebisch diagnosticava que:

Existe, portanto, um desequilíbrio patente e, seja qual for a sua explicação ou a maneira de justificá-lo, ele é um fato indubitável, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho. Daí a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas. (PREBISCH, 1949, n.p. apud BIELSCHOWSKY, 2000, p.78).

O diagnóstico desse período e o processo que levaria a cabo a industrialização por substituição de importações (ISI) durante o decorrer da década de 1950 fizeram com que a sequência da avaliação da CEPAL sobre esse modelo apontasse dois tipos que acabaram se estabelecendo:

O primeiro implicava a substituição relativamente fácil de produtos antes importados por artigos de consumo simples produzidos no país. O segundo tipo, mais difícil, envolvia a produção de bens intermediários e produtos de consumo duráveis, a mudança de uma ISI “horizontal para uma “vertical” – assim chamadas por causa da substituição, na primeira fase, de produtos simples numa frente ampla e, na segunda uma linha integrada de produção de uns poucos produtos finais e seus insumos. Mais tarde, seguir-se-ia uma terceira fase, a produção de bens de capital (LOVE, 2011, p. 204).

Cabe salientar que o desenvolvimento da ISI poderia acarretar, a partir do pensamento dos próprios economistas da CEPAL, uma certa estagnação pela insuficiência na importação de bens de capital, o que se mostrava como

tendências do processo de desenvolvimento econômico dos países “periféricos”, como a deterioração dos termos de troca e o estrangulamento externo. Essas tendências estariam associadas a características da economia desses países, como a especialização em atividades primário-exportadoras e a chamada heterogeneidade estrutural, que diz respeito à existência de grandes diferenças de produtividade entre os setores da economia desses países, uma vez que a concentração nas atividades primárias faria com que a difusão do progresso técnico limitasse-se a esse segmento da economia. Ao longo dos anos 50, a integração regional passou a ser considerada uma estratégia capaz de combinar a industrialização substitutiva de importações e os ganhos associados ao comércio internacional (GONÇALVES, 2011, p. 63).

Logo a saída passou a ser a criação de um mercado comum na América Latina, pois “daria incentivos (por meio de economia de escala) para a produção de bens de capital e intermediários” (LOVE, 2011, p. 206), o que cancelaria a ideia de integração regional.

1.2 - Primeira experiência de Integração Regional no âmbito da Cepal: A ALALC e suas consequências

Como primeira experiência surgida a partir das ideias impulsionadas pela Cepal, visando “articular desenvolvimento industrial com eficiência na produção e expansão do comércio intra e extrarregional” (GONÇALVES, 2011, p. 66), tem-se a criação, em 1960, da ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio –, cujos objetivos, no âmbito comercial, eram ver completada sua realização em, pelo menos, doze anos.

Sua institucionalização se daria a partir da assinatura do Tratado de Montevideu¹⁹, com o objetivo tácito de contribuir para o fortalecimento das economias nacionais, pois eliminaria de forma gradual os entraves ao comércio regional, o que apontaria, segundo Furtado, um objetivo mais de liberalizar o

¹⁹ Tratado suscrito el 18 de febrero de 1960, en Montevideo, por los Plenipotenciarios de Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguay, Perú y Uruguay, habiéndose adherido posteriormente Colombia (1961), Ecuador (1962), Venezuela (1966} y Bolivia (1967). Disponível em: <<https://parlamento.gub.uy/leyes/ley12859.htm>> Acesso em 15 de set. de 2019.

comércio que propriamente formar uma união aduaneira. E, assim sendo, se configuraria mais como um recurso para resolver problemas pontuais de comércio na região do que, em suas palavras, “propriamente uma abertura no sentido de estruturar em bases novas as relações econômicas entre os países da região” (FURTADO, 2007, 362).

Uma vez estabelecida a ALALC, criaram-se os mecanismos para que houvesse a diminuição das tarifas alfandegárias. Dessa forma, tentava-se impulsionar o comércio intrarregional.

Porém, na prática, esses mecanismos, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, foram cada vez mais inviabilizados por uma série de fatores, como a protelação em estabelecer tarifas externas comuns a todos os membros da ALALC. Como aponta Mindlin, essas preocupações já se faziam presentes por parte do empresariado regional que não via selar, entre os governos participantes, as negociações das reduções tarifárias que poderiam lhes interessar,

Segundo informa por exemplo, o documento da Secretaria da ALALC, apresentado na 7ª Reunião da Comissão consultiva de assuntos empresariais, os governos não negociaram em lista nacional, em 1970 e 71, praticamente nenhuma das sugestões de desgravação tarifária formuladas pelos empresários na duas a três reuniões de setores industriais que realizaram em cada ano. Somente em acordos de complementação (MINDLIN, 1972, p. 76).

Logo, a morosidade no processo em se definir as tarifas comuns levou à solução de estender o período de transição da ALALC até o fim de 1980.

Outro ponto que pode ser identificado como negativo para que se consolidasse esse processo (das reduções de listas nacionais e listas comuns de tarifas) foram as posturas nacionalistas nas questões de derrubarem as barreiras alfandegárias, promovendo, na realidade, uma estagnação nos objetivos iniciais. Tendo que considerar, também, os fatores contraditórios e internos de cada nação, que buscavam primeiro o desenvolvimento do seu país, e não uma ação em conjunto. Logo:

Não seria possível explicar essas aparentes contradições e incoerências buscando o fio condutor apenas na política exterior dos países ou na concepção de integração regional. As situações internas desses países não permitiam elevado nível de coerência a suas ações externas. Como sabemos, os anos seguintes foram intensos de graves acontecimentos que levaram à renúncia e a golpes de Estado (BUENO et al, 2014, p. 568).

Soma-se a essa gama de problemas (especificamente sobre o tratamento das tarifas externas comuns), que iam paralisando o programa de redução tarifária para a política comercial na região, as rivalidades dos países, especificamente, Brasil e Argentina, que eram determinantes no sentido de uma maior integração; pois ambos viam a possibilidade de fortalecimento interno com maior presença comercial na região, deixando-se de lado o ideal de crescimento comum aos demais partícipes latino-americanos.

Pode-se afirmar que a década de 1960 foi intensa em iniciativas visando superar o subdesenvolvimento: Conferência de Alta Gracia, II Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, com a criação da Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês), Grupo dos 77. Nenhuma dessas iniciativas, porém, caminhava no sentido da integração. O novo governo brasileiro, resultante do golpe militar de março de 1964, sinalizou que a integração deveria ser entendida em primeiro lugar como instrumento de fortalecimento da própria posição comercial na região (BUENO et al, 2014, p. 569).

Um derradeiro elemento que poderia se destacar para o entendimento da falta de êxito da ALALC pode ser identificado com as preocupações de um crescimento voltado “para dentro”. Em períodos de agravamento de crises internacionais, como as do Petróleo de 1973 e 1979, apesar de ocorrer uma relativa ampliação do comércio intrarregional, ainda se dava preferência às relações de âmbito comercial com os países centrais como efeito de busca de soluções rápidas para os problemas oriundos dessas crises. Dessa forma, Araujo e F. Filho chamam a atenção que a conjuntura da

duplicação dos preços do petróleo com as crises internacionais de 1973 e 1979 provocou uma deterioração significativa no saldo em conta corrente do balanço de pagamentos da maioria dos países da Região. Isso os levou a adotar de maneira geral políticas de ajustamento econômico interno por meio da desaceleração da demanda e de políticas de restrições às importações, assim como a privilegiar a expansão das exportações para as zonas de moeda forte em detrimento do relacionamento com os países da Região (ARAUJO; FILHO, 2015, p.105).

As consequências, então, da busca de socorro ao recorrer às economias centrais, acabaram por comprometer o viés integracionista que se pensou buscar no início da década de 1960.

No âmbito geral do comércio entre os países participantes do tratado de criação da ALALC, no período de 1953 a 1970, apresentado na Tabela 1 sobre a “Evolução do intercâmbio entre os países da ALALC”, percebe-se, de uma maneira geral, que tiveram evolução irregular. Vale lembrar que os países participantes têm economias díspares com realidades completamente diferentes, com volumes e intensidades de comércio diferenciados devido às especificidades de cada um.

	1953-55	1959-61	1965	1970
Argentina	205	133	274	366
Brasil	133	86	202	303
Colômbia	3	5	20	53
Chile	59	35	56	152
Equador	9	7	13	17
México	5	6	44	93
Paraguai	13	9	17	24

Peru	50	37	62	65
Uruguai	29	4	16	29
Total	508	321	671	1702

Tabela 1 - Evolução do intercâmbio entre os países da ALALC (Valor FOB das exportações em milhões de dólares)²⁰

Destaca-se que países como Brasil, Argentina, e México, com economias industriais mais sólidas em relação aos países membros, tiveram, notadamente, expansão em suas exportações, seguidos, também, pela Colômbia. No período de 1959-61, houve uma queda no ritmo, demonstrando uma tendência geral entre os países, com pequena exceção para o México (salto de 5 em 1953-5, para 6 em 1959-61).

Ainda em relação à tabela, Furtado analisa que, a partir de 1965, a evolução do comércio dentre todos os países ocorreu de forma bem irregular, acarretando um modesto impacto nas economias locais. A taxa de crescimento comercial entre os mesmos também fora comedida e, em suas palavras, estava “evidenciando que o mecanismo criado por este [Tratado de criação da ALALC] não lograra um impacto significativo nas economias regionais” (FURTADO, 2007, p.365).

Na conferência da CEPAL em Mar del Plata em 1963, Raul Prebisch, em seu discurso, ressaltou o perigo não apenas do aspecto moroso, mas sobretudo da ineficácia de empenho na formação do mercado comum para a região, o que traria um revés à integração, fato substancial fundamentado pelo estudos da CEPAL para América Latina:

Pero hay algo que está al alcance de nuestras manos poder hacer, y que no depende ya de la cooperación internacional en un campo más vasto. Me refiero al intercambio recíproco entre nuestros países. Sería ocioso en esta oportunidad entrar a dar argumentos acerca de la

²⁰ A ALALC foi criada pelo Tratado de Montevideu em 1960. Em 1966, aderiu a ela a Venezuela, e, em 1967, a Bolívia. As exportações bolivianas para os países da área alcançaram, em 1970, 20 milhões de dólares, e as venezuelanas, 137 milhões.

Fonte: CEPAL, Elementos para elaboración de una política de desarrollo con integración para América Latina (Santiago, 1969) e INTAL, El proceso de integración en América Latina 1968-71. In: (FURTADO, 2007, p.366).

necesidad ineludible del mercado común latinoamericano. (...) Pero el esfuerzo que se está realizando no parece ser suficientemente vigoroso, no obstante la alta competencia del Comité Ejecutivo Permanente de la ALALC y de su secretaría. No se les puede pedir que vayan más lejos de los límites que los gobiernos han trazado. (...) No son los técnicos reunidos en forma permanente en Montevideo, ni la secretaría, los que van a poder resolver este problema. Los hombres de gobierno, los presidentes, los ministros de relaciones exteriores, que van a reunirse, son los que tienen que tomar esas grandes medidas para dar vida al mercado común latinoamericano. (...) ¿Qué es el mercado común? Es ir llegando gradualmente a la eliminación total de aranceles en un período equis de tiempo. No interesa mucho el largo de ese tiempo. Pueden ser 18, 20 o 25 años. Lo esencial es que se vaya al cumplimiento de los objetivos que están pactados. (...) Caben distintas soluciones. Pero lo que no cabe es mantener la ilusión de pretender llegar al mercado común sin fijar un objetivo, sin trazar claramente la marcha hacia el mercado común. Si no estamos dispuestos a un acto de audacia reflexiva, mediante un compromiso cuantitativo de esta naturaleza, es mejor que no hablemos más de mercado común latinoamericano. La audacia es indispensable frente a la gravedad de los acontecimientos que tiene que afrontar América Latina. O queremos ir al mercado común, o no queremos. (...) Si no hay la decisión suficiente, es preferible que se cierre este capítulo y que la ALALC se convierta en un organismo de arreglos preferenciales entre los países latinoamericanos, que no va a contribuir poderosamente a resolver el problema fundamental del estrangulamiento de nuestras economías. (ECOSOC (1963), Comisión Económica para América Latina: informe anual, p. 96 in GONÇALVES, 2011, p. 103).

Apesar das críticas feitas por Prebisch em relação à forma pela qual o processo vinha sendo conduzido, o fato é que os resultados desse impulso inicial em relação ao incremento do comércio regional se mostraram aquém do que fora projetado para a região, o que levaria ao fracasso diante das assimetrias estruturais dos países membros e das posturas ainda protecionistas e dos problemas relacionados à questão das respectivas dívidas externas²¹. E, como fora cada vez mais tendo dificuldade em se criar um mercado interno, o objetivo

²¹ “A crise da dívida externa terminou por sepultar de vez o multilateralismo. A necessidade de obter grandes saldos comerciais para financiar os juros da dívida restringiu as importações intra-regionais e deslocou as iniciativas de integração para o plano bilateral através da criação ALADI, que veio então substituir a ALALC”. (MARTINS, 2013, p. 12)

da constituição de uma zona de livre comércio malogrou, o que projetaria, para os anos 80, um novo acordo ambicioso no sentido de envolver toda a América Latina na proposta de integração.

1.3 – A experiência da ALADI

Com um novo cronograma criado no final da década de 1970, foi repensada a reestruturação da ALALC e, assim, esta seria substituída pela ALADI – Associação Latino-Americana de Integração -, por meio do Tratado de Montevideo em 12/08/1980²², vislumbrando uma nova etapa para o projeto de integração.

Inicialmente, contou com os países que compunham a ALALC (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) e a entrada, posteriormente, da República de Cuba e da República do Panamá em 26 de agosto de 1999 e 10 de maio de 2012, respectivamente.

Como objetivos a serem alcançados para além do que fora a ALALC, pretendia-se constituir mecanismos que iriam na direção de estabelecer:

a Preferência Tarifária Regional, os Acordos de Alcance Regional, os Acordos de Alcance Parcial e o Sistema de Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo. O Tratado de Montevideu de 1980 previu também a possibilidade de realização de Acordos de Alcance parcial com outros países ou áreas de integração da América Latina, e também com países ou áreas de integração de fora da América Latina, desde que fossem atendidas determinadas condições (extensão de concessões etc.) (DATHEIN, 2005, p.7).

No decorrer do processo de funcionamento da ALADI, vários problemas afetaram o sucesso das pretensões estabelecidas em seu Tratado constitutivo como um marco de um novo ordenamento.

²² Tratado de Montevideo.

<http://www2.aladi.org/biblioteca/Publicaciones/ALADI/Secretaria_General/Documentos_Sin_Codigos/Caja_062_001_pt.pdf>. Acessado em: 18 de setembro de 2019.

A partir de sua concepção, a ALADI admitia negociações bilaterais ou multilaterais, o que, ao longo de sua existência, deixou de se comportar e negociar enquanto bloco, seja na questão tarifária de exportações e importações, seja na negociação de dívidas externas desses países membros.

Ao constituir um viés de atuação apenas comercial, o que já havia ocorrido com a ALALC, não se conseguiu avançar em direção a uma maior integração. A inexistência de uma maior amplitude na área de cooperação industrial, fator determinante das orientações e diagnósticos cepalinos, como superação do atraso para o continente, ou mesmo a determinação tarifária externa comum, foi minando a possibilidade de uma amplitude integracionista.

Outra constatação que se pode observar é a de que a relação de aproximação desejada entre os países signatários do Tratado constitutivo, na realidade, não aconteceu, pois esses países passaram a se comportar como concorrentes entre si. Como sugere Gonçalves et al,

uma explicação para o fracasso [das tentativas de integração] é o fato de que os governos latino-americanos viam seus mercados domésticos como um ativo estratégico, e seus vizinhos latino-americanos como concorrentes no fornecimento de produtos primários ou processados para um mercado internacional cuja demanda tinha baixíssima elasticidade-renda. Por isso, os países portam-se mais como concorrentes que parceiros, comportamento que dificulta o avanço das experiências e que, em casos de crises econômicas, provoca sempre o retrocesso dos processos de integração". (GONÇALVES et al, 1998, p.86).

Assim, Dathein, ao citar Vacchino, aponta que:

segundo a Secretaria da ALADI, o não avanço da integração foi resultado da adoção de atitudes defensivas para resguardar a atividade econômica interna e para cumprir os compromissos econômicos externos, além de que houve redução da vontade política de avançar na integração e também falta de respostas dos mecanismos existentes aos persistentes desequilíbrios comerciais entre os países membros (VACCHINO, 1987, n.p. apud DATHEIN, 2005, p.11).

Cabe ressaltar que outro fator que vai contribuir para a dificuldade de avançar esteve relacionado à questão das dívidas externas dos países durante a década de 1980, cuja preocupação apontava para a tentativa de ampliar os saldos da balança de comércio, principalmente, buscando divisas em outras regiões, impedindo que o comércio interno pudesse alcançar maior amplitude.

Dessa maneira, pode-se afirmar, também, sobre a retração do comércio interno na região que:

a partir de meados dos anos 1980, os países latino-americanos começaram a adotar programas de liberalização comercial, que, acentuados pela tendência de apreciação das moedas locais na década de 1990, acabariam por provocar um crescimento mais forte das importações relativamente ao das exportações. Como resultado, ao fim da década, todos os países da América Latina, (...), acumulavam grandes déficits comerciais e em conta corrente (VENTURA-DIAS; CABEZAS; CONTADOR, 1999 apud CASTILHO, 2012, p. 12).

1.4 – O Acordo de Cartagena – O Pacto Andino

Como saída, e devido a maior proximidade territorial e semelhança no que se refere à estrutura econômica, alguns dos países resolveram, então, encaminhar uma proposta de integração sub-regional. Assim Chile, Peru, Colômbia e Venezuela acabaram formando o chamado Grupo Andino, a partir do Acordo de Cartagena²³ de 1969, com a posterior entrada do Equador e da Bolívia; e alterado, mais uma vez, com a saída do Chile em 1976.

Cabe salientar que, hoje, sua denominação é Comunidade Andina (CAN), estabelecida em 1996 com o Protocolo de Trujillo²⁴.

O intuito da criação dessa instituição era que, em que pese um acordo sub-regional, sedimentaria as bases para uma integração em âmbito regional.

²³ Acordo De Integração Sub-Regional Andina (Acordo De Cartagena). Disponível em: <<http://www.informatica-juridica.com/acuerdo/acuerdo-de-cartagena-de-26-de-mayo-de-1969/>> Acesso em 15 de setembro de 2019

²⁴ *Protocolo Modificador del Acuerdo de Integración Subregional Andino (Acuerdo de Cartagena)* http://www.sice.oas.org/Trade/Junac/Carta_Ag/Trujillo.asp Acesso em 15 de setembro de 2019.

Destaca-se, ainda, a proeminência de se estabelecer uma tarifa externa a ser praticada de forma comum a todos os seus membros, bem como o acordar uma política comum relacionada a capitais estrangeiros, além da destinação de investimentos industriais; claramente tendo, como horizonte, uma união aduaneira²⁵.

Contudo, tal nível de complexidade institucional não gerou resultados significativamente positivos à integração andina, assim como nas demais experiências integracionistas da América Latina. Nos primeiros anos de sua criação, o Pacto Andino contava com a participação de Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e Chile. Esses dois últimos deixaram o processo de integração ao longo do tempo. Enquanto a saída do Chile ocorreu em 1977, no contexto de liberalização comercial do regime do general Augusto Pinochet, a saída da Venezuela foi mais recente, ocorrendo em 2006. A saída do país da integração andina foi acompanhada ao pedido de adesão ao Mercado Comum do Sul (Mercosul). (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p. 63).

Apesar das instituições criadas, estas não apresentaram a eficiência capaz de fortalecer o objetivo integracionista e, ainda, a este problema, somam-se, mais uma vez, as conjunturas internas como as instabilidades políticas, questões relativas ao narcotráfico e às guerras de guerrilhas, principalmente na Colômbia.

Até essa fase, a concepção, segundo Silva e Costa (2018, p. 25) da “situação de ‘subdesenvolvimento’ era considerada nada mais do que uma etapa das sociedades latino-americanas em seu caminho para o desenvolvimento”, sendo importante ressaltar, então, que esta visão sobre as realidades no subcontinente passava pelo crivo de que, para haver

²⁵ “A expressão união aduaneira simboliza uma associação de um grupo de países que se caracteriza por dois pontos: a adoção de uma tarifa externa comum e a livre circulação das mercadorias oriundas dos países associados. A implantação de uma Tarifa Externa Comum, conhecida como TEC, quer dizer que todos os países do grupo aplicarão a mesma taxa em relação à importação de bens de países fora do grupo. Essa TEC vai eliminar a concorrência entre os associados junto aos fornecedores”. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2130:catid=28&Itemid=23>

desenvolvimento, seria imprescindível cumprir o percurso do processo de industrialização.

1.5 - Teoria Da Dependência²⁶ – A Crítica À CEPAL

No decorrer da instalação da CEPAL e da formulação de suas teorias para o desenvolvimento da região, constatou-se que o subdesenvolvimento continuava a ser uma realidade – em que pese um crescimento da industrialização. As críticas se avolumaram, contando, inclusive, com membros pertencentes aos próprios quadros dessa instituição, haja vista as publicações do próprio Celso Furtado em fins da década de 1960.

A que terá peso substancial será a Teoria da Dependência formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, que, por sua vez, será refutada pela Teoria Marxista da Dependência.

O processo de crítica à CEPAL, a partir de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, levou em conta o apontamento e reconhecimento de Celso Furtado que passou a ver o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não como fases, mas sim, como uma unidade pertencente ao sistema econômico internacional²⁷. Os dois autores, então, redirecionaram uma análise histórica e esquemática dessa dinâmica (LOVE, 2011, p. 219).

O contraponto de Cardoso e Falleto às orientações da CEPAL era de que suas formulações não davam a “atenção necessária às especificidades de cada país da região e, conseqüentemente, ignorava as relações sociais e as

²⁶ O Termo Teoria da Dependência designa uma extensa, diversificada e original produção teórica nas Ciências Sociais latino-americanas, principalmente, entre as décadas de 1960 e 1970. Essa produção foi realizada por uma jovem geração de intelectuais acadêmicos, vindos de países sul-americanos, em especial, Argentina e Brasil e que confluíram naquele período para a cidade de Santiago (Chile) (SILVA; COSTA, 2018 p. 15).

²⁷“(…) infere-se que o subdesenvolvimento não pode ser estudado como uma “fase” do processo de desenvolvimento, fase que tenderia a ser superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneas das economias desenvolvidas das quais, de uma ou de outra forma, dependem, as economias subdesenvolvidas não podem reproduzir a experiência daquelas. Em síntese: desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna” (FURTADO, 1973, pp. 8-9).

articulações dentre as classes que dirigiam o processo político e econômico” (BARROS, 2009, p.24).

A nova concepção defendida teria que levar em consideração uma

perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justapô-los. Isto supõe que a análise ultrapasse a abordagem que se pode chamar de estruturalista, reintegrando-a em uma interpretação feita em termos de “processos históricos”. Tal interpretação não significa aceitar o ponto de vista ingênuo que assinala a importância da sequência temporal para a explicação científica – origem e desenvolvimento de cada situação social -, mas que o devir histórico só se explica por categorias que atribuam significação aos fatos e que, em consequência, sejam historicamente referidas. Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico. (CARDOSO; FALLETO, 2004, p.34).

As bases nas quais estavam assentadas as análises dos “dependentistas”, como ficaram conhecidos, rechaçavam as ideias que partiam das ciências sociais estadunidenses (SILVA; COSTA, 2018), que defendiam como etapa para o desenvolvimento, apenas, uma modernização econômica industrial.

Na conjuntura antidemocrática que se desenhava no continente, a partir da década de 1960, a teoria da dependência via

sua primeira etapa de formulação entre 1964-1973, no encontro de exilados das diversas ditaduras que começam a proliferar na América latina. Nesse momento fundacional cristalizam-se duas grandes versões da teoria da dependência, que estarão em confrontação mais ou menos aberta a partir dos anos 70 (MARTINS, 2001, p.156).

A análise de Cardoso e Falleto chamou a atenção para as relações e interesses de classes que se estabeleciam dos dois lados do sistema Centro-Periferia. Assim, “os interesses da burguesia do centro e, por implicação os de seu proletariado superpunham-se aos da burguesia periférica” (LOVE, 2011, p. 218).

Certo é que a partir de uma visão que ia além da observação das estruturas econômicas da dependência, a possibilidade de desenvolvimento estaria aberta na medida em que pudesse se ajustar aos interesses políticos das classes burguesas, tanto dos países periféricos como dos países centrais. Além de ter o Estado como mediador desses interesses, contribuiria com o desenvolvimento, mesmo numa condição dependente. Assim justificam que:

Por certo, a existência de um “mercado aberto”, a impossibilidade da conquista dos mercados dos países mais desenvolvidos pelas economias dependentes e a incorporação contínua de novas unidades de capital externo sob a forma de tecnologia altamente desenvolvida e criada mais em função das necessidades intrínsecas das economias maduras do que relativamente atrasadas fornecem o quadro estrutural básico das condições econômicas da dependência. Mas a combinação destas com os interesses políticos, as ideologias e as formas jurídicas de regulamentação das relações entre os grupos sociais é que permite manter a ideia de “economias industriais em sociedades dependentes” (CARDOSO; FALLETO apud SILVA; COSTA, 2018, p. 76).

Com esses autores, pode-se afirmar que havia uma preocupação em pensar as estruturas econômicas da dependência e, portanto, a possibilidade de crescimento nessas mesmas condições, desde que um novo setor econômico, uma nova burguesia, se encarregasse de liderar o processo que levaria ao desenvolvimento atrelado aos monopólios internacionais. Ou seja, a conclusão era a de dependência, mas com desenvolvimento e, sempre, a partir de um impulso estatal.

Cabe ressaltar que a ideia de desenvolvimento passava, também, por superar o período da ditadura militar. Assim, Silva e Costa lembram que:

A perspectiva de Cardoso que se apresenta em *Dependência...* mantém dimensões que já estavam em seu trabalho *Empresário industrial e o desenvolvimento do Brasil (1964)* e artigos de época que consideravam a debilidade da burguesia local. (SILVA; COSTA, 2018, p. 150).

Silva e Costa lembram, ainda, das mudanças de concepções de Cardoso a respeito do que outrora afirmou sobre a possibilidade, apenas, de poder existir “subdesenvolvimento ou socialismo”. Mudança essa que levaria às polêmicas com os demais autores da dependência, pois Cardoso passou a ter como meta “se fixar nas possibilidades do desenvolvimento associado com o capital estrangeiro” (SILVA; COSTA, 2018, p. 150).

1.6 - Teoria Marxista da Dependência

Essa outra vertente de categoria analítica também procurou entender os limites do estruturalismo desenvolvimentista da CEPAL, e principalmente, vai se chocar com a vertente “Dependentista” representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto.

Teve como fundadores os autores que se situavam em luta política direta e que apresentavam uma postura de “contraposição (...) dando lugar a formação de uma ‘teoria marxista da dependência’” (PRADO; CASTELO, ANO X).

Assim, autores como Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, bem como Orlando Caputo e Jaime Osório teceram críticas que, de acordo com Luce (2018), apontavam para uma nova explicação do porquê de a dependência persistir. Destaca-se que levaram em consideração, também, o posicionamento mais crítico de importantes colaboradores da própria CEPAL, como Celso Furtado que passou a observar os limites do desenvolvimentismo defendido pela instituição até então.

O embate que se dava, a partir do posicionamento desses autores, era o de tentar explicitar que a “acumulação de capital *ocorre* na economia dependente, mas sobre determinadas condições, de tal maneira que, para mais

desenvolvimento capitalista, mais dependência” (LUCE, 2018, p.199, grifo do autor). Ou seja, a dependência, mesmo com o crescimento econômico, se amplia e “se mantém como característica geral das formações econômico-sociais subordinadas ao imperialismo (a menos que venha a sua ruptura mediante a revolução)” (LUCE, 2018, p.199).

Como exemplo das críticas ao que vinha se estabelecendo pode-se apontar que Gunder Frank, a partir de suas obras, marcará o debate cujo alvo vinha contra os dualismos presentes na produção intelectual como “- progressivo e atrasado, feudal e capitalista -, que alimentavam uma concepção etapista da história e, em termos políticos (...) a América Latina precisaria alcançar um determinado patamar de desenvolvimento capitalista” (PRADO; CASTELO, YY, p.7).

Outra contribuição importante para tentar entender o caráter da dependência no continente americano vem a ser de Theotônio dos Santos que assim passa a entender a dependência:

La dependencia es una situación en la cual un cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida. La relación de interdependencia entre dos o más economías, y entre éstas y el comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y autoimpulsarse, en tanto que otros países (los dependientes) sólo lo pueden hacer como reflejo de esa expansión, que puede actuar positiva y/o sobre su desarrollo inmediato. De todos modos, la situación de dependencia conduce a una situación global de los países dependientes que los sitúa en retraso y bajo la explotación de los países dominantes. (DOS SANTOS, 2011, p. 361).

Sintetizando seu pensamento sobre a dependência, que entendia o centro e a periferia como um sistema, passou a ter como horizonte que só uma revolução de caráter socialista levaria ao rompimento do desenvolvimento dependente. Dado o exposto, inferiu que:

[...] la profunda crisis latinoamericana no puede encontrar solución dentro del capitalismo. O se avanza revolucionaria y decididamente hacia el socialismo y se abre un camino de desarrollo y progreso para las amplias masas de nuestros países, o se apela a la barbarie fascista, única capaz de asegurar al capital las condiciones de supervivencia política por un cierto tiempo para que pueda continuar su desarrollo dependiente, basado en la superexplotación de los trabajadores, la desnacionalización de nuestra economía, la exclusión de vastos sectores de la pequeña burguesía, la aventura exportadora en detrimento del consumo de las masas nacionales. Tal tipo de “desarrollo económico” sólo podrá imponerse en base a la más bárbara tiranía (DOS SANTOS, 2011, p. 567).

Soma-se a esses autores Ruy Mauro Marini, que contribui com essa vertente ao desenvolver os conceitos de subimperialismo²⁸ e superexploração do trabalho²⁹ no ciclo do capital em uma economia dependente.

²⁸ “(...) Definimos, em outra oportunidade, o subimperialismo como a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma que não apenas se acompanha de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista como se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional.” (MARINI, 1977, p. 17).

²⁹ “A partir do conceito de superexploração e do ciclo do capital na economia dependente, Ruy Mauro apresentou, por meio das relações sociais de produção, o eixo estruturante da dependência e que se constitui enquanto projeto político, isto é, a unidade entre os estratos burgueses latino-americanos e o capital imperialista. Em seu trabalho, a superexploração foi definida como a violação do valor da composição da força de trabalho. Essa violação ocorreria por meio da intensificação da atividade produtiva, do prolongamento da jornada de trabalho ou da expropriação da parte do trabalho necessário para a reposição do operário enquanto força laboral (...). Marini afirmou que a razão pela qual a superexploração ocorre no interior das economias latino-americanas advém da necessidade dos setores internos do capital se restituírem frente à transferência de valor que são obrigados a ceder aos países centrais no processo de intercâmbio desigual.

Uma vez obrigados a transferir valor gratuitamente para os países imperialistas via relações comerciais desiguais, isto é, transferir parte da mais-valia acumulada mediante a expropriação do trabalho, os setores autóctones do capital não buscariam sua restituição por meio de uma disputa inter - burguesia ou pelo aumento da capacidade do trabalho, senão pela via da superexploração da força de trabalho no interior das economias dependentes. Assim, evidencia a assimilação que Marini fez dos chamados termos de troca presente no pensamento cepalino, em especial nas elaborações de Raúl Prebisch, no entanto, superou-o ao dimensionar as consequências da deterioração dos termos de troca para as relações de produção na América Latina.

Essa perspectiva fora mantida em *Las razones del neodesarrollismo*, produção na qual Ruy Mauro Marini rebateu as deselegantes e desonestas críticas de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, e reafirmou a umbilical relação entre a deterioração dos termos de troca e a superexploração da força de trabalho, sendo que “(...) *Esta explica o forte desenvolvimento da*

Tal conceito fora desenvolvido para pensar a projeção brasileira no subcontinente no período da Ditadura Civil-Militar, a partir dos axiomas: expansão da busca de mercados devido aos constrangimentos internos e da manutenção de uma relativa autonomia, estabelecendo uma cooperação antagônica com os centros de poder, especificamente, os Estados Unidos.

Desde então, alguns trabalhos acadêmicos se debruçaram em analisar a atuação brasileira no continente sob o prisma desenvolvido por Marini. A exemplo de Souza (2010), Silva (2018) e Jaeger (2018), que motivaram o debate sobre essa ação – o subimperialismo, identificado no período da Ditadura Civil-Militar (1964 – 1985) – e se poderia replicar esse modelo nos mandatos do Presidente Lula da Silva, de 2003 a 2010.

Ao trazer esse debate em sua obra, a pesquisadora Bruna C. Jaeger também ressalta o trabalho de Maria Regina Soares de Lima (1990), que aponta uma integração imperialista responsável por fomentar as condições de subimperialismo em atores semiperiféricos que, de fato, proporcionaria uma forma de hegemonia regional e intermediária, atendendo às necessidades do centro do sistema³⁰.

Sob essa assertiva, e partindo do trabalho de Marini, Jaeger aponta que convergem no entendimento de que “o subimperialismo está inserido na ótica capitalista hegemônica, na qual o país considerado subimperialista amplia seus capitais sobre as economias vizinhas, contudo, limitado pelas imposições do capital monopolístico global” (JAEGER, 2018, p.231).

economia exportadora latino – americana, apesar do intercâmbio desigual” (SILVA; COSTA, 2018, pp. 171-172, grifos do autor).

³⁰ “O subimperialismo resultaria da inserção semiperiférica na divisão internacional do trabalho; o surgimento dessa categoria de Estado é visto como uma manifestação do desenvolvimento desigual do sistema mundial. Assim, os atores semiperiféricos tenderiam a se constituir em centros de hegemonia regional, comportando-se como “intermediários” dos interesses estratégicos, políticos e econômicos das potências centrais numa dada região. Em troca de um papel subimperial na esfera regional, o centro reconheceria seu status de “aliado especial”, garantindo benefícios e concessões de natureza econômico militar. Embora o conceito careça de elucidação, o subimperialismo implica dominância regional, ainda que mantida a dependência ou mesmo a subordinação face aos Estados centrais. Os países semiperiféricos exibiriam, portanto, duas características principais: uma relação de tipo imperialista com seus vizinhos e uma relação de simbiose entre os Estados centrais e suas elites” (JAEGER, 2018, p.224).

A manifestação, então, da categoria “subimperial” está posta a partir dos primeiros passos do golpe militar no Brasil, em detrimento do que fora a Política Externa Independente (PEI) do governo Jânio Quadros, que se estenderia, também, ao governo João Goulart³¹.

Destacando-se já a partir do primeiro Presidente Militar, Marini lembra que:

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não somente uma decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia norte-americana; expressa também a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política exterior brasileira posta em marcha depois do golpe de 1964; não se trata de aceitar passivamente as decisões norte-americanas (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), senão que colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país chave (MARINI, 1974, p. 74).

³¹ “Entre 1961 e 1964, estiveram à frente do governo os presidentes Jânio Quadros e João Goulart. Ressalvadas várias diferenças entre eles – no que respeita a características pessoais, políticas (eram de partidos e tendências diferentes, mas a lei eleitoral permitia essa composição), de percepção da realidade brasileira, como da própria administração de cada um –, alguns elementos comuns podem ser identificados na gestão deles. Em primeiro lugar, a manutenção, durante toda a vigência da PEI, dos princípios do universalismo, do independentismo e do desenvolvimentismo, princípios esses que favoreceram a unidade e a continuidade na política exterior do período de 1961 a 1964, e embasaram a proposta arrojada de relações internacionais sem constrangimentos ideológicos em um momento de Guerra Fria, no qual, para muitos, essa independência não seria viável, nem sequer possível. Em segundo, o envolvimento da opinião pública com assuntos de política exterior também foi inequívoco durante todo o período de vigência da PEI. Esse envolvimento é fruto da evolução de uma política populista já identificável, por exemplo, com Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, em anos anteriores. A noção, ainda que incipiente e não exatamente ilustrada de grande parte da população, da existência do perigo comunista inflamava os ânimos contra qualquer aproximação com países que não compusessem o conjunto do Ocidente (...).

De fato, a conjuntura nacional da época, aliada a um contexto internacional em que o arrefecimento da rigidez bipolar já se iniciava, possibilitou o fortalecimento e a ampliação do espaço democrático interno e a expressão dos diferentes projetos que os grupos de esquerda e nacionalistas advogavam para a sociedade brasileira, tornando visíveis as contradições sociais e acirrando a luta político-ideológica. A intensa mobilização popular que caracterizou o período e foi crescente num clima político marcadamente anti-imperialista, que vigorou também em outros países da América Latina, estimulou a organização das forças sociais conservadoras que se sentiam perigosamente ameaçadas pelo avanço das reformas estruturais na sociedade a serem empreendidas em curto prazo. O fim do governo de João Goulart demonstrou que as dificuldades internas para administrar a crise brasileira eram tão grandes que a PEI não pôde ser levada adiante em sua integridade. Esse processo culminou com a deposição de Goulart, em 1964” (MANZUR, 2014, pp. 195-197).

No contexto da Ditadura Civil-Militar, ocorria o afastamento da PEI, e de seus princípios “tais como o nacionalismo, base da industrialização brasileira, o ideário da Operação Pan-Americana e autonomia do Brasil em face da divisão bipolar do mundo e da hegemonia norte-americana sobre a América Latina” (CERVO; BUENO. 2015, p.394).

Vislumbrava-se nas organizações de caráter continental, tais como a OEA, o TIAR, além da Aliança para o Progresso e a própria Alalc, maior atrelamento com os Estados Unidos, e assim, “a integração latino-americana supunha, em tais condições a limitação das soberanias e o apoio econômico dos Estados Unidos” (CERVO; BUENO, 2015, p. 402). Iniciativas resultantes foram o rompimento com Cuba em 1964, além do apoio aos golpes militares.

Em termos de ações subimperialistas, os autores chamam a atenção para que não se incorram em equívocos ao “conceber a política externa do regime militar como uma unidade de propósitos e métodos”. Mas Jaeger retoma essa discussão ao destacar, a partir do trabalho de 2012 do argentino Raúl Zibechi, a simbiose entre os interesses da potência hegemônica na região acerca da política de segurança do hemisfério, resultando em iniciativas “entre os regimes militares para o combate ao comunismo em associação aos Estados Unidos, a partir da chamada Operação Condor³²” (JAEGER, 2018, p. 239).

³² “Os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, procuraram fortalecer sua presença na América Latina. Para tanto, em 1945, no México, durante a Conferência de Chapultepec, eles levaram ao conhecimento dos militares latino-americanos as teorias anticomunistas formuladas pelos Estados Unidos da América (EUA) que justificavam tal política. Começava uma nova era nas relações entre América Latina e Estados Unidos durante o período da Guerra Fria. A Doutrina da Segurança Nacional (DSN), que teve forte impacto na América Latina nessa época, serviu de justificativa às ações dos militares na região (...).

Segundo essa doutrina, o inimigo de um país era também dos demais países fronteiriços. Tal era a razão de, gradualmente, os países da região articularem suas ações militares. A partir dos anos 1960, implantaram-se Estados repressivos e terroristas, que se perpetuaram por muitas décadas. A esse processo foram aderindo progressivamente o Brasil (1964), a Argentina (1966), o Peru (1968), a Bolívia (1969), o Chile (1973) e o Uruguai (1973) (...)

Para o avanço das ditaduras que foram implantando-se em cada um dos países, os militares contaram em maior ou menor escala, com o apoio de empresários, de líderes religiosos, e de outros grupos da sociedade civil. O processo de constituição da Operação Condor contou com a assistência das principais agências norte-americanas de serviço secreto. CIA e FBI, através de auxílio financeiro e técnico, treinaram e assessoraram os militares em técnicas de combate aos grupos opositores, durante todo o período das ditaduras civil-militares *conosureñas*.

Demais iniciativas ocorreram demonstrando “o caráter expansionista do subimperialismo brasileiro, tal como a diretriz propagada por membros da Escola Superior de Guerra, cujo lema era “engrandecer ou padecer” (JAEGER, 2018, p. 236), consubstanciada na figura de Golbery do Couto e Silva, o que traria ainda diversas ações explícitas da relação colaborativa com os Estados Unidos, conjugando com os próprios interesses brasileiros. Logo:

A atuação regional do Brasil, de acordo com Zibechi, ameaça invadir o Uruguai; participa do golpe de Estado na Bolívia, garantindo, por meio de acordos, o controle de recursos naturais na região; acerta a construção de Itaipu para atrair o Paraguai e isolar a Argentina, tomando, de quebra, um espaço estratégico do território paraguaio (JAEGER, 2018, p. 239).

Ao longo do período ditatorial, várias reorientações da política externa foram feitas, mostrando que não houve uma unidade de ações por parte dos diversos governos, durante o contexto da Guerra Fria, na associação com os Estados Unidos e na forma de projetar o país na região,

a unidade que houve deve ser procurada, a partir de 1967, no projeto de desenvolvimento nacional. A política externa destinou-se a suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento de forma autônoma, na medida do possível (CERVO; BUENO, 2015, p. 408).

O ano-marco da constituição da Operação Condor foi 1975. A partir de então Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai foram aderindo a ela através de ações militares conjuntas (...). Em 1978, Peru e Equador seguiram o exemplo dos países mencionados.

A participação brasileira

A partir de 1964, o Presidente Castelo Branco, o primeiro governo da ditadura civil-militar brasileira, mudou o posicionamento da política externa brasileira (PExB). Adotou uma percepção de mundo calcada na ideia dos círculos concêntricos e das fronteiras ideológicas da Guerra – Fria. (...) Embora criada nos anos '70, a Operação Condor tinha suas raízes na colaboração brasileira com alguns países do Cone Sul, a partir do final da década de '50. Entre 1959 e 1960, a Escola Superior de Guerra (ESG), promoveu cursos de capacitação sobre *inteligência* e repressão para os serviços secretos dos países que, posteriormente, integraram a Condor. Mais tarde, em 1965, as aulas foram retomadas no Brasil e cursadas até 1973, sendo que em 1971 havia sido fundada a Escola Nacional de Informações (EsNI), responsável pela formação brasileira de novos integrantes dos aparelhos de segurança (...) Ademais, o governo brasileiro também colaborou com os golpes militares na Bolívia (1971), e ao longo do ano de 1973 no Uruguai e no Chile. Essas circunstâncias comprovam a atuação do Brasil com relação às ditaduras sul-americanas, que já havia tido início antes da década de '70” (MARMONTEL BRAGA, 2014, pp. 111-136).

A teoria da dependência, em seu conjunto, perdeu espaço a partir do rearranjo político que culminou no golpe de 1964. As perseguições políticas que se seguiram a vários intelectuais que, mesmo produzindo fora do país, como foi o caso de Ruy Mauro Marini, inevitavelmente, levaram a um revés na discussão que tinha um viés marxista de análise para entender e superar os caminhos que levaram a América Latina àquele patamar de dependência dos grandes centros capitalistas, sobretudo dos Estados Unidos.

Notadamente, no decorrer da década de 1970, essa vertente da teoria da dependência também perdeu espaço para as interpretações e formulações neoliberais, revelando um mundo cujas economias cada vez mais se inseriam em um contexto de globalização.

1.7 - O MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)

Em que pesem as divergências Brasil-Argentina ao longo do século XX, e que não deixava de estar presente uma disputa pela hegemonia da região, foi no final dos anos 70 que começou acontecer uma maior aproximação e vislumbre de colaboração, principalmente, tendo a contribuição da redemocratização nesses países nos anos 80, que desembocou na formação do Mercosul em 1991.

A conjuntura era a da elevação das taxas de inflação e a crise da dívida externa, o que os tornavam ainda mais vulneráveis nos âmbitos regional e internacional. O horizonte para a tentativa de solução passava por um desenlace conjunto, levando à necessária aproximação entre Brasil e Argentina, os dois principais expoentes políticos e econômicos da região.

Com essa aproximação, ampliava-se, também, um componente político de união, na medida em que contendas iam sendo resolvidas, e uma importante estava relacionada à questão da construção de Itaipu. A divergência que envolveu o governo brasileiro e o argentino sobre Itaipu enveredou pelas décadas de 1960 e 1970,

quando a quase totalidade da América Latina estava sob regimes de caráter militar ou ditaduras de fato, deu-se a negociação do Tratado de Itaipu entre Brasil e Paraguai. A partir daí, abria-se uma fase caracterizada por grandes rivalidades político-militares e econômico-comerciais entre os dois grandes países da região, Brasil e Argentina, que passaram a se enfrentar diplomaticamente, em face das divergências em torno do aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata (FERRES, 2004, p.661).

As negociações do governo brasileiro com o Paraguai, a partir de 1961, haviam ampliado as desconfianças por parte da Argentina, que via, neste acordo, importantes perdas. Como sublinha Jussaramar, que seriam:

além da parceria que visava à construção de hidrelétricas (como a Usina de Corpus), que seria realizada em acordo com o Paraguai, corria o risco de perder sua hegemonia sobre aquele país, o que lhe garantia privilégios no escoamento de seus produtos pelas hidrovias de Cuenca, na parte paraguaia. (JUSSARAMAR, 2010, p.84).

Após as disputas e impasses em uma série prolongada de reuniões com representantes dos dois Estados, e que se estenderam por vários governos militares, a solução finalmente viria a partir de 1979, acordada entre Brasil, Paraguai e Argentina, “com o formato desejado por Buenos Aires e o conteúdo propugnado por Brasília” (SERRES, 2004, p.670).

A importância do acordo tripartite sobre Itaipu abriu caminho fundamental para o Brasil e seu entorno, que:

Assim, na sua percepção, ao estreitar laços com o vizinho austral no decorrer dos anos 80, a política externa brasileira não somente aumentava a possibilidade de diversificar os vínculos econômico-comerciais com o resto do mundo como aumentava o peso político da América Latina nas negociações com os países desenvolvidos. Não obstante, é importante observar que a estratégia de globalização dos vínculos comerciais foi iniciada por Geisel. A grande mudança do governo Figueiredo foi perceber que não seria possível concretizar

uma estratégia de integração regional sem a Argentina (FERRES, 2004, p.670).

Outro elemento que viria a se somar foi a postura brasileira favorável à Argentina em 1982 na Guerra das Malvinas, mesmo sem uma participação direta no conflito. Essas aproximações e negociações bilaterais faziam estreitar laços outrora contenciosos (Campbell, 2000).

Em 1985, período posterior às ditaduras, tendo José Sarney como Presidente do Brasil; e Raúl Alfonsín, da Argentina, criou-se o PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica). Complementado, em 1988, com o Tratado Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que deliberou, além de um espaço econômico comum, remoção dos impostos de importações, para, posteriormente, chegar a um mercado comum³³.

A partir de 1990, os Presidentes Fernando Collor (Brasil) e Carlos Meném (Argentina) assinaram, em duas oportunidades, a Ata de Buenos Aires (julho), bem como o Acordo de Complementação Econômica (dezembro) que, respectivamente, definia a antecipação do prazo para a formação do mercado comum entre ambos os países e instituiu um programa de liberalização do comércio de bens para 31 de dezembro de 1994.

Esse processo, que se desenvolvia com uma maior aproximação e cooperação entre Brasil e Argentina, teria seu ponto chave em 1991, com a criação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)³⁴.

³³ “Na mesma reunião houve também a assinatura, entre Argentina, Brasil e Uruguai, do Acordo Tripartite número 1, sobre Transporte Terrestre, e das Decisões Tripartites números 2 e 3. Através desses documentos, encaminhava-se um processo de integração entre os três países, visando à incorporação do Uruguai aos acordos Brasil-Argentina” (DATHEIN, 2005 p. 11).

³⁴ “Em 26 de março de 1991, a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai assinam, na cidade de Assunção, o tratado pelo qual se estabelecem as bases para a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (...) Com base no artigo 20 do Tratado de Assunção, que habilita a adesão ao MERCOSUL dos Estados Membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), o processo de integração também foi marcado pela incorporação de novos membros. Firmado o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, em 4 de julho de 2006, e uma vez incorporado aos ordenamentos jurídicos internos dos Estados Partes, a República Bolivariana da Venezuela entra como membro pleno ao bloco regional. Posteriormente, em 17 de julho de 2015, é celebrado o Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL o qual, enquanto estiver em vias de incorporação pelos

De acordo com Esteves, ao citar Vizentini,

o que estava por trás desta crescente cooperação era uma reação à crescente marginalização da América Latina no sistema internacional, a tentativa de formular respostas diplomáticas comuns aos desafios internacionais, a busca pela complementaridade comercial, a criação de fluxos de desvio de comércio e um esforço conjunto no campo tecnológico bem como outros projetos específicos. (VIZENTINI, 1998 apud ESTEVES, 2009, p.8).

O modelo intrabloco sofreu uma série de problemas ao longo de sua implantação, principalmente na questão da definição de tarifas externas comuns. O que definia a formação da união aduaneira, porém ajustou-se aos ditames do Consenso de Washington, e a CEPAL passou a identificar como “regionalismo aberto” a nova saída para o desenvolvimento da região; adequando-se aos receituários de abertura econômica, privatização e uma nova inserção no contexto global, influenciando a forma pela qual o Mercosul faria sua inserção.

1.8 - O “Regionalismo aberto” no contexto do Neoliberalismo

Assim, nesse período, o novo impulso de desenvolvimento do Estado e de inserção regional e global foi chamado de “Regionalismo aberto”, definido pela CEPAL (1994) da seguinte forma:

(...) um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente³⁵.

parlamentos nacionais, outorgará ao Estado Plurinacional da Bolívia de Estado em processo de adesão”.<<https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/textos-fundacionais/>>. Acessado em: 20 de Agosto de 2020.

³⁵ Ver: NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. *El Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*. Santiago de Chile, 1994, p. 8.

A nova agenda de inserção internacional consubstanciada como “regionalismo aberto”, também chamada pela CEPAL de “Neoestruturalismo” cepalino, começou a se estruturar a partir da Proposta de transformação produtiva com equidade, cujo documento inaugural de 1990 teve como principal arcabouço de implementação a proposta de Fernando Fajnzylber que versava sobre um novo estilo de participação do Estado. Diferentemente do que ocorrera até esse período desde a concepção da CEPAL de 1949. Assim,

El estilo de la intervención estatal habrá de renovarse en relación a décadas pretéritas. Durante los años ochenta, las prioridades de los Estados de la región se redujeron muchas veces a privilegiar una expansión cuyos frutos hicieron posible el servicio de la deuda externa. Conviene ahora desplazar esas prioridades hacia el fortalecimiento de una competitividad basada en la incorporación de progreso técnico y en la evolución hacia niveles razonables de equidad (..) (CEPAL, 2006, p.367).

E ainda, defendia, agora, no contexto de um mundo globalizado, uma maior abertura da economia. Logo:

(...) En materia de política comercial y cambiaria, alcanzar la transformación productiva exige una mayor apertura de la economía, como medio para inducir aumentos de productividad y estimular la incorporación de progreso técnico. No hay una fórmula única para efectuar la apertura. Para que esta refuerce el proceso de crecimiento, en vez de frustrarlo, es indispensable que lleve no solo a mayores importaciones, sino también a una expansión rápida y persistente de las exportaciones. Cabría, en consecuencia, graduar la apertura en función de la disponibilidad de divisas (...) (CEPAL, 2006, p.368).

Segundo Corazza, essa mudança do pensamento histórico estrutural da CEPAL levou a um reordenamento no sentido de não se buscar mais o crescimento “para dentro”, mas sim, direcionar-se a um crescimento “para fora”, ou seja, “adequar-se integralmente às exigências ‘de fora’” (CORAZZA, 2006, p. 150).

Assim, partindo da perspectiva dos problemas latino-americanos, os pontos de análise da realidade histórica convergiram no sentido de entender as ações e as iniciativas possíveis para o desenvolvimento e a nova inserção internacional dos países do continente, especificamente, da sub-região latina.

O contexto no qual o “Regionalismo aberto” ocorreu foi a partir das políticas implementadas pela primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher (1979-1990), e pelo presidente norte-americano, Ronald Reagan (1981-1989). O neoliberalismo fora estruturado de forma a se posicionar contra qualquer forma de regulação econômica que até então se desenvolvera (MORAES, 2001) e, assim, foi assumido como modelo hegemônico pelo capitalismo em escala mundial, principalmente, na década de 1990.

Consubstanciou-se, então, o receituário do chamado “Consenso de Washington” com novas diretrizes econômicas para a América Latina. Expressão do economista John Williamson de 1989, que listava ideias como “disciplina macroeconômica, economia de mercado e abertura para o mundo” (SCHWARTZMAN, 2004, p.116).

Em meio a esse contexto na América Latina, marcada a partir de meados da década de 1980 pela crise da dívida externa, a antiga visão estruturalista deu espaço para uma nova estratégia a ser utilizada, que foi a de liberalizar os mercados já sob uma nova hegemonia de pensamento a partir do Consenso de Washington, que fomentou um “projeto liberal-conservador que durante a década de 90 promoveu uma rodada de ‘modernização conservadora’” (FIORI, 2001, p. 45 apud BARROS, 2007, p. 30).

A partir desse novo horizonte que se desenhava, emergia um novo paradigma de desenvolvimento para a região, passando, também, pela reorientação de um processo de integração regional e sua forma de inserção internacional.

Dessa forma, o conceito de “regionalismo aberto” a partir da CEPAL se coadunava com os preceitos do chamado Consenso de Washington, que teria reflexo em todo o continente. Conforme atesta Martins,

A ofensiva do consenso de Washington sobre a região e a renegociação da dívida externa mediante o plano Brady que o acompanhou, desarticulou esta iniciativa que prosperou entre 1985 e 1988. O paradigma neoliberal se estabeleceu afetando fortemente os processos de integração regional existentes e gerando novas formas. O NAFTA –que praticamente anexou a economia mexicana a dos Estados Unidos– e a pretensão de estendê-lo ao conjunto da América Latina por meio da Iniciativa para as Américas no Governo Bush, a ALCA e a expansão de TLCs nos governos Clinton e George W. Bush, marcaram grande parte da dinâmica dos processos de integração nos anos noventa. Substituiu-se um padrão de integração voltado para a internalização de fases mais complexas da industrialização –como a indústria de bens de capital– e seu desenvolvimento relativo, por outro, baseado na abertura financeira, comercial e na sobrevalorização cambial (MARTINS, 2013, p. 13).

Basicamente, estava se estruturando em termos de marco cronológico o chamado Neoliberalismo, termo usado por autores como Perry Anderson, que, inclusive, diagnosticou que esse novo modelo seria implantado como uma resposta à crise do capitalismo sentida no início da década de 1970, como esgotamento do modelo posto em prática desde o final da Segunda Guerra Mundial. E que, a partir de 1973, passava a enfrentar “longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação” (ANDERSON, 1995, p.1).

Cabe ressaltar que o neoliberalismo não é uma retomada das ideias liberais³⁶ clássicas, ele foi sendo como uma reação teórico-política contra as

³⁶ O Liberalismo clássico tem, como base, a ideia de que os interesses individuais e a ampliação dos diferentes interesses e ramos de produção levariam a um ganho coletivo, garantia essa com o afastamento do Estado como interventor, para que as potencialidades individuais pudessem se sobressair, mesmo que a princípio surgissem as desigualdades, porém vistas de forma positiva pois seriam um estímulo à busca, à realização e, portanto, caminho para a prosperidade. Para Adam Smith, “é a grande multiplicação da produção de todas as diferentes técnicas, em consequência da divisão do trabalho, que ocasiona, em uma sociedade bem governada, aquela opulência universal que se estende às classes mais baixas do povo” (SMITH, 2010, p.23). Segundo Viana (2018), a primeira negação do Liberalismo clássico se dá com o chamado Liberalismo social, pois se ajusta a contradição do modo de produção capitalista para atenuá-la, percebendo a necessidade de atender às novas demandas sociais, fruto da exacerbação própria do sistema. Logo, o liberalismo social defende que, na atividade econômica, possa haver uma regulação estatal ainda que de forma ponderada. De acordo com Prado (2005) “O liberalismo social surge historicamente quando a aparência do modo de produção é desmentida na prática social, quando se torna perigoso para os capitalistas aferrarem-se à mera forma da relação social de produção, quando a conservação do sistema torna-se ameaçada pela radicalidade das lutas

teorias keynesianas que trouxeram as bases de recuperação capitalista em relação aos efeitos da crise de 1929 e, posteriormente, à Segunda Guerra Mundial, ao estruturar um Estado com maior viés intervencionista e de bem-estar social.

Terminantemente contrário, o Neoliberalismo pensado por Friedrich Hayek, a partir de seu livro lançado em 1944, “O caminho da Servidão”, terá a junção de pensadores para estruturar essa nova base, quando, em 1947, Hayek criou a Sociedade de Mont Pèlerin. Assim:

Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro (...) (ANDERSON, 1995, p.1).

sociais e pelas crises econômicas que as tornam ainda mais radicais. Então, a ideologia não pode mais se sustentar apenas na aparência da relação social: ela precisa agora, de um certo modo, ter em conta a própria essência dessa relação”. (PRADO, 2005, p. 21).

Porém, a segunda negação do Liberalismo clássico, como aponta Viana (2018), é o Neoliberalismo, devido seus atores creditarem ao Liberalismo social, justamente pela interferência estatal, o peso da crise econômica e a estagnação na década de 1970, sendo que Prado (2005) chama a atenção de que “o neoliberalismo não vem a ser a doutrina do estado mínimo. Ele não isenta o Estado das atividades de complementação econômica. Ao contrário, para ele, o Estado deve preencher ativamente os vazios da malha produtiva e financeira, mas deve fazê-lo, porém, não por meio de empresas próprias, mas preferencialmente adjudicando as atividades econômicas complementares, por meio de contratos de gestão, às empresas privadas”. (PRADO, 2005, p. 24). E, ainda, acrescenta que “O Estado para o liberalismo clássico deve ser economicamente passivo; para o liberalismo social, ele deve regular ativamente a atividade econômica; já para o neoliberalismo, ele deve ser um agente econômico ativamente passivo.” (PRADO, 2005, p. 23).

Assim, a “[...] recuperação e manutenção da taxa de lucro num nível adequado para a continuidade do capitalismo [...] o neoliberalismo [...] vem a ser a segunda negação do liberalismo”. (PRADO, 2005, p. 24).

A temática em que eram apresentados os argumentos contrários ao Estado de bem-estar também estava presente como concebiam o que era a liberdade, a concorrência e a questão da desigualdade como valores resolutos para a sociedade:

(...) A polêmica contra a regulação social, no entanto, tem uma repercussão um pouco maior. Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos (ANDERSON, 1995, p.1).

O “Regionalismo aberto”, calcado na abertura das economias nacionais, no contexto da Globalização e do Neoliberalismo durante a década de 1990, fora colocado em xeque, segundo Veiga e Rios (2007), já no início da primeira década do século XXI, devido a não ter alcançado resultados esperados.

Ao refletir sobre os seus resultados, Sader aponta que “duas décadas depois, o balanço do neoliberalismo não correspondeu às suas promessas (...), as economias nacionais ficaram sensivelmente fragilizadas, as crises financeiras se sucederam” (SADER, 2005, p.20).

Esses são os problemas em que a América Latina mergulhou, na aceitação dos receituários exógenos e, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),

a inevitabilidade da *globalização*, isto é, de uma expansão e aprofundamento dos fluxos internacionais de comércio, finanças e informação, num mercado global único e integrado (...) [foi] discriminatória e prejudicial para os países pobres (ESTENSORO, 2003, p. 126, grifo do autor).

Ao mudar sua tradicional postura que era a de impulsionar, via Estado, o desenvolvimento regional e tentar criar condições para um desenvolvimento periférico e, passar a apostar na abertura econômica como forma de se integrar ao processo da globalização, viu os limites desse novo processo.

Segundo Corazza, a integração regional resultante não acabou protegendo os países membros, mas “operou em favor de uma economia internacional aberta e livre de qualquer restrição ou acordo regional” (CORAZZA, 2006, p.143).

Corazza, em concordância com Saludjan, constata que esse tipo de promoção liberal influenciada pela CEPAL “deixou praticamente o mercado interno e as populações nas mãos dos grandes grupos nacionais e das empresas multinacionais, sem intervenção do Estado” (SALUDJAN, 2004, p. 255 apud CORAZZA, 2006, p. 147).

Ainda com problemas estruturais, no final da década de 1990, a linha condutora desse processo remete à crítica feita já na década de 1960 às soluções apresentadas naquele momento.

Os próprios teóricos das teses estruturalistas da CEPAL, ao revisitarem as propostas naquele momento, constataram a insuficiência da industrialização tardia como alavanca para a solução dos problemas sociais e econômicos que persistiam no continente.

A industrialização de pouco valor agregado em paralelo à importação de bens de capital dos países centrais do capitalismo mostrava que apenas

os países cênicos, só tinham a ganhar com a industrialização da periferia e com a maior abertura à importação de produtos nela originados. O argumento era, pois o de que havia ampla ‘solidariedade intrínseca entre a industrialização e a expansão do comércio internacional’ (BIELSCHOWSKY, 2000, p.31).

Cabe ressaltar, como já foi exposto, que Celso Furtado, no decorrer dos anos 60, apontava que subdesenvolvimento e desenvolvimento eram faces do

mesmo sistema e, ainda, “em 1966, afirmou que, em razão de serem dois processos historicamente associados, o subdesenvolvimento não seria uma fase na transição para o desenvolvimento (LOVE, 2011, p. 216).

Joseph Love também ressaltara, por meio da produção ensaística de Furtado do final da mesma década, que em seus “escritos quase todos durante seu exílio em Paris, apontavam a necessidade de uma análise de todo o sistema capitalista, Centro e Periferia juntos” (LOVE, 2011, p.217).

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a orientação neoliberal na América Latina e os seus efeitos sociais e econômicos ensejaram a ascensão de governos progressistas e o horizonte de um outro viés integracionista, buscando, também, maior autonomia em torno de novos projetos, possibilitando outra concertação política regional. E ainda, de acordo com Martins, esse cenário que se desenhava no decorrer da década fora respaldado com a “crise da hegemonia do neoliberalismo na América Latina; e o deslocamento do dinamismo da economia mundial para a China, associado à crise da hegemonia estadunidense e do capitalismo anglo-saxão na economia mundial” (MARTINS, 2013, p.14).

A onda neoliberal que, num primeiro momento, contribuiu para enquadrar o processo de integração latino-americana nos marcos do livre comércio e do regionalismo aberto, terminou favorecendo a busca de caminhos mais profundos de integração, ao criar as condições (crises econômicas e sociais recorrentes) que levaram à constituição de governos progressistas na região. O momento decisivo, que abriu um novo processo de integração regional, foi o fracasso do projeto estadunidense de criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (SOUZA, 2012, p. 25).

CAPÍTULO 2

A política externa do Governo Lula: a proposta de inserção internacional a partir do Mercosul, presentes nos discursos como objeto de análise

2.1 – Sobre o uso dos discursos políticos

A historiografia contemporânea tem utilizado diversas fontes documentais, dentre elas os discursos e pronunciamentos, distanciando-se da historiografia tradicional que se baseava na ‘positividade’ dos documentos pré-definidos como tal, tentando evidenciar, portanto, que ali havia ‘a verdade dos fatos’. Hoje, ressignificados pela Escola dos Annales, apenas compõem uma miríade de possibilidades recolhidas pelo historiador que, ao constituí-los para serem analisados, precisará confrontá-los guiado por uma postura evidentemente crítica, tal qual uma leitura capaz de “escovar a história a contrapelo” destacada por Walter Benjamin em sua Tese VII (Walter, 1985, p. 225), em que não busca reconstruir ou resgatar “os eventos ocorridos como ‘de fato’ foram, mas sim como são vistos a partir do tempo presente” (ASSIS; CORDEIRO, 2013, p.201).

Os discursos e pronunciamentos serão utilizados aqui como documentos, ressaltando que, ao serem proferidos por determinados sujeitos históricos, procuram, na maioria das vezes, obter o consentimento daqueles que figuram como receptores, no propósito de obter aceitação ao que se pretende determinar ou dissuadir.

Concebem-se, então, os discursos como atividades sociais verbais, eminentemente oriundos do campo político que, de acordo com René Rémond, ao apontar sua importante contribuição, endossa que a retomada da história política volta a contribuir para o debate historiográfico - na medida em que, diferentemente de como atuava nos séculos XIX e início do século XX, ancorada na preocupação a respeito do Estado, de grandes personagens e glorificação do

soberano - seu estudo atual identifica uma nova concepção de Estado, em que este passou a ter maiores atribuições, e ressalta que:

não há hoje muitas realidades de nossa sociedade que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais (RÉMOND, 2003, p.36).

No que se refere às realidades dos movimentos populares, cujo desenlace ocorre no campo político, Luiz A. Dias nos auxilia a

evitar que a construção da 'memória histórica' (...) seja elaborada sem dar 'voz' aos 'sujeitos históricos'. Devemos evitar que ela seja construída a partir de modelos tradicionais onde, normalmente, os movimentos populares não são percebidos ou considerados, exceto, para desfigurá-los. Sempre são caracterizados como alienados: parados são passivos; atuando são manipulados. (DIAS, 2008, p.16).

Verificam-se, então, processos de maior complexidade vinculados ao Estado, quando os diversos comportamentos coletivos perpassam pela esfera do político, e, assim, faz emergir o interesse para o estudo de novas pesquisas que se relacionam com a história do tempo presente, em que “a própria definição da história do tempo presente é ser a história de um passado que não está morto, de um passado que ainda se serve da palavra e da experiência de indivíduos vivos” (ROUSSO, 1998, p. 63).

Na verdade, o campo político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis (...) Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político: existe uma política para a habitação assim como para a energia; a televisão é um investimento político, o sindicalismo intervém no campo das forças políticas (RÉMOND, 2003, pp. 443-444).

Portanto, é subjacente à retomada da história política e, no caso deste trabalho, a partir de discursos políticos, destacar a sua capacidade interdisciplinar ao ampliar seus objetos de estudo e recorrer às diversas áreas

do conhecimento em busca de subsídios para maior compressão desses objetos, intrinsecamente ligados às práticas sociais em meio ao processo histórico e às relações de poder estabelecidas no âmbito dos espaços de tomada de decisões.

A possibilidade sobre o uso de discursos e pronunciamentos enquanto documentos históricos teve a contribuição da Escola dos Annales no sentido de ampliar essa noção de documento ou de fonte histórica, a partir, inclusive, da ideia de que o historiador é quem constitui sua documentação, pois “o documento era também uma elaboração do historiador e que este deveria ser pensado em suas condições de produção, arquivamento e recepção” (ALBUQUERQUE JR, 2006, p. 233). E que, junto ao aporte do materialismo histórico marxista, este “contribuirá para pôr em suspeita a adesão aos discursos dos documentos, chamando a atenção para o caráter ideológico que esses teriam, para a necessidade de se pensar a que interesses (...) estes atendiam” (ALBUQUERQUE JR, 2006, p. 233).

Ainda de acordo com Albuquerque Jr, tanto discursos quanto pronunciamentos podem ter vários significados, porém o que se utilizará é parte da concepção trazida por ele, em que o discurso pode ser uma “peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público (...) sobre um dado assunto, a abordagem extensa e argumentada, o raciocínio sobre uma dada temática” (ALBUQUERQUE JR, 2006, p.223). E ainda que possa pressupor “sempre estar falando para uma dada audiência, expor e se expor para uma determinada plateia, cuja opinião procurará cativar e convencer” (ALBUQUERQUE JR, 2006, p. 224).

A contra narrativa, ou mesmo o “não dito”, o “não exposto”, também contempla o propósito de interferência político-social, pois o discurso, suas lacunas e suas próprias contradições intrínsecas não remetem apenas a uma representação do real. Ele é uma articulação e, como tal, uma intervenção concreta da realidade; podendo deliberar um dinamismo numa dada conjuntura e, de acordo com a dimensão da importância do que venha a se constituir, impactá-la, transformá-la.

Em relação aos pronunciamentos, será usada aqui a seguinte compreensão, como sendo “ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas, morais, religiosas, filosóficas, éticas, econômicas, jurídicas etc.” (ALBUQUERQUE JR, 2006, p. 225). Lembrando, também, que “trata-se do ato de exprimir-se verbalmente; de proferir ou articular um discurso; de ler em voz alta e clara uma peça de oratória; de manifestar o que pensa ou sente; de emitir sua opinião(...)” (ALBUQUERQUE JR, 2006, p. 225).

Logo, são de interesse os pronunciamentos, “tanto quanto os discursos, por implicarem uma intervenção pública de alguém, uma saída à cena de um personagem que, com suas palavras, pretende causar algum tipo de efeito, algum tipo de acontecimento” (ALBUQUERQUE JR, 2006, p. 225).

É importante ressaltar que outras contribuições vieram a se somar na análise desse tipo de constituição de fontes históricas. Destacando que Le Goff e Foucault enriqueceram a percepção sobre documentos e pronunciamentos, ao conceber a passagem e a ressignificação “de documento a monumento, ou seja, deixam de ser vistos como algo que traz em si mesmo o passado, como aquilo através do qual se interroga como foi o passado, para ser interrogado quanto a sua própria produção” (ALBUQUERQUE JR, 2006, p. 234).

Dessa forma, não se pode perder de vista que:

Ao tomarmos um discurso ou um pronunciamento como fonte para nosso trabalho, não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas, sociais (...). Todo discurso tem uma relação de coexistência com outro discurso (...). Como Michel de Certeau chama atenção, [ele] é emitido de um dado lugar, que dever ser interrogado pelo historiador (...). Os discursos e pronunciamentos, ao serem vistos como monumentos, não são apenas ornamentos retóricos, nem argumentos de provas no discurso do historiador (...), mas eles se tornam a matéria mesma da análise do historiador, que descobre que todos os documentos ou testemunhos são formas de discurso, que os objetos e sujeitos não preexistem aos discursos que

deles falam, mas são constituídos por eles (ALBUQUERQUE JR, 2006, p. 235).

No processo de construção metodológica para se realizar a pesquisa por meio de discursos e pronunciamentos como fontes de trabalho, levaram-se em consideração dois elementos destacados por Albuquerque Jr, os quais ele chama de análise externa (as relações às quais o discurso, necessariamente, dialoga na sociedade, pois está situado em determinado tempo, espaço, estabelecendo relações intrínsecas com tudo o que o margeia e o contexto no qual foi proferido) e interna (o que lhe deu singularidade, a própria regra gramatical e de conceitos submetidos em dada época a qual o sujeito aborda), pois “tanto uma quanto a outra vão em busca das marcas da historicidade, das marcas que a temporalidade particular em que foram produzidos deixou nesses discursos, pois essa é tarefa precípua do trabalho do historiador” (ALBUQUERQUE JR, 2006, p.236).

E, também, levaram-se em consideração três elementos levantados por Bezerra, fundamentais para se analisar o discurso, sendo eles: “a formação discursiva”, “corpo discursivo” e “a intertextualidade”, sobre os quais a autora parte da definição de Michel Foucault do conceito de formação discursiva como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço e que definem em cada época dada e para cada área social e econômica, geográfica ou linguística dada as condições do exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1997, p. 35 apud BEZERRA, 2011, p. 36). Ou seja, as influências e, portanto, a interação entre o sujeito articulador do discurso e o ambiente receptivo do mesmo, além do seu período histórico.

Em relação ao corpo discursivo, este se forma a partir da elaboração de uma série que lhe dê sustentação compreensiva para um dado tema estudado, e Bezerra salienta que Michel Pêcheux o destaca como “um conjunto de sequências discursivas estruturadas segundo um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção do discurso (PÊCHEUX, 1990, p. 163 apud BEZERRA, 2011, p. 36).

É a intertextualidade do dado discurso que se relaciona dialeticamente a outros na qualidade de buscar sua legitimidade, uma vez que o discurso aflora a relação de poder e é assim definido por Céli R. J. Pinto:

Todo discurso é um discurso de poder, na medida em que todos os discursos pretendem impor verdades a respeito de um tema específico ou de uma área da ciência, da moral, da ética, do comportamento etc. Entretanto, o discurso político se destaca de todos neste particular, porque enquanto os outros tendem a deslocar seus desejos de poder tornando-os opacos, o discurso político explicita sua luta pelo poder (PINTO, 2006, p. 92).

Soma-se a esse aspecto o de procurar compreender o discurso textual e sua lógica interna, a dicotomia entre o “eu” e o “outro”, na qual um ator elabora a sua identidade em confronto com a construção ou desconstrução do outro, com determinado interesse para lograr seu objetivo convencendo determinada plateia. Assim, Lucas A. B. Leite, a partir dos autores pós-estruturalistas que se debruçaram sobre essa dicotomia, afirma que: “Para compreender como as identidades são construídas em determinado discurso, é preciso apreender os elementos que fazem com que os atores representados se contraponham ao “Outro”, em relações do que está dentro/fora (...)” (LEITE, 2012, p. 198).

Dessa forma, Leite, ao elencar a tese pós-estruturalista para se referir a essa dicotomia no uso da linguagem e sua representação mental na construção do discurso, traz, de Hansen, o entendimento sobre a linguagem e a construção de seu significado. Sendo assim:

Para o pós-estruturalismo, a linguagem é ontologicamente significativa: é somente por meio da construção na linguagem que as “coisas” – objetos, sujeitos, Estados, seres vivos, e estruturas materiais – ganham significado e uma identidade particular. A linguagem não é uma ferramenta transparente que funciona como um meio para registrar informações como os positivistas assumem (implicitamente), a ciência empírica, mas um campo da prática política e social, sendo que não há um “verdadeiro significado” ou objetivo na representação linguística que alguém pode se referir (HANSEN, 2006, p. 18, apud LEITE, 2012, p. 199).

As dimensões de análise dos discursos, tomados aqui como fontes documentais para a pesquisa foram elaboradas por Lene Hansen (2006), e destacadas por Leite (2012), sendo delimitadas quatro dimensões para a análise, assim elencadas: 1) Número de atores³⁷: refere-se à quantidade de sujeitos históricos responsáveis pelo pronunciamento do discurso; 2) Tipos de texto: relaciona-se com os tipos de discursos abordados, que podem ser de diversas naturezas intertextuais, seja como discurso religioso, político, oficial, de mídia e etc.; 3) Perspectiva temporal: devendo ser observado o contexto espaço-tempo de sua produção; 4) Número de eventos: Ligado à abordagem sobre qual tipo, ou mesmo tipos de episódios únicos ou vários, relacionados aos assuntos discutidos.

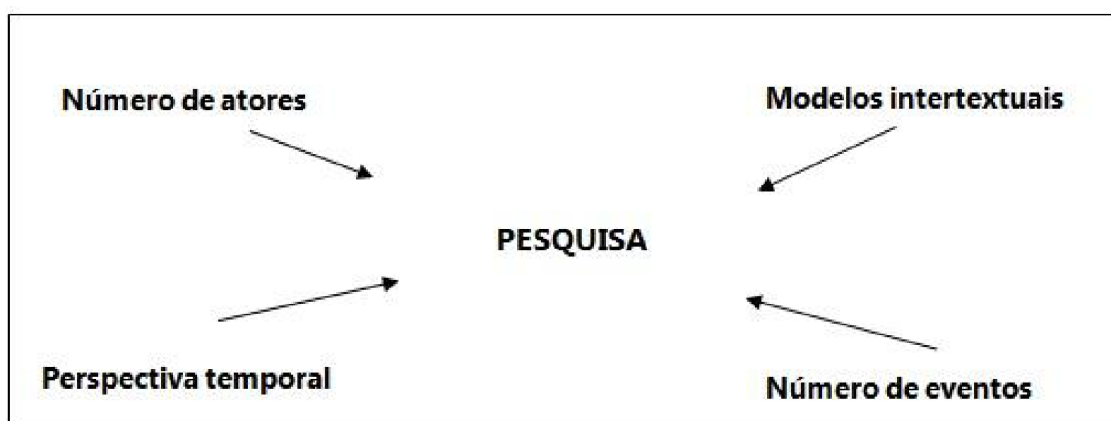


Gráfico 1: Estrutura analítica dessa pesquisa baseado no modelo proposto por Lene Hansen (HANSEN, 2006, p. 81 apud LEITE, 2012, p. 201).

Essa proposição permite construir um desenho de pesquisa capaz de abordar os principais elementos de um discurso (ou vários discursos). Nessa estrutura, são colocados tanto os atores quanto o contexto discursivo, ou seja, preocupa-se não somente com quem é responsável pelo enunciado, mas também onde e como o discurso em questão foi construído, tomando essa preocupação como necessária à compreensão de todos os elementos que virão a constituir o “Eu” e o “Outro” no processo de diferenciação também proposto pela autora. (LEITE, 2012, p. 201).

³⁷ Os termos originais são: 1) *Number of selves*, 2) *Intertextual Models*, 3) *Temporal Perspective* e 4) *Number of events* (LEITE, 2012, p. 200).

Para a presente pesquisa, então, foram estabelecidos dois atores (selvies), sendo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Hugo Rafael Chávez Frias, devido a serem os chefes de Estado e as lideranças de seus países no período estudado. Importante observar que uma vez assumidos os discursos em cúpulas regionais, entende-se que, independente da elaboração, esses agentes históricos, ao proferi-los em nome dos seus respectivos países, tornaram-se responsáveis por eles.

Em consideração ao tipo de texto abordado, foi selecionado o Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional de 01 de janeiro 2003, por entender que traz diretrizes importantes sobre a política externa a ser empreendida; e também foram selecionados os discursos pronunciados em reuniões sistemáticas de cúpulas de chefes de Estado do Mercosul, porque a perspectiva temporal dessas reuniões incorpora os períodos dos mandatos dos referidos presidentes. E ainda, no caso do estudo sobre o período do governo Lula da Silva, busca-se, também, a análise sobre documentos, como o de Fundação do Partido dos Trabalhadores com seus programas e objetivos relacionados a uma política externa do partido que pudesse ser colocada em prática ao chegar ao poder. Dessa forma, aventa-se a possibilidade de tentar reconstruir como foi se delineando a proposta do partido e seu presidente, o próprio Lula, antes de chegar ao poder, e, ainda, eventuais mudanças ao longo do mandato alcançado nas urnas. Isto posto, acredita-se que esse corpo documental auxilie na sistematização dos elementos presentes nos discursos de Lula da Silva.

No caso do estudo sobre o período do governo do presidente Hugo Rafael Chávez Frias na Venezuela, os discursos selecionados foram os proferidos em cúpulas dos processos de integração, especificamente, quando da sua participação nas cúpulas do Mercosul, e, conseqüentemente, a importância dada à política externa em sua agenda de governo. E, ainda, seu pronunciamento na sessão solene de posse no Congresso da República da Venezuela em 02 de fevereiro de 1999, entendendo, também, que ali já se delineavam ações em prol dos rumos que a política externa teria a partir de então.

E finalmente, em relação ao número de eventos escolhidos, estes se relacionam às agendas dos encontros dos presidentes latino-americanos em cúpulas que discutiram os caminhos de integração regional da América Latina.

Por conseguinte, por meio da análise da documentação constituída, tentar-se-á buscar respostas para perguntas como: a integração era uma constante nos discursos desses presidentes? E de que maneira tentaram alterar o processo de integração regional e de inserção global dos seus países? De que maneira enxergavam a questão da integração para seus países e para a região e, de que forma, se fortalecia, assim, o conjunto das nações? A complementaridade era uma preocupação junto às assimetrias entre os países que compunham o bloco, ou sobressaía a questão do ganho para os pretensos líderes do processo? Integração para quê e para quem, ou seja, quais foram as propostas de ambos os presidentes nesse período histórico? E, ainda, interessa pensar os limites, sejam eles pelas questões estruturais da dependência latino-americana, sejam suas relações dialéticas internas.

2.2 – A política externa e as propostas de inserção internacional presentes nos discursos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

No discurso de posse em 01 de janeiro de 2003 de Luiz Inácio Lula da Silva, consolidava-se não só a ascensão ao posto mais alto de comando do país, o metalúrgico e presidente do Partido dos Trabalhadores que já havia concorrido nas três eleições anteriores, mas também, setores populares; além de um conjunto de forças políticas partidárias que se estabeleciam como um novo *bloco*

*de poder*³⁸, tendo uma burguesia interna³⁹ que atuaria, em muitos momentos, de forma hegemônica na defesa de seus interesses.

Dentre os vários assuntos destacados em seu discurso, Lula da Silva ressaltava que, para além das mudanças em relação à política interna, a

(...) nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu governo, a ação diplomática (...) estará orientada por uma perspectiva humanista (...) e instrumento do desenvolvimento nacional”. E ainda, “A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social (...) (BRASIL, 2003/Jan., p. 9) ⁴⁰.

Com esse discurso, o Brasil entrou no processo de desenvolvimento de uma nova integração que se desenhava desde o final da década de 1990 com a eleição, na Venezuela, de Hugo Chávez Frias que, também, pautaria seus discursos na direção de apontar um novo rumo para seu país e para a América Latina.

³⁸ “O bloco no poder não é um acordo político explícito, mas uma comunidade de interesses dos proprietários dos meios sociais de produção. Sua unidade é garantida pelo interesse comum às frações de governar direta ou indiretamente o Estado, fazendo com que este atenda seus interesses gerais (a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria) e específicos de cada fração. O Estado é, portanto, fator de unidade política do bloco no poder” (POULANTZAS, 1977, p. 209 apud BUGGIATO, 2016, p.30).

³⁹ “O conceito de *burguesia interna* foi criado, por Poulantzas (1976) e se refere a uma fração burguesa fruto de um processo de industrialização dependente. Ao contrário da *burguesia compradora*, apresenta contradições em relação ao capital internacional, pois se sente prejudicada no processo de exploração dependente, em que a maior parcela da mais-valia é transferida ao capital internacional (e à burguesia compradora); e, por se concentrar no setor industrial, ‘se interessa pelo desenvolvimento industrial que esteja menos polarizado para o seccionamento o país causado pelo capital estrangeiro e se interessa pela intervenção estatal que lhe asseguraria alguns domínios dentro do país e que a tornaria também mais competitiva diante do capital estrangeiro’ (p.36). Para Poulantzas, esta fração burguesa é distinta de uma *burguesia nacional*, autônoma em relação ao capital estrangeiro e que pode tomar posições antiimperialistas. A *burguesia interna*, ainda que ‘sua existência crie contradições com o capital estrangeiro, (...) é, numa certa medida, dependente dos processos de internacionalização sob a égide do capital estrangeiro’ (p.37)”. Brasil e Argentina, nota-se, nos dois países, que a grande burguesia interna logrou melhorar, nos governos Lula da Silva e Néstor Kirchner, a sua posição no interior do bloco no poder”. (BOITO JR; ROJAS, 2008, p. 1 apud BOCCA, 2013, pp. 74-75).

⁴⁰ Para a citação dos discursos/pronunciamentos foi usado o termo BRASIL, o ano seguido de uma letra maiúscula correspondente ao mês da reunião, (sendo que nos meses de Janeiro, Junho e Julho foram usadas as iniciais, por exemplo, Jan. - Jun. – Jul.), seguida da página (BRASIL, 2003/Jan., p. 1).

As mudanças em curso ora anunciadas levaram em consideração a questão da estabilidade e os compromissos com os contratos e obrigações do país, referendados na Carta ao povo brasileiro⁴¹, que foi lançada ainda na campanha de 2002. Ao sinalizar um caminho que entrelaçasse as atividades econômicas às políticas sociais, a promoção dos interesses comerciais do Brasil e a intenção de negociar os entraves impostos pelas nações mais ricas aos países em desenvolvimento, a Carta tinha o propósito de agregar elementos que buscassem ganhar a confiança de segmentos da sociedade brasileira, até então, ainda céticos em relação a uma vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições; e, assim, marcar a credibilidade de Lula para além de setores da classe trabalhadora.

Esse tom conciliador, tanto na campanha quanto no primeiro pronunciamento à nação como presidente da República, ratificava compromissos e uma reorientação da política externa brasileira a ser implementada.

A integração regional, que passou a se desenhar no final do século XX e início do século XXI, vinha a se opor à integração denominada por diversos autores e, inclusive, pela CEPAL de “regionalismo aberto” (CEPAL, 1994; VIGEVANI, 2007; BERNAL MEZA, 2008; SANAHUJA, 2009), no contexto do neoliberalismo (como discutido no capítulo anterior), pautado pela ampliação das agendas de liberalização para fluxos de comércio, abertura para investimentos e propostas de flexibilização de normas trabalhistas, o que se coadunava com os ditames do “Consenso de Washington” para a região, e segundo Bresser-Pereira (2009), fora o declínio das taxas de crescimento dos países que adotaram tal política.

Dessa forma, a iniciativa tomada pelos governos do Brasil e da Venezuela na virada do século XX para o século XXI e que visava o caminho do desenvolvimento, foi em direção a uma revisão dessas políticas adotadas até então.

⁴¹ Fundação Perseu Abramo. Carta ao povo Brasileiro. Por Luís Inácio Lula da Silva. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>, acesso em 10 de abril de 2020.

Essa nova preocupação e novas iniciativas de ação tinham o pressuposto de poder estabelecer um processo que levasse à equidade e, para tal, incluísse novas estratégias de inserção internacional. Essa nova experiência encaminhara-se para uma

(...) nítida inflexão na agenda da integração: novas iniciativas são lançadas, novos objetivos são definidos, novas prioridades temáticas são propostas e novos atores sociais ganham prioridade como supostos beneficiários da integração (VEIGA; RIOS, 2007, p.21).

Segundo a visão que Saraiva (2010) apresenta, o processo que se desencadearia em relação ao novo tipo de integração no continente levou os agentes históricos (os presidentes do Brasil e da Venezuela) a dar passos rumo a uma integração que ia além de uma perspectiva apenas de cunho comercial. Busca-se, então, a partir dos discursos de Lula da Silva, inferir se houve essa correspondência e em que medida concretizou elementos para o que se apresentava como novo.

Ainda em seu discurso de posse, Lula da Silva sinalizava a disposição de desenvolver um projeto nacional umbilicalmente atrelado a um projeto universalista, entendendo que as saídas possíveis para um desenvolvimento nacional passavam por uma aproximação com os demais países do continente, principalmente os países da América do Sul; e que pudesse galgar, também, uma prosperidade por meio da união. Prioridade, então, com que passaria a se preocupar com maior intensidade.

Essa preocupação e ênfase que o novo governo que se iniciava passaria a dar para construir um espaço democrático, próspero e unido, apresentava o Mercosul como uma ferramenta necessária. Porém, naquele momento, seria fundamental a sua reformulação, sinalizando já uma preocupação com o que poderia ser uma alavanca fundamental para o desenvolvimento nacional e regional. Assim, defendia que:

Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul (BRASIL, 2003/Jan., p.9).

A diretriz que o presidente Lula anunciou já desde o seu primeiro pronunciamento com relação aos países, sobretudo sul-americanos, era o de buscar uma aproximação, desenvolvendo uma cooperação que pudesse estreitar laços institucionais e, inclusive, identitários, anunciando uma preocupação que iria além do aspecto econômico para a região, “cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração” (BRASIL, 2003/Jan., p. 10). E, sobretudo, categoricamente afirma:

Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina (BRASIL, 2003/Jan., p. 10).

A ênfase ao se estabelecer a América do Sul como espaço no qual iria privilegiar sua orientação de política externa, vinha sendo retomada e sinalizada desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, sem deixar de considerar que foi com o Barão do Rio Branco (MONIZ BANDEIRA, 2003) que essa área se tornou importante para a estratégia da política externa brasileira. E assim observada por Albuquerque ao expor que:

A América do Sul é uma criação do Século XX é uma invenção dos sul-americanos, num espaço perfeitamente destituído de instituições regionais. Apesar de alguns usos táticos do conceito de América do Sul - como, por exemplo, a hipótese de criação de uma Alcsa [Área de Livre Comércio Sul Americana] no governo Itamar -, o primeiro passo concreto para a institucionalização de um espaço geopolítico e de uma identidade sul-americana foi dado em 2000 pelo presidente FHC (ALBUQUERQUE, 2013, p. 272).

Contudo, foi justamente com o governo Lula que, de fato, na América do Sul, ampliaram-se as iniciativas de integração. Pois, segundo Cervo e Bueno, integrar a América do Sul seria o passaporte propulsor para a integração hemisférica, fundamental para a política externa brasileira.

Portanto, era fundamental que diversas iniciativas levassem ao “reforço do Mercosul com convergência política entre Brasil e Argentina e organização do espaço sul-americano com autonomia perante os Estados Unidos” (CERVO; BUENO, 2015, p. 521). Ao contextualizar essas iniciativas levadas a cabo durante o governo Lula, que se estenderam até 2010, observa-se, a partir de Santos que:

No plano das iniciativas, o ativismo brasileiro na região não pode ser explicado sem levar em consideração o quadro econômico interno, notabilizado por estabilidade e relativo crescimento, e contexto internacional do período, marcado pela ascensão econômica da China e sua importância para a economia regional, pela exuberância financeira (2003-2010) e pela presença discreta dos EUA na região (SANTOS, 2013, p. 196).

A aspiração sobre o estreitamento das relações sul-sul também foi uma preocupação anunciada em seu primeiro dia de governo.

Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras. Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. (BRASIL, 2003/Jan., p. 10).

A sinalização da busca do entendimento com os Estados Unidos, com o Japão e com a União Europeia marcava as pretensões de se estabelecer uma projeção nacional que defenderia uma multipolaridade no sistema internacional. E, dentre esses pontos, visualizava de antemão uma reforma no Conselho de Segurança da ONU:

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea. A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado (...) Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes (BRASIL, 2003/Jan., p.11).

Lula da Silva, em seu discurso de posse, também externou a questão da soberania, tentando mostrar a intencionalidade de colocar o projeto nacional “democraticamente em diálogo aberto com as demais nações do planeta”. Apresentado como um projeto novo, de uma nação que o concebeu, apesar de passar por adversidades ao longo de sua história, quando estaria atento tanto a essa questão da soberania no trato com os demais países do sistema internacional, quanto às questões das contradições internas do Brasil,

estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença (BRASIL, 2003/Jan., p.13).

Os princípios que norteariam a política externa do Brasil no governo Lula da Silva estavam assentados no posicionamento político, nas várias resoluções do Partido dos Trabalhadores e, especificamente, no Programa de Governo de

2002⁴² que defendia a proposta de um pacto regional de integração, especialmente na América do Sul.

Mais ainda, a política de Estado estava determinada na própria Carta Magna brasileira de 1988⁴³ em seu Artigo 4º, que versa sobre soberania, autodeterminação, solução pacífica dos conflitos, integração com os povos da América Latina, entre outros. No entanto, intensificou-se, a partir de então, o viés político e a prioridade desse processo, voltado para a região que, nas palavras de Celso Amorim:

O governo do presidente Lula é fiel aos princípios históricos que orientam tradicionalmente a política externa brasileira: não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados, respeito às soberanias nacionais e ao direito internacional, defesa da autodeterminação dos povos, entre outros. Estes são princípios também consagrados na Constituição de 1988. Mas a política externa é uma política pública como as demais. Está sujeita à expressão das urnas e da opinião pública. Os princípios são os mesmos, mas as prioridades e agendas podem mudar (...)

A política externa do governo do presidente Lula escolheu defender e avançar os interesses e valores brasileiros no mundo sem se furtar a prestar solidariedade aos países mais necessitados(...)

É nesse contexto que se insere o empenho pela integração sul-americana, a principal prioridade do governo do presidente Lula na área internacional (AMORIM, 2010, s.p.).

A nova realidade histórica apresentava outro contexto político-econômico no início do século XXI, no qual esse governo se edificava e tentava mostrar uma postura oposta às experiências históricas anteriores, cujo novo eixo estaria na concepção de que um desenvolvimento possível seria efetivo “a partir de dentro”. Ou seja, investimentos internos com ampliação do mercado interno, em paralelo ao combate à pobreza, estruturando-se, assim, a partir de vários autores, o chamado Neodesenvolvimentismo ou Neoestruturalismo, dentre eles por Sunkel (1991), Sicsú *et al.* (2007) e Mercadante (2010). Aplicado de acordo com a

⁴² Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/programas-de-governo/>>

⁴³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

especificidade de países como Brasil e Venezuela, mas tendo como eixo estruturante o Estado como condutor e organizador do sistema econômico, capaz de satisfazer necessidades básicas como alimentação, saúde, educação e moradia. Além de ser necessário aumentar o grau de autonomia, implicando em diversificação de parcerias comerciais em sua política externa.

Portanto, colocava-se como resposta à herança do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, que fora pautado pelo direcionamento neoliberal, e, assim, promoveu uma inserção dependente em relação à política externa. De forma geral,

entre os efeitos nocivos [do neoliberalismo] estiveram a abertura sem contrapartida do mercado de consumo nacional, o déficit do comércio exterior, o endividamento externo, a alienação de ativos de empresas brasileiras, a submissão a consensos e conselhos do centro do capitalismo, a obediência às regras da governança global traçada pelos ricos em seu benefício, o sacrifício das relações com os países emergentes em favor do primeiro mundo, em suma, uma perda de poder do país sobre o cenário internacional. (CERVO; BUENO, 2015, p. 526).

A intenção de implementar essa nova agenda dialogava, ainda, com a ideia de “uma economia internacionalmente competitiva” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.291). Mas havendo uma mudança de postura em sua linha de execução, na política externa, ao levar para o palco das negociações internacionais temas sociais como o combate à fome, o que foi chamado por Vigevani e Cepaluni de “autonomia pela diversificação”, definida pelos autores sinteticamente:

como a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283).

Ainda segundo os autores, a contribuição para as mudanças empreendidas pelo novo governo teve o cenário internacional marcado pelos “ataques de 11 de setembro e as dificuldades da Rodada Doha da OMC⁴⁴ são as variáveis que mais explicam as mudanças da política externa brasileira no período de transição entre as duas administrações [FHC-LULA]”, (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 284), além de contar com três importantes formuladores de política externa, como Celso Amorim, para chefiar o Itamaraty (com vasta experiência na diplomacia brasileira, inclusive, como ministro das Relações Exteriores); Samuel Pinheiro Guimarães Neto, “que durante o governo anterior tinha sido defenestrado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) por tecer críticas contundentes ao Projeto ALCA. Pinheiro Guimarães ocupou o segundo cargo do Itamaraty até 2009” (MARQUES, 2013, p. 14); e o Professor Marco Aurélio Garcia que foi assessor do presidente para temas internacionais.

Celso Amorim, inclusive corresponsável pela chamada “política ativa e altiva” do governo que iniciara, reafirmou, no seu discurso de posse, os objetivos entrelaçados de um desenvolvimento nacional junto às demais nações na busca da paz e de redução de suas diferenças:

(...) Coerentemente com os anseios manifestados nas urnas, o Brasil terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz, que buscará reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito da igualdade entre os povos e a democratização efetiva do

⁴⁴ “Em novembro de 2001, em Doha, no Catar, foi lançada a Rodada de Doha da OMC, também conhecida como Rodada de Doha para o Desenvolvimento, por meio da qual os Ministros das Relações Exteriores e de Comércio comprometeram-se a buscar a liberalização comercial e o crescimento econômico, com ênfase nas necessidades dos países em desenvolvimento.(...) O Brasil e diversos outros países em desenvolvimento entenderam que o centro das negociações da Rodada Doha deveria ser as negociações em agricultura, setor em que se concentram boa parte das exportações desses países. Deve-se ressaltar que, durante as rodadas negociadoras do antigo GATT, esse setor foi objeto de um esforço de liberalização significativamente modesto, quando comparado ao setor de bens manufaturados, razão pela qual ainda goza de elevada proteção contra importações em muitos países e está sujeito a disciplinas menos exigentes. Nesse sentido, a Rodada de Doha deveria ter por objetivo corrigir tanto quanto possível as distorções que prevalecem no comércio agrícola, promovendo a eliminação dos subsídios à exportação, redução substancial e disciplinamento dos subsídios à produção (apoio interno), além de ampliação do acesso aos mercados desses bens”. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/694-a-rodada-de-doha-da-omc>> Acessado em 22/set/2019.

sistema internacional. Uma política externa que seja um elemento essencial do esforço de todos para melhorar as condições de vida do nosso povo (...).

E também destacava como horizonte da política externa a implementar uma disposição permanente e atuante nas negociações com os principais fóruns regionais e internacionais, sobretudo com a Argentina, com a qual formava o alicerce do Mercosul:

É neste contexto de busca de oportunidades que vemos as grandes negociações comerciais em curso. Não queremos um Brasil fechado em si mesmo, imune aos ventos do progresso e da competição. Na ALCA, nas negociações MERCOSUL-União Europeia e na Organização Mundial do Comércio trataremos de ampliar mercados para os produtos e serviços em que somos competitivos, procurando corrigir distorções do passado e evitando restrições excessivas à nossa capacidade de fomentar políticas sociais, ambientais, industriais e tecnológicas.

(...) No Governo Lula, a América do Sul será nossa prioridade.

O relacionamento com a Argentina é o pilar da construção do Mercosul, cuja vitalidade e dinamismo cuidaremos de resgatar. Reforçaremos as dimensões política e social do MERCOSUL, sem perder de vista a necessidade de enfrentar as dificuldades da agenda econômico-comercial, de acordo com um cronograma preciso (AMORIM, 2003, s.p.)⁴⁵.

O impacto internacional do '11 de setembro' trouxe, na agenda internacional, uma maior ênfase nas questões de seguridade por parte dos Estados Unidos, pois se voltava à chamada "Guerra ao terror"⁴⁶ com atenção especial às regiões como Irã, Iraque e Coreia do Norte. E, no caso da América

⁴⁵ Discurso de posse em 02 de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/component/content/article?id=166:o->>. Acessado em 20/11/2019.

⁴⁶ No ano de 2002, o presidente George Bush divulgou a Doutrina de Segurança Estratégica de seu governo, que gerou extensa discussão no meio acadêmico sobre os rumos que a política externa dos Estados Unidos tomaria sob a égide da "Doutrina Bush" "(...) [que] identifica como as principais ameaças à segurança dos Estados Unidos (e do mundo) o resultado da combinação: terrorismo, os estados falidos e as armas de destruição em massa (REITER, 2006)" (FRANCHINI, 2015, p. 73).

Latina, a intenção do governo Bush era estabelecer ali uma área de livre comércio com a implementação da ALCA.

Porém essa região passava a viver a chamada “Onda Rosa”⁴⁷, com a ascensão de governos como o de Hugo Chávez na Venezuela, de Lula da Silva no Brasil, de Nestor Kirchner na Argentina, de Evo Morales na Bolívia, de Rafael Correa no Equador, de Tabaré Vázquez no Uruguai e de Fernando Lugo no Paraguai; cujas políticas externas, como a do Brasil e Venezuela em questão neste trabalho, passaram a ter como ênfase a superação dos resultados do neoliberalismo vivido na década anterior. E as lideranças desses países contrastaram, também, àquela conjuntura de “guerra ao terror” com a “guerra à pobreza”⁴⁸, além de trazerem, respectivamente para a arena de discussão política nas instâncias multilaterais, os temas da liberalização e fim de subsídios comerciais dos países desenvolvidos, a reforma estrutural do Conselho de Segurança da ONU (temas relacionados aos enfoques dados pelo governo brasileiro) e o embate contra a manutenção do imperialismo estadunidense na região (enfoque venezuelano).

⁴⁷ Termo referente aos governos que surgiram na América Latina na conjuntura sociopolítica e econômica a partir do final da década de 1990, de atuação mais a “esquerda” * e designados também de “progressistas”, porém com diferentes graus de ações e posicionamentos contrários às políticas estabelecidas até então no continente. Sob esses aspectos, contribui para o nosso entendimento o trabalho de Silva (2014), pois este ressalta que “essa ascensão das esquerdas na região, por sua relativa sincronia e delimitação regional, constitui em si mesma um processo sociopolítico único, que pode ser compreendido em seu conjunto (...), com diversas características coincidentes – mas com suas especificidades locais. O fenômeno foi chamado de ‘onda rosa’ latino-americana, ou expressões semelhantes (...). A evidente inspiração vinha da ascensão de partidos de centro-esquerda europeus ao poder na segunda metade dos anos 1990, nomeada por analistas da mesma maneira” (SILVA, 2014, p. 2).

* “o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de ‘esquerda’, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, (...) não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (BOBBIO, 1995, p. 110).

⁴⁸ “O Brasil por sua vez, não macro securitiza o terrorismo; incorpora a discussão do terrorismo ao problema geral do combate à fome e à pobreza, cuja solução envolve a reforma da ONU e a suspensão das práticas de comércio desleal (como subsídios agrícolas). O terrorismo, assim como outros crimes, é reflexo da fome, da exclusão e da pobreza; para combatê-lo, os governos precisam combater-lhes as causas. Por isso, nos discursos do presidente, a paz mundial está condicionada à superação das mazelas sociais no nível interno. No nível externo, as crises, que decorrem dessas mazelas, demandariam soluções multilaterais e sempre condicionadas ao respeito à soberania do Estado. Para Lula, só a ONU goza de legitimidade para combater o terrorismo e o fato de a instituição ter sido incapaz de tolher o unilateralismo e o desrespeito às normas internacionais (deixando subentendida a oposição de seu governo à guerra no Iraque) só reforça urgente necessidade de reforma do Conselho de Segurança, órgão que, segundo ele, carece de Legitimidade” (FRANCHINI, 2015, p. 118, grifos do autor).

Busca-se, aqui, debruçar-se sobre os discursos do presidente Lula, e como visto anteriormente com Céli R. J. Pinto (2006), parte-se do pressuposto de que todo discurso pretende impor uma visão de poder. Sendo que o convencimento, a liderança, o diálogo, o tom emotivo e, muitas vezes, a pressão constituíram-se como estratégias para alcançar o objetivo de exercer esse poder.

Logo, há intencionalidades que pretendem direcionar ações impactantes para a política de seu país e de seus interlocutores. Para tal possibilidade de transformação, crê-se que a estratégia utilizada por meio do discurso sempre esteve presente: a de se colocar como líder nos vários eventos em que foram proferidos os discursos, que no caso, foram realizados durante as reuniões de Cúpula do Mercosul entre 2003 e 2010.

A temática da liderança e suas implicações, bem como seus limites, é discutida por diversos autores no campo historiográfico. Entre esses autores, Mélo Neto (2016) afirma que houve liderança exercida pelo presidente Lula da Silva nas reuniões de Cúpula do Mercosul que se realizavam no âmbito das discussões sobre integração regional, cujos aspectos de liderança foram construídos pelo presidente por meio de duas sistemáticas, a do diálogo e a da influência, buscando um consenso na tomada de decisões; aspectos relacionados à tradição histórica brasileira.

No entanto, salienta-se que houve momentos de frustração, pois o diálogo, em muitas oportunidades, não alcançou o consenso ou a participação esperada de forma mais intensa, ou comprometida por parte de alguns dos países membros.

Crê-se ser assertiva a conclusão a qual Mélo Neto chega, pois vislumbra que:

Seria mais concreto, então, perceber o Brasil como um país predominante no contexto sul-americano, com capacidade parcial de influência, e que consegue, a partir dessa atuação, benefícios no cenário regional que alimentam sua credibilidade e imagem no sistema internacional, mais como no almejo do reconhecimento como *global player* que como líder incontestável sul-americano (MÉLO NETO, 2016, p. 118).

Essa predominância do Brasil marcou-se por ser a maior economia da região. E, ao elencar a necessidade do desenvolvimento, a atenção com as assimetrias era de fundamental importância, pois se almejava, aos membros que constituem o bloco do Mercosul, o alcance de vantagens proporcionais. Pois o sucesso do bloco alçava o Brasil como articulador para além das questões regionais.

2.3 – Os discursos no âmbito das Reuniões de Cúpula do Mercosul

Reunia-se, no dia 18 de junho de 2003, em Assunção, Paraguai, a Cúpula do Mercosul, a qual inaugurava a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Suas primeiras palavras imprimiam o peso da importância em relação ao papel que daria ao Mercosul e, conseqüentemente, o desenlace da integração regional no subcontinente americano:

Desde o início de meu mandato – e antes mesmo que eu assumisse a Presidência – tenho dedicado atenção prioritária à plena realização do Mercosul. Ele é o núcleo em torno do qual pensamos que deva ser levada adiante a tão sonhada integração da América do Sul (BRASIL, 2003/Jun., p.1).

O presidente Lula já buscava, por meio do consenso com seus pares na reunião de cúpula, estabelecer a importância do Mercosul, argumentando em defesa das reuniões realizadas anteriormente com vários dos presidentes do continente, estabelecendo a importância que teriam, para os países da região, a retomada e a concretização do Mercosul. Inclusive, apontando ser um desejo não apenas dos presidentes que ora comandavam seus países, mas, principalmente, das sociedades que estavam ali a representar, graças às vitórias que obtiveram nas urnas.

Assim, estabelecia um elo, ressaltando os trabalhos de construção para tentar desenvolver uma agenda capaz de finalmente acordar uma união aduaneira. E, tendo o Brasil, por meio do novo governo, a impulsionar esse processo para, finalmente, lograr a integração do Mercosul.

Os governos dos países que integram o Mercosul têm trabalhado de forma mais determinada e coesa na construção de uma ampla agenda de negociações comerciais com terceiros países e blocos econômicos. Esse novo quadro evidencia atitudes políticas coincidentes, que se somam à inequívoca determinação do governo brasileiro em dar decidido impulso ao processo de integração do Mercosul (BRASIL, 2003/Jun., p.2).

Há que se notar, também, que o presidente, através de sua iniciativa em mostrar a determinação do governo brasileiro em impulsionar o processo de integração do Mercosul, procurou – sem renunciar ao expediente do diálogo e consequentemente do convencimento – impactar as ações de seus pares com o propósito de estar à frente de operações planejadas e caminhar para construir resultados.

Lembrando ainda das diferenças das capacidades produtivas dos países membros e, consequentemente, das assimetrias que precisariam ser reduzidas, expunha o problema, chamando a atenção para a criação de instrumentos e com isso, a tentativa de sua resolução.

Vamos desenvolver um programa de trabalho com metas claras, com vistas à consolidação efetiva e completa da União Aduaneira até 2006. Esse programa tem de prever, ainda, elementos que criem bases sólidas para o Mercado Comum do Sul. É necessário ter presentes as diferenças entre as estruturas produtivas dos estados-partes. Devemos construir instrumentos adequados para superar as assimetrias com nossos sócios de economias menores. Esse é o firme compromisso que o Brasil quer aqui assumir. (BRASIL, 2003/Jun., p.3).

Assim, foi apresentada a meta de realizar a União Aduaneira, e o chamado “Programa Objetivo 2006” com tarefas prioritárias, como a Tarifa Externa Comum (TEC), essencial para a União Aduaneira, além de instrumentos de política comercial comum e de políticas de integração produtiva. “Entre essas políticas, quero destacar o Programa dos Foros de Competitividade das Cadeias Produtivas do Mercosul, que deve envolver não só grandes empresas, mas também aquelas de pequeno e médio porte” (BRASIL, 2003/Jun., p.3).

O presidente Lula destacou também o elemento essencial para a pauta da integração da região, a integração física do continente e esta, impulsionada pela IIRSA⁴⁹ (Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul) junto a demais organismos regionais, sempre pontuando o planejamento conjunto para a realização de tal objetivo no:

Pela ação conjunta do Mercosul, podemos mobilizar, ainda, maiores recursos junto aos organismos regionais para o desenvolvimento, como a Corporação Andina de Fomento, o Fonplata e o BID. Quero reiterar meu compromisso de valorizar o Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) como instrumento fundamental de promoção do comércio entre os países da América do Sul, em especial os do Mercosul (BRASIL, 2003/Jun., p.3).

Somando-se a isso, vislumbrou, também, o fortalecimento do Mercosul, não como um bloco isolado, mas unido e capaz “para fortalecer a capacidade negociadora do bloco a outros parceiros comerciais, como a União Europeia e os Estados Unidos” (BRASIL, 2003/Jun., p.3). Capaz, também, de estabelecer relações de grande monta com a Índia, cujo representante se fazia presente nessa reunião, e com a África do Sul, ou seja, estabelecer pontes para a chamada relação sul-sul.

⁴⁹ “A iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) constitui um mega projeto de integração visando à exploração e comercialização de recursos energéticos e minerais estratégicos da América do Sul. O planejamento estatal em torno de eixos de integração e desenvolvimento (EID) pretende avançar na interação entre economias de escala, custos de transporte e distribuição espacial da produção, além de incorporar as preocupações contemporâneas de sustentabilidade ambiental e social (embora os críticos da Iniciativa contestem tais preocupações) (...) Lançado ao mundo pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2000, as trocas de governos desde então não implicaram em abandono do projeto, o que significa que mesmo governos considerados à esquerda o aprovam. Na reunião de Cuzco, no Peru, em dezembro de 2004, os presidentes dos 12 países reafirmaram seu compromisso com a Iniciativa e aprovaram a *‘Agenda de Implementação Consensual 2005-2010’*, que definia os 31 projetos prioritários a serem concluídos até 2010. A agenda consensual seria bem mais modesta face às metas do projeto inicial, conforme Araújo Jr. (2009), os governantes incluíram nela aqueles projetos que, com base nas informações disponíveis em dezembro de 2004, seriam certamente concluídos até 2010. Dentre os dez eixos iniciais seriam agora priorizados sete e os mais de 300 projetos reduzidos a 31 - dois na área de comunicações, um na área de energia e 28 na área de transportes (...) Em maio de 2008, em Brasília, quando foi criada a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), os compromissos seriam reafirmados e os resultados comemorados, dos projetos da agenda consensual, sete haviam sido concluídos e 11 estavam com o cronograma em dia. Em termos de valor, os 18 projetos representavam cerca de 80% dos investimentos totais da agenda; sendo o número de projetos em andamento maior, pois o Brasil executa com o *Programa de Aceleração do Crescimento* 34 projetos previstos na IIRSA e o PAC foi lançado no início de 2007, indo além da agenda de 2004” (SOUZA, 2011, pp. 1-2).

Celso Amorim destaca que, no seu segundo dia de trabalho como chanceler do governo Lula, recebeu a Ministra das Relações Exteriores da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma, que expôs a ideia da criação de um grupo de países em desenvolvimento. Com a evolução das conversas, houve a sugestão de inclusão da Índia (referindo-se, inicialmente, então, por diversas vezes, como G-3). A ideia de agrupar países que pudessem estabelecer alguma coordenação no plano das decisões na política internacional foi se solidificando, constituindo o fórum Índia, Brasil e África do Sul [resultando no acrônimo IBAS] o qual se ampliaria. Segundo as palavras de Amorim:

Em conversas com meus colegas da África do Sul e da Índia e em encontros com outros países, falava na hipótese de um G-3 + 2 (os dois seriam Rússia e China). Não por mero acaso, esse G-3 + 2 viria a constituir, em circunstâncias diversas, o grupo Brics (...). O grupo só começou a ganhar corpo, de forma tímida, com uma reunião à margem da Assembleia Geral de Nova York, em 2006. E os “Bric” (da formulação original de O'Neill) só passariam a ser “Brics” com a incorporação plena da África do Sul, em 2011 (AMORIM, 2013, p.114).

Outros elementos que o presidente Lula da Silva apontou em seu discurso como fator fundamental para que houvesse integração, e que teria ficado aquém das expectativas, pela ação da política externa do governo anterior, seriam os aspectos da dimensão política e de dimensão social que precisariam avançar. E para tal, seria importante a criação do Parlamento do Mercosul (Parlasul); consolidar o Protocolo de Olivos, para a solução de controvérsias; e, ainda, buscar “implantar outros aperfeiçoamentos institucionais que preparem o Bloco para o funcionamento da União Aduaneira completa” (BRASIL, 2003/Jun., p.5).

Em relação à dimensão social, a determinação para se atingir uma integração, além das questões comerciais, era buscar sanar o que via como problema comum às várias nações da região, que era a questão da fome e da pobreza. E, assim, por meio da busca pelo consenso, estabelecer uma ação conjunta na região:

Desejamos estreitar a colaboração em projetos sociais entre os governos da região, em cujas sociedades a fome, pobreza e a deterioração social representam um problema comum. Daí a proposta de criação do Instituto Social para conduzir a reflexão conjunta com vistas ao estabelecimento de metas e ações concretas em matéria de política social, nos países do Mercosul. Vamos apoiar o desenvolvimento do cooperativismo na região, tendo em conta a importância socioeconômica dessas organizações nos níveis local e regional e o seu papel de agente de inclusão e coesão social (BRASIL, 2003/Jun., p.5).

Na cúpula, então, que inaugurou sua participação, o presidente Lula reiterou o momento pelo qual passava a América Latina com os novos governos eleitos imbuídos da vontade de unir e fortalecer o Mercosul, elemento chave para unir e transformar a região.

Externava, também, o seu comprometimento pessoal e do governo brasileiro para revitalizar o projeto original do Mercosul, e os esforços para a realização do “Objetivo 2006”. Buscava, dessa forma, fortalecer os laços na região para lograr resultado positivo, pois para ele “a unidade do Mercosul e da América do Sul nos permitirá retomar o crescimento, combater as desigualdades, promover a inclusão, aprofundar a democracia e garantir nossa presença soberana no mundo” (BRASIL, 2003/Jun., p.7).

A costura que era feita a partir dos interesses internos da nação brasileira (tendo como eixo as questões sociais junto ao desenvolvimento econômico), com o projeto de crescimento regional a partir de uma nova reorientação dada ao Mercosul e, ainda, facultando novas diretrizes a uma cooperação sul-sul, pavimentava o caminho em direção a uma projeção de liderança internacional.

Em seu discurso na XXV Reunião do Conselho do Mercado Comum, o presidente Lula da Silva explanou sobre a necessidade cada vez maior de fortalecer o Mercosul e, assim, trazer a visibilidade e o respeito necessários a esse organismo no cenário internacional. Ao afirmar que “o Mercosul é, hoje, reconhecido como um ator internacional relevante” (BRASIL, 2003/D, p.1) buscou conduzir as aspirações de um desejo comum em transformá-lo

efetivamente em “um fator de desenvolvimento para todos os países membros, inclusive para que as economias menores encontrem respostas para o desafio do crescimento” (BRASIL, 2003/D, p.2).

O presidente, então, elencou o interesse de diversos países em relação ao Mercosul, fosse de aprofundamento de laços de entendimento com países como Colômbia, Equador, Venezuela (da Comunidade Andina) e Bolívia, fosse o entendimento e ampliação comercial para além do continente americano, com países como Índia, África do Sul e Egito. Salto esse importante que, inclusive, atraiu, naquela reunião, representantes de países como Angola e Rússia.

Assim, na avaliação do presidente, o Mercosul “ganharia corpo” para negociações em espaços internacionais como o G-20⁵⁰, como na reunião da XI UNCTAD⁵¹ que se realizou com a Liga Árabe.

⁵⁰ “O G20, também conhecido como G20 Financeiro, é um fórum econômico, criado originalmente em 1999, que reunia os ministros das finanças e presidentes de bancos centrais de 19 países mais a União Europeia. A iniciativa da sua criação partiu dos Estados Unidos e do Canadá, no âmbito do G8, o grupo dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia, para auxiliar os países em desenvolvimento a superar as repercussões das sucessivas crises financeiras ocorridas durante a década de 1990, bem como viabilizar instrumentos para se conter a instabilidade destas economias. O grupo tinha duas reuniões anuais em nível vice-ministerial (diretores de bancos centrais e secretários de assuntos internacionais dos ministérios da Fazenda), e uma reunião ministerial (ministros das finanças e presidentes de bancos centrais) ao final do ano. Com o aprofundamento da crise sistêmica global, após a falência do banco de investimento Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008, os países em desenvolvimento passaram a defender que a solução da crise exigia uma ampliação do sistema de coordenação internacional (concentrado no G8). A diplomacia brasileira – junto com outros países em desenvolvimento – defendia que o G20 seria mais efetivo se constituído como um plenário de líderes de cada um dos países, e que este deveria ser o principal *locus* decisório mundial, em lugar do G8, no qual os países em desenvolvimento não estavam representados, com exceção da Rússia (dado seu arsenal atômico)”. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/bric/textos/100409_BRICVianaCintra1.pdf>

⁵¹ “A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) foi instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1964, para ser o ponto focal do Sistema ONU dedicado ao tratamento integrado das questões de comércio e desenvolvimento, e de temas conexos, como finanças, tecnologia, investimentos e empreendedorismo. É o órgão das Nações Unidas com mandato específico para tratar da relação entre comércio internacional e desenvolvimento. Sua legitimidade se confirma pela participação tanto de países desenvolvidos, quanto de países em desenvolvimento em seus trabalhos. Nesse contexto, o Brasil atua para manter, reforçar e desenvolver as atividades da Conferência em seus três pilares: formação de consensos, cooperação técnica e pesquisa e análise sobre desenvolvimento”. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/organizacoes-economicas-internacionais/conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-comercio-e-desenvolvimento-unctad>>.

Esse entendimento foi também divulgado nessa reunião, que trouxe os resultados das conversações da cúpula passada e que se caminhou para a aprovação de um Programa de Metas para 2004-2006:

Esse Programa prevê um conjunto de ações e metas ambiciosas: implantar um Parlamento do Mercosul, ampliar a dimensão cidadã do bloco, completar a união aduaneira, avançar nas bases para o Mercado Comum e iniciar a nova agenda de integração nos campos da produção e do desenvolvimento tecnológico (BRASIL, 2003/D, p.3).

A dimensão social também foi marcada nesse discurso, chamando a atenção para as formas de financiamento do desenvolvimento e integração física dessa parte do continente para a redução dos desequilíbrios com a participação do BNDES, o que foi inclusive discutido em outras instâncias. Ademais, “Precisamos tomar decisões urgentes sobre os projetos de integração física pré-selecionados, como resultado do seminário realizado no Rio de Janeiro entre o BNDES e a Corporación Andina de Fomento” (BRASIL, 2003/D, p.5).

A questão social ganhou espaço com a atenção sobre o alcance dos trabalhos do Mercosul, e sobre a integração também de pessoas,

Neste mesmo sentido, desejo sugerir que a Comissão de Representantes Permanentes realize um levantamento de todos os avanços já alcançados pelo Mercosul em matéria de interesse direto e imediato dos cidadãos. O trabalho formaria uma boa base para a elaboração de uma “cartilha do cidadão do Mercosul”. Esse seria um passo a mais para o reforço da sua dimensão social. (BRASIL, 2003/D, p.5).

E ressaltou a necessidade do fortalecimento de outras instâncias como o Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul, tentando mostrar um novo rumo e um distanciamento de processos anteriores, baseado na “autonomia pela participação”, até então, realizada pelo ex-presidente FHC, mas cujo foco ainda não tinha sido o social. Afirmava, então, que:

Da mesma forma, devemos dar continuidade ao fortalecimento do Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul. Isso garantirá um sistema permanente de consultas às nossas sociedades, seus trabalhadores,

empresários, estudantes e entidades da sociedade civil. O Foro constitui um dos principais mecanismos para valorizar a dimensão social do Mercosul, o que distingue o processo de integração de um simples bloco comercial (BRASIL, 2003/D, p.4).

As pretensões do presidente Lula da Silva de se projetar como um ator importante no sistema internacional passava, invariavelmente, pela necessidade de se fortalecer regionalmente, e o meio era, sem dúvida nenhuma, fortalecer o Mercosul. Essa afirmação foi usada pelo presidente, logo na primeira reunião de Cúpula da qual participou e, seguiu-se incontestemente nas reuniões posteriores.

A projeção como liderança regional, encontrou em diversas ocasiões dicotomias internas, (entre governo e oposição), e externas, ao lidar com interesses de demais Estados da região. Fato que ocorreu no ano de 2004 quando Brasil, Argentina e Chile, por ocasião da participação da Minustah no Haiti⁵², o que de um modo geral, os três países sofreram críticas semelhantes (nos debates internos dos respectivos congressos nas votações para integrar a Minustah) relacionadas “aos gastos da missão e o risco de uma missão fracassada, dada as condições do Haiti, afetar negativamente a imagem dos países em questão” (FELIU; MIRANDA, 2011, p. 339).

Houve similaridade, também, entre os países destacados na argumentação em prol da participação, importante para a estabilidade na região e, no caso da Argentina e do Chile, também como um incremento de segurança nacional, o que se traduzia em “um papel assertivo e independente na manutenção da ordem internacional, especialmente no continente, assim como

⁵² “A MINUSTAH (sigla em francês para Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) foi instituída em 30 de abril de 2004 pela resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU, em resposta à crescente violência que culminou na renúncia do então presidente Jean-Bertrand Aristide. Aristide, que havia sido eleito em 2000, em um pleito que alcançara apenas 10% da participação popular, sofreu com uma forte e até mesmo violenta oposição, que não aceitava como legítima a sua eleição (MINUSTAH, 2009) (...).

O governo interino requisita às Nações Unidas o envio de contingentes internacionais para deter a escalada da violência e ajudar a manter certo equilíbrio institucional. A ONU aprova então a resolução 1529 que autorizava a formação de uma Força Multinacional Interina (MIF) e declara a prontidão em estabelecer uma força militar de estabilização para o país (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2004: S/RES/1529). Mesmo após a entrada de funcionários da ONU no país e o estabelecimento de um pacto para a transição política com a participação de diversos líderes políticos haitianos, o Secretariado Geral recomendou a formação de uma missão de estabilização no país. Assim, com a adoção da resolução 1542, o Conselho de Segurança estabeleceu a MINUSTAH, que substituiria a MIF, por um período inicial de seis meses (Conselho de Segurança da ONU, 2004: S/RES/1542)” (FELIU; MIRANDA, 2011, p. 313).

a possibilidade de incrementar a integração regional na área de segurança nacional” (FELIU; MIRANDA, 2011, p. 340).

Especificamente, para o Brasil, o que se sobressaía sobre essa questão era a possibilidade de maior presença na região para além do Mercosul, e seria “uma espécie de passaporte para a candidatura do país ao CS-ONU [Conselho de Segurança - Organização das Nações Unidas]” (MARQUES, 2013, p. 126).

Em relação à possível pretensão do Brasil em participar e liderar a Missão galgando a candidatura ao CS-ONU, várias críticas se sucederam, que questionaram desde estar o Brasil a enviar tropas para o exterior com graves problemas de segurança interna, a apoiar uma intervenção norte-americana, agora no Caribe, e, portanto, convergindo para uma ingerência nos assuntos internos de outro país. E, como aponta Moniz Bandeira (2009), setores que estariam mais à esquerda do PT, bem como o MST, colocaram-se de forma contrária à decisão do Brasil por enxergarem, ali, uma diretriz contrária à própria Constituição Brasileira.

Dessa forma, a oposição se colocava contra esse encaminhamento e decisão da política externa brasileira “tendo em vista a campanha aberta pela obtenção de um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU, classificando como ‘lamentável’ o envio de soldado em troca do assento” (FELIU; MIRANDA, 2011, p. 328). Aspecto negativo, inclusive, pois, “a pretendida vaga no Conselho de Segurança da ONU, era que alimentava um clima de desconfiança e fricções entre o Brasil e a Argentina, reacendendo uma rivalidade residual que não fazia qualquer sentido” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 98).

Os debates internos e as justificativas suscitadas acabaram por aprovar a participação do Brasil e mais, a liderar o comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah),

Do ponto de vista da política externa brasileira, conforme declarou o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em termos jurídicos, aquela era uma situação completamente diferente de uma

intervenção unilateral, como a que ocorreu no Iraque, ao ser invadido por tropas do Exército dos EUA (MARQUES, 2013, p.126).

E, ainda, foram colocados como argumentos na votação interna na Assembleia,

Para o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), a participação seria fundamental para além dos interesses estratégicos brasileiros: “o Brasil amplia a influência e consolida-se como liderança mundial. Isso interessa não ao governo, mas ao Brasil. É um esforço de governos sucessivos” (Câmara dos Deputados, 2004).

Para diversos legisladores, o engajamento brasileiro na missão não só correspondia à defesa dos direitos humanos prevista constitucionalmente como também respondia a um esforço internacional comandado pelo único órgão com legitimidade para tal incumbência, a ONU – que mesmo em meio a uma crise de credibilidade, ainda era a melhor opção (...)

Paulo Delgado (PT-MG) rebate o argumento de que o Brasil deveria se concentrar mais em situações de violência e pobreza internas, afirmando que a solidariedade internacional não implica necessariamente indiferença em relação à política doméstica, e que o próprio Brasil se beneficiara dessa solidariedade em diversas ocasiões (FELIU; MIRANDA, 2011, pp. 329-330).

Na Cúpula de 2004, em seu discurso de abertura da instalação do Tribunal Permanente da Revisão do Mercosul, o presidente trazia dois importantes elementos para o objetivo de um fortalecimento regional, base necessária para galgar as pretensões de um *player* internacional. Esses elementos eram: a institucionalização do Mercosul por meio da criação e, na ocasião, a inauguração do Tribunal do Mercosul, e as bases da criação do PARLASUL.

Esses encaminhamentos sinalizaram elementos de aperfeiçoamento do processo de integração regional que, fortalecido, contribuía para vitórias importantes enquanto bloco, nas rodadas internacionais. Como ressaltou o presidente sobre a rodada Doha, cuja discussão era de fundamental importância para as economias dos países do bloco no contexto internacional:

Na rodada de Doha, caminhamos para a eliminação de subsídios bilionários que distorcem o comércio agrícola internacional e asseguramos que os subsídios à exportação, os mais distorcidos de todos, serão eliminados em um tempo razoável. Estamos dando um novo sentido para o nosso processo de integração, inclusive física. Está em construção uma nova geografia econômica mundial (BRASIL, 2004/A, p.3).

Essa busca pela liderança de um processo em andamento retomava questões que aspiravam ser importantes para todos os membros do bloco, por exemplo, a ampliação da participação cidadã nesse processo. E, ainda, assegurava a criação de um fundo de integração (lembre-se das assimetrias nesse bloco), e assim, dar continuidade ao processo. Lula, então, afirmou que:

Dessa forma nossos futuros parceiros terão a confiança de juntar-se ao Mercosul para plasmar uma verdadeira nação sul-americana. Não temos porque temer essa unidade, quando as decisões são tomadas por mandato soberano de nossos povos. Perderemos soberania se nos mantivermos isolados, sem capacidade de ação e negociação coletiva. A estreita coordenação entre nossos países, sobretudo em temas econômicos e comerciais, é que nos transformará em ator competitivo e respeitado no mundo crescentemente globalizado (BRASIL, 2004/A, p.4).

A preocupação era uma constante na forma pela qual se daria a capacidade de negociação, principalmente com os países do norte global.

A cúpula que se reuniu em Ouro Preto em 2004 ocorreu em meio a um misto de comemoração pelos 10 anos de sua constituição, mas, principalmente, pelos resultados recentes obtidos e pela busca da necessidade de aprofundamento do compromisso de manter esse processo em andamento. Pois avançava, segundo o presidente, em termos econômicos e sociais para os países membros e, inclusive, no aspecto da rivalidade que marcara a relação dos países da região.

Ao trazer índices de crescimento do comércio intrabloco e apontar a participação das relações comerciais do Brasil com este, além de mostrar o peso do Brasil no processo, objetivava-se tornar explícito o interesse que despertava, possibilitando maior presença no comércio internacional.

É inegável que o Mercosul adquiriu, neste período, um poder enorme de atração. Assim, é no mínimo estranho que vozes pessimistas magnifiquem dificuldades e percalços que são naturais em qualquer processo de integração. Enquanto isso, cresce lá fora o interesse em dialogar com o nosso bloco e em associar-se a ele. O Peru juntou-se a nós, seguindo o caminho que no passado trilharam Chile e Bolívia. Hoje acolhemos, com muita satisfação, a entrada da Colômbia, do Equador e da Venezuela, como membros associados. O México manifestou sua vontade de associar-se. Aqui, contamos com a presença do presidente e amigo Martín Torrijos que, mais de uma vez, expressou o desejo do Panamá de aproximar-se do Mercosul (BRASIL, 2004/A, p.4).

O aprofundamento do processo era anunciado por eventos como a assinatura com a CAN, “espinha dorsal da Comunidade Sul-Americana de Nações” (BRASIL, 2004/D. p. 4), futura UNASUL (União Sul-americana de Nações).

Ao se dinamizar, almejava-se ampliar a possibilidade nas negociações externas já que, segundo o presidente, “na OMC, a convergência das posições de nossos países só tende a aumentar” (BRASIL, 2004/D, p.4). E o exemplo ainda era o avanço de acordo com a União Europeia, acordos preferenciais com a Índia e com a União Aduaneira da África Austral; assim como conseguir a aproximação comercial com o Egito, Marrocos, China e Coreia do Sul, além dos entendimentos com a Comunidade de Países de Língua portuguesa.

E, sobretudo, no plano regional, encaminhava-se, cada vez mais, a diluição do processo de formação da ALCA.

A possibilidade de aprofundamento do Mercosul estava na necessidade de consolidar a união aduaneira, condição necessária para chegar ao mercado comum, preocupação trazida pelo presidente nesse encontro.

Temas como a questão de assimetrias e, novamente, a questão da Tarifa Externa comum ganharam uma atenção especial:

Estamos constituindo, a partir de 2005, um fundo estrutural para corrigir as assimetrias entre nossas economias e ajudar na integração de nossas cadeias produtivas. Estamos eliminando a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, para aperfeiçoar a livre circulação de mercadorias dentro do bloco (BRASIL, 2004/D, p.4).

As questões sociais foram tocadas mais uma vez, e a aprovação do Parlamento do Mercosul relatada nesse encontro era vista como avanço que daria legitimidade para os projetos em andamento, e, ainda, a possibilidade de ampliar a participação da sociedade civil nesse contexto de tentativa de fortalecimento regional.

Contamos com as contribuições do Foro Consultivo Econômico e Social, canal privilegiado para a participação da sociedade civil nesse processo.

Senhores Presidentes,

Todas essas iniciativas apontam para a “integração solidária” que desejamos. Estamos avançando além dos aspectos econômicos e comerciais para forjar uma verdadeira “cidadania do Mercosul”. Precisamos criar uma identidade regional genuína, um sentimento de que compartilhamos – em meio à riqueza de nossas diferenças - um destino comum (BRASIL, 2004/D, p.4).

Ao final dessa cúpula que se reunira em Ouro Preto/MG, o presidente Lula da Silva lembrou a reunião anterior da qual participou, a da cúpula do Rio⁵³, a

⁵³ “O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, estabelecido no Rio de Janeiro em 1986 e conhecido como Grupo do Rio, foi concebido como instrumento de articulação política de alto nível e posto a serviço da consolidação da democracia [Países Membros do Grupo do Rio: República Argentina, República da Bolívia, República Federativa do Brasil, República do Chile, República da Colômbia, República da Costa Rica, República do Equador, República de El Salvador, República da Guatemala, República Cooperativista da Guiana (Representando a Comunidade do Caribe), República de Honduras, Estados Unidos Mexicanos, República da Nicarágua, República do Panamá, República do Paraguai, República do Peru, República Dominicana, República Oriental do Uruguai, República Bolivariana da Venezuela]. Caracterizado por grau mínimo de institucionalização, o Grupo constitui canal privilegiado de entendimento entre os Estados membros e foro propício à concertação de posições em importantes questões regionais e internacionais. Os fundadores do Mecanismo resolveram delimitar seu escopo de atuação a reuniões de caráter informal, destinadas a servir como espaço exclusivamente político, apropriado para consultas, troca de informações, e eventuais iniciativas conjuntas, decididas

qual havia sido proveitosa em relação aos passos galgados no processo de integração regional. E que, por isso, havia, então, convidado todos os presidentes sul-americanos para o atual encontro. Mas, principalmente, ressaltava a emergência de novos Estados associados e a possibilidade da totalidade de representantes da América do Sul no Mercosul:

Quero assinalar a importância do ingresso da Colômbia, do Equador e da Venezuela como Estados associados ao Mercosul. Somos, agora, dez países no agrupamento. Em breve, com a negociação e assinatura do Acordo de Livre Comércio com a Comunidade do Caribe, esperamos receber a Guiana e o Suriname, completando a presença integral da América do Sul no Mercosul (BRASIL, 2004/D, p.3).

Há que se ressaltar dois aspectos em relação à entrada da Venezuela como membro associado do Mercosul. O primeiro diz respeito à sua política externa em observar que a aproximação com o Mercosul poderia ser mais condizente com o aspecto de oposição aos Estados Unidos, cuja política neoliberal na região ainda era intensa, devido aos encaminhamentos de negociações do Tratado de Livre Comércio com os países andinos, mesmo com as negociações da ALCA se esvaziando (SARAIVA; BRICEÑO RUIZ, 2009). Fato, inclusive, que fez com que a Venezuela acabasse saindo da CAN.

Outro aspecto relaciona-se ao papel que a Venezuela pudesse ter, do ponto de vista da Argentina. Pois naquele contexto:

Em relação à economia interna, Kirchner adotou uma estratégia neodesenvolvimentista de caráter heterodoxo, buscando estabelecer uma política industrial mais ativa orientada para a recomposição do parque industrial que se refletiu nas percepções do Mercosul. O reflexo desta estratégia econômica no processo de integração navegou entre duas alternativas nos marcos da heterodoxia. Por um lado, recolocou a expectativa do estabelecimento de uma coordenação de políticas

sempre por consenso. Nessa qualidade, o Mecanismo tem tido, ao longo dos últimos dezoito anos, significativo sucesso, adquirindo expressão própria e credibilidade como interlocutor de peso específico no cenário regional e mundial” (Grupo do Rio, FUNAG, 2005, p. 17).

macroeconômicas e cambiais com o Brasil (...). Esta coordenação viria acompanhada de um aumento de eficiência no processo de integração de infra-estrutura e na dimensão institucional para superar um déficit que obstacularizaria uma maior eficiência do bloco. Mas, por outro lado, a adoção de características de um modelo econômico nacionalista e de caráter neodesenvolvimentista junto com o pouco avanço no sentido de organizar políticas para lidar com as assimetrias, deu argumentos a outro grupo no interior da corrente heterodoxa que se preocupa com a dimensão da economia brasileira, e defende o estabelecimento de mecanismos defensivos e de comércio administrado. Esta corrente priorizaria um modelo mais cooperativo que integracionista. Neste caso, o temor de perder espaço em relação ao Brasil em termos regionais aparece claramente. (SARAIVA; BRICEÑO RUIZ, 2009, p. 160).

Logo, o "temor de perder espaço em relação ao Brasil" devido à dinâmica econômica interna imposta pelos Kirchner e, da intensa atuação brasileira na região, suscitava críticas da Argentina que iam desde o superávit que o Brasil alcançava no subcontinente, até as pretensões de ampliar ou democratizar os organismos internacionais alardeados pela política externa brasileira. "Em certa ocasião (...), o presidente Néstor Kirchner vaticinou que o Brasil queria tudo. Se houvesse um lugar na ONU, OMC, FAO, BID, o Brasil iria querer. Por fim, ironizava: 'Eles quiseram até eleger o papa'" (MARQUES, 2013, p. 26).

A entrada da Venezuela no Mercosul era vista como uma "aliança estratégica" capaz de promover um equilíbrio em relação ao Brasil e, desta forma, impulsionar a capacidade de negociação da Argentina:

O governo venezuelano dedicou-lhe um caro apoio ao comprar títulos da dívida argentina exercendo parcialmente o papel de um paymaster que o governo brasileiro evitava assumir. Como elemento a se agregar, uma visão consolidada de política externa de sua gestão não é perceptível e sua preocupação principal é conseguir insumos para o desenvolvimento do país no curto prazo (SARAIVA; BRICEÑO RUIZ, 2009, pp. 160-161).

Em fins de 2004, ocorreria a formação da CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações⁵⁴, uma amplitude de negociações não só econômicas como também políticas com os demais países sul-americanos.

Esse novo espaço também assinalava o afastamento da ALCA, pois como afirma Amorim, se assim não o fizesse, entendia-se que estaria o governo brasileiro subordinado aos Estados Unidos. Logo, a intenção fora buscar constituir um espaço econômico-político sul-americano, no qual a visão era a de que “a integração não podia ficar subsumida ao Cone Sul” e, “do nosso ponto de vista, era de certa forma uma expansão do Mercosul com adaptações” (AMORIM, 2013, p. 125).

Alguns dos precedentes para se chegar à constituição desse espaço já tinham raízes, como aponta Amorim, desde a proposta de criação da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana) em 1993, no governo Itamar Franco, durante a cúpula do Grupo do Rio; além da ação de compor a “cúpula de chefes de Estado sul-americanos convocada pelo presidente Fernando Henrique em Brasília, no ano 2000” (AMORIM, 2013, pp. 125-126).

Com a disposição de Alejandro Toledo, do Peru, e de Eduardo Duhalde, ex-presidente da Argentina, fora constituída, finalmente, em dezembro de 2004.

⁵⁴ Em dezembro de 2004 (dias 8 e 9) foi criada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) em Cuzco - Ayacucho (Peru), quando se celebrava o 180º aniversário da batalha que consolidou o fim do processo de independência da América Espanhola. Para seu principal promotor, o ex-presidente argentino Duhalde, este foi um passo histórico, pois marcou a retomada do sonho dos libertadores. A principal finalidade desta medida seria, então, dar à América do Sul condições de competitividade com a União Europeia permitindo a planificação de um mercado, parlamento e moeda comuns. A Comunidade é constituída por: • Integrantes do Pacto Andino (Comunidade Andina): - Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela. • Membros do Mercosul: - Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai. • Outros países: - Chile, Guiana, Suriname (...)

A ata de criação dessa Comunidade foi assinada pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Carlos Mesa (Bolívia), Álvaro Uribe (Colômbia), Ricardo Lagos (Chile), Bharrat Jagdeo (Guiana), Alejandro Toledo (Peru), Ronald Venetiaan (Suriname) e Hugo Chávez (Venezuela) e pela primeira vez Suriname e Guiana são aceitos plenamente num fórum sul-americano (...).

A importância, tanto simbólica quanto histórica, desses fatos é explicitada pela própria Declaração de Cuzco: “Os Presidentes dos países da América do Sul, reunidos na cidade de Cuzco, por ocasião da celebração das façanhas libertadoras de Junín e Ayacucho e da convocação do Congresso Anfictiônico do Panamá, seguindo o exemplo do Libertador Simón Bolívar, do Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre, do Libertador José de San Martín, de nossos povos e heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana e interpretando as aspirações e anseios de seus povos a favor da integração, unidade e construção de um futuro comum, decidimos formar a Comunidade Sul-Americana de Nações”. Cf MRE. Declaração de Cuzco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>> in: (MARCHIORI, 2011, pp. 162-164).

Do ponto de vista brasileiro, era um feito necessário, pois atrelava rudimentos econômicos, e estes dariam a densidade política fundamental que envolveria o conjunto da região sul-americana. Assim, Celso Amorim discorre que:

A essa dinâmica somou-se outra, interior às negociações no âmbito sul-americano, entre a integração política e a integração econômica. Aqui residia a distinção entre nossas posições e a daqueles países que, como a Venezuela de Chávez, tendiam a ver a integração comercial baseada na liberalização tarifária como algo secundário (ou mesmo nocivo), subproduto da ideologia neoliberal. Tínhamos clareza, no governo brasileiro, de que o fundamento econômico é indispensável para a solidez da construção política. Como ensinam a experiência da União Europeia e a história da unificação alemã (com a famosa *Zollverein*), sem o entrelaçamento de interesses comerciais e econômicos, a integração seria fraca e correria o risco de desaparecer com a mudança dos líderes (AMORIM, 2013, pp. 126-127).

A reunião, também, pautou-se por ressaltar a questão do comprometimento das demais nações com o processo de integração, o que assinala o dinamismo da intensa participação brasileira no que se refere à tomada de decisões para o encaminhamento das discussões que ali ocorriam. O que suscitou, em vários momentos, a questão da hegemonia do Brasil na região, tratada desta maneira pelo presidente:

Queridos Amigos, em nosso processo de integração não há lugar para hegemonismos, nem podem prevalecer interesses imediatos e visões de curto prazo. Queremos construir um Mercosul solidário, em que todos estejam dispostos a ceder algo em prol do desenvolvimento coletivo. Num momento em que nossa região enfrenta os desafios da consolidação democrática, o Mercosul é um patrimônio inestimável que contribui para a estabilidade política e institucional de nossos países. Estamos todos comprometidos com o protocolo de Ushuaia e com a preservação da democracia. E sabemos que sem democracia não haverá verdadeiro desenvolvimento (BRASIL, 2005/Jun., p.6).

Essa prática intensa da diplomacia presidencial brasileira, em alguns momentos, fazia-se sentir pela própria orientação dada como sugestão pelo

presidente a futuros presidentes Pró-Tempore do Mercosul. Assim em relação a Tabaré Vasques, chega a sugerir que:

se faça um levantamento minucioso dos obstáculos e compromissos pendentes na agenda econômico-comercial do Mercosul. E, meu caro Tabaré, pode contar com a nossa colaboração para que a Presidência Pró-Tempore produza o máximo que for possível produzir. Esse balanço orientará uma pronta resposta nossa aos problemas pendentes (BRASIL, 2005/Jun., p.5).

As dificuldades encontradas também foram relatadas, mas o presidente argumentava, naquele momento, que a sintonia política dos Estados envolvidos no processo era de fundamental importância. Lembrando que dificuldades também acontecem, por exemplo, na Europa, que vivia um processo de integração muito mais enraizado devido ao seu tempo de existência, lembrando a necessidade de se buscar sempre soluções que afetassem a todos. Dentre elas, reiterou, mais uma vez, a necessidade de se eliminar a TEC e integrar os setores produtivos visando amenizar as assimetrias.

O tom do discurso era mostrar os benefícios adquiridos de forma conjunta nesse projeto de integração levado a cabo com a responsabilidade do governo brasileiro em estar regendo esse processo que, também, alcançava entendimentos comerciais com outras regiões:

Para avançarmos na agenda interna do Mercosul, precisamos da mesma ousadia que tem orientado nossa atuação externa. O Mercosul tornou-se plataforma de negociação privilegiada que potencializa a capacidade individual de nossos países de competir na economia global.

Concluimos negociações comerciais com a Índia e África do Sul. Estamos avançando em acordos com Canadá, Egito, Israel, Marrocos e o Conselho de Cooperação do Golfo. Seguimos firmemente empenhados em concluir os entendimentos com a União Europeia (BRASIL, 2005/Jun., pp.4-5).

E, voltando ao plano interno:

Em nossa vizinhança, fizemos progressos históricos. Congratulo-me pela plena vigência do Acordo de Livre-Comércio do Mercosul com a Colômbia, o Equador e a Venezuela. Somado aos acordos que já temos com Bolívia, Chile e Peru, cria as condições econômicas para o fortalecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Por isso, espero recebê-los todos em Brasília, ainda este ano, para avançarmos na consolidação institucional da Comunidade. Estamos engajados em diálogo com o Sistema da Integração Centro-Americana, a República Dominicana, o Panamá e a Comunidade do Caribe.

O Mercosul está ganhando o mundo, estabelecendo parcerias e desbravando novos mercados (BRASIL, 2005/Jun., p. 5).

Em outro momento desse discurso, a fala do presidente Lula da Silva relatava a consciência das obrigações e responsabilidades do Brasil como a maior economia do bloco e, assim, arcar com a maior parte dos custos não só em investimentos, mas também com maior peso em participação na balança comercial da região.

M. Neto lembra que essa premissa é controversa, pois apesar do crescimento das importações brasileiras do Mercosul, o que ocorreu de 2003 para 2010, foi uma diminuição em termos percentuais, respectivamente de 11,76% para 9,15%, elucidando que:

Numa visão mais cética, os gastos do Brasil com o Mercosul cresceram mais devido ao fortalecimento da economia brasileira como um todo, o que possibilitava ao país maior poder de compra; que como um movimento de prioridade nacional em direcionar os gastos extra regionais para o Mercosul (MÉLO NETO, 2016, p. 86).

Ano	US\$ milhões	Variação (%)	Participação sobre o total da Balança Comercial Brasileira (%)
2003	5.685	1,31	11,76
2004	6.390	12,41	10,17
2005	7.054	10,38	9,58
2006	8.967	27,13	9,82
2007	11.625	29,63	9,64
2008	14.934	28,47	8,63
2009	13.107	-12,23	10,26
2010	16.612	26,74	9,15

Fonte: MDCI

Tabela 2 – Importações brasileiras do Mercosul. Disponível em: (MÉLO NETO, 2016, p. 101).

Foi recorrente, por parte do presidente Lula, querer expor os benefícios alcançados no processo articulado pelos países envolvidos na construção do Mercosul - Argentina e Brasil -, que estiveram no embrião desse movimento. Assim, celebrando os 15 anos da assinatura do Tratado, o presidente ressaltou que o bloco contava com quatro membros engajados no aprofundamento da integração, cujo sucesso atraía cada vez mais parceiros; referindo-se à Venezuela, agora como Estado Parte⁵⁵, mostrando a força que o bloco teria com importante parceiro para se fortalecer frente aos demais blocos de uma economia globalizada.

Estamos empenhados em garantir que a incorporação da Venezuela ao Mercosul se faça sem traumas e prejuízos para a rica e intensa relação desse país com as demais nações do Pacto Andino. O fato de já dispomos de um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações facilitará nesse processo. O que queremos é fortalecer a integração de toda a América do Sul. Isso é não só possível, como necessário para enfrentarmos juntos a capacidade competitiva de outros blocos nessa economia crescentemente globalizada (BRASIL, 2005/D, p.3).

A ideia de ultrapassar as fronteiras do Cone Sul passava pela perspectiva de se ter uma espinha dorsal de grande envergadura, contando com a convergência de valores e aspirações, na fala do próprio presidente, que pudessem lançar a projetos de maior ambição, como a estabelecer um arranjo latino-americano com a criação da CASA. Para tal, era necessário, ainda, muito esforço já debatido, como a questão de se eliminar ainda a dupla tributação de mercadorias, para que se normalizasse o comércio intrabloco.

A preocupação com a assimetria permanecia presente e fora anunciada nesse encontro final de 2005, e, no ano seguinte, entraria em funcionamento o

⁵⁵ Os Estados Partes (que têm direito a voz e voto) fundadores do MERCOSUL são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A partir de 12 de agosto de 2012, a Venezuela foi incorporada oficialmente no Bloco como novo sócio. Estado Associado desde 1996, a Bolívia é, atualmente, Estado Parte em processo de adesão. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/>>

FOCEM, cuja finalidade era promover o equilíbrio entre as nações participantes. A atenção com a infraestrutura tinha que estar presente nas ações dos governos envolvidos, em que o presidente destacava 43 projetos de integração física na América do Sul que caminhavam desde 2003.

O presidente argumentava que era necessário, também, que a ideia de uma união fizesse parte e se enraizasse perante a sociedade, envolvê-la nesse processo como fora feito no Uruguai com a iniciativa do “Somos Mercosul”, e, assim, poder criar uma identidade comum, que no caso do Brasil, relatou o presidente, a participação no Foro Consultivo Econômico e Social e na criação da Rede Mercosul Cidadã seguiam esse objetivo.

Atrelada às questões sociais, o argumento do presidente Lula da Silva sobre a importância da existência do Mercosul, direcionava-se no empenho e na necessidade (a partir de uma ação conjunta) no sentido de atuar no “combate à fome e a exclusão social, através de programas sociais ousados de transferência de renda, de saúde, de educação, de apoio à agricultura familiar ou ao microcrédito” (BRASIL, 2005/D, p. 6).

E ainda, a pactuação da criação do Parlamento regional (Parlamento do Mercosul), contribuindo ainda mais com a institucionalização do bloco e que tinha a previsão para a sua instalação em 31 de dezembro de 2006.

Essa concertação, alertava o presidente, era necessária por não ver saída individual para a resolução dos problemas na região. O fortalecimento de cada um a partir de um arranjo conjunto levava ao sucesso dessa coletividade que buscava se integrar cada vez mais para obter um peso maior nas conversações e defesa dos interesses do bloco no cenário internacional.

O presidente Lula chamou a atenção de conversações com o primeiro-ministro Tony Blair, com o presidente Bush, além da intenção de falar com a chanceler Angela Merkel e com o presidente Chirac, sobre um ponto fundamental das relações comerciais entre os países ricos e os países emergentes que era a questão da necessidade de diminuição dos subsídios que dão internamente à agricultura.

Esse tipo de ação, dizia o presidente, era necessário, também, partir de cada um dos presidentes do Mercosul, pois a tomada de decisão nas conversações em foros mundiais seria de fundamental importância para o avanço ou retrocesso econômico e social pelas próximas duas décadas:

(...) E propus a eles, sabendo que antes da Rodada de Doha era muito difícil, que não termine e que Hong Kong não seja o final, mas permita que, a partir de janeiro, o G-8, convoque o G-20 ou membros do G-20, e vamos tomar uma decisão política do que queremos para o comércio entre os países emergentes e pobres e os países ricos para os próximos 20 anos (...) Portanto, eu penso que cada um dos presidentes do Mercosul que puder pegar o telefone e ligar para um, na sua contra parte, na Europa e nos Estados Unidos, para começarmos a fazer pressão, porque senão, todos nós passaremos mais 20 anos vendo os pobres ficando mais pobres e os ricos ficando mais ricos (BRASIL, 2005/D, p. 8).

Ao assumir, mais uma vez, a presidência pró-Tempore do Mercosul em 2006, algumas incertezas sobre o sucesso do encaminhamento das realizações, cujo objetivo fora traçado nas cúpulas anteriores, traziam incômodos na própria fala do presidente Lula da Silva. Mas ele buscava o tom positivo para lograr o desenvolvimento da região:

Estou, sinceramente, convencido de que o Mercosul é muito maior do que os obstáculos conjunturais que vivemos. Nossa integração corresponde a uma política de Estado e está enraizada na vontade de nossas populações. Juntos, somos muito mais do que a soma das partes (BRASIL, 2006/Jul., p. 5).

Invariavelmente, Lula, representante do Estado brasileiro, tentava buscar a ideia de um consenso regional a partir da coordenação de ações cuja liderança passava pela tentativa de se criar uma disposição de atuação conjunta para o bem comum dos países do bloco e, assim, ao conseguir concretizar tais políticas, construía, mesmo que de maneira velada, sua estratégia de líder do subcontinente.

Com isso, tentou mostrar o esforço de estabelecer uma “Integração de novo tipo”, mas que pudesse alcançar maior grau de institucionalidade para poder seguir a partir de metas já alcançadas, como o Focem já aprovado no Uruguai, mas que ainda havia morosidade no Brasil. Advertindo que, para isso, era necessária a atuação de cada Legislativo respectivo de cada Estado membro para poderem garantir “o quanto antes, a entrada em funcionamento do Fundo, porque muitas vezes há uma distância entre a vontade do Executivo que participa do Mercosul com o Parlamento de cada um de nossos países” (BRASIL, 2006/Jul., p.2).

As incertezas também partiam da dificuldade, ainda, em aprovar medidas como a TEC, afirmando estar “convencido de que essa medida representará a possibilidade de alocar novos e significativos recursos para as regiões menos desenvolvidas de nosso bloco” (BRASIL, 2006/Jul., p.2). Assim, queria mostrar que os desafios precisavam ser superados, e, portanto, uma “integração de novo tipo” para se cristalizar necessitava, ainda, de novos projetos em várias frentes, como nos campos da indústria, tecnologia e infraestrutura; e políticas energéticas, com especial atenção aos países de economias menores, para que todos pudessem realmente entender e participar dos benefícios da integração.

A institucionalização seria de fundamental aspecto para a consolidação cada vez mais do Mercosul que já era uma realidade. Mas ainda era necessária a aprovação em definitivo do Parlamento do Mercosul “para que haja uma combinação entre um Executivo, a Direção do Mercosul, a nossa Secretaria do Mercosul e as decisões nacionais dentro dos nossos Congressos” (BRASIL, 2006/Jul., pp.3-4).

As contradições inerentes ao bloco também faziam parte de desafios que surgiam, como a questão do gás da Bolívia. A ideia de se construir um consenso na região, por parte de sua liderança, também atuava na busca de solucionar esse tipo de controvérsia.

A questão do gás na Bolívia⁵⁶ se encaixaria segundo o que Marques denominou de *diplomacia tributária* e/ou ideológica (Marques 2013, grifos do autor), ou seja, dívida moral (devido a alguns dos quadros do PT que tiveram formação política em Cuba, por exemplo) devido a um relacionamento que não se pautava pela questão econômica e comercial, estando mais próximo ao posicionamento ideológico. E, devido a isso, o direcionamento de decisões com alguns dos países latino-americanos, como no caso da Bolívia, em 2006, e Paraguai⁵⁷, em 2009, recebeu, então, diversas críticas.

A ocupação de refinarias da Petrobrás pelo governo boliviano levou o governo brasileiro a buscar uma saída pacífica numa tratativa de considerar a

⁵⁶ “A Bolívia anunciou, em 1º de maio de 2006, a nacionalização do gás e petróleo. Militares assumiram o controle de 56 instalações petrolíferas. A Bolívia recuperava assim suas riquezas naturais. As jazidas de gás e petróleo, no entanto, já haviam sido nacionalizadas há muito tempo. A luz da Constituição boliviana, elas pertenciam ao Estado. O governo celebrava contratos de concessão com empresas estrangeiras para a prospecção, exploração e comercialização de hidrocarbonetos. Através de licitações públicas internacionais, empresas estrangeiras eram selecionadas para explorar gás e petróleo numa área contratada. Os contratos de concessão não compreendiam a transferência da propriedade das jazidas de gás e petróleo. Elas continuavam sempre a pertencer ao Estado. Não houve, portanto, uma nacionalização do gás e petróleo, mas uma expropriação de empresas estrangeiras que efetuavam a prospecção, exploração e comercialização de hidrocarbonetos com base em contratos que haviam sido celebrados com o Estado boliviano, o qual permanecia sempre como proprietário das jazidas de gás e petróleo de maneira direta, inalienável e imprescritível. Um dos problemas fundamentais da expropriação de empresas estrangeiras é a insegurança jurídica que ela gera (...) A Bolívia conduziu na data assinalada no parágrafo anterior a ocupação militar das refinarias que eram operadas sobretudo pela Petrobras. Ela, a Petrobras, não teve oportunidade para assimilar o decreto de expropriação. Ocupou-se primeiramente de ocupar os campos para, depois, negociar-se durante 180 dias novos contratos com as empresas estrangeiras. A imagem de soldados ocupando jazidas e refinarias pode ter prejudicado em muito aquele país. À maneira do que ocorreu no passado, a Bolívia adotou tais medidas estimulada pelo aumento do preço do gás e petróleo no mercado internacional (...) A Petrobras foi uma das poucas empresas estrangeiras a sentir o impacto da decisão boliviana, além da espanhola Repsol e da francesa Total” (...) (ALBUQUERQUE, 2006, pp. 479-512).

⁵⁷ “Desde o final da década de 1960 compartilhamos o projeto binacional da hidrelétrica de Itaipu. Naquele momento, nosso parceiro não tendo recursos para finalizar sua parte em um rio binacional, ficou acertado no Tratado de Itaipu que pagaríamos a conta, e, posteriormente, os paraguaios abririam mão de toda a energia não consumida, a preço de custo para o Brasil. Esse foi o problema. Sabedor do potencial de geração de receitas dessa energia, o candidato a presidente, posteriormente eleito, Fernando Lugo, passou a fazer disso uma de suas bandeiras, alegando que o governo brasileiro deveria agir com generosidade em relação a um vizinho mais fraco.

O Brasil aceitou buscar uma alternativa, que resultou em um acordo assinado entre o governo brasileiro e o paraguaio em setembro de 2009, modificando o Tratado de Itaipu. Assim, o valor pago triplicaria, em curto espaço de tempo.

Apesar desse aumento não afetar o preço pago pelo povo brasileiro para a compra de energia, o fato é que o novo acordo foi alvo de grande polêmica. Muitos argumentavam que o Brasil, caso não quisesse aceitar, poderia acionar a justiça e fazer o Paraguai apenas cumprir o Tratado. Ou seja, para os detratores do acordo, mais uma vez a política externa havia sucumbido à ideologia reinante no Itamaraty” (MARQUES, 2013, pp. 107-108).

possibilidade de ouvir e respeitar os vizinhos e suas tradicionais demandas. O que levou, mais tarde, o cantor Chico Buarque a avaliar, num ato de apoio à candidata Dilma Rousseff à sucessão do governo Lula, como “Um governo que não fala fino em Washington nem fala grosso com Bolívia e Paraguai”⁵⁸.

Porém, as críticas da oposição vinham no tom de que “a ideia da capitulação perante uma nação, que, além de ser uma das mais pobres da América do Sul, também era uma das que mais contribuía para a entrada de narcóticos em solo brasileiro” (MARQUES, 2013, p.107).

Esses desafios, para o presidente Lula, tinham que ser enfrentados, pois esse sucesso era o que faria com que as demais nações pudessem respeitar essa parte do mundo globalizado. A soberania era o destaque a ser galgado, também, nesse processo que ocorria no continente. Assim, afirmava que: “Nós estamos mudando o perfil social da nossa América. Nós, hoje, negociamos com o mundo inteiro, sem vergonha de dizer quem somos, o que queremos e, ao mesmo tempo, nós temos orgulho de nos fazer respeitar enquanto Nação” (BRASIL, 2006/Jul., p.6).

Intenções que passaram a buscar um entendimento de fortalecimento de toda a América Latina, uma união na qual Lula usou o termo “Mesoamérica” “tendo do México até a Patagônia, passando pelo Caribe e trazendo Cuba junto” (BRASIL, 2006/Jul., p.8).

Nessa reunião, já anunciava a necessidade de que, na próxima Cúpula, pudesse celebrar realizações mais concretas em prol da região e do conjunto do continente, dando ênfase à importância do Mercosul

porque nós, a partir da nossa realidade, queremos construir acordos com todos os países do mundo, mas queremos que a nossa soberania seja respeitada, que a nossa agricultura seja respeitada, que a nossa indústria seja respeitada, e que os nossos países tenham soberania para decidir a hora de fazer, com quem fazer, em função do nosso interesse. Afinal de contas, já faz quase dois séculos que nós deixamos

⁵⁸ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1910201019.htm>>

de ser colônia e nem queremos voltar a ser colônia (BRASIL, 2006/Jul., p.8).

Momento crucial de condução de um processo, a partir das ações do presidente da República, deu-se quando o Brasil sediava, em sua capital, a sessão constitutiva do Parlamento do Mercosul em 14 de dezembro de 2006. Uma necessidade discutida em inúmeras reuniões e que, na cúpula reunida em 2005, havia estabelecido o ano de 2006 como prazo final para sua constituição.

Realização de grande impacto para o presidente Lula da Silva que, de certa forma, ia se colocando como o líder desse processo, reconhecendo ser a maior economia do bloco, mas mostrando a preocupação com as economias menores; reiterando os esforços feitos em conjunto com seus pares para que pudessem lograr êxito, ampliando o processo de integração. Sendo assim, dizia: “A criação deste Parlamento é uma iniciativa, talvez das mais relevantes, para realizar essa aproximação. Representa um marco histórico em nosso bloco. Aprofunda a dimensão política da integração” (BRASIL, 2006/D, p.2). E ainda, “Contribui para a consolidação de uma cidadania regional, na medida em que enraíza o Mercosul em nossas sociedades. Reforça, assim, a identidade comum de nossa associação” (BRASIL, 2006/D, pp.2-3).

Como líder desse processo, argumenta que houve um crescimento extraordinário do comércio intrabloco, mas, sobretudo, demonstrava a intenção de que era necessário abrir-se para o mundo associando o crescimento interno de cada país do bloco com as possibilidades de acordos diversos. Lembrando que a relação sul-norte estava estabelecida, mas a partir do fortalecimento interno para que tivessem maiores chances de negociação. Dessa forma: “O Mercosul tem que se abrir para o mundo e nós vamos trabalhar cada vez mais para que haja um acordo Mercosul-União Europeia, para que a gente possa consolidar esse bloco e dinamizar a economia dos nossos países” (BRASIL, 2006/D, pp.2-3).

Nesse período do primeiro mandato do presidente Lula da Silva, verifica-se a condução do processo identificado por Vigevani e Cepaluni (2007) como “autonomia pela diversificação”, em revisão ao processo neoliberal do início das

décadas de 1980 e 1990, que fora marcado pelo “regionalismo aberto”, como afirmado anteriormente (CEPAL, 1994; VIGEVANI, 2007; BERNAL MEZA, 2008; SANAHUJA, 2009).

O processo de integração que se desencadearia a partir da presidência de Lula foi se realizando por meio da consolidação de sua liderança, utilizando argumentos sobre o valor de uma cooperação conjunta, numa tentativa de mostrar a importância de integração, e que esta fortaleceria as economias locais dando corpo para negociações com maior peso e possibilidade de barganha com os demais blocos, sobretudo, de países ricos.

Pautou esse processo a partir do convencimento, dos ganhos obtidos internamente, da ampliação de membros do Mercosul, principalmente com a entrada da Venezuela, estabelecendo, ao longo das reuniões de cúpula do Mercosul, uma identidade latino-americana; tentando mostrar a conjunção de interesses entre os países da região a partir de realidades diferentes.

Expunha, também, a possibilidade de ampliar esse horizonte integrando toda a América Latina, sendo necessário, para aprofundar a integração, envolver a sociedade civil e criar condições para que houvesse voz de representação para todos os países a partir da criação do PARLASUL.

Assim, fomentou a possibilidade de ampliar condições para a aproximação de blocos regionais do continente americano como a CAN, o que levou à formação da CASA e, resultou, no final da primeira década do século XXI, na concretização da UNASUL.

2.4 – Os discursos no âmbito das Reuniões de cúpula do Mercosul durante o segundo mandato do presidente Lula da Silva

Na sua segunda gestão como presidente da República, o aprofundamento do processo de integração regional manteve-se nos discursos do presidente Lula.

Para tal, o presidente insistia na necessidade da união de todos os países que estavam diretamente ligados a esse processo. Solidificar esse alicerce nos âmbitos da integração política, social e cultural com ganhos para cada país e para o conjunto era necessário, já que as realidades econômicas e sociais não só eram diferentes, mas também dificultariam que uma ação unilateral, e não conjunta, lograsse êxito na transformação de qualquer que fosse o país.

Dessa forma, ao iniciar a abertura da reunião em janeiro de 2007, apontava que “nossa união é necessária, nem os mais fortes dentre nós serão capazes de resolver sozinhos as contradições em que estão mergulhados nossos países. Nossa articulação é fundamental para promover o desenvolvimento (...)” (BRASIL, 2007/Jan., p.2).

O encaminhamento do discurso, também, mostrava um balanço dos avanços do Mercosul até ali, cujo destaque para o fortalecimento da integração (fruto de resoluções das constantes reuniões de cúpula) era dado pelo presidente diante de seus pares, ressaltando, então, a instalação do Parlamento do Mercosul, a entrada em operação do FOCEM, dentre outros projetos aprovados como resultado das necessidades elencadas pelo conjunto de países ao longo das reuniões realizadas com o propósito de acentuar uma integração que fosse além da questão comercial.

Para a ampliação do diálogo no campo social, destacava a primeira Cúpula Social do Mercosul, além da instalação do “Foro Consultivo dos Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, um canal de articulação entre nossos países” (BRASIL, 2007/Jan., p.4).

O questionamento acerca do papel de liderança recaiu, também, sobre a intenção ou não de arcar com os custos do processo. Nesse caso específico, o processo que o presidente Lula encaminhava foi observado e trazido em várias oportunidades, principalmente com a preocupação em relação à assimetria dentro do bloco, que constantemente foi pauta nas reuniões. A questão dos aportes financeiros do BNDES e a busca de uma integração financeira fizeram parte, então, desse horizonte:

A integração financeira da América do Sul se acelerou. O BNDES fez aporte de 200 milhões de dólares na CAF para financiar novos projetos, inclusive no Brasil. É importante que nossos ministros tenham intensificado o diálogo político sobre temas cruciais para o futuro imediato do Mercosul e é bom que tenhamos em breve uma seção dedicada ao tema das assimetrias (BRASIL, 2007/Jan., p.3).

Dentre outras propostas que queria mostrar como positivas, expunha que, junto com a Argentina, encaminhava-se a “criação de um sistema de pagamento das transações comerciais em moedas locais, sem a conversão em dólar” (BRASIL, 2007/Jan., p.4). Fato este que seria substancial para a redução dos custos financeiros das transações comerciais e ampliação da participação de pequenas e médias empresas, que, em loco, o objetivo era ampliar a competitividade do setor produtivo do Mercosul.

A ideia de mostrar essas vantagens fazia parte do entendimento de convencer os demais dos ganhos que poderiam ter ao aprofundar o Mercosul e, esperava-se que logo adotassem, também, iguais medidas, reunindo-se, assim, aos objetivos do Brasil e da Argentina.

O plano externo também era lembrado como tendo alcançado avanços importantes, e que iam na direção da diversificação dos parceiros econômicos extra bloco. Porém ainda havia dificuldades para a conclusão de alguns acordos, principalmente com a União Europeia, mas com acenos positivos às “negociações para um acordo de Livre Comércio com Conselho de Cooperação do Golfo. (...) as tratativas comerciais do Mercosul com a Índia, a União Aduaneira da África Austral (SACU) e Israel” (BRASIL, 2007/Jan., p.5).

Ainda, no continente, o presidente Lula destacava a importância em priorizar o Mercosul e a integração com a América do Sul, querendo mostrar que associava o crescimento do Brasil com o do continente e, que para isso, seria necessário associar-se também com a CAN, assim como outras iniciativas convergentes gradualmente ocorrendo em paralelo à construção da Comunidade Sul-Americana de Nações. Fato ainda que destacava o aspecto das diferentes realidades dos países do continente, mas convergente nos propósitos rumo a um desenvolvimento, que o presidente explanou que havia:

Diferenças nas opções de política interna que nossos países adotem para enfrentar os desafios do desenvolvimento. Mas felizmente fomos formados na diversidade. O pluralismo político e ideológico é totalmente compatível com o nosso processo de integração, que busca o desenvolvimento, a inclusão social, o emprego e o fortalecimento da democracia.

Nunca existiu um clima político tão favorável para a nossa integração (BRASIL, 2007/Jan., p.6).

Expor que “nunca existiu um clima político tão favorável para a nossa integração” trazia a carga de que o pluralismo político na América Latina era uma realidade presente, mesmo que no seu conjunto houvesse um ponto em comum que eram reações às políticas liberais da década de 1990 com a ascensão (ainda que de forma variada no final da década de 1990 e início da década dos anos dois mil), de governos cujas forças políticas se orientaram desde o centro à esquerda (ou progressista) mesmo que de forma constitucional, ou seja, sem ruptura traumática com a ordem estabelecida. Corroborando essa discussão dos rumos que parte da América Latina ia tomando, Gaudichaud afirma que:

la principal fuerza que impulso las experiencias progresistas y nacional-populares en los años dos mil fue el producto de un creciente rechazo ante el Consenso de Washington, o más bien, de las consecuencias del neoliberalismo en la vida cotidiana de millones de latino-americanos, y de una casta política considerada, no sin razón, como responsable de esta situación. Un fenómeno no uniforme, que no se puede limitar a las nacional del “giro a la izquierda” del período posterior, pero que si fue canalizado en esos países por la centro-izquierda, nuevas fuerzas políticas progresistas o nacionales-populares en clave electoral para tomar el poder del Estado (GAUDICHAUD et al, 2019, p.23).

Assim, a partir de realidades diferentes que levariam a caminhos distintos de como esses novos Estados iriam se constituindo, de forma mais acanhada ou mais propositiva em termos de uma política progressista, abriram caminho “al regreso del anti-imperialismo político, utilizando ‘una estructura de oportunidad política’[...]. Con el mantenimiento de los regímenes constitucionales

representativos y con sistemas electorales pluralistas" [...] (GAUDICHAUD et all, 2019, p.3).

O presidente Lula da Silva destacou, ainda, a diversidade de cada nação, mas buscava construir mais uma vez, por meio do diálogo, a ideia de que um dos fatores de união era “o resgate das dívidas sociais” e o dever de “continuar construindo uma identidade sul-americana que complemente e reafirme nossas identidades nacionais” (BRASIL, 2007/Jan., p.7).

Como simbologia dessa união no sul do continente, anunciara a emissão dos passaportes Mercosul. Era a integração regional por meio de um documento.

Em sua obra “Quebra de Protocolo”, Moisés Marques (2013) traz algumas das polêmicas e críticas que envolveram o governo no direcionamento à sua política externa, principalmente em relação à aproximação com os países do eixo sul. Uma delas veio a partir da entrevista dada pelo ex-embaixador em Washington, Roberto Abdenur à revista Veja, cujo conteúdo versava sobre “o viés e direcionamento ideológico na execução da política externa e na formação e promoção de diplomatas no Itamaraty”, além da “'diplomacia sul-sul', em detrimento à alocação de recursos para fazer promoção comercial nos EUA”⁵⁹

Como crítica ao viés ideológico, ele chegou a se referir à formação de diplomatas, além de criticar o que chamou de imposição de leituras feitas pelo secretário geral Samuel Pinheiro, por exemplo, o “Pensamento Econômico Brasileiro”, de Ricardo Bielschowsky; “Chutando a Escada”, de Ha-Joon Chang; e “Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul - da Tríplice Aliança ao Mercosul”, de Luiz Alberto Moniz Bandeira”⁶⁰.

Tais críticas tiveram reações, inclusive, de autores, no caso, Moniz Bandeira que chegou a declarar sua impressão de que “se promove atualmente uma espécie de terrorismo ideológico, acusando qualquer crítica aos EUA como antiamericanismo”⁶¹.

⁵⁹ “No Senado, ex-embaixador reforça críticas ao Itamaraty”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2802200711.htm>>.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem.

De qualquer forma, apesar das críticas, Abdenur se posicionou favorável a algumas ações do governo como as medidas tomadas para a “segurança na economia, suas relações com autoridades americanas, a atuação do Brasil no G20, na Rodada Doha, na defesa por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e até a aproximação com a África”⁶².

Outro posicionamento que se chocava com as diretrizes do governo, lembrado por Marques (2013), foi a de Roberto Mangabeira Unger que convergia com Abdenur, ao publicar seu artigo na Folha de São Paulo, em que discutia:

Finalmente, debate-se política exterior no Brasil. Sinal de avanço: a política externa de uma democracia é assunto de toda a nação. A discussão, porém, ameaça tomar rumo prejudicial a nossos interesses duradouros. Transmite-se, de muitas maneiras diferentes, a mesma mensagem: o eixo sul-sul, que a atual política brasileira se dedica a construir, sacrificaria as relações com os países ricos, a começar pelos Estados Unidos, onde se concentrariam nossos interesses atuais e futuros (...) (Folha, 06/03/2007)⁶³.

Em relação ao conjunto de críticas à diplomacia brasileira, Marques aponta que:

Na avaliação do ministro Celso Amorim, advinham [resistências às mudanças] de diplomatas ligados ao período de governo anterior, provavelmente Luiz Felipe Lampreia, Rubens Barbosa, Marcos Azambuja, Sérgio Amaral e até mesmo Rubens Ricupero. O fato é que esses diplomatas não deixaram de ostentar suas opiniões críticas à condução da política externa brasileira, mas em geral, de maneira comedida, como costuma acontecer com integrantes do corpo diplomático. O caso de Abdenur, que depois disse ter sido mal interpretado, foi talvez o mais agressivo (MARQUES, 2013, pp. 104-105).

Durante as três cúpulas que ocorreram no ano de 2007, nos meses de janeiro, junho e dezembro, respectivamente nas cidades do Rio de Janeiro/BRA, Assunção/PAR e Montevideu/URU, o presidente Lula, como forma de exercer a

⁶² Idem.

⁶³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0603200706.htm>>

liderança e influenciar os representantes dos países e entidades de classe que ali estavam presentes, reiterou, mais uma vez, a importância do Bloco como a mola propulsora para o desenvolvimento da região, reconhecendo que, por mais passos que puderam dar, ainda estava em construção. Logo, mais um elemento vinha a se somar e concretizar esse esforço ao consolidar o FOCEM⁶⁴ e ter, finalmente, sua entrada em operação.

Lembra-se que era de fundamental importância, para as pretensões de tornar-se um “*global player*” que o Mercosul se fortalecesse cada vez mais para poder ampliar seu respeito em âmbito internacional, o que vinha ocorrendo, segundo o presidente, desde quando os próprios membros passaram a enxergar o bloco como uma importante ferramenta. E, assim, ser capaz de enfrentar “os desafios de uma globalização assimétrica (...) fundamental para a inserção de nossos países nos fluxos mundiais de comércio e investimento (...) Desta forma, irá fortalecer-se como interlocutor internacional” (BRASIL, 2007/Jun., pp.1-2).

Desta feita, a anuência com a observação de Cox (1994) é impreterível, pois segundo ele

as organizações internacionais eram um mecanismo bastante influente para a projeção da hegemonia, já que facilitariam a expansão da economia dominante, ponto estratégico buscado pelo Brasil, e das forças sociais, que permitiriam a dispersão da ideia de líder. Dessa forma, fica claro que o Mercosul, enquanto organização internacional, seria o meio pelo qual o Brasil poderia alcançar a liderança sul-americana, talvez por isso tenha se tornado objeto de tanta prioridade em seu governo. (COX, 1994, n.p. apud MÉLO NETO, 2016, pp. 96-97).

⁶⁴ “O FOCEM é um fundo destinado a financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração. É o primeiro mecanismo solidário de financiamento próprio dos países do MERCOSUL e tem por objetivo reduzir as assimetrias do bloco. Os fundos são destinados aos países, e entregues em caráter de doação não reembolsável para financiar até os 85% do valor elegível por eles apresentados”. Disponível em: <<https://focem.mercosur.int/pt/o-que-e-focem/>>.

Ao dar encaminhamento, então, a esse processo, o presidente Lula diagnosticava em seus discursos os entraves que ainda persistiam e impediam passos mais arrojados no aprofundamento desse processo de integração. Tendo como destaque, em vários momentos de seus pronunciamentos, a questão das assimetrias na região e os necessários esforços para superá-las e proporcionar os ganhos relativos aos membros do bloco com as economias menores, casos do Paraguai e Uruguai. Portanto, tema exposto com fundamental relevância nas reuniões de 2007:

(...) Nós temos um problema sério, que são os investimentos das economias mais volumosas nos países de economia menor. Ou nós nos convencemos de que é preciso que Argentina e Brasil, neste momento, comecem a pensar como a gente pode incentivar investimentos das nossas economias nos outros países, ou nós teremos problemas eternos no Mercosul (BRASIL, 2007/D, p.3).

Outro entrave apontado era a questão da dupla cobrança da TEC, que estabelecia a necessidade de uma data iminente para sua eliminação (em 2009), e as decisões técnicas e burocráticas que imprimiam uma morosidade nas tomadas de decisões políticas e implementações necessárias ao aprofundamento da integração.

Não raras as vezes, essa condução do processo levou o presidente Lula a instruir o presidente pro-tempore da ocasião a eleger prioridades e tomar decisões necessárias para dar continuidade àquilo que julgava importante para o andamento da integração,

Eu só queria chamar a atenção dos presidentes para o seguinte: se nós, presidentes, não colocarmos isso como tarefa – a Cristina assume a Presidência Pro Tempore –, se não colocarmos um ou dois temas como prioridade um a ser resolvida pelos presidentes, pode ser que daqui a seis meses estejamos discutindo outra vez as assimetrias (BRASIL, 2007/D, p.2).

Essa estratégia de chamar a responsabilidade dos presidentes para se empenhar nas resoluções dos gargalos somava-se a outra estratégia

constantemente usada, que era a de mostrar que, por mais problemas que existissem no bloco, ele era ainda assim a ferramenta importante para todos, pois vinha alcançando cada vez mais avanços tanto internamente quanto nas negociações extra bloco; numa atenção especial com a União Europeia, e, sobretudo, no sucesso alcançado ao conseguir diversificar parceiros comerciais não tradicionais como Israel, África do Sul, e, fundamentalmente, como a China.

No plano intrabloco, destacava-se a orientação dos investimentos por parte do Brasil nos países vizinhos, em que o BNDES vinha como o principal fomentador quando teve uma readequação em seu Estatuto no início dos anos 2000 atrelado à nova governança que se estabelecia.

Essa modificação estatutária se fez necessária, pois o BNDES, durante a década de 1990, desenvolveu uma linha de atuação que o afastou de sua tradição histórica de suporte de políticas de desenvolvimento, quando passou a impulsionar práticas neoliberais. O eixo dessas práticas levou a uma série de privatizações e consequente diminuição do papel do Estado, cuja ação partia do Plano Nacional de Desestatização⁶⁵ (PND), inicialmente no governo Fernando Collor de Mello⁶⁶, mas tendo importante arrancada nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, ao atuar no processo de abertura econômica (uma das prerrogativas do Consenso de Washington). Assim, “as privatizações do PND estavam inseridas na estratégia de redefinição do papel do Estado na economia e, consequentemente, da nova função do Sistema BNDES” (BUGIATO, 2016, p.89).

⁶⁵ “O PND foi instituído com a medida provisória 155 sancionada pelo Congresso Nacional na Lei 8031 de 12 de abril de 1990. A justificativa do governo estava na reordenação da posição do Estado na economia, uma vez que a partir das privatizações as atividades econômicas em que não havia necessidade de intervenção do Estado seriam transferidas para a iniciativa privada” (BUGIATO, 2016, p.89).

⁶⁶ “No governo Collor foi iniciado o processo de desmonte de órgãos governamentais de negociação, compostos por representantes do governo e da iniciativa privada. Foram extintos o Conselho Interministerial de Preços, o Conselho de Desenvolvimento Industrial, a Comissão de Política Aduaneira, a Carteira de Comércio Exterior e o Conselho de Comércio Exterior. No governo FHC foram eliminados os últimos canais institucionalizados de negociação (como a Comissão de Desestatização e as Câmaras Setoriais). A supressão de tais canais provocou o surgimento de meios informais de negociação entre o empresariado e o governo” (DINIZ, 2002 apud BUGIATO, 2016, p. 101).

As adequações do BNDES aos novos padrões de governança, retomando seu antigo papel histórico desenvolvimentista, ocorreu por meio dos decretos de 2002 e, sobretudo, os de 2007 e 2008, que elevaram sua capacidade de operar no exterior ampliando sua participação de apenas bancar exportações para financiar as atuações de empresas e subsidiárias brasileiras no exterior. Reordenação clara de política financiadora de privatizações para fomento de investimentos nacionais externos.

O apoio do Governo Lula, via BNDES, ao expansionismo empresarial brasileiro nos mercados mundiais evidencia a convergência de ações de política econômica e política externa. A atuação internacional de empresas nacionais têm-se apoiado principalmente na prioridade com que o Governo Lula tratou os processos de integração política e econômica na América Latina, em especial no continente sul-americano. A política externa brasileira no Governo Lula foi parte de uma estratégia do governo federal que estava fundamentada na estabilidade econômica, na retomada do papel do Estado na coordenação da agenda neo-desenvolvimentista e na inclusão social e na constituição de um vigoroso mercado de massas (VALDEZ, 2011, p. 69 apud BUGIATO, 2016, pp. 162-163).

Conforme elucidam Bugiato e Berringer (2010), foi crucial, a partir de suas linhas de crédito e participação acionária, a promoção e a intensificação do BNDES em promover, de forma mais intensa, as empresas brasileiras no exterior. Sendo, a partir de então, “expressivo o número de empresas nacionais que atuam no exterior que possuem a BNDESPar (BNDES Participações, subsidiária do BNDES) como acionista” (BERINGER, 2010, p. 31), que:

compreendem setores como agropecuária, energia elétrica, telecomunicações, mineração, bancos, papel, petroquímica, siderurgia, transportes e aviação. Em 2010 a BNDESPar tinha porcentagem no capital de: América Latina Logística (12,21%), Gerdau (3,50%), Banco do Brasil (2,43%), Itaú Holding (0,25%), JBS Friboi (17,32%), Bradesco (0,25%), Klabin (20,25%), Brasil Foods (2,55%), Light (22,96%), Brasil Telecom (2,20%), Marfrig (13,89%), MPX Energia (2,60%), Braskem (5,55%), CEG (34,56%), CPFL Energia (8,42%), Petrobras (7,66%), Cia. Siderúrgica Nacional (2,10%),

Eletróbrás (18,50%), Embraer (5,37%), Vale S/A (5,34%) e Fibria (30,42%), entre outras (VALDEZ, 2011) (BUGIATO; BERRINGER, 2012, p.31).

Os autores destacam, também, que, além das ações de apoio às empresas brasileiras, o envolvimento do BNDES às iniciativas quanto aos projetos de infraestrutura, principalmente na região sul-americana, foram substanciais no contexto do projeto de integração em andamento⁶⁷.

Leva-se em conta que essa dinâmica apresentada no período 2003-2010 suscitou outro debate relacionado à questão do chamado “subimperialismo brasileiro”.⁶⁸

A questão do subimperialismo, que seria estendido do período da ditadura militar para o início do século XXI, mais precisamente nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), segundo Bugiato e Berringer (2012), não se sustenta, necessitando de reflexões mais apuradas sobre a dialética estabelecida entre o Estado brasileiro e os demais do continente, para além desse sentimento que se intensificou, principalmente, a partir do período ditatorial.

As argumentações contrárias ao subimperialismo mais recente na história do continente vão desde questões militares a econômicas, passando pelo papel desempenhado pelo Estado brasileiro tanto na relação com seus vizinhos do entorno, quanto com os Estados Unidos.

⁶⁷ “A América Latina é o mercado principal de atuação das grandes empresas brasileiras. Dos US \$56 bilhões em ativos produtivos no exterior que as empresas brasileiras tinham em 2006, metade se traduz em investimento na América Latina (...) O BNDES não apoia apenas empresas, mas também projetos de infraestrutura. O aumento tanto dos fluxos de investimento quanto dos de comércio sul-sul confirmam a particular relevância de uma estratégia de internacionalização associada aos projetos de integração regional. A IIRSA (*Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana*) é um projeto conjunto de doze países da América do Sul para a construção de uma infraestrutura de comunicações, transportes e geração de energia que constitui um sistema de circulação de capitais e mercadorias, permitindo dessa forma entrelaçar as economias regionais ao mercado mundial. A IIRSA é um projeto de integração do mercado sul-americano para lhe dar maior competitividade em relação a outras regiões (ALEM; CAVALCANTI, 2005). Entre os 31 projetos que compõem a Agenda de Implementação Consensual da IIRSA, o Estado brasileiro tem participação em 9, além disso há outros projetos brasileiros que foram incorporados ao Programa de Aceleração de Crescimento 2 (PAC2)” (BUGIATO; BERRINGER, 2012, p.33, grifos dos autores).

⁶⁸ Sobre o termo “subimperialismo” criado por Ruy Mauro Marini, ver Capítulo 1.

Em questões militares, defendem que não se pode afirmar que o Brasil esteja no rol dos países imperialistas, “pois o imperialismo pressupõe capacidade de uso da força militar para que se possa disputar mercados e exploração de outros territórios com os Estados Imperialistas” (BUGIATO; BERRINGER, 2018, p. 39). E o Brasil além, de não dispor desse instrumento, muito menos é fator auxiliar na sua inserção internacional. Salientando que o papel exercido no subcontinente, atualmente, “é muito distinto do que foi no período da ditadura militar, momento no qual Marini elaborou o conceito de subimperialismo” (BUGIATO; BERRINGER, 2018, p. 39).

Também destacam ações do Estado brasileiro nesse período mais recente, que conflitam com os interesses dos Estados Unidos, chocando-se com a ideia de “cooperação antagônica”, como nos casos em que houve posicionamentos e protestos por parte do Brasil, por exemplo, “contra a instalação de bases militares na Colômbia, o acolhimento de Manuel Zelaya na embaixada brasileira em Honduras, as negociações de enriquecimento de urânio no Irã, a intervenção no Iraque, entre outros” (BUGIATO; BERRINGER, 2018, p. 39).

Na recusa a ações imperialistas no campo da economia e seus ganhos, apontam outras orientações nas relações atuais na América latina,

(em especial Bolívia, Venezuela e Equador, e outros) contam com o apoio do capital e do Estado brasileiro para implementarem políticas de desenvolvimento nacional, que, no atual contexto, visam reverter o quadro sócio-político resultante das políticas neoliberais da década de 1990” (BUGIATO; BERRINGER, 2018, p. 39).

Assim, tentam demonstrar, também, que a política externa brasileira não agia por altruísmo. As razões de Estado estavam presentes nas relações de ganho com os países latino-americanos e, “ainda que de forma contraditória, tem sido um aliado destes governos contra o domínio estadunidense na região (...)” (BUGIATO; BERRINGER, 2018, p. 39).

Para Jaeger (2018), a Política externa brasileira se distinguia do período militar ao se constituir a partir de um *soft power* em sua atuação com o vizinhos; e que o fundamento de sua expansão se deu em outros moldes, diferentemente do período militar. Em outras palavras, a expansão do início do século XXI “não era uma motivação de um ‘problema de mercado’ – ou seja visando tão somente a prospecção de mercado (...), mas, sim que havia um projeto político por trás”. E ainda, “a inserção internacional do Brasil se daria através do fortalecimento regional e da defesa das democracias nas instituições multilaterais” (JAEGER, 2018, p. 251).

Logo, vislumbra-se que ao contrário do que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, a atual política externa brasileira não tinha como objetivo atender à política imperial norte-americana, cujo contexto era o da Guerra Fria. Cabe ressaltar que tal premissa não é de toda homogênea referente aos governos militares, principalmente ao se considerar o governo do presidente Ernesto Geisel (1974 – 1979), que pautou sua política externa sob o advento de um “pragmatismo responsável”⁶⁹.

Buscou-se, mais recentemente, uma inserção fortemente autônoma, direcionada sobretudo a um fortalecimento regional e a manutenção das negociações com os grandes centros, inclusive com os Estados Unidos.

Nas argumentações, ainda no campo da economia, Bugiato e Berringer expõem a permanência do Brasil no patamar de uma economia “subalterna” cujo eixo das exportações baseiam-se em *commodities* e industrializados de pouco

⁶⁹ Na atuação referente ao “pragmatismo responsável”, assim definida pelo próprio presidente, direcionava a política externa “sem opções exclusivistas pelo bilateralismo ou multilateralismo, pelo Ocidente ou Terceiro Mundo, pelo alinhamento ou divergência por essa ou aquela ideologia” (CERVO; BUENO. 2015, p.414).

“A política externa do governo Geisel teve como condição permissiva o contexto de bipolaridade com baixa intensidade de conflitos, consubstanciada historicamente na *détente* entre os Estados Unidos e a União Soviética. De acordo com Waltz (1979), a bipolaridade abre espaço para que os demais Estados ajam sem condicionar seu comportamento ao das superpotências, o que foi observado no caso brasileiro, no qual o país alterou explicitou suas divergências com os Estados Unidos, sem, contudo, adotar um afastamento definitivo ou uma postura abertamente conflitiva. O aumento das capacidades brasileiras, principalmente em termos econômicos, e a necessidade de consolidá-los orientou a atuação extracontinental, como na assinatura do acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, no restabelecimento de relações com a China e no reforço da atuação no Oriente Médio e África. O caso de Angola é sustentado também pela lógica estratégica de busca pela segurança na fronteira marítima do Atlântico Sul (...)” (PIMENTA, 2014, p. 114).

desenvolvimento tecnológico. Sobre o processo levado a cabo da internacionalização das empresas brasileiras,

os investimentos externos diretos do Brasil no exterior somente em 2006 ultrapassaram 2% do PIB brasileiro [...], enquanto a entrada de investimentos externos diretos no Brasil já ultrapassou 5% do PIB brasileiro e se manteve acima de 2% durante esta primeira década dos anos 2000 [...]. Ou seja, o Brasil não superou o seu papel de economia dependente e recebe muito mais capital do que exporta. O investimento externo direto não é um fator exclusivo do Brasil, outras formações sociais dependentes também têm empresas que atuam em outros territórios (México, Argentina, Chile, entre outras). No entanto, o maior volume desse tipo de transação ainda se concentra nos países imperialistas (BUGIATO; BERRINGER, 2018, p. 40).

Também apontam insuficiências nas teses defendidas por Amado Luis Cervo e Valdez, segundo as quais, no período Lula, houve a construção de um novo tipo de Estado. Discordância que está na concepção de que se houve mudanças substanciais, não corresponderam a um “novo tipo de Estado”, e sim, “às novas configurações e dinâmicas das classes sociais brasileiras” ((BUGIATO; BERRINGER, 2018, p. 40).

Nas reuniões de 2008, o presidente Lula expôs como ferramenta importante para o bloco o fato de que a crise, ao chegar ao continente americano e afetá-lo, teve um amparo justamente devido à importância do aprofundamento que o bloco do Mercosul vinha alcançando; e desse forma foi possível reduzir os impactos econômicos por mais que fossem visíveis na região. A importância de terem traçado metas e, a partir de então, terem ampliado o comércio intrabloco, além de medidas de fomento de investimentos e de geração de empregos, mostrava resultados.

A crítica ao possível maior ganho do Brasil por ser a maior economia tinha como resposta do presidente que “está empenhado em diminuir o superávit que vem acumulando na região” e que, ainda, “estamos constituindo grupos de trabalho para estudar como integrar cadeias produtivas em setores estratégicos” (BRASIL, 2008/Jul., p.3). Além dessas, havia outras medidas e, principalmente,

a ampliação de acordos com o Chile, Colômbia e a entrada da Venezuela, que eram fatores positivos dessa aposta.

No entanto, as questões energéticas na região, mais uma vez, vieram à tona, sobretudo, a questão de Itaipu com o Paraguai, e que após o recrudescimento das tensões políticas, desembocaram em negociações no biênio 2008-2009; e, no final, celebrado o acordo entre as nações que entraria em vigência em 2011⁷⁰.

Além das negociações e ampliação do comércio Sul-Sul, destaca-se a relação com a China, que ampliava, sobremaneira, sua presença comercial na região.

A importante participação da China no comércio com o Brasil (Gráfico 2), período ainda de queda das exportações para os EUA entre 2002 e 2003, para uma retomada a partir de 2004 (Gráfico 3) e, no decorrer da década, ampliação comercial também entre o Mercosul e a China (Gráfico 4), segundo Marques, vinha como consequência da conjuntura de buscar maior diversificação de parceiros econômicos - proposta brasileira - e, também, por ser “a economia que mais cresce no mundo nos últimos vinte anos, além de ter ultrapassado o Japão

⁷⁰ “Outro conflito energético entre o Brasil e um vizinho sul-americano, neste caso o Paraguai, é o que envolve a energia gerada pela usina hidrelétrica de Itaipu, a segunda maior do mundo, inaugurada em 1983, na fronteira entre os dois países. Embora o empreendimento seja dividido formalmente em partes iguais, por meio da Binacional Itaipu, as regras vigentes durante quase três décadas para o aproveitamento da eletricidade gerada pela usina beneficiavam claramente o Brasil, que até 2011 compra a baixo preço quase toda a energia destinada ao Paraguai, sem dar ao parceiro a possibilidade de vendê-la livremente ao mercado [...]

A correção dos termos desiguais da parceria energética em Itaipu é uma antiga reivindicação da sociedade paraguaia, que alcançou o primeiro plano da agenda bilateral após a eleição de Fernando Lugo como presidente do país, em abril de 2008 (...) apresentou a revisão do Tratado de Itaipu como um dos principais tópicos de sua plataforma eleitoral. Em julho do mesmo ano, Lugo e o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva fecharam um acordo pelo qual o Brasil praticamente triplica – de U\$ 125 milhões anuais para U\$ 360 milhões, em média – o valor do pagamento ao Paraguai por abrir mão de sua parte da energia de Itaipu. O acordo estabelece, ainda, que o Paraguai poderá comercializar livremente sua parcela de energia no mercado elétrico brasileiro ou, ainda, vendê-la a um terceiro país.

Depois de aprovado pelos Congressos dos dois países, o acordo entrou em vigência em agosto de 2011, quando o Brasil efetuou a primeira parcela do pagamento calculado segundo as novas regras. Mas discussão, agora em torno da reivindicação paraguaia de que seja feita uma auditoria da dívida do Paraguai para com o Brasil por conta do financiamento da obra, prosseguiu por mais algum tempo, até o golpe de Estado que afastou Lugo da presidência, em 2012” (FUSER, 2013, p. 163).

em termos nominais, tornando-se o segundo PIB do planeta, a China é a única ameaça real à hegemonia norte-americana” (MARQUES, 2013, p. 120).

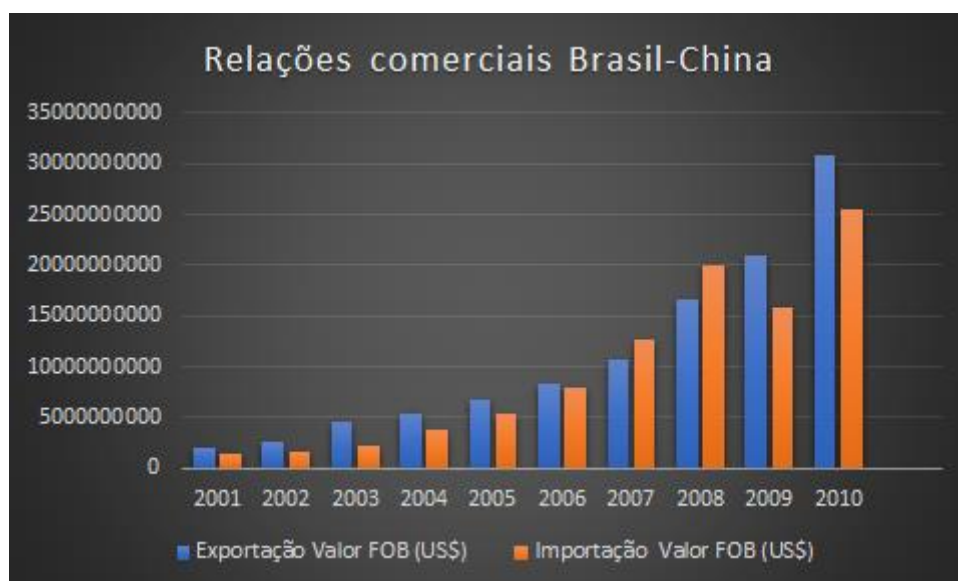


Gráfico 2: Relações comerciais Brasil – China. Fonte: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Elaboração própria.

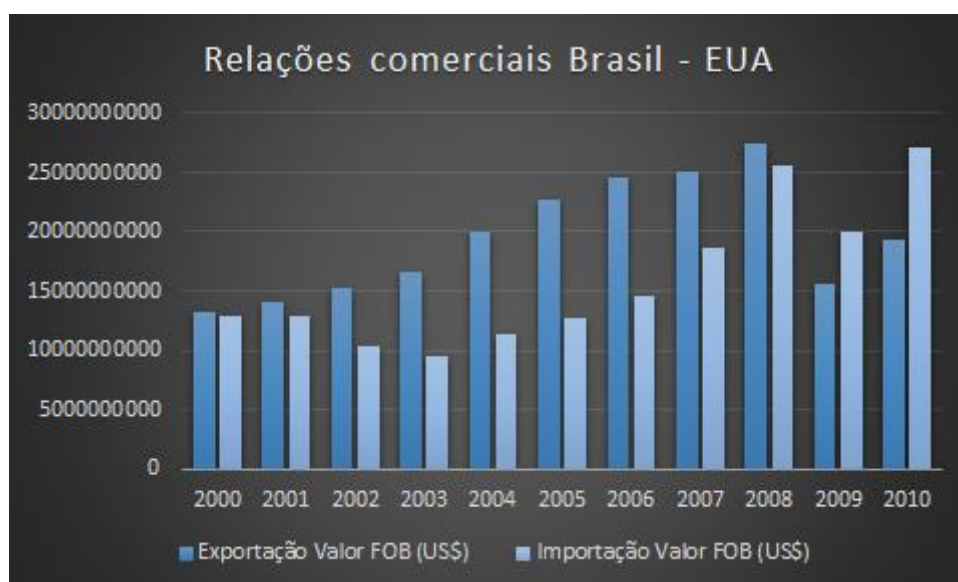


Gráfico 3: Relações comerciais Brasil – EUA. Fonte: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Elaboração própria.

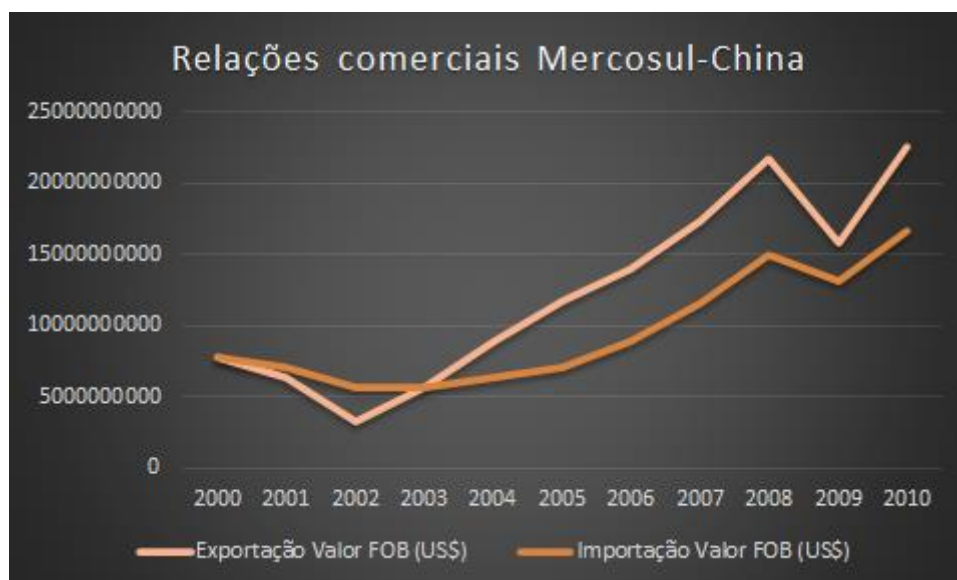


Gráfico 4: Relações comerciais Mercosul – China. Fonte: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Elaboração própria.

A diplomacia presidencial voltada a liderar esse processo e fortalecer o bloco no momento de crise mostrava a preocupação para que as economias menores não sucumbissem, e buscava mostrar a importância da diversificação comercial, mas sem deixar de lado o fomento a essas economias. O que levou ao anúncio, durante a reunião de cúpula, de que “a partir de 2009, o Brasil dobrará sua contribuição do FOCEM” (BRASIL, 2008/Jul., p.3).

Importante aspecto a ser ressaltado foram as reuniões tanto em Tucumán quanto na Costa do Sauípe (respectivamente, em julho e dezembro de 2008) que trouxeram a participação dos representantes dos países da América do Sul, Central e Caribe; com a presença de Raúl Castro, uma simbologia na direção de unir os propósitos em comum.

E, nesse encaminhamento, foi anunciada a participação na reunião da UNASUL ⁷¹ (União Sul-americana de Nações), outro importante elemento agregador dos interesses da região:

⁷¹ “Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas – Brasília, 23 de maio de 2008 - A República Argentina, a República da Bolívia, a República Federativa do Brasil, a República do Chile, a República da Colômbia, a República do Equador, a República Cooperativista da Guiana, a República do Paraguai, a República do Peru, a República do Suriname, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela (...) PREÂMBULO: APOIADAS na história compartilhada e solidária de nossas nações, multiétnicas, plurilíngues e multiculturais, que lutaram pela emancipação e unidade sulamericanas, honrando o pensamento daqueles que

O Mercosul é uma ideia que se confunde com os projetos e aspirações de desenvolvimento e integração de todo um continente. Não é por outra razão que, em seguida a esta Cúpula, seus membros e associados participarão de uma reunião da Unasul (BRASIL, 2008/Jul., p.3).

A questão do desenvolvimento e integração também tinha como centralidade a integração física do continente, a ser implementada a partir da UNASUL de forma participativa e em consenso, conforme consta em seu Tratado constitutivo. Porém, segundo apontam Ricardo J. Sánchez e Georgina Cipoletta Tomassian, Chefe e Oficial de Assuntos Econômicos, respectivamente, da Unidade de Serviços de Infraestrutura da Divisão de Recursos Naturais e Infraestrutura da CEPAL, “observamos um importante atraso analítico dentro das reflexões sobre a integração regional (...) A integração física é a menos difundida, mas se trata justamente de uma verdadeira e positiva “integração silenciosa”. (p. 50). Para tal realização dos objetivos técnicos ligados à infraestrutura, no âmbito da UNASUL, foi incorporada a IIRSA, e,

Na Terceira Reunião da UNASUL (Quito, agosto de 2009), os presidentes sul-americanos decidiram a criação, nesse âmbito institucional, do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). O Estatuto e o Regulamento do Conselho foram aprovados pelos Ministros do COSIPLAN na sua primeira

forjaram nossa independência e liberdade em favor dessa união e da construção de um futuro comum; INSPIRADAS nas Declarações de Cusco (8 de dezembro de 2004), Brasília (30 de setembro de 2005) e Cochabamba (9 de dezembro de 2006); AFIRMANDO sua determinação de construir uma identidade e cidadania sulamericanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe (...) ACORDAM: Artigo 1 Constituição da UNASUL Os Estados Partes do presente Tratado decidem constituir a União de Nações Sul-americanas (UNASUL) como uma organização dotada de personalidade jurídica internacional. Artigo 2 Objetivo: A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados’.

reunião (Buenos Aires, dezembro de 2009). De acordo com seu Estatuto, o COSIPLAN “é uma instância de discussão política e estratégica (...) para implementar a integração da infraestrutura regional dos países membros da UNASUL”. Por ocasião da IV Reunião de Presidentes da UNASUL (Georgetown, novembro de 2010) os mandatários auguraram “a imediata implementação de seu Plano de Ação, de especial importância para o futuro da integração regional” e enfatizaram “a importância de selecionar um conjunto de obras de forte impacto para a integração e o desenvolvimento socioeconômico regional” (Declaração da IV Reunião da UNASUL, 2010).⁷²

Celso Amorim, ao se referir a esse período, relata as dificuldades do encaminhamento desse processo, já que os interesses eram diversos e, tendo que contemplar os países que advogavam uma “integração econômica limitada”, devido aos arranjos dos quais simultaneamente participavam, para além da América do Sul, e havia outros que “enfatizavam uma dimensão política”; e o Brasil, com o propósito de solidificar tanto a base econômica, quanto a base política, que “não tolhesse a diversidade e a pluralidade”. Ressaltou ainda que:

os esforços pela integração sul-americana levaram tempo para florescer. Mas o grande empenho que pusemos, naqueles anos iniciais, na consolidação da América do Sul como uma área de paz e cooperação - o que, a nosso ver, passava por relações sólidas nos campos do comércio e da infraestrutura - resultou na criação de uma organização que, em quatro anos de vida, já deu provas de seu valor como instrumentos de solução de diferenças e de projeção da identidade sul-americana. Em um mundo crescentemente organizado em blocos, a América do Sul desponta como uma realidade inescapável, ainda que não exclusiva, de nossa inserção internacional (AMORIM, 2013, p. 139).

Cabe ressaltar que consolidar a América do Sul “como uma área de paz e cooperação” também estaria subjacente à questão da defesa do sul, e sobretudo sem a interferência dos Estados Unidos, conferindo maior amplitude da soberania para a região. Logo, incorporada também no âmbito da Unasul,

⁷² Disponível em:

<http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/uploads/documents/api_agenda_de_projetos_port.pdf>

destacava-se a criação do Conselho de Defesa do Sul (CDS), contextualizado na dinâmica da primeira década do século XXI, decorrente do

fim da Guerra Fria, [da] intensificação do processo de globalização e o que se convencionou chamar novas ameaças evidenciou a crise de um modelo de segurança hemisférico que já apresentava problemas há tempos. A crescente erosão da legitimidade do modelo de segurança coletiva da Guerra Fria, confirmado por exemplos como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a Junta Interamericana de Defesa (JID) e até a própria Organização dos Estados Americanos (OEA), combinada a um crescente desengajamento dos EUA na região, bem como novas prioridades por parte do Departamento de Estado norte-americano pós-11 de setembro de 2001, acabaram por consolidar um imaginário na América do Sul de espaço geográfico possível e passível de desenvolver políticas mais independentes, advindas de uma maior margem de autonomia (FUCILLE; PEREIRA, 2013, p. 86).

No que se refere à proposta dessa criação, a partir da iniciativa brasileira, Fuccile e Pereira salientam um importante aspecto de que só “foi possível erigir uma estrutura como o CDS pela opção de não confrontação aberta com Washington e o entendimento de que a efetivação da integração regional passa necessariamente pela perspectiva do desenvolvimento” (FUCILLE; REZENDE, 2013, p.89), tal evidência é compartilhada por Serbin que aponta o êxito da proposta brasileira em detrimento da proposta venezuelana, pois assim “<<regionaliza>> y <<sudamericaniza>>”, como señala Sanahuja, la propuesta de Chávez de crear una Organización del Tratado del Atlántico Sur (OTAS) y de conformar una alianza militar en el seno del ALBA” (SERBIN, 2012, p. 16).

Aspectos trazidos pelos autores que conferem ao espaço sub-regional as nuances da construção de uma soberania compartilhada com os demais membros da Unasul, mitigando as desconfianças da Colômbia devido sua tradicional ligação com os Estados Unidos, as reações do Presidente Hugo Chávez com a ativação da 4ª Frota norte-americana e, principalmente com a Argentina, devido ao

crescente adensamento das relações bilaterais (...) culminando no Acordo Bilateral de Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em 2007. Enfim, observa-se uma não desprezível tradição de se procurar distensionar o ambiente de segurança e defesa regional, além de servir para o propósito de aproximar os sub complexos regionais de segurança Norte-andino e do Cone Sul, destacando o papel central do Brasil nesse processo. Concretamente, estavam abertas as portas à passagem de um modelo caduco de segurança coletiva a uma nova forma mais dinâmica de segurança cooperativa (FUCILLE; REZENDE, 2013, pp.90,91).

Tal proposta brasileira, encaminhada pelo Ministro da Defesa Nelson Jobim, ao buscar consenso também sobre o tema de segurança, ganhava dimensão na medida em que:

entre a apresentação da proposta iniciada em conversas bilaterais de bastidores ao longo de 2006-2007 e a exposição pública e a aprovação do CDS Reunião Extraordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da Unasul em dezembro de 2008, diversas foram as articulações para superar as diferenças de forma e conteúdo entre seus doze membros, bem como sepultar a ideia de que tal instrumento visava consolidar a hegemonia brasileira na região. (FUCILLE; REZENDE, 2013, p. 89).⁷³

⁷³ “En este marco, la constitución del Consejo Sudamericano de Defensa, planteada como propuesta por el presidente Lula de Silva, en mayo de 2008, parece resumir muchos de los planteamientos del legado acumulado en los temas de cooperación y seguridad colectiva, particularmente cristalizados en la propuesta de convertir a América del Sur en una zona de paz, presentes parcialmente en la conformación del MERCOSUR, pero especialmente en el desarrollo de la CSN hasta su transformación en la UNASUR. En este contexto, el Consejo Sudamericano de Defensa, definido como un foro permanente para la discusión y la articulación entre los países miembros en torno a los temas de defensa regional, se estructura en base a algunos ejes fundamentales —en especial, la integración de las industrias de defensa y el intercambio técnico y académico en esta área— orientados a promover la formación de una identidad sudamericana en cuestiones de defensa (Rodrigues y Rodrigues, 2010). Esta propuesta, sin embargo, no puede desvincularse de varios elementos relevantes para la estrategia brasileña.

En primer lugar, porque permite definir un espacio específicamente sudamericano para los temas de defensa basado en la transparencia y la coordinación, que excluye a los Estados Unidos, con lo cual, a la vez de marcar distancia con la presencia hegemónica de este país, abre las puertas para el impulso de una estrategia brasileña a nivel global (...)

[En segundo lugar] (...) el Consejo Sudamericano de Defensa también quiere impulsar la subordinación de los militares a la autoridad civil y promover la defensa soberana de los recursos naturales (Sanahuja, 2010a:114). En tercer lugar, porque el Consejo Sudamericano de Defensa, además de configurar “un novedoso espacio político e institucional para el diáló Jácome, 2009:5) con especial énfasis en algunos principios históricamente importantes para la región, como la soberanía nacional y la no intervención, hace un guiño al más reticente de los países

Em decorrência da crise de 2008 e 2009 e seu enfrentamento a partir de ajustes de mecanismo do bloco foram anunciados na 37ª Cúpula, ao tentar mostrar que o direcionamento de uma integração que ia além dos aspectos econômicos poderia dar resultados como atenuar os efeitos econômicos de tal conjuntura de crise global.

Nosso encontro se realiza em meio a uma das mais graves crises da economia mundial. Seu custo econômico e social não está ainda totalmente claro, mas algumas lições já são evidentes. A mão invisível do mercado não foi capaz de oferecer soluções economicamente responsáveis e socialmente justas. Foi a mão invisível do Estado que começou a retirar a economia mundial da beira do abismo. Na América Latina, felizmente, nossos países vinham operando na contramão do pensamento único conservador. Resistimos à crise porque fizemos o contrário do que muitos nos recomendavam (BRASIL, 2009/Jul., p.1).

De maneira concomitante, a partir da iniciativa do Brasil, esse período foi marcado, também, pela instauração de outra faceta de integração, ao se encaminhar a criação da CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), a qual teria importante significado, que seria a

expansão para toda a região das pretensões autonomistas, por vezes contra-hegemônicas, [como a reorientação do Mercosul no século XXI, a Alba e a Unasul], dessas experiências que tiveram início na América do Sul, ou seja, um processo de reconfiguração do espaço latino-americano a partir de um eixo sul-americano (...) Parece claro, neste sentido, que a intensão primordial dos promotores da CELAC foi a de incorporar o México e o Caribe, e dentro dele particularmente a Cuba, a este novo regionalismo latino-americano. Assim, cabe considerar que, além do Brasil, também o México foi um importante protagonista da criação da nova organização, tendo sido inclusive anfitrião de um de seus encontros fundadores, a Cúpula da Unidade, realizada na Riviera Maia em 2010 (SILVA, 2010, p. 81).

sudamericanos ante la iniciativa, Colombia, al reconocer la importancia de las nuevas amenazas a la seguridad y al rechazar, en su artículo 3.m., la existencia o la acción de grupos armados fuera de la ley” (SERBIN, 2012, pp. 164-165).

A iniciativa, então, da criação da CELAC⁷⁴ contou com um aspecto fundamental e único nessa nova reconfiguração política regional, pois constituiu-se como um espaço de concertação no continente, o que a diferencia da UNASUL (relacionada aos países da América do Sul), integrando os trinta e três países latino-americanos e caribenhos, excluindo a participação dos Estados Unidos e Canadá, a partir de sua formalização⁷⁵.

Logo, com a sua criação, abria-se de maneira distinta outra perspectiva de concertação na região, em que os destaques vinham a ser as questões sociais e políticas, que se estendiam para todo o continente; sem a participação dos Estados Unidos e Canadá e, assim, afastada dos encaminhamentos da OEA (Organização dos Estados Americanos).

A baixa institucionalidade desse organismo também é característica e, portanto, suas decisões são consensuadas, “mantendo as negociações sob o estrito controle dos governos e, ao mesmo tempo, garantindo a eles maior independência de seus parceiros na formulação de suas estratégias de política externa” (RIBEIRO, 2016, p. 60).

⁷⁴ “Quatro momentos principais marcam a construção da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos: a I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), realizada em Salvador, Bahia, em 2008; a reunião de ministros das Relações Exteriores em Montego Bay, Jamaica, em 2009; a II CALC, chamada de Cúpula da Unidade, que teve lugar em Cancún, México, em 2010 e, finalmente, a III CALC, em Caracas, no ano de 2011 (MRE, 2010; Figueroa, 2012; Estay, 2013) (...) Cabe mencionar aqui a evidente ligação entre a CELAC e o que se tem denominado como “política exterior das Cúpulas” ou “diplomacia das Cúpulas” que, no século XXI, se converteu na principal forma de multilateralismo na América latina e no Caribe. Suas origens se vinculam à realização de reuniões presidenciais relacionadas aos processos de integração regional desde os anos 1990, como nos casos da ALCA, MERCOSUL, SICA, UNASUL, etc”. (SILVA, 2017, p. 85).

⁷⁵ “Juntamente à Declaração de Caracas, que formaliza a CELAC, foi acordado também um Estatuto de Procedimentos para o bloco, que define que o mesmo estaria conformado pelos seguintes órgãos: as Cúpulas de Chefes e Chefes de Estado e Governo; as Reuniões de Ministros e Ministras de Relações Exteriores; a Presidência Pro Tempore; Reunião de Coordenadores Nacionais; Reuniões Especializadas; e a Troika ampliada, composta pelo último país a ocupar a Presidência Pro Tempore, o atual e o futuro país, bem como um representante dos países Caribenhos. Apesar do detalhamento proposto pelo documento, a CELAC tem se estabelecido, cada vez mais como uma diplomacia de Cúpulas, um foro baseado no consenso, articulador para a convergência de ações e interesses da região, sem vistas à institucionalização do mecanismo, de modo a evitar o engessamento dos países membros. Assim, para concretizar seus objetivos, a CELAC propõe, anualmente, Planos de Ação, que visam guiar as atividades desenvolvidas pelo bloco” (RIBEIRO, 2016, p. 58).

Ressalta-se, assim, de acordo com Veiga e Rios (2007), o aspecto da iniciativa de um regionalismo que procurava dar respostas de enfrentamento em meio à conjuntura da crise do modelo liberal no ocidente. E assim, na 38ª Reunião em dezembro de 2009, era anunciada a retomada de crescimento, ainda em meio ao contexto global de crise. E, portanto, a manutenção dos esforços e ações coordenadas para o ganho conjunto, e que ainda necessitava ampliar a participação do Mercosul nos espaços de decisões mundiais, unindo esforços para que ele fosse considerado e ouvido como ferramenta legítima dos interesses dos povos do sul.

No âmbito externo à região latino-americana, os BRICs (BRIC ou BRICS)⁷⁶ iam se tornando uma realidade. E, ao originar-se como um elemento que se integraria à governança global, eram aprofundadas as discussões acerca deles. Na reunião de chanceleres, ocorrida na cidade russa de Ecaterimburgo em 2008, “o BRIC deixou de ser uma sigla que identificava quatro países ascendentes na ordem econômica internacional para se tornar uma entidade político-diplomática” (REIS, 2013, p. 57).

O reflexo dessa articulação, segundo Carlos E. L. Silva, já se fazia mostrar em alguns aspectos no período, como:

aumento expressivo do comércio entre as cinco nações em decorrência do maior contato entre elas nas reuniões dos BRICS, embora seja praticamente impossível conceber por enquanto que elas venham um dia a tentar projetar algum tipo de acordo de livre-comércio entre si (...); outra possibilidade de êxito viável mesmo em curto espaço de tempo é a troca de experiências e articulações para ações conjuntas entre os cinco em programas de combate à pobreza (...); a cooperação

⁷⁶ [BRIC] “Acrônimo concebido pelo economista Jim O’Neill, do banco de investimentos Goldman Sachs, no estudo *“Building Better Global Economic BRICs”*, para designar o grupo de países integrado por Brasil, Rússia, Índia e China, caracterizados como economias emergentes destinadas a ocupar posição de crescente relevância na economia mundial” / [BRICS] Sigla decorrente da incorporação da África do Sul, decidida na reunião de Chanceleres do BRIC, realizada à margem da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2010, e formalizada por ocasião da 3ª Cúpula do Agrupamento, em Sanya, na Província de Haynan, na China, em 14 de abril de 2011. O relatório pode ser lido em <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/brics/brics-reports-pdfs/build-better-brics.pdf>>.

entre seus bancos nacionais de desenvolvimento para projetos no bloco ou do bloco em outros países mais pobres. Um acordo inicial entre os bancos foi assinado em 2010 (SILVA, 2013, p. 154).

Em seu último ano de mandato, 2010 e, portanto, nas duas últimas participações nas reuniões de cúpula do Mercosul, o presidente Lula imprimiu um tom conciliatório na tentativa de mostrar que a construção dessa instância foi importante para os povos da região. Não estava completa, porém havia avançado, desde quando assumira a presidência do Brasil em 2003, na reorientação à ampliação do Bloco, no incremento do comércio intra e extrabloco possibilidade de criar mecanismos envolvendo todos os países situados abaixo do Rio Grande; região que sofrera com os efeitos da crise de 2008, mas foi galgando possibilidades de enfrentá-la, tendo o Brasil na liderança desse processo:

Nosso modelo de integração sustenta um dos mais altos índices mundiais de crescimento do pós-crise, enquanto as economias centrais se defrontam com problemas de estagnação e altas taxas de endividamento e desemprego. (...) De acordo com os números da Cepal, o Paraguai deverá terminar o ano com o maior crescimento de toda a América Latina e Caribe – 9,7% –, seguido pelo Uruguai – 9% –, pela Argentina – 8,4%. O Brasil, com um acréscimo estimado em 7,7%, deverá ser o quinto país em crescimento aqui na América do Sul (BRASIL, 2010/D, p.3).

As aspirações, constantemente presentes em seus discursos, estiveram marcadas por tentar conduzir o processo por meio do consenso, tentando mostrar as vantagens e entrelaçar os interesses dos países ao do Brasil. Assim, criando uma posição de destaque no continente e nas instâncias internacionais de tomada de decisão, juntamente com críticas aos países do norte que direcionavam condicionantes para os emergentes. Era a tentativa de mostrar a possibilidade de harmonia:

O Brasil, individualmente, responderá por um terço dos excelentes números apresentados pela região. Esta crescerá, em média, 6%, acima, portanto, da média global. Respondemos aos paradigmas

neoliberais com um desenvolvimento renovado, integrador, de caráter social e democrático (BRASIL, 2010/D, p.3).

Essa motivação que tentava imprimir aos seus pares revelava o modelo de “regionalismo” que buscou liderar. Muitas dessas intenções ficaram aquém da possibilidade de realização, pois as contradições no continente eram muitas, fossem elas de caráter político ou econômico, além de desconfianças históricas entre as relações desses países, sendo as mais recentes datadas a partir do ano 2000, quando ocorreram as insatisfações do Uruguai com a desvalorização do real que o prejudicava. Outro ponto de atrito: o governo boliviano com a Petrobrás em seu território (2006), ou, ainda, os atritos em relação à Odebrecht e os interesses do governo do Equador (2006), além de constantes tensões comerciais com a Argentina.

Outro fator de difícil resolução, por exemplo, foi a questão das assimetrias, tratadas em grande parte das reuniões desde 2003, mas até a sua última participação na cúpula do Mercosul, em 2010, não foi resolvida. A TEC, outro item que, por diversas reuniões de cúpula, foi pauta, só veio a ser consolidada em 2010. Ou seja, reveses ou morosidade no processo de integração.

Porém, não se pode dizer que não foram sendo criados, ou até mesmo aprofundados, alguns alicerces para a integração. Além de lançar bases com a preocupação de que a América do Sul, a partir do Mercosul, pudesse ser respeitada e ouvida nos fóruns internacionais, elementos necessários para seu desenvolvimento e soberania, mas sempre tendo o Brasil como indutor desse processo. Pois, segundo o presidente Lula, “o Brasil decidiu associar seu desenvolvimento ao da região, o que nos estimula a trabalhar ainda mais pelo bem comum” (BRASIL, 2010/D, p.6).

Acredita-se que a proposta colocada pelo governo Lula da Silva em termos regionais foi a de, ao se entender como país periférico, buscar um desenvolvimento possível não rompendo com o capital internacional. Aliás, buscar essa parceria nos moldes da “integração pela diversificação” e, a partir de suas bases estruturais enquanto país em desenvolvimento - cujo vetor era o

incremento de uma plataforma Neodesenvolvimentista -, promover um consenso em torno das demais economias da região.

Tal processo tentou imprimir um encadeamento de cooperação e complementaridade possíveis naquele momento devido à ascensão de lideranças de esquerda (“Onda Rosa”). E, assim, atrelar o desenvolvimento interno (interesses do Brasil a partir do bloco de poder que ascendia em 2002, junto ao atendimento a algumas demandas sociais básicas) ao crescimento dos demais países, o que lhe conferia, também, a possibilidade de uma maior inserção internacional.

Capítulo 3

A política externa do governo Chávez – A integração regional presente nos discursos presidenciais como objeto de análise

3.1 – As bases filosóficas

Neste capítulo, o objetivo é analisar, por meio dos discursos do presidente Hugo Chávez, seu direcionamento rumo a uma integração regional, nas reuniões de cúpulas de chefes de Estado do Mercosul.

Para tal intento, além de manter as dimensões para análise dessas fontes documentais como foi feito no capítulo 2, referente aos discursos do presidente Lula, foi importante agregar a consulta de duas obras: a primeira, *‘Fundamentos Filosóficos de la Nueva Integración del Sur’* e a segunda, *‘Enfoque Sur: Nuevo Paradigma en las Relaciones Internacionales’*, produzidas pelo *Instituto de Altos Estudios Diplomaticos Pedro Gual* (IAEDPG)⁷⁷, órgão do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MPPRE):

A primeira apresenta teses filosóficas referentes à integração regional do subcontinente produzida sob a égide do governo de Hugo Chávez, e diretamente relacionada à Constituição Bolivariana de 1999. A segunda apresenta novas

⁷⁷ “El IAEDPG fue creado por Decreto Presidencial N° 1484, del 2 de abril de 1991, luego de obtenerse la autorización del Consejo Nacional de Universidades (CNU), mediante Resolución N° 49, de fecha 7 de octubre de 1990, para dictar cursos de postgrado orientados a la formación de expertos de alto nivel en diversas áreas de las Relaciones Internacionales” (...) Advoga como Missão: “Desarrollar actividades de docencia, investigación y extensión tendentes a consolidar la formación integral socialista del talento humano del Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores y de la administración pública, y de los actores sociales en materia de política exterior venezolana, diplomacia bolivariana y su rol en las relaciones internacionales, de acuerdo a lo establecido en la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela y en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación y en los lineamientos del Ejecutivo Nacional en la materia”. In:< http://institutopedrogual.mppre.gob.ve/?page_id=23374>. Acesso em 12 de julho de 2020.

perspectivas para o ato de pensar as relações internacionais a partir de um outro olhar que possa levar a sua emancipação.

Dentre as teses da primeira obra destacada, o olhar atenta-se especificamente a duas, sendo a primeira a que dá subsídio a uma visão ‘multifuncional’ de integração concernente à visão de que é possível enfrentar as consequências negativas da globalização por meio de uma integração regional capaz de estabelecer negociações e preocupações em superar o conceito de desenvolvimento que possa beneficiar, verdadeiramente, as maiorias que historicamente foram excluídas. Tendo como alicerces históricos para esta tese os pensamentos de Francisco de Miranda, Simón Bolívar, José Martí, José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre, além de Ernesto “Che” Guevara e Fidel Castro.

A segunda tese escolhida trata sobre a ‘Integração do sul como gênese da unificação latino-americana e caribenha’, a qual tem, como pressuposto, o propósito de pensar a união possível entre as nações abaixo do Rio Grande.

Em relação a isso, a obra *‘Enfoque Sur: Nuevo Paradigma en las Relaciones Internacionales’*, ao examinar as condições de precariedade de grande parte da humanidade, traça uma rota a partir do pressuposto de uma série de legados históricos, desde o pensamento filosófico de libertação até a análise das lutas diversas contra o centro do poder. Tal obra traz uma pauta multidimensional que apresenta outra leitura e outra práxis nas relações entre as nações com os tradicionais centros de poder, apontando, assim, como horizonte legítimo, a possibilidade de avançar rumo a emancipação.

Crê-se que, partindo dessas obras como ponto de apoio, possa-se fundamentar e direcionar o nosso olhar e, assim, perceber-se-á, nos elementos discursivos, convergências que levem à estruturação desse processo de integração regional a partir da vitória de Hugo Chávez no pleito de 1998.

Salienta-se que o marco cronológico estipulado para este trabalho (2003 - 2010) corresponde aos dois mandatos do presidente Lula e grande parte dos mandatos do presidente Chávez (1999 - 2013). Assim, dentro desse período, em relação ao presidente Chávez e a sua política externa, focar-se-á a atenção aos seus discursos feitos a partir de 2004, referentes à participação nas Cúpulas

Presidenciais do Mercosul; por entender que esse ano correspondeu a um ponto de inflexão em sua agenda, como corrobora Briceño Ruiz ao atestar que “a partir de 2004 torna-se mais clara a estratégia de integração do governo venezuelano, que começa a refletir as ideias antineoliberais e antiestadunidenses (BRICEÑO RUIZ, 2010, p. 81)”. Apesar desse foco, não se deixará de observar outros momentos cruciais do governo. Logo, também, destaca-se seu discurso de posse como presidente eleito da Venezuela em fevereiro de 1999.

Nesse ano de 2004, fundamental para se entender os rumos da política externa venezuelana, ocorreu a vitória no referendo revogatório, a formação da ALBA (inicialmente, Alternativa Bolivariana para as Américas e, em seguida, Aliança Bolivariana para as Américas), a saída da Comunidade Andina; além do passo substancial que foi dado rumo à direção do processo de integração da América do Sul: seu pedido e protocolo de adesão ao Mercosul, ratificados na XXVI Cúpula do Conselho de Chefes de Estado desta Instituição, que se realizou na Argentina⁷⁸.

Retomando Briceño Ruiz, a contextualização dessa nova estratégia de aproximação com o Mercosul movimentava-se na direção de enfrentamento ao imperialismo dos EUA, uma nova forma de inserção internacional, além de convergir com o Brasil em sua concepção de construir uma integração regional sul-americana,

Neste contexto, a entrada ao Mercosul converteu-se em um elemento de sua estratégia de promoção de um mundo multipolar e de enfrentamento da Alca, entendida como parte da luta contra o imperialismo estadunidense. Para o governo de Chávez, seus objetivos de política externa coincidiam com alguns elementos da estratégia promovida pelo Mercosul como a rejeição da Alca ou a ideia brasileira de se construir um bloco regional sul-americano mediante a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) (BRICEÑO RUIZ, 2010, p. 89).

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/9-normativa/126-protococo-de-adesao-da-republica-bolivariana->> Acessado em 19/12/2019

No que diz respeito ao imperialismo, partindo da definição de Lênin⁷⁹, como uma etapa do desenvolvimento do capitalismo em que se estabelece a dominação dos monopólios e do capital financeiro, a cientista política Mariana de Oliveira L. Vieira aponta as contribuições de Poulantzas e Chesnais acerca desse debate, quando, a partir da premissa leninista, tentaram atualizar esse conceito para o século XX, identificando a América Latina como alvo dessa ação por parte dos EUA, destacando a exportação de capitais em detrimento de mercadorias. Somando-se, ainda, que:

com a virada da década de 1970 para a década de 1980, os países da OCDE iniciaram um processo de liberalização comercial, desregulamentação dos mercados e privatização das empresas estatais que repercutiu sobre o modo de funcionamento do capitalismo ao longo da década de 1990, gerando desemprego estrutural e precarização das relações de trabalho; crescimento dos rendimentos de origem financeira e reconstituição dos grupos rentistas; instabilidade econômica; deflação etc (CHESNAIS, 1997) (VIEIRA, 2016, p. 131).

O imperialismo exercido na América Latina tem como mecanismos de ação (levando-se em consideração, apenas, as questões políticas e econômicas), “um conjunto de agências (como as instituições multilaterais FMI, BM, BIRD, OMC, ONU) e órgãos executivos do governo, que têm como função promover e proteger a expansão do capital além de suas fronteiras estatais” (VIEIRA, 2016, p. 132).

Dessa forma, por meio desses novos mecanismos, ter-se-ia o imperialismo de novo tipo. Assim, parte-se da perspectiva da historiadora Ellen Wood ao expor que, mesmo sem renunciar ao poder coercitivo:

⁷⁹ “Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido” (LÊNIN, 2010, pp.87-88).

O modo capitalista de imperialismo econômico é o primeiro imperialismo da história que não depende apenas da captura deste ou daquele território, ou da dominação de determinado povo. Cabe a ele supervisionar todo o sistema global de Estados e assegurar o que o capital imperial possa navegar com segurança e lucratividade por todo esse sistema. Procura-se assim não somente resolver o problema dos Estados “bandidos” ou Estados “fracassados”, mas também manter os Estados subalternos vulneráveis à exploração (WOOD, 2014, p.11).

Assim, o Consenso de Washington e, pouco mais tarde, a proposta da ALCA operavam no aprofundamento dos laços de dependência da região ao imperialismo norte-americano, de tal forma que “o objetivo principal dos EUA na América Latina foi o de conseguir construir um ambiente favorável para que seus capitais pudessem se mover livremente” (SALGADO, 2019, p. 242). Seu enfrentamento possível viria através de busca de soluções regionais, como o Mercosul vislumbrado por Hugo Chávez.

Portanto, os efeitos de tal conjuntura levaram a convergência das estratégias a uma nova dinâmica da integração regional por parte da Venezuela e do Brasil, objetos desta análise.

3.2 – A chegada de Hugo Chávez ao poder, a nova inflexão na política interna e externa venezuelana

Em 02 de fevereiro de 1999, ocorreu, no Congresso da República da Venezuela, o ato oficial de juramento, como presidente recém-eleito, de Hugo Rafael Chávez Frías.

Sua eleição, em 1998, foi o prelúdio observado por vários autores como ‘Onda Rosa’, ou período de contestação à conjuntura neoliberal no subcontinente latino-americano que viveu sob os ditames do Consenso de Washington. Naquela altura, no caso da Venezuela, o Consenso de Washington já evidenciara sinais de esgotamento cristalizados no descrédito do Pacto de

Punto Fijo⁸⁰, o que acabou por mobilizar, devido à crise pela qual passava o país – tanto política, quanto econômica –, uma série de contestações, como o Caracazo de 1989⁸¹, no governo de Carlos Andrés Pérez (1989 – 1993), e a tentativa de golpe de 1992. Este último, oriundo dos quartéis, fora levado a cabo pelo próprio Hugo Chávez, mas fracassou, levando-o à prisão com os demais companheiros do MBR 200⁸². Apesar do revés⁸³ daquele levante, que Hugo Chávez, por diversas vezes, chamou de “levante cívico-militar”, ele foi o responsável por lançá-lo ao cenário político nacional.

Assim, desde o primeiro momento de juramento à Constituição, que ainda representava o pacto com o qual queria romper, – menção, então, à “moribunda Constituição” -, já em seu discurso de posse como presidente eleito da Venezuela, Hugo Chávez deu sinais das mudanças que geraria no país:

Juro delante de Dios, juro delante de la Patria, juro delante de mi pueblo
que, sobre esta moribunda Constitución, haré cumplir, impulsaré las

⁸⁰ O “Pacto de Punto Fijo” foi operacionalizado a partir de 1958 como um pacto de conciliação das elites venezuelanas. Teve como base política, apesar de reconhecer a existência de diversos partidos, um sistema de controle bipartidário (Acción Democrática - AD e o Comitê de Organização Política Independente – COPEI) com reduzida diferença ideológica e enraizados em todos os segmentos sociais. Contava com uma base material assentada na renda petrolífera sob a direção do Estado, completando a consistência do pacto de governabilidade da Venezuela por pelo menos três décadas (VILLA, 2005).

⁸¹ “O primeiro forte sintoma da instabilidade política do sistema democrático venezuelano foi o então denominado Caracazo, de 27 de fevereiro de 1989, e que se constituiu de uma reação militar repressiva dirigida ao protesto de setores mais pobres da população (vindos dos cerros e os ranchos de Caracas, como são conhecidas as favelas na Venezuela) contra as medidas neoliberais de Pérez. Nesse acontecimento morreram aproximadamente trezentas pessoas, de acordo com dados oficiais, e mais de mil segundo fontes extra oficiais” (VILLA, 2005, p.156).

⁸² “O Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200) despontou, enquanto organização em 1982, mas já na década de 1970, oriundo dos setores militares, ali, Hugo Chávez já se envolvia em meio a discussões políticas. “Tenente-coronel influenciado, por militares de orientação progressista no continente, como os governos de Juan Velasco Alvarado no Peru (1968-1975) e Osmar Torrijos no Panamá (1968-1981), Hugo Chávez Frias deveu sua formação política também às tradições da esquerda venezuelana vinculadas à luta armada nos anos 1960, conjugadas a um nacionalismo que reivindicava o legado dos próceres da pátria e da unidade latino-americana (Gott, 2004). Essa conjugação se evidencia no programa político que guiou o levante de 1992, conhecido como *O livro azul*, em provável alusão a *O livro verde* elaborado por outro militar de origem nacionalista em um país petroleiro, Muamar Al Khadafi. Neste livreto encontra-se a descrição de uma árvore de três raízes, à maneira das três fontes do marxismo popularizadas por Lênin: ‘É o projeto de Simón Rodríguez, o Mestre; Simón Bolívar, o Líder; e Ezequiel Zamora, o General do Povo Soberano’” (CHÁVEZ, 2013). (DOS SANTOS, 2019, p.46).

⁸³ “Sem controlar nenhum centro de telecomunicações, os golpistas tampouco puderam ganhar apoio da sociedade. Vendo que persistir com o ataque seria um ‘suicídio’, Chávez decide apresentar a rendição (...) Foram detidos 180 oficiais, 58 suboficiais, noventa integrantes de tropas profissionais e 2 mil soldados, segundo dados oficiais (...) o levante não foi uma ação desprezível, embora não tivesse contado com sustentação ativa fora dos quartéis” (MARINGONI, 2009, pp. 95 e 97).

transformaciones democráticas necesarias para que la República nueva, tenga una Carta Magna adecuada a los nuevos tiempos. Lo juro⁸⁴ (VENEZUELA, 1999/F, p.6)⁸⁵.

Nesse contexto, a bandeira das transformações impetradas por Chávez passou a ser empunhada sob o signo de Simon Bolívar e do conceito que ele passaria a dar de revolução, motes esses apresentados nesse seu primeiro discurso como presidente da Venezuela.

Sua fala em jurar “sobre a Constituição moribunda” era a diretriz para o que tinha que ser enfrentado e que, por meio de uma nova Constituição⁸⁶, refundaria a República (acrescentando “Bolivariana” em sua nova denominação), ensejando um novo modelo capaz de realizar as mudanças e promover as transformações do país. Esse juramento iniciava uma revolução política, apregoada constantemente por Chávez, reorientando tanto os rumos internos que tomaria a Venezuela quanto os rumos a serem tomados em âmbito externo,

(...) como Presidente de Venezuela, yo no vacilaré un instante en hacer lo que tenga que hacer; no hay marcha atrás (...) Así que yo, Dios me perdone, siempre lo digo, yo prefiero la muerte antes que la traición; así lo declaro ante el mundo y lo declaro ante Venezuela: no hay marcha atrás en la revolución política que tenemos que impulsar y que claman las calles del pueblo de toda esta tierra de Bolívar (...) El entrapamiento a través de una interpretación interesada, inflexible y

⁸⁴ “Juro diante de Deus, juro diante da Pátria, juro diante do meu povo que sobre esta Constituição moribunda, reforçarei, promoverei as transformações democráticas necessárias para que a nova República tenha uma Magna Carta adequada aos novos tempos. Juro” (Tradução nossa).

⁸⁵ Para a citação dos discursos/pronunciamentos do Presidente Chávez, foi usado o termo VENEZUELA, o ano seguido de uma letra maiúscula correspondente ao mês proferido, seguido da página.

⁸⁶ “Chávez assumiu a presidência da Venezuela em fevereiro de 1999 e, em julho do mesmo ano, promoveu eleições para a eleição da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), que produziria uma nova constituição em substituição àquela de 1961. As forças chavistas obtiveram esmagadora maioria na ANC, elegendo 125 deputados, enquanto a oposição só conseguiu eleger seis. Aprovada em dezembro de 1999, a nova Constituição tem entre suas fortalezas o fato de ter estabelecido novas pautas para a reestruturação do poder judiciário e de ter elevado a cinco os poderes públicos: além dos três poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), somaram-se o Poder Cidadão e o Eleitoral, ambos já presentes em documentos do MBR200 nos anos de 1990. Além disso, a nova Constituição, que alteraria o nome da Venezuela para República Bolivariana de Venezuela, concedeu também o voto aos militares e transformou o poder legislativo de bicameral em unicameral, sendo sua instância máxima a Assembleia Nacional [...]” (VILLA, 2005, p.162).

rígida de una Constitución que, ciertamente, como lo dije cuando juré: estaba moribunda y va a morir para que nazca otra. Tiene que morir y junto a ella el modelo político nefasto al que dio nacimiento en estos últimos cuarenta años. Eso tiene que morir. Va a morir, señores. Acéptenlos todos y es necesario que muera, pero claro que, al mismo tiempo es necesario que nazca otro modelo (VENEZUELA, 1999/F, p.14)⁸⁷.

Tomando como base o conceito de revolução que vem se desenvolvendo com a implicação política desde o século XVII, e que teve em Marx o ponto nevralgico relacionado à transformação econômica e social por via da luta armada e tomada de poder do Estado, “ela surgirá não só como um instrumento essencial para a conquista da liberdade, identificada com o fim da exploração do homem pelo homem (...), mas desenvolver plenamente suas qualidades”⁸⁸.

A implicação dada por Chávez sobre revolução, a partir de sua vitória eleitoral, deslocou-a da concepção de transformação pela via violenta de tomada do poder do Estado, uma vez que, mantendo o objetivo da participação pela via do pleito de 1988, buscou alcançar o poder pela via institucional, balizada, segundo suas palavras, graças à “ressurreição” de um povo capaz de empreender uma transformação; apresentada por meio da Agenda Alternativa Bolivariana (seu projeto na campanha eleitoral). Um projeto de desenvolvimento integral e democrático para a Venezuela.

Esa resurrección a la que me refería, tiene una fuerte carga moral, social, es un pueblo que recuperó por su propia acción, por sus propios dolores, por sus propios amores, recuperó la conciencia de sí

mismo y allí está clamando, en las afueras del Capitolio y por donde quiera que vayamos. Eso no tiene otro nombre que una Revolución.

⁸⁷ “(...) Como presidente da Venezuela, não hesitarei por um momento em fazer o que tenha que fazer; não tem volta (...) Assim que eu, Deus me perdoe, eu sempre digo, prefiro a morte do que a traição; Assim eu o declaro perante o mundo e o declaro perante a Venezuela: não há como voltar atrás na revolução política que temos que impulsionar e que as ruas do povo clamam de toda essa terra de Bolívar (...) A armadilha através de uma interpretação interessada, inflexível e rígida de uma Constituição que, certamente, como eu disse quando jurei: estava moribunda e vai morrer para que nasça outra. Tem que morrer e, junto a ela, o modelo político nefasto que ela deu origem nesses últimos quarenta anos. Isso tem que morrer. Irá morrer, senhores. Aceitemos todos, e é necessário que morra, mas é claro que, ao mesmo tempo é necessário que nasça outro modelo”. (Tradução nossa).

⁸⁸ PASQUINO, Guianfranco. “Revolução”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Guianfranco (Orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 2010, v. 2, pp. 1121-1131.

Terminando el siglo XX y comenzando el siglo XXI venezolano aquí se desató una verdadera revolución, señores y yo tengo la certeza de que nosotros le vamos a dar cauce pacífico, que nosotros le vamos a dar cauce democrático a esa revolución que anda desatada por todas partes. (VENEZUELA, 1999/F, p.13)⁸⁹.

A despeito da revolução visualizada pelo novo presidente, objetivando as transformações econômicas, sociais e políticas em seu país, a partir de sua chegada ao poder, Maringoni (2009) observa que:

A audácia do venezuelano foi exibida não apenas em seus atos iniciais, mas ao recolocar na agenda política a palavra maldita. *Revolução* foi um tema central na ofensiva desencadeada a partir de Miraflores, o palácio de governo, ao longo do tempo. Trata-se de uma luta política e ideológica de envergadura, como se dizia em outros tempos (MARINGONI, 2009, p.22, grifo do autor).

Com a chegada ao poder pela via institucional, foram abandonadas tentativas como a de fevereiro de 1992 – a ação militar na cidade de Maracaibo e o malogro devido à rápida contraofensiva por parte do governo de Carlos Andrés Pérez.

Essa alteração vinha se constituindo desde a decisão de participar da via institucional para poder implementar mudanças, o que levou a formar o Movimento Quinta República (MVR), oriundo do MBR-200, com o qual, apoiado por uma frente partidária denominada ‘Polo Patriótico’, disputou a eleição, em meio aos descontentamentos resultantes de um período de crise abalada pelo esgotamento do Pacto de Punto Fijo, “que entre 1983 e 1998, registrou-se uma diminuição no emprego formal nos setores público (22,67% a 16,33%) e privado (36,03% a 35,47%)” (DOS SANTOS, 2019, p. 43).

⁸⁹ “Essa ressurreição a que eu me referia, tem uma forte carga moral, social, é um povo que se recuperou por sua própria ação, por suas próprias dores, por seus próprios amores, recuperou a consciência de si mesmo e lá ele está clamando, nos arredores do Capitólio e onde quer que nós formos. Isso não tem outro nome além de uma Revolução. No final do século XX e início do século XXI venezuelano, aqui, uma verdadeira revolução eclodiu, senhores e estou certo de que nós lhe daremos um canal pacífico, que nós vamos lhe dar um canal democrático a essa revolução que é desencadeada por toda parte”. (Tradução nossa).

Medidas diversas de cunho neoliberal foram implantadas, dentre elas, uma série de privatizações e comprometimento das contas públicas⁹⁰. Estas, já no governo de Rafael Caldera (1994-1999), resultaram na intensificação do empobrecimento da população e, portanto, do aprofundamento das crises econômicas e sociais, ampliando as insatisfações. Quadro que levou Chávez a vencer, então, o pleito de dezembro de 1998.

Toda essa conjuntura assinalava significativas mudanças na América Latina. O ato revolucionário expressado por Chávez também era um chamado para a transformação interna de cada indivíduo, buscando essa responsabilidade. E, principalmente, tendo como exemplo Bolívar, outrora o grande “timoneiro” e, agora, o “farol” desse novo momento para o país:

(...) Por eso imploro la voluntad, la buena voluntad de todos para que entre todos le demos cauce a la revolución necesaria, porque es necesaria en lo social, en lo económico, en lo político, en lo ético. Tenemos que revolucionarnos, incluso nosotros mismos, es hora de oír a Bolívar de nuevo y ahora es cuando los venezolanos van a oírme hablar de Bolívar, porque ese es el faro⁹¹. (VENEZUELA, 1999/F, p.13).

O resgate da memória sobre as lutas de libertação de Simon Bolívar, presentes em vários momentos de seu discurso, tem o entendimento de que ele

⁹⁰ “No governo de Caldera, este “retoma, com o nome ‘*Agenda Venezuela*’, o programa [Neoliberal] de reformas de Carlos Andrés Pérez. Em 1996, a inflação dos três primeiros meses chegou a mais de 20%, as reservas cambiais caíam acintosamente por meio da fuga de capitais apoiada nos *Bonos Brady*, as contas fiscais estavam seriamente desequilibradas (...) Nota-se que a *Agenda* adaptava as políticas do ‘Consenso de Washington’ omitindo algumas questões mais polêmicas, como as privatizações e a liberalização do setor financeiro (...) As privatizações dos anos noventa atingiram também a *Compañía Nacional de Teléfonos* (CANTV), a *Empresa de transporte Aéreo* (VIASA), a *Siderúrgica Del Orinoco* (SIDOR), sete centrais açucareiras, estaleiros, empresas alimentícias e de construção, o sistema de teleféricos de Caracas, dentre muitas empresas. A estatal petroleira PDVISA foi poupada. No ano de 1998, o pacto político que vigorou por quarenta anos encontrava-se esgotado e sem possibilidades de encontrar algum outro tipo de superação que não levasse ao seu fim. Nesse mesmo ano, os preços internacionais do petróleo atingiram seu patamar mais baixo desde o primeiro choque em 1973, o que comprometeu a economia venezuelana, como um todo, e as contas públicas em específico. A tentativa de superação da crise do desenvolvimento que vinha desde os anos oitenta não suportava mais uma resposta que acentuasse o programa do ‘Consenso de Washington’”. (BARROS, 2007, pp. 96-97).

⁹¹ “É por isso que imploro a vontade, a boa vontade de todos para que entre todos nós possamos canalizar a revolução necessária, porque é necessária socialmente, economicamente, politicamente, eticamente. Temos que revolucionar a nós mesmos, inclusive nós mesmos, é hora de ouvir Bolívar de novo e agora é quando os venezuelanos vão me ouvir falar sobre Bolívar, porque esse é o farol”. (Tradução nossa).

se inseriu na busca de uma identidade coletiva que, em última instância, ampliou-se para uma identidade nacional sobre as quais se pode apreender a construção histórica e a ressignificação daquela realidade ao momento no qual esses indivíduos estavam inseridos.

Assim, essa relação trazida por Le Goff – memória e história - aponta que: “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 2013, p. 51).

Maurice Halbwachs, nessa discussão, criou a categoria de “memória coletiva” e a relacionou à memória individual. Ou seja, ela remete ao grupo a possibilidade da existência da memória formada por um conjunto de memórias individuais, em um dado contexto social nas quais se inserem. Há uma inter-relação entre esses elementos (o individual e os diferentes grupos) e, assim, afirma que:

A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, muda de figura assim que seja recolocada num conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (HALBWACHS, 1990, pp.53-54).

Tal relação aponta para a contribuição na constituição de memórias e na representação histórica dos sujeitos, sendo que, inclusive, o autor chama a atenção de que a memória mais se relaciona ao fato vivido, “é na história vivida que se apoia a nossa memória” (HALBWACHS, 1990, p.60). Logo, para ele, a história não se desencadeia como uma sucessão de eventos e datas, “mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto” (HALBWACHS, 1990, p. 60).

É mister, então, apontar que se trata do resgate da memória histórica, esta reconhecida a partir do olhar do grupo, “que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num ciclo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais” (HALBWACHS, 1990, p. 61).

Finalmente, pode-se estabelecer a importância sobre o entendimento do resgate da memória nos discursos, e, assim, entender esse resgate como elemento estrutural para a construção ou afirmação de uma identidade política e social, pois se trata, também, de um instrumento de poder:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 2013, p.435, grifo do autor).

Reafirma-se, então, o entendimento de que o resgate da memória dos projetos de Simon Bolívar nos discursos do presidente Chávez direcionava-se às representações históricas. E estas estão ligadas visceralmente às atuais disputas pelo poder, podendo contribuir para a legitimação das intencionalidades e ações de mudanças nos âmbitos político e econômico, em meio àquela realidade vivida por vários segmentos dos setores sociais.

A necessidade de mudança foi relatada em seu discurso e legitimada por meio de um passado revolucionário, e ~~que~~ agora, uma nova revolução se apresentava para uma nova existência nacional:

Y mirando hacia el pasado en este día crucial para la República, para la nación, para la historia venezolana; en este día, que no es un día más; en esta transmisión de mando presidencial que no es una transmisión de mando presidencial más. No, es la primera transmisión de mando de una época nueva. Es el abrir la puerta hacia una nueva existencia nacional; tiene que ser así. Es obligatorio que sea así. (VENEZUELA, 1999/F, p. 8)⁹².

⁹² “E olhando para o passado neste dia crucial para a República, para a nação, para a história venezuelana; neste dia, que não é só mais um dia; nesta transmissão do comando presidencial que não é apenas mais uma transmissão do comando presidencial. Não, é a primeira transmissão de comando de uma nova era. É abrir a porta em direção de uma nova existência nacional; tem que ser assim. É obrigatório que seja assim”. (Tradução nossa).

Também, nesse discurso, a proposta para o desenvolvimento do processo da ‘Revolução bolivariana’ estaria na esteira de uma nova Constituição a qual, não poderia ser protelada e, assim, o Presidente Chávez se comprometia em assinar um decreto presidencial para chamar o povo ao referendo com a finalidade de escolha de uma nova constituinte, dando legitimação ao processo; o que, durante a campanha, havia suscitado críticas e ameaças quanto a esta possibilidade de ter uma nova Constituição.

(...) Pero ya se estaban preparando jugadas para inhabilitar entonces al presidente Chávez por haber violado la Constitución si convocaba a referéndum. Todo eso se quedó atrás gracias a Dios, gracias al proceso mismo, gracias a la Corte Suprema y gracias al pueblo; en menos de una semana dirigentes políticos y sociales recogieron más de millón y medio de firmas en las calles. ¿Quién puede oponerse a eso, si esa es la voluntad del pueblo, si es la voluntad del soberano? (...) Ahora, en los últimos días hemos observado entonces el debate de que el Congreso puede llamar a referéndum. Ciertamente, y yo lo decía en la campaña electoral, ojalá que el Congreso llame a referéndum decía yo; ojalá que el Congreso tome la batuta (...) (VENEZUELA, 1999/F, p. 16)⁹³.

Porém, encerrava-se esse dissenso, talvez de forma efêmera, com mudanças de posições, até ali, antagônicas. A partir da efetivação de sua vitória, sobre a qual afirmava ser o clamor do povo e, portanto, estava ali para atendê-lo como instrumento dessa vontade.

(...) Pues yo como estoy comprometido con un pueblo, he decidido adelantar la firma del Decreto convocando al referéndum; no voy a esperar el 15 de febrero como había dicho. No, ese es un clamor que anda por las calles, es un clamor del pueblo. Así dentro de pocos minutos en el Palacio de Gobierno de Caracas, de Miraflores, juramentaré al próximo Gabinete e inmediatamente convocaré al primer Consejo de Ministros Extraordinario. Y hoy mismo, antes de salir

⁹³ “(...) Mas já estavam preparando jogadas para desqualificar o presidente Chávez por ter violado a Constituição se ele convocasse um referendo. Tudo isso foi deixado para trás graças a Deus, graças ao próprio processo, graças à Suprema Corte e graças ao povo; em menos de uma semana, líderes políticos e sociais coletaram mais de um milhão e meio de assinaturas nas ruas. Quem pode se opor a isso, se essa é a vontade do povo, se é a vontade do soberano? (...) (...) Agora, nos últimos dias, observamos então o debate de que o Congresso pode chamar a um referendo. Certamente, e eu dizia isso na campanha eleitoral, oxalá que o Congresso convoque um referendo, eu dizia; oxalá que o Congresso tome o bastão (...)”. (Tradução nossa).

de Palacio, al encuentro popular en Los Próceres firmaré el decreto presidencial llamando a referéndum al pueblo venezolano. De tal manera, es un compromiso sencillamente, es un mandato de un pueblo. Yo estoy aquí para ser instrumento de un colectivo (...). (VENEZUELA, 1999/F, p. 16)⁹⁴.

Nesse seu primeiro discurso como presidente da República, Hugo Chávez contemplou, em relação à política externa, a necessidade da união dos povos – latino-americanos e caribenhos – cuja referência remonta ao sonho de Bolívar e de outros libertadores:

El tratamiento prioritario y urgente de nuestra política exterior estará orientada en primera instancia hacia la fachada caribeña, hacia la fachada andina y hacia la fachada amazónica, es el viejo sueño de Bolívar y de Martí y de Sandino y de O'Higgins y de Artigas, es la unión, es la unión de todos, la unión en lo interno de cada país, la consolidación de todos nosotros uno a uno, pero al mismo tiempo la consolidación de un gran bloque de fuerza en esta parte del mundo, gracias a Dios y a la historia ya el mundo del siglo XXI no será bipolar ni unipolar será multipolar y así como la Europa unida da ejemplo al mundo, demos ejemplo nosotros también al mundo, marchemos hacia un proceso unitario y es mi llamado y es mi pregón y será así por los pueblos y los países y los amigos y hermanos a quienes visite y a quienes conozca (VENEZUELA, 1999/F, p. 23)⁹⁵.

O olhar destinado à necessidade de união se direcionava à formação de um bloco capaz de responder aos anseios históricos no século XXI, contrário a uma ordem unipolar. Essa tentativa de união e fortalecimento passava por

⁹⁴ “(...) Pois, como estou comprometido com um povo, decidi adiantar a assinatura do Decreto convocando o referendo; não vou esperar o dia 15 de fevereiro, como havia dito. Não, esse é um clamor que anda pelas ruas, é um clamor do povo. Assim, em alguns minutos no Palácio do Governo de Caracas, em Miraflores, juramentarei ao próximo Gabinete e convocarei imediatamente o primeiro Conselho Extraordinário de Ministros. E hoje mesmo, antes de sair do Palácio, na reunião popular de Los Próceres, assinarei o decreto presidencial chamando a um referendo o povo venezuelano. Desta forma, é simplesmente um compromisso, é um mandato de um povo. Estou aqui para ser instrumento de um coletivo”. (Tradução nossa).

⁹⁵ “O tratamento prioritário e urgente de nossa política externa será orientado, em primeiro lugar, para a fachada caribenha, para a fachada andina e para a fachada amazônica, é o velho sonho de Bolívar e de Martí e de Sandino e de O'Higgins e de Artigas, é a união, é a união de todos, a união dentro de cada país, a consolidação de todos nós um a um, mas ao mesmo tempo a consolidação de um grande bloco de força nesta parte do mundo, graças a Deus e à história já o mundo do século XXI não será bipolar nem unipolar, será multipolar e, assim como a Europa unida dá exemplo para o mundo, demos exemplo nós também para o mundo, marchemos em direção a um processo unitário, e é meu chamado, e é minha pregação e será assim, pelos povos e países e amigos e irmãos a quem você visite e a quem conheça”. (Tradução nossa).

priorizar a “fachada caribenha, em seguida a andina e amazônica”, e tinha, como cerne, uma aproximação e cooperação, além do estreitamento de laços culturais que, em certa medida, buscava mostrar, mais tarde, a necessidade de união no eixo do cone sul, pelo menos no campo das intenções.

A dinâmica que o presidente Chávez passou a impor desde o primeiro pronunciamento à nação era a dinâmica de uma nova integração indo além dos mecanismos puramente econômicos, e que incluía, nesse processo, a necessidade de aprofundamento das relações com o Mercosul que avançaria por meio das negociações deste com a Comunidade Andina:

Las negociaciones entre la Comunidad Andina y el Mercosur deben continuar, nosotros abogamos porque continúen, porque se aceleren, pero hay que pisar el acelerador y dentro de ese mecanismo de unidad nuestro gobierno se ha planteado también la posibilidad de hacer algún acuerdo de libre comercio con el Mercosur, como lo hizo Chile, como lo hizo Bolivia. Pero con el sólo interés de acelerar los procesos de unión del subcontinente, igual con Centroamérica, igual con el Caribe (VENEZUELA,1999/F, p. 23)⁹⁶.

Entendendo discursos como fonte documental constituídos num determinado contexto histórico, entrementes aqui relacionados ao período de crise do neoliberalismo e de ascensão da chamada “Onda Rosa” discutida no capítulo anterior, nota-se a iniciativa de mudar as relações das nações do subcontinente em estágio de subdesenvolvimento para que pudesse alcançar outro patamar regional; e mesmo no sistema internacional como um todo.

A opção por uma integração que fosse além do espectro comercial entrou no século XXI com pretensões de dar uma nova guinada às práticas de uma integração presentes até essa nova inflexão política que o continente passara a vivenciar. Retomando os autores Veiga e Rios (2007, p.21), anunciava-se uma

⁹⁶ “As negociações entre a Comunidade Andina e o Mercosul devem continuar, defendemos que elas continuem, que se acelerem, mas há que pisar no acelerador e dentro desse mecanismo de unidade, nosso governo também considerou a possibilidade de fazer algum acordo de livre comércio com Mercosul, como fez o Chile, como fez a Bolívia. Mas com o único interesse de acelerar os processos de união do subcontinente, assim como com a América Central, e com o Caribe”. (Tradução nossa).

“nítida inflexão na agenda de integração: novas iniciativas são lançadas, novos objetivos são definidos, novas prioridades temáticas são propostas e novos atores sociais ganham prioridade (...)”.

Já no final de seu discurso, o presidente trouxe essa preocupação:

Es momento de retomar aquello, es momento de retomar el sueño de unión entre nosotros, de plantearnos una moneda para la América Latina y el Caribe para la próxima década y busquemos y luchemos por ella; de plantearnos una confederación de naciones de esta parte del mundo, de plantearnos una unidad que vaya mucho más allá del intercambio comercial, porque algunos pareciera que tienden o tendemos a quedarnos a veces en el ese visor nada más del intercambio comercial; no, la unidad es mucho más allá, mucho más completa, mucho más profunda. Es la unidad de lo que estuvo unido una vez (VENEZUELA,1999/F, p. 23)⁹⁷.

E arrematou resgatando, mais uma vez, Simón Bolívar, pois estaria, assim, legitimando não só um aspecto de unidade nacional, mas também um resgate da identidade de luta e de transformação latino-americana:

(...) ante ustedes termino por ahora, invocando lo mismo que invoqué al comienzo, porque cuando uno habla de unidad latinoamericana y caribeña de relaciones con el mundo de proyectos sociales, cuando uno habla de proyectos económicos humanistas, de proyectos políticos estables, sencillamente estamos nosotros aquí en esta Venezuela caribeña, amazónica, andina, universal, estamos retomando el sueño bolivariano; estamos retomando el auténtico bolivarianismo, y así lo decía Bolívar: “para formar un gobierno estable, es necesario que fundamos el espíritu nacional en un todo, el alma nacional en un todo, el espíritu y el cuerpo de las leyes en un todo”. Unidad, unidad, esa tiene que ser nuestra divisa (VENEZUELA,1999/F, p. 24)⁹⁸.

⁹⁷ “É hora de retomar isso, é hora de retomar o sonho de união entre nós, de considerar uma moeda para a América Latina e o Caribe para a próxima década e procurar e lutar por ela; considerar uma confederação de nações nesta parte do mundo, considerar uma unidade que vai muito além da troca comercial, porque algumas parecem tender ou às vezes tendem a permanecer nessa expectativa apenas para trocas comerciais; não, a unidade vai muito mais além, muito mais completa, muito mais profunda. É a unidade do que esteve unido uma vez” (Tradução nossa).

⁹⁸ “(...) Diante de vocês, termino agora, invocando a mesma coisa que invoquei no início, porque quando se fala da unidade das relações latino-americanas e caribenhas com o mundo dos projetos sociais, quando se fala de projetos econômicos humanísticos, de projetos políticos estáveis, estamos simplesmente aqui nesta Venezuela caribenha, amazônica, andina, universal,

Esse resgate esteve presente em seus discursos, como já pronunciado por diversas vezes no momento de posse, no qual o “eco” dos sonhos dos “fundadores da pátria”, tendo em Simón Bolívar a centralidade, traria a legitimidade que empreenderia, a partir da união, uma transformação que da Venezuela se estenderia para a América Latina. Possibilidade agora ressaltada pelo presidente Hugo Chávez ao categorizar que, assim, “estamos retomando el sueño bolivariano” (VENEZUELA, 1999/F, p. 24)⁹⁹.

Sob a égide de novas eleições e de constantes referendos, Hugo Chávez tornar-se-ia vencedor em 2000 e 2004. No campo da economia, em 2001, protagonizou a II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros da Opep (MARINGONI, 2009) para, por meio da reinstalação de uma política de cotas da produção do barril do petróleo, restabelecer o preço do produto no mercado internacional.

Podemos elencar, ainda, outros fatores responsáveis pelo aumento do produto, mas que não estavam diretamente ligados à rearticulação da Opep, como os ataques sofridos pelos Estados Unidos no dia 11 de setembro do mesmo ano; além do aumento da demanda do produto no mercado internacional com a China e Índia. Como atesta Maringoni:

No início de 2000, a ação foi reforçada por outro importante fator no cenário internacional, representado pela entrada da China e da Índia como grandes consumidores do petróleo. Sem a descoberta de jazidas significativas a oferta mostrava-se com pouca elasticidade. A partir de 2003, com a quebra da produção iraquiana – quase equivalente à da Venezuela -, motivada pela invasão estadunidense, os preços iniciaram uma segura e constante rota ascendente (MARINGONI, 2009, p. 118).

Esse feito contribui para lastrear a projeção internacional da política chavista – “Diplomacia Bolivariana” e/ou “Política Externa Bolivariana”¹⁰⁰ – a

estamos retomando o autêntico bolivarianismo, e assim dizia Bolívar: “para formar um governo estável, é necessário basearmos o espírito nacional em um todo, a alma nacional em um todo, o espírito e o corpo das leis em um todo”. Unidade, unidade, isso tem que ser a nossa divisa”. (Tradução nossa).

⁹⁹ “Estamos retomando o sonho bolivariano”. (Tradução nossa).

¹⁰⁰ “Diplomacia Bolivariana” e “Política Externa Bolivariana” são as designações comumente utilizadas (ROMERO, 2006; JÁCOME, 2011) para fazer referência às ações internacionais firmadas pelo governo venezuelano a partir da eleição de Hugo Chávez, em 1999. Nesse sentido,

consolidação de sua política interna, juntamente a ascensão, na região, de governos mais à esquerda. E, economicamente, um período de maior exportação em uma conjuntura de aumento internacional do preço do barril do petróleo (Gráfico 5); além de uma maior relação comercial com a Rússia, e, sobretudo, com a China, devido ao crescimento desta que paulatinamente ampliava sua importância no cenário econômico-comercial no mundo e, especificamente, na América Latina.

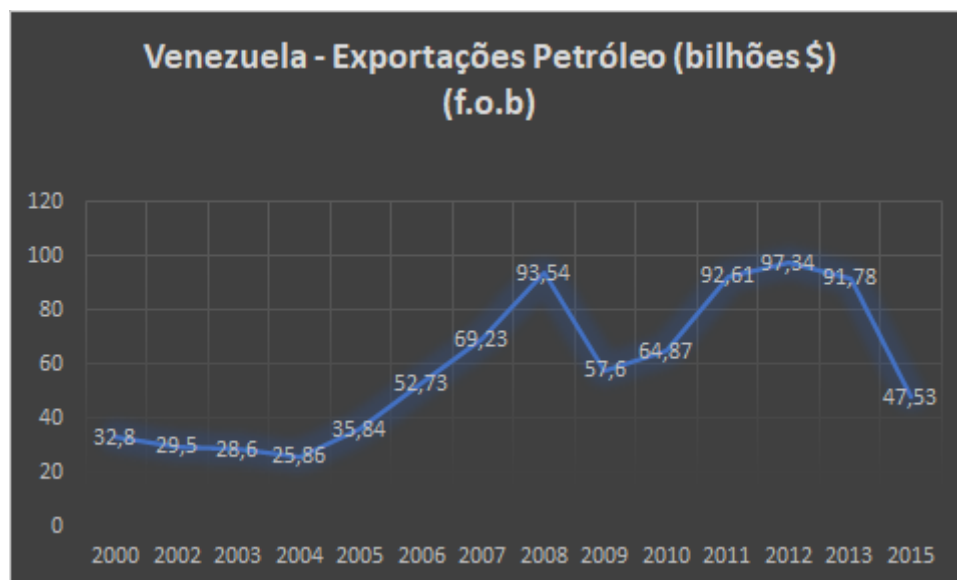


Gráfico 5: Venezuela – Exportações de Petróleo. Fonte: <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=5&c=ve&l=pt>>. Elaboração própria, a partir dos dados da CIA World Factbook.

Logo, nesse contexto e ancorada nas suas reservas e produção petrolífera (Gráfico 6), o impacto da relação com a China tornou-se um importante elemento, pois:

Para o governo do presidente Chávez, a China é um país chave para sua diversificação comercial e econômica, e para reduzir sua dependência do mercado estadunidense de importação de petróleo. A China tomou o lugar dos Estados Unidos como mercado principal de diversos minerais. A necessidade de matérias primas determina, em grande medida, sua política externa. A Venezuela oferece recursos

incorpora-se esta dimensão internacional ao projeto político estabelecido internamente, o qual foi denominado “Revolução Bolivariana”.

naturais, e sua diplomacia comercial se orienta a buscar novos e importantes sócios (ROMERO, 2010, p.21).

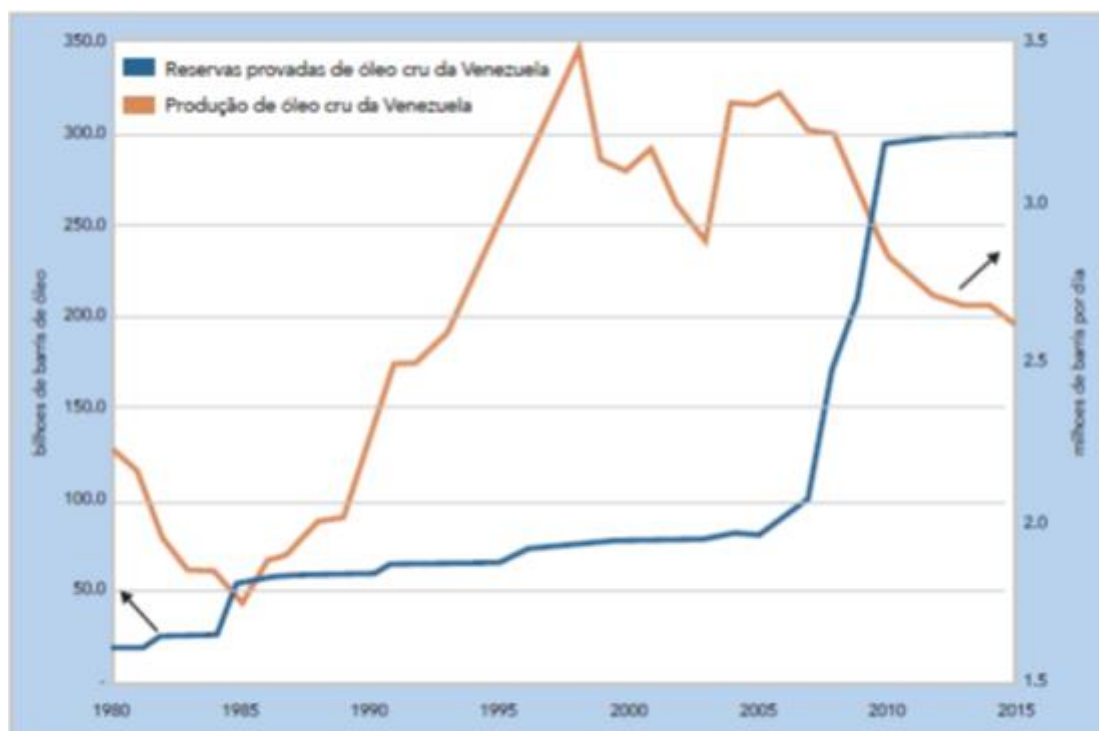


Gráfico 6: Reservas de óleo x produção 1890 - Fonte: BP World Energy (2015 apud DELGADO, 2017)

As inflexões econômicas e políticas iam se estabelecendo, ~~como~~ por exemplo, as intervenções governamentais por meio das 49 Leis habilitantes¹⁰¹, de acordo com Barros, “com a promulgação das Leis Habilitantes em novembro de 2001, passa por uma tentativa de golpe de Estado em abril de 2002 e termina com a mudança de controle na PDVSA, em fevereiro de 2003, após uma greve patronal-petroleira” (BARROS, 2007, p. 119).

Ao retomar o controle da companhia petrolífera PDVSA e, fundamentalmente, dos recursos advindos desta, e a partir do cenário econômico – aumento da demanda mundial do petróleo –, ampliavam-se os passos na direção de uma importante inflexão política que, sob o governo Chávez, tornou-se o instrumento para redefinir o papel do Estado como o indutor do

¹⁰¹ “As leis habilitantes, previstas no Artigo 203 da Constituição de 1999, são aquelas sancionadas pela Assembleia Nacional por voto de três quintos, que estabelecem os limites, temporais e materiais, dentro dos quais o Poder Executivo poderá legislar. Essa categoria legislativa estava presente igualmente, na Constituição de 1961. No Brasil, corresponderia às leis delegadas, previstas no artigo 68 da Constituição Federal de 1988” (MOREIRA, 2018, p. 63).

desenvolvimento com inclusão social, além de lastrear sua política externa, muitas vezes chamada de “diplomacia do petróleo”¹⁰².

Dessa forma, “concebeu-se o Estado como protetor do interesse geral e, por isso, cabia a ele promover as atividades econômicas privadas e regular a intervenção dos agentes econômicos para evitar condições de concorrência desleal” (BARROS, 2006, p. 218).

O *boom* do petróleo tornou-se o mecanismo essencial pelo qual o governo viabilizou sua política interna, e, em relação à política externa, permitiu ampliar “sua presença política no cenário internacional, por meio da participação decidida no movimento dos países não-alinhados e no chamado terceiro-mundismo” (MARINGONI, 2004, p. 105).

3.3 - Os discursos no âmbito das Reuniões de Cúpulas Presidenciais do Mercosul a partir de 2004

Dentro do marco cronológico estabelecido, no discurso do dia 08 de julho de 2004, na XXVI Reunião do Conselho do Mercosul, o presidente Hugo Chávez destacou a aprovação, antes solicitada, da entrada da Venezuela como membro associado do Mercosul, citando a resolução do documento em seu número 35:

habida cuenta que se concluyeron (para todos los efectos prácticos) las negociaciones para un acuerdo de libre comercio entre Venezuela y el Mercosur y teniendo en cuenta, además, que el mencionado país solicitó formalmente su incorporación como Estado asociado del

¹⁰² “Segundo Poetner (2011, 87), a estratégia de política externa conhecida por ‘diplomacia do petróleo’ pode assumir duas facetas, a saber: um é o resultado de aplicar força e hegemonia controlar esse recurso energético [petróleo]; o outro é o uso às vezes aberto e arbitrário de óleo riqueza para influenciar eventos em outros países. A primeira situação gira em torno da criação de dominação e subordinação entre os países pelo controle dos recursos petrolíferos. Uma dependência dos países importadores de petróleo pode ser ainda mais reforçada se os suprimentos forem vendidos em regime preferencial de preços ou prazos. A segunda situação concentra-se no exercício efetivo do poder de riqueza, a fim de obter influência e poder sobre outros estados, agindo diretamente em seus governos ou em grupos ou movimentos de oposição”. (CÍCERO, 2016, p. 274). (Tradução nossa).

bloque, acogieron con satisfacción a Venezuela como el más nuevo socio del Mercosur y dicha asociación se efectivizará de acuerdo al protocolo en la Aladi, allá en Asunción¹⁰³ (VENEZUELA, 2004/Jul, pp. 1-2).

Essa aprovação como membro associado no Mercosul instrumentalizava o processo de integração como em várias ocasiões mencionadas, uma integração pretendida sob novos aspectos, matizes e intencionalidades.

Dessa forma, nesse discurso, recorria, mais uma vez, à imagem dos libertadores como San Martín e, sobretudo, ressaltava Simón Bolívar; como que se, neste ato, vislumbresse, finalmente, a concretização de seu desejo de união. E uma união de sua pátria, que era a Venezuela, com as demais nações latino-americanas, pois assim remetia à grande pátria sonhada, que tinha uma maior extensão, “porque Venezuela es la patria chica, la patria grande es esta tierra, desde allá desde el río grande al norte de México hasta aquí hasta estas tierras del sur, hasta la Patagonia”¹⁰⁴. (VENEZUELA, 2004/Jul, p.7). E reforçava, ao externar que:

Yo estaba recordando hoy aquello que dijo Bolívar un día, dijo Bolívar: “El gran día de la América del Sur no ha llegado...” Casi 200 años después compatriotas yo me atrevo a adelantar y a decir que ahora sí es verdad que está llegando el gran día de la América Latina, la integración¹⁰⁵ (VENEZUELA, 2004/Jul, p.4).

Ao se lidar com os elementos discursivos do presidente Hugo Chávez, principalmente no que se refere ao resgate da figura de Simón Bolívar como sendo a base de seu projeto tanto nacional quanto internacional, e ao reposicionar, também, a ideia de unidade latino-americana, como apontada

¹⁰³ “Dado que as negociações para um acordo de livre comércio entre Venezuela e Mercosul foram concluídas (para todos os efeitos práticos) e, além disso, que o referido país solicitou formalmente sua incorporação como Estado associado do bloco, saudou a Venezuela como o mais novo parceiro do Mercosul e que a parceria será efetiva de acordo com o protocolo da Aladi, de volta a Assunção.” (Tradução nossa).

¹⁰⁴ “Porque a Venezuela é a pequena pátria, a grande pátria é esta terra, do Rio Grande ao norte do México até aqui, até essas terras do sul, para a Patagônia”. (Tradução nossa).

¹⁰⁵ “Eu estava lembrando hoje do que Bolívar disse um dia, Bolívar disse: ‘O grande dia da América do Sul não chegou...’. Quase 200 anos depois compatriotas, atrevo-me a avançar e dizer que agora sim, é verdade, que o grande dia da América Latina está chegando, a integração” (Tradução nossa).

acima, várias críticas emergem quanto à forma e objetivos dessa “apropriação” feita por Chávez.

Trabalhos como o do historiador venezuelano Germán Carrera Damas têm, por horizonte, esse viés, o que o torna, também, um referencial para gerações de pesquisadores que têm, como centralidade, essa crítica ao culto de Bolívar.

Assim, destacam-se as obras de Yolanda Salas de Lecuna (1987) e Luis Castro Leiva (1985; 1991) e a geração seguinte, contemporânea e de orientação oposicionista a Chávez, por exemplo, Elías Pino Iturrieta (2003), Manuel Caballero (2007), Ana Teresa Torres (2009) e Tomás Straka (2009).

Os trabalhos de Carrera Damas, referência para várias gerações de pesquisadores venezuelanos, dão o tom de que houve uma transformação de Bolívar em ator único, agente transformador do período independentista e que, a partir dessas considerações, teria surgido o culto a Bolívar que, como o mesmo afirma, tem por objetivo “manipular al pueblo apelando a sus sentimientos, genuino, auténtico. Pero, con fines... digamos así, nada genuino, nada auténtico porque es simplemente alcanzar el poder, ejercer el poder y beneficiarse del poder en todo caso”. E complementou ao dizer que o culto a Bolívar se converteu em “un culto del Pueblo en un culto para el pueblo, que es así que se define todo eso” (ARCE; TEDESCHI, 2015, p. 202).

De acordo, ainda, com Carrera Damas, desenvolveu-se uma tradição que perpassa pelos mais variados espectros políticos e, inclusive, experiências de caráter ditatorial e, também, democráticas, que se utilizaram e se utilizam do culto a Bolívar. E isso foi por ele percebido em loco ao relatar que, após regressar de seu exílio, “Regresé aquí en 58 [1958] y me encontré con que los hombres que estaban planteando de nuevo la democracia en Venezuela estaban utilizando las mismas ideas que había usado la dictadura” (ARCE; TEDESCHI, 2015, p. 203).

Dessa forma, salienta sua necessidade de ter observado esse fenômeno que passou a fazer parte, de forma enviesada, da vida política e cultural venezuelana, que teve transformada a “consciência histórica” para um pensamento ou “consciência bolivariana”. Pois “en el sentido de que esas ideas

de Bolívar corresponden a otro tiempo y fueron pervertidas y utilizadas para justamente dominar y controlar a la sociedad, no para un desarrollo democrático” (ARCE; TEDESCHI, 2015, p. 203).

Logo, o ponto crucial em sua obra consiste, em suas próprias palavras, era conceber que “desgraciadamente en todo esto se ha terminado como fundiendo, porque se le ha convertido en la ideología oficial. Pero no oficial de un gobierno, sino del Estado” (ARCE; TEDESCHI, 2015, p. 203).

Essas considerações ancoram outros autores, como Manuel Caballero, no pensamento de uma permanência de tradição “caudilho-militar”, ora representada por Hugo Chávez. Portanto anacrônica e autoritária por meio de uma ideologia oficial fundamentada na conversão do “culto do povo em um culto para o povo”, ao estabelecer, então, um “Bolivarianismo de cunho militar” e, assim, remete a Carrera Damas:

Treinta y tres años después de su El culto a Bolívar, Germán Damas publica Una ideología de reemplazo donde, (sin cometer la habitual inelegancia de decir, como los gitanos de feria: “¡Yo lo había dicho!”), se sienta a la puerta de aquella primera tienda y ve pasar en ésta, no el cadáver de su enemigo, sino por desgracia, su cuerpo no por verdoso y putrefacto, menos vivito y coleando: de aquel culto que aún si se creía inocuo no dejaba de llevar en sí el germen de su peor peligro, el militarismo vestido con el uniforme de gala del Libertador; se ha pasado hoy, a lo que el autor llama de “bolivarianismo-militarismo” (CABALLERO, 2007, p. 157).

Nas obras da historiadora Salas de Lacuna, desenvolvidas a partir do conceito de culto popular e culto a Bolívar (influência direta de Carrera-Damas), há a preocupação em se identificar as matrizes tanto populares quanto elitistas dos cultos ao Libertador.

Salas de Lacuna alerta sobre a forma pela qual o presidente Hugo Chávez se apoderou e tentou ressignificar os mitos coletivos em seus discursos no patamar da política nacional venezuelana. Indaga sobre as emoções coletivas mobilizadas e usadas por Chávez, possivelmente levando “La apropiación de mitos colectivos y el uso emocional que ciertos líderes políticos hagan de los

mismos para preservar el poder, en nuestro caso, pueden conducir a un reduccionismo del gran mito colectivo bolivariano nacional” (SALAS, 2001, p. 18).

Salienta, também, que a memória popular é responsável por reconstruir histórias que modelam consciências, porém sujeitas à perda de seu protagonismo, pois “(...) la historia, según la memoria popular, se ha convertido en un campo de lucha política, y su apropiación por los grupos que actualmente poseen el poder político resignifica el mito bolivariano (...)” (SALAS, 2001, p. 217).

Manifesta, ainda, que a apropriação dos mitos e imaginários populares possam ser usados como suporte para os discursos do poder central e criar uma falsa dicotomia ~~entre~~, por exemplo, entre “patriotas e traidores”, como a autora afirma. Acrescenta, ainda, duas matrizes de consciências históricas coletivas acerca da presença do imaginário sobre Bolívar, sendo elas: “a consciência mitológica” e a “épica”:

En la primera, de extracción eminentemente popular, la construcción del héroe nacional se realiza en la esfera donde la Historia Sagrada y la Historia Patria funden sus espacios, emergiendo de ellos un Simón Bolívar predestinado y sacro, dotado de poderes sobrenaturales, con una misión redentora de origen divino por cumplir (SALAS, 2001, p. 204).

Portanto a “consciência mitológica” está presente no meio popular, pois se estabelece como uma permanência entre descendentes dos que foram libertados e protegidos por esse Bolívar sacralizado. A segunda matriz:

Bolívar, héroe épico y libertador, es transformado por la conciencia popular en una suerte de Mesías que vino a redimirnos. Y esa conciencia histórica popular, regida también por una concepción épica y mitificadora de los procesos históricos pasados, ha propiciado y propicia un quehacer nacional a linajes de caudillos guerreros cuyas acciones reiterativas, especie de ciclos por cumplir, reproducen las del Mesías Bolívar. En ellos se encarna el espíritu guerrero y civilizador del Gran Profeta. (SALAS, 2001, p. 205).

A consciência épica que, segundo a autora, guiada por suas pesquisas de ordem da história oral, sobrevive entre aqueles que têm como relato familiar o protagonismo de uma participação nas lutas e grandes feitos heroicos e, portanto, na criação de uma tradição “que los vinculan con una visión fundacional de la Nación”. Esta, segundo a autora, estaria diretamente vinculada ao próprio presidente.

Apesar de Salas de Lacuna advertir sobre a apropriação do uso do discurso feito pelo presidente Chávez, a mesma o localiza como herdeiro dessas tradições e, portanto, alicerçado por elas, sobretudo ao afirmar que ele é oriundo “de la conciencia épica sustentada en la saga familiar que relata las hazañas fundacionales de la estirpe y de la nación” (SALAS, 2001, p. 209).

Sendo assim, pode-se entender que, mais do que se apropriar, Chávez é constituído e é partícipe dessa tradição. E, como a mesma sustenta:

Chávez —esa síntesis de conciencia histórica colectiva, una vez investido del poder obtenido en 1998 como Presidente electo por vía del voto democrático—, con una prédica que exalta a la Patria como Sagrada y a Bolívar como el Padre de la misma, ha llenado su discurso político de imágenes redencionistas. (SALAS, 2001, p. 209).

Como sabido, Hugo Chávez não foi a única liderança a ter como referencial Simón Bolívar. Uma tradição se formou na Venezuela a partir dos mais diferentes espectros políticos. O destaque a ele é a manutenção e a vinculação desde o MRB-200 com a consciência histórica coletiva, que tem por base os três heróis da história venezuelana (Simón Rodríguez, Simón Bolívar e Ezequiel Zamora). Vinculação que aparece em momentos cruciais, como no Caracazo de 1989 e no levante militar de 1992.

Assim, aponta-se, a partir dos estudos de Yolanda Salas, que um Bolívar herói épico e libertador, presente na consciência popular, é, também, identificado como um Messias que vem, ainda, redimir os necessitados; e que é passível de criar linhagens de caudilhos guerreiros cujas “acciones reiterativas, espécie de ciclos por cumplir, reproducen las del Mesías Bolívar” (SALAS, 2001, p.205).

Chávez, que mantém essa vinculação com os heróis fundadores, e que a mantém viva devido às constantes referências ao mito bolivariano, ao guerreiro redentor, capitaneou os anseios, os desejos e as esperanças de um povo que, ainda, buscava por sua libertação. Assim, transmutou-se no imaginário como um eco do mito bolivariano popular,

Chávez es la encarnación de un maestro de luz, de un espíritu de libertador. No de Bolívar. Bolívar subió muchas escalas espirituales por lo que hizo, pero como los grandes profetas, no tiene que encarnar: tiene sus emisarios. Chávez es un espíritu de luz encarnado y se palpa en que es una persona que habla y no regresa nunca al mismo tema, porque ese espíritu es muy voluble. Cada vez que él habla y habla y habla (...) difícil es que él caiga en el mismo tema. Es por eso¹⁰⁶.

Sua personalidade, capacidade oratória e manutenção de um ideal revolucionário vivo e sempre presente reforçam muitos dos aspectos míticos que Chávez passou a exercer, no que Yolanda Salas destaca:

Verbo y gesto rebasan el discurso político y sustentan un ejercicio de poder que irrumpe contra lo institucional, incluida la Iglesia. Su comunicación con lo sagrado es directa, sin intermediarios, pues “Dios es la voz del pueblo” y, en consecuencia, Chávez su vocero (SALAS, 2001, p.210).

Essa forma constante, conectada ao mito bolivariano popular, constitui-se dele e, por conseguinte, constitui novas esperanças que passam pelo emocional, claramente presentes nos discursos de Chávez, e indica um messianismo derivado do original popular que, de acordo com Yolanda Sales, pode ser perigoso pelo seu teor inquestionável que se impõe e pelo potencial divisionista da sociedade. Baseando-se na obra de François Laplatine, a autora observa que:

Su discurso es un llamado a un orden y progreso basado en el trabajo, mientras que el mito bolivariano popular secuestrado por Chávez se

¹⁰⁶ Testimonio expresado en estado de trance por un líder médium de un conocido centro espiritual religioso en Caracas, marzo de 2000. Resultado do trabalho da autora por meio da historia oral, ao exercer seu trabalho como Investigadora de tradiciones orales, imaginarios y representaciones colectivas. Mg. en Literatura de la Universidad Simón Bolívar. Estudios especializados en el Departamento de Folklore de la Universidad de Bloomington, Indiana.

adueña de lo emocional, vive su trance extático e irrumpe en la esfera de lo sagrado. Allí la verdad se hace absoluta, y todo enjuiciamiento, toda interrogación se torna herética. La conciencia colectiva efervescente, señala François Laplantine en su estudio sobre *Mesianismo, Posesión y Utopía: Las tres voces de la conciencia colectiva*, cuando pasa por su lógica misma a sobrevalorizarse de manera apologética en detrimento de todo cuanto está con ella en una relación de extraterritorialidad, es el *odio feroz, tenaz y militante que siente por la historia*. Según el autor, en la sociedad ocurre una negación de la historia por un retorno a los orígenes, y como se trata precisamente de mitos fundamentales o fundacionales, es decir, mitos de los que dimana la salvación del mundo, ninguna duda ni discusión está permitida (LAPLANTINE, 1977, pp. 26-27 apud SALAS, 2001, p.210, grifos da autora).

Com relação a Carrera Damas, é basilar sua importância como referencial teórico para os estudos sobre o bolivarianismo. Porém é possível ampliar o leque para a compreensão sobre o mesmo tema, a partir da contribuição do referencial teórico metodológico de Le Goff e Foucault.

Esses autores, citados anteriormente no capítulo 2, contribuem ao trazer a concepção de que o discurso, ao ser analisado, pode ser constituído “de documento a monumento, ou seja, deixam de ser vistos como algo que traz em si mesmo o passado, como aquilo através do qual se interroga como foi o passado, para ser interrogado quanto a sua própria produção” (ALBUQUERQUE JR, 2006, p. 234).

Dessa forma, reposicioná-los, a partir do conjunto de sua “formação discursiva”, “corpo discursivo”, além da sua “a intertextualidade”, justamente interligada ao momento histórico proferido, permite se desvencilhar de pressupostos que manteriam, de maneira inelástica, a compreensão sobre o culto a Bolívar.

Assim, pode-se lançar mão de compreender como a multiplicidade do bolivarianismo enquanto fenômeno que se reinventa, não está atrelado ou reduzido apenas a uma percepção de uma estrutura vertical ancorada tão e

somente como esteio de controle político, caminhos que ajudam a compreender a permanência do culto heroico em diferentes visões e projetos políticos.

Ainda nesse discurso, relacionado à entrada da Venezuela no Mercosul, o presidente apontava elementos de uma integração de caráter multidimensional¹⁰⁷, vislumbrando que sua entrada contribuiria com seus esforços para suscitar um novo tipo de integração, disseminado a partir da experiência venezuelana marcada pela chamada “diplomacia do petróleo” efetivada em 2004, a partir da integração promovida neste ano com a ALBA-TCP¹⁰⁸; mas que pudesse alcançar toda a região da América Latina e Caribe.

¹⁰⁷ Tese escolhida, devido ao seu ordenamento metodológico, juntamente com a Integración del sur, respectivamente 4ª e 5ª teses que compõem os fundamentos filosóficos de *la nueva integración del sur*. “La visión emergente de la integración reconoce que es necesario trascender el concepto de desarrollo imperante, el cual solo toma en cuenta el crecimiento económico y postula, por el contrario, al ser humano como su razón de ser, es decir, impulsa una “integración”, cuyo principal objetivo sea “beneficiar” a las mayorías históricamente excluidas (...) Todas estas acciones propugnan el rescate de la conciencia histórica y los principios de solidaridad entre los pueblos, expresiones de una concepción de la integración multidimensional en pro de las naciones; multidimensional como las necesidades y demandas de los pueblos latinoamericanos. Éstas son las ideas-fuerza que han alimentado la visión venezolana de la integración, visión que no sólo contempla la postura de Venezuela ante la unión, sino que también se nutre de las demandas de los pueblos de América Latina.” IN: VENEZUELA, Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, *Fundamentos filosóficos de la nueva Integración del Sur*. Caracas: Ediciones del Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 2008, pp. 59-64.

¹⁰⁸ “A ALBA, Aliança Bolivariana para as Américas, fora constituída em 14/12/2004, logo depois é rebatizada como *Alianza Bolivariana de los Pueblos para las Américas* e, com a entrada da Bolívia em 2006 pelo Tratado de Comércio dos Povos incorpora a sigla TCP, ficando ALBA-TCP. Chávez lanzó, a partir de un acuerdo inicial de complementación económica con Cuba, sustentada en la asistencia petrolera, en diversas formas de intercambio y en la aspiración de promover la complementariedad económica y la solidaridad entre sus miembros. El ALBA se amplió progresivamente con la inclusión de Bolivia, Nicaragua y Honduras, Dominica, Antigua y Barbuda, St. Vincent y las Grenadinas, y Ecuador. El esquema carece de estructuras consolidadas y se basa fundamentalmente en los encuentros entre los jefes de gobierno, generalmente convocados por Chávez en el marco de un enfoque eminentemente presidencialista, sin articular una arquitectura institucional clara. Adicionalmente, pese a la aspiración de convertir al ALBA en el “núcleo duro” de la integración latinoamericana en el marco de la visión bolivariana de Chávez, el esquema se apoya principalmente en la participación de países centroamericanos y caribeños, con la inclusión adicional de Bolivia y, más recientemente, Ecuador (SERBIN, 2010, pp. 163-164).

“(…) A questão econômica fica presente na ALBA de uma forma heterodoxa, sem acordos gerais, e fazendo ênfase na solidariedade e na cooperação entre os governos. Dessa forma, as relações comerciais são estabelecidas, principalmente, entre empresas estatais. Eventualmente pode participar o setor privado, mas não há possibilidade de transações internacionais entre privados. A ALBA inclui vários mecanismos de comércio, cooperação e financiamento, reunidos no chamado Tratado de Comércio entre os Povos (TCP), cujas principais áreas de atuação são a cooperação energética, tecnológica e agrícola. Um dos mecanismos mais originais são as *grannacionales*. Há doze *grannacionales* dedicadas a diferentes áreas: alimentação, ambiente, ciência e tecnologia, comércio, cultura, educação, energia, indústria e mineração, telecomunicações, transporte e turismo. Teoricamente, procuram ser um paralelo das empresas transnacionais, mas no nível estatal. Na prática, são órgãos que apenas incluem mecanismos para a transação internacional de bens e serviços, a cooperação e o estabelecimento de fundos

Ou seja, uma integração que não tivesse a centralidade apenas nas relações comerciais, e sim,

un Mercosur que va mucho más allá, insisto, de lo económico, que se vuelve hacia la integración política y sobre todo se convierte en un instrumento para luchar contra la pobreza, contra la desigualdad, contra la dominación, contra el modelo capitalista neoliberal, por un nuevo modelo de desarrollo político, económico y social (VENEZUELA, 2004/Jul, p.5)¹⁰⁹.

A “*Integración del Sur como génesis de una integración latinoamericana y caribenha*” – sexta tese dos Fundamentos filosóficos de *la nueva integración* – explicita a concepção de rumo para o qual a integração se voltou, levando em conta o processo histórico, as demandas e vicissitudes dos países da região, juntamente sob o domínio da potência do norte. Mas há a consciência da necessidade de uma reorientação para, minimamente, romper a herança de subordinação, cuja primeira tentativa alusiva a uma união vinha desde o revés do Primeiro Congresso Anfictiônico do Panamá em 1826, porém deixando bases sobre as quais poderiam ser retomadas para impulsionar esse novo processo:

América Latina constituye una unidad pluricultural. Una zona con grandes lazos intrarregionales dividida en una cantidad importante de países, que a su vez forman o han formado parte del área de influencia de la potencia hegemónica del momento, ha llamado la atención de quienes han estudiado las principales causas del subdesarrollo. La desunión y división de la región latinoamericana y caribeña ha sido reconocida como un elemento importante en los problemas más apremiantes que la aquejan, tales como la desigualdad social, la pobreza y la escasa diversificación económica.¹¹⁰

para o financiamento de projetos, mas que não desenvolvem atividades produtivas. Embora sejam supostamente de intenções plurilaterais, os acordos comerciais e de cooperação do TCP geralmente só acabam se executando ao nível bilateral, onde uma das partes em quase todos os casos é a Venezuela” (...) (NILSON, 2012, p. 55, grifos do autor).

¹⁰⁹ “Um Mercosul que vai muito além, insisto, do econômico, que se volte a integração política e sobretudo se converta em um instrumento para lutar contra a pobreza, contra a desigualdade, contra a dominação, contra o modelo capitalista neoliberal, por um novo modelo de desenvolvimento político, econômico e social” (Tradução nossa).

¹¹⁰ Ver: VENEZUELA, Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, *Fundamentos filosóficos de la nueva Integración del Sur*. Caracas: Ediciones del Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 2008, p. 67.

Logo, esse processo, que seria retomado no decorrer do século XXI, teria como eixo (ideia-força) o ideal de Bolívar,

“La idea-fuerza contemporánea, guía fundamental de la visión geopolítica (...) con aceptación a escala latinoamericana y caribeña por su contemporaneidad como idea génesis de la integración de los países al sur del Río Bravo”. A pesar de las asimetrías internas en la región latinoamericana y caribeña, algunas reflexiones esbozadas por el pensamiento latinoamericano del desarrollo se mantienen vigentes. En ese sentido, la dependencia en los centros de poder internacional puede ser un rasgo transversal a nuestras sociedades. El denominado atraso y la dependencia, más que un asunto económico o cultural aislado, es un problema de índole político al que se supeditan los demás aspectos. La desunión política regional impide a América Latina y el Caribe ejercer su peso geopolítico imposibilitándola de adoptar iniciativas autónomas que rompan la supeditación a los centros de dominación internacional.¹¹¹

Assim, o discurso do presidente Chávez apontava para esse norte de uma nova integração capaz de romper o atraso e impactar novas dinâmicas, sinalizando novos rumos para o continente:

(...) Es decir Venezuela no llega al Mercosur sino en un momento en el cual se están dando profundos cambios que apuntan hacia una integración de nuevo tipo, no la integración neoliberal que se pregonaba en este continente hasta hace muy poco tiempo; el Mercosur se está convirtiendo en el epicentro de un nuevo esquema de integración política, social y económica productiva para nuestra liberación, unidos para ser libres, el dilema del General Perón de hace varias décadas cuando dijo que el siglo XXI nos conseguiría o unidos o dominados, nos consiguió divididos y por supuesto dominados. Ahora estamos llamados a unirnos de verdad en este comienzo de siglo para liberarnos, ¿de qué? De la pobreza, para romper las cadenas del imperialismo, de la dominación, del capitalismo salvaje que nos ha llevado a un grado extremo y peligroso de desigualdad y de fragilidad institucional, debilidad económica y exclusión social, como nunca antes

¹¹¹ Idem, p. 69.

en la historia de los pueblos de este Continente (VENEZUELA, 2004/Jul, p. 2)¹¹².

A tese da integração do sul como gênese, também, tem como eixo estruturante a problemática da busca pela autonomia de atuação dentro do espaço periférico latino-americano que contemple, fundamentalmente, seus propósitos políticos, e não os reiterados receituários impelidos a partir dos centros hegemônicos,

el bolivarianismo plantea que el problema de la dependencia es político, una lucha por un espacio geopolítico propio, por lo que abordar la integración como un problema economicista solo servirá a los intereses imperiales. Se puede observar fácilmente que los procesos de integración, llevados hasta ahora, van en dirección contraria al enfoque contemporáneo y realista del ideal bolivariano, donde lo político priva sobre lo técnico-economicista. Este ideal se sustenta en la integración latinoamericana y caribeña como mecanismo para asegurar la capacidad de la región de hacer valer sus intereses y de poder adoptar políticas propias y autónomas, que tiendan a la creación de riqueza y a su reparto equitativo entre la población¹¹³.

Brasil e Venezuela, dois dos países líderes nesse processo, tinham, na figura de seus presidentes, dentro do marco cronológico preestabelecido, reiteradas vezes chamado a atenção, nesses espaços de decisões, para a necessidade de união e concertação política que conferisse, na solidez do bloco, a autonomia e o crescimento conjunto.

Essa busca de solidez e construção de maior autonomia foi apontada pelo presidente Chávez no que tangia à consolidação de acordos, não só bilaterais

¹¹² “(...) Quer dizer, a Venezuela chega ao Mercosul em um momento em que estão ocorrendo mudanças profundas que apontam para uma nova integração, não para a integração neoliberal que foi divulgada neste continente até muito recentemente; O Mercosul está se tornando o epicentro de um novo esquema de integração política, social e econômica produtiva para nossa libertação, unidos para sermos livres, O dilema do General Perón de várias décadas atrás, quando disse que o século XXI nos faria unidos ou ou dominados, nos dividiu e, é claro, dominou-nos. Agora somos chamados a nos unirmos nesta virada do século para nos libertarmos, de quê? Da pobreza, para quebrar as cadeias do imperialismo, da dominação, do capitalismo selvagem que nos levou a um grau extremo e perigoso de desigualdade e fragilidade institucional, fraqueza econômica e exclusão social, como nunca antes na história dos povos deste continente”. (Tradução nossa).

¹¹³ Ver: VENEZUELA, Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, *Fundamentos filosóficos de la nueva Integración del Sur*. Caracas: Ediciones del Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 2008, pp. 69-70.

como de interesse a toda a região. Sendo eles, por exemplo, assinalados na XXVI reunião ordinária do Conselho do Mercado Comum na Argentina. Assim ocorreu a assinatura, de forma conjunta com o presidente Nestor Kirchner (2003 – 2007), de duas declarações e dois acordos que levariam a criação da Petrosur, além da assinatura do acordo de cooperação com o Canal Argentino 7, acordo de cooperação entre a PDVSA e os estaleiros do Rio Santiago, para a fabricação de petroleiros.

Com o Brasil, na figura do presidente Lula, houve o aprofundamento das relações políticas e deliberações sobre a união da PDVSA e a Petrobrás, incorporando-a ao projeto Petrosur

Lula Da Silva compañero, presidente, hermano de estas mismas luchas por la integración para liberarnos por la integración para la dignidad, por la integración para el desarrollo integral. Bueno por cierto que estuvimos hablando con Lula también sobre la incorporación de Petrobras al proyecto de Petrosur y hemos quedado en hacer pronto una reunión de ministros de energía Brasil-Venezuela para estudiar el tema, debido a que este acuerdo que firmamos con el presidente Kirchner deja abierta una invitación para que todos los países de Sudamérica se sumen a Petrosur, Latinoamérica y Bon Brasil es uno de los países líderes en el nuevo modelo de desarrollo y tiene un gran potencial económico, social, tecnológico (VENEZUELA, 2004/Jul, p.5)¹¹⁴.

O presidente Chávez, dentro da perspectiva da *“integración del sur como génesis de una integración latino-americana y caribenha”*, elencou, também, as ações de fomento para a região, as discussões de caráter bilateral com o presidente Ricardo Lagos do Chile, além da possibilidade de aproximação

¹¹⁴ “Lula da Silva, companheiro, presidente, irmão dessas mesmas lutas pela integração para nos libertarmos para a integração pela dignidade, pela integração para o desenvolvimento integral. Bem, aliás, estávamos conversando também com o Lula sobre a incorporação da Petrobrás ao projeto da Petrosul e combinamos que faremos uma reunião dos ministros de Energia Brasil-Venezuela em breve para estudar o assunto, devido a que este acordo que assinamos com o presidente Kirchner deixa aberto um convite para que todos os países da América do Sul ingressem na Petrosul, América Latina e o bom Brasil é um dos países líderes no novo modelo de desenvolvimento e tem um grande potencial econômico, social e tecnológico” (Tradução nossa).

em termos de relações energéticas com o presidente do México, Vincent Fox, que externou o desejo de se juntar ao Mercosul.

Em sua participação na XXVIII cúpula do Mercosul, o presidente Hugo Chávez trouxe uma série de considerações acerca da crítica sobre a qual passava o Mercosul; algo lembrado nos discursos do presidente Lula nessa mesma cúpula, quando batia na tecla do compromisso dos países em aprofundar as relações como saída coletiva, e não individual, para a resolução dos problemas da região.

Assim, o presidente Chávez apontava que, devido a isso, suas posições e seus pontos de vista se fortaleciam na medida em que não ocorria a superação dos problemas sociais que persistiam na América Latina.

Chávez argumentou que a direção já fora apontada, retomando a leitura sobre a obra de André Gunder Frank que ele citou em seu discurso, sendo este um dos expoentes da teoria marxista da dependência:

Hace poco moría un europeo que se hizo latinoamericano por convicción, creo yo, lo leíamos por allá por los 70 y ahora lo estamos releendo, Andre Gunder Frank, y aquella obra "América Latina" prácticamente planteaba el dilema en el que hemos estado nosotros en América Latina desde siempre, América Latina subdesarrollo o revolución, y cuando digo revolución no es para espantar a nadie, es que realmente América Latina requiere, hoy más que nunca, una verdadera revolución, convenzámolos de ello y no tengamos miedo a las palabras, tengamos miedo a lo que aquí pueda ocurrir, a la bomba atómica social que está activada en este continente si no hacemos las revoluciones que debemos hacer y yo creo que la primera revolución es la revolución moral (VENEZUELA, 2005/Jun, p.1)¹¹⁵.

¹¹⁵ "Um europeu que se tornou latino-americano por convicção morreu recentemente, creio, lemos lá nos anos 70 e agora estamos relendo, Andre Gunder Frank, e aquela obra "América Latina" praticamente representou o dilema em que nós vivemos desde sempre na América Latina. A América Latina, subdesenvolvimento ou revolução, e quando digo revolução não é para assustar ninguém, é que a América Latina realmente requer, hoje mais do que nunca, uma verdadeira revolução, convençamo-nos disso e não tenhamos medo das palavras, tenhamos medo do que pode acontecer aqui, da bomba atômica social que está acionada neste continente se não fizermos as revoluções que devemos fazer e acredito que a primeira revolução é a revolução moral" (Tradução nossa).

Os teóricos dessa vertente que fizeram a crítica à teoria da dependência tinham, em suas fileiras, expoentes como, além do próprio André Gunder Frank, Theotonio do Santos e Rui Mauro Marini. Este, notadamente, apontava como resolução a ação revolucionária na superação das contradições que historicamente operaram na América Latina, no contexto de sua especificidade e, portanto, a chegada ao socialismo.

No marco da dialética do desenvolvimento do capitalismo mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade própria, acentuou-se até seu limite (...) a lei geral da acumulação do capital que implica a concentração de riqueza em um polo da sociedade e a pauperização absoluta da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda a brutalidade e põe na ordem do dia a exigência de formular e praticar uma política revolucionária de luta pelo socialismo (MARINI, 2013, p .63)

Chávez trouxe, então, pela primeira vez em uma reunião de cúpula de presidentes da América Latina – já fizera antes na plenária do V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (MARINGONI, 2009, p.173) –, a discussão para se caminhar ao socialismo do século XXI, superando a máxima do mercado e a possibilidade de desenvolver, por meio do socialismo, a democracia. Uma democracia efetivamente popular:

ahora yo creo, nosotros creemos y esto es para la reflexión, de verdad hermanos, yo invito a que lo reflexionemos los líderes políticos: por el camino del mercado no vamos a poder. Creo que es un error de concepto, es un error originario. Sencillamente creo que los sectores económicos más poderosos, sectores privados de nuestros países, van a seguir presionando cada uno a su lado, defendiendo sus intereses económicos, de ganancia. La ganancia, el capitalismo pues, el cruel capitalismo. Yo en este proceso de reflexiones y evolución me he atrevido a plantearle a los venezolanos, y está planteado el tema y el debate se abrió en Venezuela, acerca de la necesidad de comenzar a discutir la perspectiva de construir el nuevo socialismo del siglo XXI, yo invito a que hagamos esa discusión: capitalismo o socialismo. En nuestro criterio en el capitalismo es imposible la democracia, porque el capitalismo es perverso genera beneficios para una minoría y hunde en la pobreza y la miseria a la mayoría y ahí no pude haber democracia,

no hay viabilidad para ningún proyecto democrático; no hay ninguna posibilidad de vía alguna hacia la justicia (VENEZUELA, 2005/Jun, p. 2)¹¹⁶.

O presidente fez renascer, no campo político, o termo socialismo. Segundo Maringoni, “depois de *revolução*, outra palavra fora de moda, *socialismo*, voltava ao dicionário político pela boca do líder venezuelano” (2009, p.173, grifos do autor). E, também, salientou a tentativa de tornar real, para o mandatário, essa possibilidade, esse novo tipo de socialismo, não resoluto a esquemas teóricos predefinidos.

É indubitável que tenha resgatado análises de teóricos da Teoria Marxista da Dependência, e que vislumbra como desfecho para a saída da dependência das nações periféricas desta condição a revolução socialista. Porém o horizonte, para Hugo Chávez, era a construção “de um novo” socialismo, a partir das lutas concretas e condições objetivas oriundas das especificidades históricas de cada país. Portanto, criá-lo a partir da dinâmica da realidade política venezuelana e latino-americana. O pensamento de Dieterich aponta que:

Hugo Chávez se catapultó a la vanguardia del debate mundial, al proclamar la necesidad de “seguir alejándonos del capitalismo” e “inventar el socialismo del siglo XXI”. Caso seguido, el Comandante reforzó su posición, enfatizando que el socialismo en Venezuela sería de carácter democrático y participativo, “en concordancia con las ideas originales de Carlos Marx y Frederico Engels” (DIETERICH, 2005, p.15).

¹¹⁶ “Agora eu acredito, nós acreditamos e isso é para reflexão de verdade, irmãos, eu convido a que reflitam os dirigentes políticos: pelo caminho do mercado não vamos conseguir. Acho que é um erro de conceito, é um erro originário. Simplesmente, eu creio que os setores econômicos mais poderosos, setores privados de nossos países, continuarão a pressionar cada um ao seu lado, defendendo seus interesses econômicos, de lucro. O lucro, o capitalismo pois, o capitalismo cruel. Eu, nesse processo de reflexões e evolução, ousei perguntar ao venezuelanos, e a questão foi levantada e foi aberto o debate na Venezuela, sobre a necessidade de começar a discutir a perspectiva de construir o novo socialismo do século XXI, eu convido vocês que façamos essa discussão: capitalismo ou socialismo. Em nosso critério, no capitalismo, é impossível a democracia, porque o capitalismo é perverso, gera benefícios para uma minoria e afunda na pobreza e na miséria a maioria, e aí não pode haver democracia, não há viabilidade para nenhum projeto democrático; não há possibilidade nenhuma de forma de justiça” (Tradução nossa).

A cientista política Mariana de Oliveira L. Vieira (2016) aborda, ainda, três correntes que tentam explicar o processo que ocorreu na Venezuela desde a eleição de Hugo Chávez, no que tange à questão da revolução bolivariana que levaria ao “Socialismo do século XXI”¹¹⁷.

Em meio ao debate e crítica aos caminhos tomados pelo stalinismo, o repensar sobre um novo socialismo se fez presente, principalmente, sobre o que ocorria naquele país e com as suas especificidades. Sobretudo, ao afirmar “Yo soy socialista de la nueva era, del siglo XXI, estamos planteándole al mundo revisar la tesis del socialismo Cristiano. Si Cristo viviera aquí, fuera socialista, (el Libertador) Simón Bolívar iba directo al socialismo” (DIETERICH, 2005 p. 16).

Segundo Vieira (2016), as correntes, então, que se debruçaram sobre esse processo foram: a da chamada Democracia social radical, que tem como teses centrais, a partir de autores como Michael Lebowitz, Hernecker (2012) e Barón (2010), que o socialismo do século XXI não tem a questão econômica e o

¹¹⁷ “A concepção marxista de revolução pressupõe um processo histórico-social, onde há ‘estallido a la confluencia de contradicciones objetivas del capitalismo con intervenciones subjetivas de las masas, en ciertas condiciones, países y circunstancias’. Ademais para o marxismo, a centralidade na análise sobre a revolução está na luta de classes, onde há um ingresso massivo dos explorados na ação política direta (KATZ, 2008, p.222, grifos do autor).

“Por outro lado, na América Latina, o tema da revolução sempre esteve ligado a reformas políticas. Nenhuma das revoluções na América Latina no século XX perseguia objetivos imediatos anticapitalistas, algumas lutavam pelo fim da opressão colonial ou imperialista, outras contra ditaduras por direitos sociais e civis e acabaram se tornando revoluções sociais. O limite das revoluções contemporâneas é que os propósitos de todas elas têm sido nacionais e democráticas. Todos os levantes surgiram ‘desde abajo’, com demandas diversas e no seu desenvolvimento tenderam a desembocar em cursos capitalistas (México e Bolívia) ou socialistas (Cuba), dependendo da correlação de forças (...).

(...) Com aproximações e distanciamentos das análises que se originam em Dieterich, a tese do Socialismo do Século XXI ou ‘socialismo bolivariano’ busca sinalizar para a construção de uma sociedade pós-capitalista. Os autores que consideram o Socialismo do Século XXI como uma democracia social radical analisam o Estado como uma condensação de forças, a política como jogo de soma zero, na medida em que há a possibilidade de transformação por dentro do Estado, dependendo da correlação de forças. Os que assumem uma perspectiva humanista, considerando a existência de uma ofensiva socialista, tratam das transformações do homem e não das classes, deixando de se questionar sobre o modo de produção, as relações de produção e a estrutura jurídico-política que compõe o país. Por fim, os que consideram a experiência venezuelana um modelo de desenvolvimento alternativo que, apesar de não romper com o capitalismo, constitui uma ‘via ao socialismo’ assumem uma perspectiva mais nuançada, considerando os avanços e limites do processo.

No entanto, também essa vertente nos coloca diante de dificuldades pois, para se falar em socialismo, é preciso demonstrar a existência de objetivos anticapitalistas. Ora, longe de se basear nas ideias clássicas de Socialismo, o Socialismo do Século XXI defende a harmonia entre as classes e a propriedade privada. Assim sendo, o Socialismo do século XXI constitui uma variante do reformismo. Não se trata aqui de defender uma disjuntiva entre reforma e revolução, mas de indicar a distância que nos separa desse ideal” (VIEIRA, 2016, pp. 119-124, grifos da autora).

proletariado tradicional como centrais para o processo rumo ao socialismo; que, nessa experiência venezuelana, um governo revolucionário pode se utilizar do Estado para este ser o instrumento de transformação social, avançando politicamente, sobretudo, ao incluir os demais segmentos da sociedade (desempregados, além do lumpemproletariado) como agentes históricos desse processo.

A segunda corrente apresentada, “a ofensiva socialista”, em paralelo a autores como Mészáros (2007), Scartezini (2012), dentre outros, analisam que o caminho tomado por Chávez desde 1999 levou a importantes avanços reformistas no campo político e social, tornando-se, então, o eixo estruturante de uma ofensiva rumo à construção do socialismo.

A revolução bolivariana em curso operava por meio de reformas planejadas pelo Projeto Nacional Simón Bolívar e no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2007 – 2013). Portanto, ferramentas que davam a base para a transformação do Estado burguês, mesmo sem o rompimento com o capitalismo. Os destaques dessas transformações vinham a ser os programas sociais e a autonomia das organizações de base (Missões, Conselhos Comunitais e Comunas).

Autores que se identificam com a terceira corrente, “a via venezuelana ao socialismo”, Seabra (2012) e Biardeau (2015) levam em consideração que, diante do não rompimento com o capitalismo, “a Venezuela representa um modelo de desenvolvimento alternativo” que apresentava avanços como, por exemplo, o das Empresas de Produção Social (EPS), bem como a participação popular nos Conselhos Locais de Planificação Pública (CLPP) e as ocupações de fábricas que passaram a ocorrer a partir de 2002 no episódio do Paro petrolero. Mas, também, destacam o insucesso no decorrer desse processo vivido, por exemplo, a derrota que o governo sofreu no referendo de 2007.

Diante das várias tendências explicativas sobre o processo na Venezuela iniciado por Chávez, de uma maneira geral, une-se a autora quando ela observa o caráter incerto da revolução bolivariana, pois “o que ocorre no país parece ser uma revolução incipiente, um projeto socialista em construção, um novo modelo, que se constrói a partir de reformas” (VIEIRA, 2016, pp. 119- 120).

O projeto em construção, afastando-se dos dogmas, tendo como horizonte as novas condições históricas e suas demandas, fora afirmado por várias vezes pelo próprio presidente. Por exemplo, em seu programa “Alo Presidente”,

Tomar a bandeira do marxismo-leninismo é criar dogma (...), que apresenta o papel da classe trabalhadora que hoje em dia é outro, é outra coisa, é distinto. Olhem Fidel Castro, que é comunista, comunista, hoje um homem de 81 anos é um exemplo que pensa no século XXI, pensa de forma adiantada. Ele me disse, Chávez, veja, o mundo de hoje é distinto, mundo da informática, telemática, Karl Marx nem podia sonhar com a telemática, era outro mundo, toda essa dinâmica mundial, o mesmo a que pensar sobre o cristianismo (...) Sobretudo porque o pobre, além de todos nós, temos uma grande fé em Cristo, Cristo redentor. Então, nosso socialismo, assim eu digo, deve ser cristão, deve ser bolivariano, não marxista-leninista.¹¹⁸

Dessa forma, dentre as possíveis inferências “há um louvável esforço do presidente em tornar palpáveis as características de um novo modelo de sociedade (...), para ele, um socialismo de novo tipo será fruto das lutas políticas concretas e não de um modelo traçado a priori” (MARINGONI, 2009, p. 174).

Retomando Maringoni, sobre a questão socialista, seu destaque é de que:

As indefinições do modelo de socialismo pretendido por Hugo Chávez não são um problema apenas dele, mas de praticamente toda a esquerda mundial e de todos aqueles que pretendem mudar a sociedade. Na defensiva desde a desagregação da União Soviética, em 1991, e da ascensão do neoliberalismo, as forças que lutam por um modelo alternativo buscam, com extrema dificuldade recobrar a iniciativa na luta política. A contribuição do ex-tenente-coronel tem sido inestimável para esses propósitos (MARINGONI, 2009, p.175).

O cientista político venezuelano Alfredo Ramos Jimenez, de maneira oposta ao entendimento de que o presidente Chávez construiu um socialismo democrático, anunciado como o “socialismo do século XXI”, afirma que, na

¹¹⁸ CHÁVEZ, Hugo. IN: Programa “Alo Presidente” 28/07/2007.

realidade, ele representou uma nova roupagem populista e a manutenção militarista venezuelana. Assim, disserta que:

el ideal socialista, presente en la retórica del chavismo en el poder, encuentra límites decisivos y significativos en la naturaleza populista de la acción gubernamental del líder plebiscitario, en la construcción compulsiva de un “partido unido socialista”, con base en lealtades oportunistas y provisionales y, por lo mismo, sin capacidad para asegurar la viabilidad de un proyecto personal con pretensiones continentales. De aquí que el “socialismo del siglo XXI”, “socialismo bolivariano” en la experiencia venezolana de los años recientes, no sea otra cosa que el ropaje ideológico de un genuino “populismo del siglo XXI”, con fuertes connotaciones militaristas. (RAMOS JIMÉNEZ, 2008, p. 188)

Nas argumentações feitas por Ramos Jiménez, pode-se perceber, pelo menos, dois elementos que a sustentam. De um lado, faz-se presente a crítica em relação à permanência da tradição militar, algo que decorre na Venezuela a partir de Carrera Damas. E, de outro lado, a identificação e a observação em relação ao populismo de base demagógica e personalista.

Ramos Jiménez, dentre outros autores que têm por base essa consideração, de acordo com Rafael Seabra, estrutura sua percepção na direção, apenas, de uma ótica que vem a se configurar por meio das “relações entre líder e massa populista, sobre o elemento personalista que varia entre o carismático e o autoritário, de maneira que este se torna um traço permanente na história político-democrática latino-americana” (SEABRA, 2010, p.217).

Como exemplo dessa concepção, e carregando ainda mais o conceito de forma pejorativa, aponta-se Hawkins, cientista político norte-americano que imputa ao populismo um discurso maniqueísta e paranoico, cuja base “identifica o bem como desejo de união do povo e o mal como a elite conspiradora” (HAWKINS, 2009, p. 1042). Dicotomia esta presente ainda na contemporaneidade, pois há “uma pequena percentagem de líderes altamente populistas contemporâneos (inclusive Chávez) e constata que seus discursos são muitos similares aos bem conhecidos populistas do passado” (HAWKINS, 2009, p. 1056).

Dessa forma, desconsideram as constantes transformações de cunho econômico-político e social que fizeram emergir tanto o fenômeno do Chavismo quanto das próprias mobilizações sociais que antecederam esse personagem histórico em questão (vide o movimento do Caracazo). E, ainda, de acordo com Seabra:

Para alguns autores (Ianni,1991; Lynch, 2000; Weffort, 2003; Vilas, 2003), o populismo consistiu num modelo político-econômico vigente em quase toda a América Latina entre as décadas de 1920 e 1960. Tratava-se, portanto, da conjugação específica de elementos externos (como as crises dos países industrializados durante o período entre guerras, no período de 1914 a 1945, que se encerra com a hegemonia mundial dos EUA) e internos (como a industrialização de substituição de importações e diversificação produtiva, impulsionada por um Estado de cunho nacionalista e intervencionista) (SEABRA, 2010, p. 217).

Logo, o populismo circunscrevia-se a um contexto em que mobilizar e integrar as classes despossuídas – oriundas do campo e de imigrações – à lógica da transformação capitalista tardia que operou no modelo de “substituição das importações” na região; e tiveram países como México, Brasil e Argentina, respectivamente governados por Lázaro Cárdenas, Getúlio Vargas e J.D. Perón, como exemplos naquela conjuntura da primeira metade do século XX. Ainda assim, pensado com uma carga de negatividade.

A problemática acerca da significação que foi sendo impingida à palavra populismo pela tradicional literatura que se debruçou sobre o assunto no Brasil e no restante da América Latina legitima as décadas de 1930 a 1960, período de transformação social, industrialização e modernização tardia no continente, e, assim, levaria a uma relação umbilical entre as classes trabalhadoras e os Estados que se constituíam, a partir dos interesses e imposições destes.

Porém, o historiador Jorge Ferreira entende que não ocorreu um período “populista”, mas sim, o termo se configurou como “uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada, e, portanto, construída, para explicar essa mesma política” (FERREIRA, 2001, p.64) dessas décadas.

Sendo assim, o termo “populismo” tem conjugado nele uma tradição que se refere “as imagens de ‘atraso’, ‘desvio’ e ‘manipulação’”. Logo, “(...) eis o

ambiente em que teriam proliferado os líderes populistas” (FERREIRA, 2001, p.67).

Para o autor, ainda, o “colapso do populismo”, ou seja, o distanciamento desse postulado vem sendo possível, mas não definitivo, no avançar das décadas nos trabalhos dos pesquisadores, ao incrementarem, em suas pesquisas, fundamentos da história cultural num amplo leque, de Gramsci a Ginzburg, de Foucault a Thompson. E que, mesmo mantendo algumas premissas como costumeiramente são lembradas como o papel do Estado e de seus aparelhos de controle, o fato é que:

em qualquer experiência histórica, os assalariados sofrem influências dos contextos sociais, políticas e ideológicos em que vivem. No caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns (FERREIRA, 2001, p. 103).

Exemplo ainda da permanência, no continente, de identificar como uma “via de mão única”, ou seja, uma determinação de “baixo para cima” e, portanto, a manutenção da negatividade que o termo apresenta, a historiadora e socióloga venezuelana, López Maya, refere-se a um populismo demagógico, relacionado ao presidente Hugo Chávez, fator que agrega, quase em uníssono, os setores opositoristas à política posta em curso pelo presidente:

Do ponto de vista dos setores altos e médio-altos da sociedade, em que se manifestam componentes de desprezo pelos setores sociais excluídos e, em várias ocasiões, até mesmo traços de racismo, um discurso dirigido a atrair a atenção e o afeto dos setores pobres da população é encarado com repúdio. As referências ao povo como centro do processo são interpretadas por esses setores altos como provas de um populismo demagógico (LÓPEZ MAYA, 2009, p.213).

Ernesto Laclau traz uma outra concepção em relação ao populismo, pois para ele, “todas as tentativas de localizar o que é idiossincrático no populismo [são] equivocadas” (LACLAU, 2013, p. 181).

Dessa forma, visualiza no populismo não um discurso que se articula de cima para baixo, como apontam os setores mais conservadores, mas uma categoria de análise que pode dar conta de entender uma ação política, um

processo, desde que se abdique dos preconceitos como “manipulador”, “impreciso” e “maniqueísta”, como ocorre invariavelmente quando este tema é o objeto de análise. Assim, reafirma que “por ‘populismo’ não entendemos um tipo de movimento, identificado ou com uma base social especial ou com uma orientação ideológica particular, mas como uma lógica política” (LACLAU, 2013, p. 181).

Entendido como uma lógica política e não um movimento, o populismo, nesta concepção, estrutura-se a partir de diferentes demandas (também denominadas de cadeias de equivalência) que, ao não serem atendidas, constituem o antagonismo (dos demandados) para com as instituições, cuja dicotomia tem como resultado a formação populista.

Essa concepção conceitual de Laclau revela que, enquanto lógica política, a dicotomia positiva ou negativa é inexistente, e que, também, pode se constituir no campo tanto da direita, quanto da esquerda, pois está assentada em seu processo ontológico e não a priori. Portanto, “o populismo é muito simplesmente, um modo de construir o político” (LACLAU, 2013, p. 28).

Apesar desse outro viés sobre o que é populismo como uma lógica política, o olhar unilateral para essa questão é sempre destacado. Assim, ao se construir a hipótese a partir apenas do aspecto da liderança (sem observância das transformações conjunturais objetivas que se movimentam) exercida por Hugo Chávez em sua capacidade de canalizar os descontentamentos e mobilizar setores da sociedade, pode-se cair em um reducionismo já arcaico. E, justamente, segundo Seabra, é dessa “simplificação dos processos sociopolíticos venezuelanos à capacidade individual da liderança de Chávez tende a associar o chavismo como manifestação do discurso populista. Seja de conteúdo radical ou demagógico”. Logo, o autor fundamenta que (...) “mais do que alguns elementos tomados à parte, o fenômeno populista corresponda a uma complexidade de fatores historicamente localizados” (SEABRA, 2010, p. 219).

O historiador Jorge Ferreira lança mão de outros fatores significativos do que foi o populismo, ou o período, já que o próprio não entende como categoria. Assim, distancia-se da força da tradição de olhar o populismo como uma relação

unilateral de imposição, força e domínio, ao se balizar a partir de elementos capazes de entendê-lo para além da conceituação das imposições determinantes do Estado sobre a classe trabalhadora.

No entanto, destaca que, ainda, é muito significativa a sua utilização como termo pejorativo e de desqualificação, principalmente se há uma orientação de governantes latino-americanos voltada às classes mais populares. Algo que se vê, de maneira corriqueira, tanto em discussões em meio ao senso comum quanto em meios acadêmicos.

Dessa forma, aproxima-se da reflexão feita por Gilberto Maringoni na qual “o termo populista tem sido alardeado pelo pensamento conservador como peça de acusação contra toda figura pública que se afaste dos caminhos da ortodoxia liberal”. E, fundamentalmente, ao se colocar “em favor do fortalecimento do caráter público do Estado ou que tente materializar orientações distributivas de renda, ganhará logo a pecha de populista” (MARINGONI, 2009, p.165).

Ainda nesse discurso, o presidente Chávez reconectou o ideário de união de Simón Bolívar ao atual momento de união da região, chamou à reflexão os líderes ali reunidos e teceu críticas e proposições para o avanço da integração latino-americana.

Como crítica, ressaltou a importância no aprofundamento das discussões e debates para que pudessem ser tomadas decisões efetivas levando em consideração as diferenças entre as nações, “esa es una de mis críticas de seis años a estas cumbres. Aquí no venimos a debatir, cada quien da un discurso nos aplaudimos mucho, la foto en familia y cada quien agarra su avión y se va otra vez, no hubo debate” (VENEZUELA, 2005, p.4)¹¹⁹. Em seguida, fez um alerta para o tipo de integração que pudesse alçar conquistas devido ao potencial dos países latinos e que, devido a isso, “terá a audácia” para planejar e colocar em prática essa proposta:

Bueno, ahora, decía que no quiero quedarme, nunca queremos quedarnos solo en la crítica o en la reflexión si no en la propuesta, (...)

¹¹⁹ “essa é uma das minhas críticas de seis anos a essas cúpulas. Aqui a gente não vem para debater, cada um faz um discurso a gente se aplaude muito, [faz] a foto de família e cada um pega o avião e vai embora de novo, não teve debate” (Tradução nossa).

No es a través del comercio como nos vamos a integrar, no es a través de la competencia de nuestros sectores privados como nos vamos a integrar, todo lo contrario, eso más bien inyecta en el mapa de trabajo un elemento más bien que obstaculiza la integración porque nosotros decía Lula antes de irse nos llamaba a la audacia por aquí anote sus palabras, la audacia sí porque nosotros con mayor carga de audacia y optimismo más que el que tenemos y nos habita no avanzamos mucho más en la complementariedad económica por ejemplo, pero eso hay que planificarlo, eso no se va a dar por si solo, eso hay que planificarlo, miren, sabemos América del Sur, América del sur tiene más de 100 millones de kilómetros cuadrados que el territorio de los Estados Unidos, América del sur tiene más de 100 millones de habitantes que Estados Unidos para tener algún grado de comparación con nuestros amigos de allá del norte, más amigo de uno que de otros, pero nuestros amigos. (...) (VENEZUELA, 2005/Jun., p.4)¹²⁰.

Em sua argumentação, ainda, insistiu, buscando o convencimento assim como o presidente Lula já o fizera em muitas das oportunidades em diversas cúpulas, em mostrar ser possível e, mais uma vez, articular com as intenções de Bolívar que outrora apontava esse potencial da América Latina:

Nosotros somos autosuficientes en materia energética, lo que pasa es que durante un siglo se han llevado nuestra materia prima energética caso venezolano, caso venezolano de un ejemplo nada más, pero es aplicable a otros países de la región, tenemos unos pueblos creativos, luchadores, batalladores, es decir, tenemos todo, un pueblo, un territorio, una cultura, un potencial ecónomo, energético, el atlántico, el pacífico, Panamá y su canal corazón del universo, centro del mundo, tenemos todo, todo para nosotros conformarnos si nos atrevemos, perdón si nos atrevemos con un poquito de audacia a conformarnos en

¹²⁰ Bem, agora eu dizia que não quero ficar, nunca queremos ficar sozinhos na crítica ou na reflexão, senão na proposta, (...) Não é através do comércio que vamos nos integrar, não é através da competência dos nossos setores privados que vamos integrar, pelo contrário, isto é o que melhor injeta no mapa de trabalho um elemento que dificulta a integração, porque nós, dizia Lula antes de sair, ele nos chamou à audácia, por aqui, escrevam as palavras dele, à audácia sim, porque nós, com um fardo maior de audácia e otimismo, mais do que o que temos e nos habita, não avançamos muito mais na complementaridade econômica por exemplo, mas isso tem que ser planejado, isso não vai acontecer por si, tem que ser planejado, olhem, nós conhecemos a América do Sul, a América do Sul tem mais de 100 milhões de quilômetros quadrados que o território dos Estados Unidos, a América do Sul tem mais de 100 milhões de habitantes que os Estados Unidos para ter algum grau de comparação com nossos amigos de além do norte, mais amigos de um do que de outros, mas nossos amigos". (Tradução nossa).

uno de los polos de poder mundial que necesita el mundo para el equilibrio hablaba Simón Bolívar, del equilibrio del universo cuando convocó al Congreso de Panamá, decía para conformar la liga de repúblicas del sur, para poder equilibrar con el norte, ya Bolívar veía el peligro de la gran nación del norte y así lo dijo y lo escribió una hostil decía, tan grande como hostil Bolívar fue un implacable anti imperialista y chocó con los intereses de los Estados Unidos(...) ¹²¹ (VENEZUELA, 2005/Jun., p. 4-5).

Assim, sustentou que os problemas históricos do continente tinham soluções. Citou momentos nos quais, principalmente, os Estados Unidos operaram sobre as riquezas da região. Mas a ideia de “ousar” poderia reverter essa tradição e criar bases para a união dos países latino-americanos.

Caminho capaz de alterar as amarras históricas e arraigar, nas futuras gerações, por meio da difusão do conhecimento, a paixão e, sobretudo, a necessidade de unir a partir de vários setores. Entre eles, deu o exemplo da comunicação, sendo, por exemplo, a Telesur – formada a partir do esforço e contribuição por meio de estímulos dos Estados, inicialmente da Argentina e do Uruguai –, instrumento que poderia dar sua contribuição na abertura de espaços para a defesa dos interesses da região. E, assim, afirmou que: “Telesur es una propuesta que ya está en marcha, porque en alguna ocasión utilizamos la frase: Si queremos integrarnos enamoremos a los pueblos de la integración” (VENEZUELA, 2005/Jun., p. 6) ¹²².

Recorreu, mais uma vez, à imagem de Bolívar para advertir sobre essa necessidade já percebida no século XIX; sendo possível, agora, torná-la realidade subvertendo a lógica dos meios de comunicação privados que não

¹²¹ “Somos autossuficientes em matéria de energia, o que acontece é que durante um século nos levaram nossa matéria-prima energética, caso venezuelano, o caso venezuelano de um exemplo, nada mais, mas é aplicável a outros países da região, temos povos criativos, lutadores, batalhadores, isto é, temos tudo, um povo, um território, uma cultura, um potencial econômico, energético, o Atlântico, o Pacífico, o Panamá e seu canal, coração do universo, centro do mundo, temos tudo, tudo para nos conformarmos se nos atrevemos, desculpem se nos atrevemos com um pouquinho de audácia a nos conformarmos em um dos polos de poder mundial que o mundo precisa para se equilibrar, Simón Bolívar falava sobre o equilíbrio do universo quando convocou o Congresso do Panamá, dizia para formar a Liga das Repúblicas do Sul, para poder se equilibrar com o norte, Bolívar já via o perigo da grande nação do norte e assim o disse e o escreveu uma frase hostil, tão grande quanto hostil Bolívar foi um anti-imperialista implacável e colidiu com os interesses dos Estados Unidos” (Tradução nossa).

¹²² “Telesur é uma proposta que já está em andamento, porque de vez em quando usamos a frase: Se queremos integrar, vamos nos apaixonar pelos povos da integração” (Tradução nossa).

comungavam dessa mesma necessidade de busca pela autonomia: “Decía Bolívar “Por la ignorancia nos han dominado más que por la fuerza” y los medios de comunicación privados ¿qué es lo que hacen?” (VENEZUELA, 2005/Jun., p. 6)¹²³.

Ao longo de toda sua argumentação, foi incisivo na necessidade de buscar soluções a partir da compreensão de que a solução poderia estar dentro do continente e, portanto, a vontade política tinha que emergir para buscar solucioná-los devido à grandeza e às potencialidades da região; que poderiam ser colocadas em prática, fosse no campo das comunicações, da energia, do setor financeiro, do educacional, da política, do setor comercial. Desta forma, destacava que:

Ahí vamos: Telesur, Petrosur, Banco del Sur, Universidad del Sur, Gas del Sur, Mercosur. Ese es el camino, las soluciones nuestras, no podemos estar aclamando al norte a que venga arreglarnos nuestros problemas. Ellos tienen culpa de nuestros dramas, pero no vamos a que vengan a solucionarnos nuestros dramas. Somos nosotros los que podemos hacerlo. Ahora, sólo podemos hacerlo, como decía Artigas, unidos, verdaderamente unidos desde el alma y con una pizca de audacia. Reflexiones para esta cumbre tan interesante, presidentes. Gracias por su atención (VENEZUELA, 2005/Jun., p. 9)¹²⁴.

No presente discurso, ainda, a intertextualidade (PINTO, 2006) e a dicotomia, por inúmeras vezes apresentadas, partem, invariavelmente, do confronto de interesses com os Estados Unidos desde o período independentista e, já naquela ocasião, alertado por Simón Bolívar.

Na atualidade, Chávez chamou a atenção para que a superação dos problemas que afligiam tanto a Venezuela quanto o restante dos países latino-americanos estivesse na consciência da relação dos interesses das elites

¹²³ “Bolívar dizia “Por ignorância eles nos dominaram mais do que pela força” e os meios de comunicação privados, o que eles fazem?” (Tradução nossa).

¹²⁴ “Aqui vamos: Telesur, Petrosur, Banco del Sur, Universidad del Sur, Gas del Sur, Mercosul. Esse é o caminho, as nossas soluções, não podemos ficar aclamando o Norte para que venham resolver os nossos problemas. Eles são os culpados por nossos dramas, mas não permitiremos que solucionem nossos dramas. Somos nós que podemos fazer isso. Agora, só o podemos fazer, como dizia Artigas, unidos, verdadeiramente unidos de alma e com uma pitada de audácia. Reflexões para esta cúpula tão interessante, presidentes. Obrigado por sua atenção” (Tradução nossa).

internas que se mantinham atreladas aos da “Nação do Norte”. E, fundamentalmente, se não houvesse a união capaz de manter as riquezas na região para que pudessem ser redistribuídas entre as populações mais pobres, continuaria ocorrendo a drenagem desses recursos. Sem esquecer, ainda, o histórico expediente do uso da força – como nação imperialista –, elementos essenciais para o notável malogro integracionista do subcontinente, ou que, pelo menos, este não tenha ocorrido de forma soberana. Em dado momento, o presidente Chávez ressaltou que:

Se habla de la comisión de la verdad en Mercosur, sí, yo propondría que ampliemos la comisión de la verdad a descubrir como los gobiernos de Estados Unidos desde hace más de 100 años vinieron conspirando contra la integración de América del Sur y de América Latina, cuántos gobiernos latinoamericanista, progresistas, democráticos fueron derrocados por golpes de Estado, cuánta tiranías, cuantos desaparecidos, cuántos muertos desde las escuelas de las Américas, esa es parte de nuestra realidad, debemos reconocerla para entender completo el panorama (VENEZUELA, 2005/Jun., p.6)¹²⁵.

Ainda, como conclusão desse raciocínio, expôs as agressões, os interesses e os fatores motivadores das ações dos governos dos Estados Unidos que continuaram a atuar na região. Contudo, direcionou a necessidade de se fazer a leitura conjuntural para o enfrentamento de forma unida e obstinada às crises que se avizinhavam e, assim, conseguir o fortalecimento conjunto a partir do desenvolvimento das próprias potencialidades. E, em alguns setores, como no caso energético, desenvolver a autossuficiência:

El mundo tiene al frente una gran crisis energética que pudiera ser causa de conflictos violentos bélicos, incluso entre países y a Venezuela la tienen en la mira (...) Nos quieren sacar del gobierno, ya nos dieron un golpe de Estado, elaborado en Washington (...) Digo yo, que no son capaces de ver la realidad, el huracán que anda tremolando

¹²⁵ “Fala-se da comissão da verdade no Mercosul, sim, eu proporia que ampliemos a comissão da verdade para descobrir como os governos dos Estados Unidos por mais de 100 anos conspiraram contra a integração da América do Sul e da América Latina, Quantos governos latino-americanistas, progressistas, democráticos foram derrubados por golpes de estado, quantas tiranias, quantos desaparecidos, quantos mortos nas escolas das Américas, isso faz parte da nossa realidade, devemos reconhecê-lo para entender bem o panorama” (Tradução nossa).

por debajo de la tierra y por encima de los ríos y de los bosques y los Andes de nuestra Suramérica ¿cuál es la causa? La pobreza, la miseria y ¿cuál es la causa de la pobreza? El capitalismo, el neoliberalismo, el dominio de las elites en nuestros países y el dominio del imperio utilizando el lacayismo (...) Nosotros proponemos por ejemplo Petrosur, (...) Venezuela tienen las mayores reservas de petróleo del mundo, estamos en 300 mil millones de barriles (...) Venezuela fue una colonia petrolera hasta hace muy pocos años, hasta el día del golpe, esos días del golpe del 2002, tenían controlado el negocio desde Washington desde siempre, el petróleo regalado casi durante 100 años, entonces Petrosur, yo insisto en eso con pasión y yo pido que nos demos cuenta de las crisis que nos vienen encima, nosotros somos autosuficientes en energía en Sudamérica y el Caribe (VENEZUELA, 2005/Jun., pp. 8-9)¹²⁶.

Na XXX Cúpula que ocorreu na Argentina, ao se pronunciar, o presidente Chávez trouxe, para o debate, um assunto relacionado à possível emergência de problemas na região, que compreendia a tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Problemas esses que estariam diretamente ligados ao Aquífero Guarani¹²⁷, considerado uma das áreas de maior potencial de reservas hídricas do mundo¹²⁸,

¹²⁶ “O mundo tem pela frente uma grande crise energética que pode ser a causa de conflitos violentos de guerra, inclusive entre países e a Venezuela está na mira (...) Eles querem nos tirar do governo, já nos deram um golpe de Estado, preparado em Washington (...) Eu digo, que eles não conseguem ver a realidade, o furacão que está tremendo abaixo da terra e acima dos rios e dos bosques e dos Andes de nossa América do Sul, qual é a causa? Pobreza, miséria, e qual é a causa da pobreza? O capitalismo, o neoliberalismo, o domínio das elites em nossos países e o domínio do império utilizando o lacaísmo (...) Propomos, por exemplo, a Petrosul, (...) a Venezuela tem as maiores reservas de petróleo do mundo, estamos em 300 mil milhões de barris (...) A Venezuela foi uma colônia de petróleo até poucos anos atrás, até o dia do golpe, aqueles dias do golpe de 2002, eles controlariam o negócio lá de Washington desde sempre, o petróleo doado por quase 100 anos, então, a Petrosul, insisto nisso com paixão e peço que percebamos as crises que se avizinham, somos autossuficientes em energia na América do Sul e no Caribe”. (Tradução nossa).

¹²⁷ “O Sistema Aquífero Guarani está distribuído por uma área de cerca de 1.196.500 km². Situado na porção Centro-Leste do continente sul-americano, distribui-se pelo território de quatro países do Cone Sul, todos membros do Mercosul: Argentina, com 225.500 km²; Paraguai, com uma área de 71.700 km²; Uruguai, onde ocupa cerca de 58.500 km²; e Brasil, país onde chega a algo em torno de 840.800 km²” IN: Wagner Costa Ribeiro. “Aquífero Guarani: Gestão compartilhada e soberania”. IN: *Estudos Avançados*, 22 (64), 2008 p. 227.

¹²⁸ Acredita-se que esse aquífero seja um dos maiores reservatório de água doce do mundo, calcula-se que o valor de suas reservas hídricas variam de 37 a 50 mil km³, tal variação dos números se explica pelos diferentes parâmetros dimensionais (espessura média e área) e coeficientes de porosidade efetiva adotados pelos autores (Borguetti et al., 2004, p. 150) (VILLAR, 2007, p. 67).

tenemos la reserva de agua dulce más grande del mundo lo sabemos, por cierto que ayer estuve leyendo, ayer, antier una declaración de alguien, no recuerdo quién por allá en el norte, diciendo que hay que instalar una fuerza multinacional en la triple frontera, andan buscando el acuífero guaraní, triple frontera, piden en Estados Unidos crear una fuerza anti terrorista, no, están en el congreso haciendo un proyecto, ahí está es la vista del proyecto hegemónico, nosotros, nosotros tenemos que oponernos a estas pretensiones como todos los hacemos¹²⁹ (VENEZUELA, 2006/Jul, p.4).

O contexto para fazer emergir essa preocupação relacionava-se a duas notícias divulgadas, sendo uma do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a outra do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.

A primeira apresentava um relatório em relação à questão das dificuldades ao acesso à água: “Hoje, cerca de 1,1 mil milhões de pessoas dos países em desenvolvimento têm um acesso inadequado à água e 2,6 mil milhões não dispõem de saneamento básico”. E, ainda, alertava para a gestão e políticas relacionadas à questão hídrica, “Estes dois défices têm a sua origem nas instituições e nas escolhas políticas, não na disponibilidade da água” (PNUD, 2006, p. 10).

A segunda notícia estava pautada na preocupação, por parte dos EUA, em relação às células terroristas que teriam se infiltrado na área fronteiriça dos países do cone sul. Questão que voltou a chamar a atenção “com a divulgação de relatório do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos [que] detectou transferências de dinheiro de Foz do Iguaçu para grupos terroristas – entre eles o libanês Hizbollah (MERLI, 2006)” (GUIMARÃES, 2007, p.128). Discussão essa que, também, nesse ano de 2006, esteve presente nos sites de notícia:

¹²⁹ “temos a maior reserva de água doce do mundo, nós sabemos, aliás eu estava lendo ontem, ontem, anteontem um depoimento de alguém, não me lembro quem ali no norte, dizendo que tem que instalar uma força multinacional na tríplice fronteira, Eles estão procurando o aquífero Guarani, tríplice fronteira, pedem nos Estados Unidos que criem uma força antiterrorista, não, estão no congreso fazendo um projeto, aí está a visão do projeto hegemônico, nós, nós temos que nos opor a essas pretensões como todos nós fazemos” (Tradução nossa).

Um relatório do governo americano sobre terrorismo divulgado nesta sexta-feira cita a região da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai) como um local de arrecadação de fundos para os grupos Hezbollah e Hamas entre a população muçulmana da região.

O Relatório de País sobre Terrorismo, elaborado anualmente pelo Departamento de Estado, afirma que "os Estados Unidos continuam preocupados com o fato de que Hezbollah e Hamas estão arrecadando fundos entre a grande comunidade muçulmana" na região.

Embora não exista informação confirmada de que estes ou outros grupos extremistas islâmicos tenham uma presença operacional na área", afirma o documento (BBC Brasil, 2006).¹³⁰

Essas questões pontuais destacadas estavam relacionadas ao potencial e gestão da água, células terroristas e possíveis ampliações de bases militares norte-americanas, ou mesmo à presença de empresas multinacionais¹³¹, justamente sobre a grande reserva hídrica do Aquífero Guarani; o que levou o presidente Hugo Chávez a abordar, em tom de denúncia, seu entendimento sobre a real pretensão dos Estados Unidos ali, questionando o interesse deste país nesse espaço específico.

A questão sobre o referido aquífero vinha despertando, há tempos, a atenção, seja por parte das autoridades de vários países na tentativa de desenvolver projetos de gestão sobre recursos hídricos, seja por parte de instituições não governamentais/privadas. Podem-se citar como exemplos: *Proyecto Sostenible del Acuífero Botucatu*, que foi patrocinado pelo *International Development Research Centre* (IDRC – Canadá); o projeto conjunto entre

¹³⁰ EUA: 'Tríplice Fronteira financia Hamas e Hezbollah'. BBC-Brasil, 28 de abr. de 2006. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/04/060428_euatriplicefronteirarc> Acesso em 09/09/2020.

¹³¹ Apesar de todas as desconfianças, o sociólogo L.C Guimarães avalia uma possível hegemonia dos EUA nesta região mais diretamente ligada a empresas multinacionais e/ ou concessões recebidas, "Ao contrário do que se imagina, é improvável que o domínio norte-americano sobre o Sistema Aquífero Guarani, se dê através de guerras e de instalações de bases militares, mas sim através da aquisição de terras, empresas e concessões por multinacionais. Chega-se a esse entendimento devido ao fato de que, acredita-se que os Estados Unidos tenham tropas durante os 365 dias do ano em algum país da tríplice fronteira, ou nos países próximos e a instalação de uma base militar, com os recursos de logística atuais, seria rápida e eficaz, se necessário fosse. Imaginava-se que a investida norte-americana se daria nos países menores do Mercosul, como Paraguai e Uruguai, que são os maiores interessados em um acordo comercial com os EUA (...)" (GUIMARÃES, 2007, p.136).

Argentina e Uruguai através da *Universidad Nacional del Litoral*, a *Universidad de Buenos Aires* (ambas argentinas) e a *Universidad de la República* (uruguiaia); dentre outros (VILLAR, 2008, p. 69).

A multiplicidade de propostas para essa área, segundo Pilar Carolina Villar, levantou uma série de suspeitas sobre o interesse de cunho internacional, visto que estavam diretamente relacionadas ao seu potencial e, conseqüentemente, ao

contexto de escassez hídrica, a crescente tendência da mercantilização desse recurso, os discursos no sentido de classificar o Aquífero Guarani como patrimônio da humanidade, bem como, a pressão de organismos internacionais como o Banco Mundial (órgão implementador dos recursos do GEF no Projeto Aquífero Guarani) e o Fundo Monetário Internacional exigindo que os Estados promovam uma transformação econômica institucional para reduzir os débitos do setor público, o que implica em políticas de privatização e corte nos subsídios, inclusive em atividades tidas como estratégicas pelos Estados, como é o caso da gestão estatal das águas (Scanlon et al., 2004). Some-se ainda, a pressão das corporações privadas interessadas nos lucros da venda desse recurso e dos serviços relacionados e a ideia de interesses escusos por trás de tais projetos não parece tão absurda assim (VILLAR, 2008, p.69).

Junto a toda essa mescla temática que envolvia, especificamente, essa área (potencial hídrico, projetos, interesses mercantis e terrorismo), o presidente Hugo Chávez – representando a Venezuela, agora como membro pleno do Mercosul –, mais uma vez, destacava a fundamental importância da soberania dos países latino-americanos em gerir os seus recursos sem a intervenção do norte. Caso contrário, o controle das riquezas naturais estaria em jogo, pois despertava ali vários interesses e, de forma veemente, alertava para a necessidade de superar os entraves entre os países membros para poder desenvolver “estratégias nacionais, complementares” direcionadas à integração e à proteção desse patrimônio.

Toda essa ênfase dada nessa cúpula sobre a gestão hídrica somou-se, ainda, à preocupação sobre as políticas estatais relacionadas ao petróleo e gás, entendidas como fundamentais para a autonomia da região. E, portanto, o

rechaço às pretensões hegemônicas norte-americanas que, no seu entendimento, vinha velada em meio ao discurso de células terroristas.

Em 2010, fora assinado, no âmbito do Mercosul, o Acordo sobre o Aquífero Guarani¹³², que versava a respeito de cooperação, proteção dos recursos naturais e responsabilidade baseada na soberania dos Estados, fundamentado na Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, Estocolmo, 1972.

A projeção da política de integração via Estado impulsionava iniciativas na busca de parcerias no setor energético, tendo, como carro chefe, o petróleo, levando-se em consideração sua constante alta na década, conforme o gráfico 7:

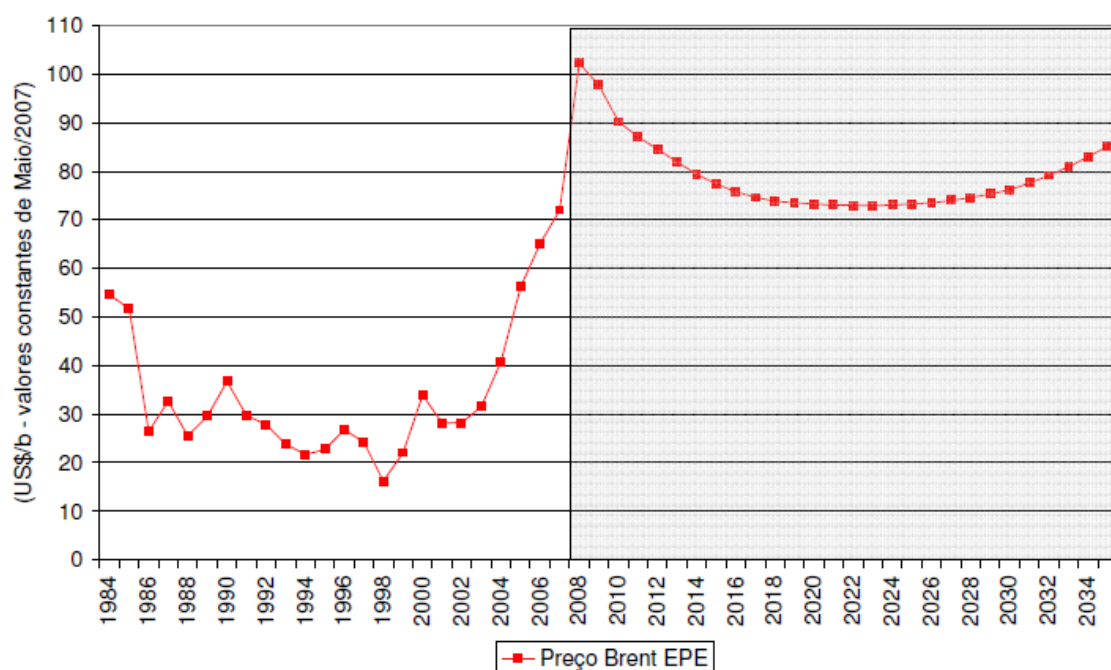


Gráfico 7 - Evolução histórica e projeção do preço internacional do Brent (US\$/barril – valores constantes de maio de 2007). Nota: A projeção considera as perspectivas de mercado vigentes em junho de 2008.

Fonte: EIA (2008b), BLS (2008) e EPE (2008a). IN: BRASIL, Ministério de Minas e Energia. *Contexto Mundial e Preço do Petróleo: uma visão de longo prazo*. EPE: 2008, p. 43.

¹³²Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_trabalhos_convencoes/tc_meio_ambiente/Acordo%20sobre%20o%20Aqu%C3%ADfero%20Guarani.pdf>

Dessa forma, durante o ano de 2007, já com a reeleição tanto do presidente Lula quanto do presidente Chávez, este foi levado a trazer essa reflexão para adensar o processo em curso, que, inclusive, fazia questão de afirmar não só o compromisso com bloco, mas, sobretudo, avançar nos setores considerados estratégicos em prol das economias da região

Venezuela ratifica querido amigo, presidente Lula y todos colegas, presidente Nicanor que a partir de hoy es nuestro presidente *pro tempore*, nuestro compromiso con este bloque de integración, nuestro pleno compromiso y queremos cada día trabajar más y contribuir más digamos en el Mercosur del siglo XXI, en esta nueva era a la que sin duda América Latina ha entrado y en la que como Nicanor decía, estamos obligados a no fracasar, a no fracasar¹³³ (VENEZUELA, 2007/Jan., p.20).

A partir da assertiva, “não fracassar”, expôs seu ponto de vista, no qual apontou que ou os Estados atuassem nessa direção, ou ficariam à mercê das 300 grandes empresas transnacionais que atuavam em prol de seus interesses no Mercosul, representando a ação imperialista, subjugando os países da região por meio das instituições internacionais.

Ahora ¿qué ocurre? tengo algunos datos Lula, informe de Loit Tuchet Simonces, perdónenme ustedes la pronunciación, de las 300 principales empresas que negocian en el Mercosur, 40 por ciento son grandes transnacionales, miremos eso, mientras que otras 36 por ciento son dependientes de empresas transnacionales matrices, me pregunto yo ¿esas grandes transnacionales tendrán algún interés en nuestra integración? Estoy seguro que absolutamente ningún interés, todo lo contrario creo que tienen un grandísimo interés en nuestra desintegración, porque es lo que desde Venezuela hemos comenzado desde hace varios años a llamar, desde nuestro punto de vista siempre por su nombre, el imperialismo pues, no es un cuento el imperialismo, eso no forma parte de bueno el marxismo- leninismo trasnochado, no,

¹³³ “A Venezuela ratifica querido amigo, presidente Lula e todos os colegas, presidente Nicanor, que a partir de hoje é nosso presidente *pro tempore*, nosso compromisso com esse bloco de integração, nosso compromisso total e queremos a cada dia trabalhar mais e contribuir mais digamos no Mercosul do século XXI, nesta nova era em que sem dúvida a América Latina entrou na qual, como Nicanor dizia, estamos obrigados a não fracassar, a não fracassar.” (Tradução nossa).

no, tenemos un imperialismo, un imperialismo ¹³⁴ (VENEZUELA, 2007/Jan., p.21).

O imperialismo, lembrado pelo presidente Chávez que, por interesses nas riquezas da região e, sobretudo no petróleo, tem uma longa tradição de operações no subcontinente:

Hace 100 años derrocaron a Cipriano Castro, no lo derrocó Juan Vicente Gómez su vicepresidente para instalar una dictadura de 27 años, lo derrocó el petróleo y detrás del petróleo las transnacionales petroleras que no Enarsa, no, las siete grandes transnacionales petroleras y así, así muchos, bueno aquí en Brasil, ni siquiera Brasil se salvó de aquella política del buen vecino, para llamarlo de esa manera, del garrote, Joao Goulart, Dominicana, Guatemala, etc., y hoy el imperialismo bueno está sobre todo concentrado en el ámbito económico, las instituciones de... bueno ¿el Fondo Monetario Internacional qué es? El Fondo Monetario Internacional es, lo sabemos, y yo creo que hay que decirlo, quizás es una de las tareas que nosotros hemos asumido, bueno a riesgo de que nos responda y nos digan de cuanto nos digan, pero creemos que hay que hacerlo¹³⁵ (VENEZUELA, 2007/Jan., p.21).

Essas observações, externadas pelo presidente, levou-o a frisar que, no seu entendimento, uma reorientação nesse histórico seria o de assegurar que “en cada uno de nuestros países, hemos hecho que el estado esté más presente

¹³⁴ “Agora, o que está acontecendo? Tenho alguns dados Lula, relatório de Loit Tuchet Simonces, perdoe-me a pronúncia, das 300 principais empresas que comercializam no Mercosul, 40% são grandes transnacionais, vejam isso, enquanto outros 36% são dependentes de empresas transnacionais matrizes, pergunto eu, essas grandes transnacionais terão algum interesse em nossa integração? Tenho certeza de que absolutamente nenhum interesse, muito pelo contrário eu acho que tem um grande interesse em nossa desintegração, porque é o que aqui na Venezuela começamos há vários anos a chamar, do nosso ponto de vista sempre pelo nome, o imperialismo porque, não é um conto o imperialismo, isto não faz parte do bom marxismo- o leninismo transcendido, não, não, temos um imperialismo, um imperialismo.” (Tradução nossa).

¹³⁵ “Há 100 anos, Cipriano Castro foi derrubado, não foi derrubado por Juan Vicente Gómez, seu vice-presidente para instalar uma ditadura de 27 anos, foi derrubado pelo petróleo e por trás do petróleo por transnacionais petroleiras que não era a Enarsa, não, eram as sete grandes transnacionais petroleiras e assim, tantos, bem aqui no Brasil, nem mesmo o Brasil se salvou daquela política da boa vizinhança, para chamá-lo dessa forma, do clube, João Goulart, República Dominicana, Guatemala, etc..., e hoje o bom imperialismo está sobretudo concentrado no âmbito econômico, as instituições de... Bem, o que é o Fundo Monetário Internacional? O Fundo Monetário Internacional é, nós sabemos, e eu acho que tem que ser dito, talvez seja uma das tarefas que nós assumimos, bom, em risco de que nos respondam e nos digam de quanto nos digam, mas nós achamos que temos que fazê-lo.” (Tradução nossa).

en la economía”¹³⁶, para que esta riqueza, então, fosse revertida, na região, para o desenvolvimento local. A partir dessas observações, foram elencadas as iniciativas necessárias para o fomento do desenvolvimento do bloco. Por exemplo, a ampliação de refinarias para este fim:

(...) estamos cambiando una refinería allá por una refinería en Pernambuco o una en Nicaragua que nos pide Daniel Ortega, no tiene refinería en Centro América, no hay ni una y le sacan los ojos a esos hermanos y pequeños países empobrecidos todos ¿quién? El imperialismo económico en este caso y más allá político. También en Buenos Aires estamos ya negociando, ya firmamos la compra de una refinería que era privada, ahora es venezolano-argentina, pequeña, la vamos ampliar, en Uruguay estamos ampliando la de La Teja, o sea es un viraje estratégico de alto quilate lo que Venezuela está dando, pero pensando en la integración pues. Ahora les voy a decir algo, ustedes saben Venezuela pudiera vender en el mercado internacional del norte más caro mucho de esos productos, pero nosotros no estamos sacando esa cuenta, queremos es utilizar esa riqueza que nos dio la naturaleza para la integración, para apoyar y el desarrollo de nuestros pueblos¹³⁷ (VENEZUELA, 2007/Jan., p.26).

O entendimento de que, também, vivia-se um momento favorável a essas orientações, era exposto por Hugo Chávez ao mencionar as vitórias de presidentes que, paulatinamente, poderiam se somar a esses esforços¹³⁸. E, por meio da tentativa de buscar esse consenso, mais uma vez trazia a imagem de Simón Bolívar no seu esforço de buscar a integração:

(...) bueno el cambio de época, permítame Rafael tomar tú expresión, estamos viviendo es un cambio de época, un cambio de época, terminó

¹³⁶ “em cada um dos nossos países, temos feito com que o estado esteja mais presente na economia” (Tradução nossa).

¹³⁷ “(...) Estamos trocando uma refinaria lá por uma refinaria em Pernambuco ou uma na Nicarágua que o Daniel Ortega nos pede, não tem uma refinaria na América Central, não há nenhuma e tiram os olhos daqueles irmãos e pequenos países empobrecidos, todos, quem? O imperialismo económico neste caso e mais além, político. Também em Buenos Aires já estamos negociando, já assinamos a compra de uma refinaria que era privada, agora é venezuelana-argentina, pequena, vamos ampliá-la, no Uruguai estamos ampliando a de La Teja, ou seja, é uma viragem estratégica de alto quilate o que a Venezuela está fazendo, mas pensando na integração pois, Agora vou lhes dizer uma coisa, vocês sabem que a Venezuela poderia vender no mercado internacional do norte mais caro grande parte desses produtos, mas nós não estamos levando isso em conta, queremos é usar essa riqueza que a natureza nos deu para a integração, para apoiar o desenvolvimento dos nossos povos.” (Tradução nossa).

¹³⁸ Mais uma vez, lembrando a “onda rosa” ter criado essa possibilidade.

la época neoliberal en América Latina, no permitamos que vuelva o algo peor la época de las dictaduras o más allá la época de la anarquía, si nosotros falláramos aquí vendría cualquiera de esas, no, instalemos como decía Simón Bolívar, el escudo de nuestros intereses cuando convocaba al Congreso de Panamá, es decir, a esto mismo que nosotros nos estamos convocando, a la unión, a la integración, a la unión, al bloque de países de Suramérica, de Latinoamérica ¹³⁹ (VENEZUELA, 2007/Jan., p. 26).

Os embates, ou seja, as vozes dissonantes contra esse processo, também foram lembradas nesse discurso, sendo essas tanto da Venezuela como dos demais países latino-americanos. O que envolvia, além dos setores tradicionais de oposição, também, a imprensa e a Igreja, dois dos protagonistas que foram contundentes à política levada a cabo por Chávez, resultando, inclusive, em acusações de ditadura:

la iglesia católica que si yo estoy violando la libertad de expresión, que Venezuela va rumbo a la dictadura ¿cuál dictadura? Si ustedes han ido a Venezuela muchos de ustedes y saben, Lula dijo una vez que en Venezuela había exceso de democracia una figura, nunca habrá exceso de democracia, pero en verdad a mi me han mentado la madre por televisión y jamás he cerrado un canal de televisión, el único canal que cerraron en Venezuela bueno el día del golpe, cerraron el canal del Estado y estos canales, entre ellos uno de los principales el que se le vence la concesión y no la renovaremos ni que muevan cielo y tierra, tendrán que derrocarme para yo renovarle (...) ¹⁴⁰ (VENEZUELA, 2007/Jan., p. 28).

¹³⁹ “bem a mudança de época, permita-me Rafael usar a sua expressão, estamos vivendo é uma mudança de época, uma mudança de época, a época neoliberal na América Latina terminou, não permitamos que volte, ou algo pior o tempo das ditaduras ou mais além a época da anarquia, se nós falhássemos aqui viria qualquer coisa dessas, não, instalemos como dizia Simón Bolívar, o escudo de nossos interesses quando convocava o Congresso do Panamá, isto é, para isto mesmo que nós estamos convocando, para a união, para a integração, para a união, para o bloco de países da América do Sul, da América Latina” (Tradução nossa).

¹⁴⁰ “a igreja católica que se eu estou violando a liberdade de expressão, que a Venezuela vá rumbo à ditadura, qual ditadura? Se vocês já foram à Venezuela muitos de vocês e sabem, Lula disse uma vez que na Venezuela havia excesso de democracia uma figura, nunca haverá excesso de democracia, mas na verdade mencionaram a minha mãe pela televisão e eu nunca fechei um canal de televisão, o único canal que fecharam na Venezuela bom, o dia do golpe, fecharam o canal do Estado e esses canais, entre eles um dos principais, o que está para vencer a concessão e não a renovaremos nem que movam céus e terra, terão que me derrubar para que eu o renove (...)” (Tradução nossa).

O confronto com a RCTV deu-se em meio à disputa em torno da renovação da concessão pública. Mote que, inclusive, foi ampliado para trazer à discussão, também, sobre a necessidade de viabilizar o controle do setor das telecomunicações, por ser entendido como área estratégica de união.

Ao mesmo tempo, Hugo Chávez rebateu críticas de que “estaria levando a orientação socialista ao Mercosul” e reforçou a necessidade da atuação do Estado, proposta que alerta para a securitização também do setor das telecomunicações. Além de, enfim, fazê-las cumprir as funções sociais, o que, de acordo com o presidente, jamais fora a preocupação de agentes transnacionais que operavam em função do lucro:

En fin, yo propongo Lula y claro, aquí debemos partir de la soberanía de cada país, pero es una sugerencia, una muy respetuosa sugerencia darle en cada país mayor participación al Estado en la conducción de la economía y esto no tiene ningún signo ideológico. No, yo no estoy proponiendo aquí socialismo para el Mercosur, algunos me acusan de que yo vengo a contaminar el Mercosur, etcétera, de ideología (...).

Yo voy a poner un ejemplo en esto de los Estados que no tiene nada que ver con el planteo socialista en verdad, ni estatista porque es que... es que nos satanizaron ¡ah! Uno habla yo acabo de anunciar, bueno, la recuperación de la propiedad estatal de la telefónica venezolana ¿en manos de quiénes está? Capitales norteamericanos y han utilizado la telefónica venezolana para grabar al Presidente de la República, por ejemplo, ¡ah! El imperio hermano en 20 años que tiene casi privatizado ese sector nunca cumplieron las cláusulas sociales. (...)

(...) le quitaron el derecho al teléfono a los pobres, a las escuelas, escuelas rurales, la tecnología más allá de la telefonía, bueno, son las telecomunicaciones eso es un ámbito estratégico¹⁴¹ (VENEZUELA, 2007/Jan., p.24).

¹⁴¹ “Enfim, proponho Lula e claro, aqui devemos partir da soberania de cada país, mas é uma sugestão, uma sugestão muito respeitosa dar a cada país maior participação ao Estado na condução da economia e isso não tem nenhum signo ideológico. Não, não estou propondo aqui o socialismo para o Mercosul, alguns me acusam de que eu venha a contaminar o Mercosul, etc., de ideologia (...) Vou dar um exemplo nisso dos Estados que nada tem a ver com a abordagem socialista na verdade, nem estatista porque é que ... é que nos satirizaram, ah! Um fala que eu acabo de anunciar, bem, a recuperação de propriedade estatal da companhia telefônica venezuelana, está nas mãos de quem? Capitais norte americanos e usaram a telefônica venezuelana para gravar o Presidente da República, por exemplo, ah! O império irmão em 20 anos que tem quase privatizado esse setor nunca cumpriram as cláusulas sociais, (...) tiraram-lhe o direito ao telefone dos pobres, das escolas, das escolas rurais, da tecnologia além da telefonia, enfim, são as telecomunicações, isto é um âmbito estratégico” (Tradução nossa).

Pensando no avanço e na aposta de uma multipolaridade, havia iniciativas concretas da Venezuela a esse respeito, pois de forma ativa, empenhava-se na construção e no enraizamento de mecanismos que objetivavam a integração. O exemplo vinha na esteira da criação da ALBA, da Petrocaribe e da associação como membro pleno do Mercosul, o que levou o próprio Chávez a apontar em algumas ocasiões (semelhante às críticas feitas pelo presidente Lula) a morosidade de alguns dos legislativos em aprovar decisões acertadas por parte dos executivos em reuniões de cúpulas. O exemplo, a morosidade em aceitar a Venezuela como membro pleno do Mercosul.

Bueno, algunas ideas que quiero comentar agradeciendo la invitación a la Cumbre, a pesar de que no sabemos todavía, falta la aprobación de los Parlamentos de Brasil y de Paraguay, para que Venezuela pueda al fin después de... yo creo que ustedes deberían darnos algún trofeo de premio a la resistencia, 9 años hace que Venezuela solicitó su ingreso a Mercosur, 9 años, fue en diciembre por estos días de 1998, recién nuestro triunfo allá, a los pocos días nos vinimos por Brasília, Buenos Aires. Claro, había mucho frío por aquí, aquí mucho frío, estábamos en la mitad de la helada noche neoliberal, como dice el compañero Correa, sin embargo desde entonces hicimos la solicitud, y hemos tenido paciencia, fundamentados en la conciencia, en la conciencia de que éste es nuestro rumbo¹⁴² (VENEZUELA, 2007/D, p.17).

O presidente Chávez foi, ao longo do processo, constituindo-se como uma importante liderança desse movimento de integração, e sinalizava como partícipe dos custos referentes a investimentos para dirimir as assimetrias.

Así que nosotros decidimos virar hacia el Sur con todos los costos que ello implica, o ha implicado y pudiera implicar, y abrazarnos, bueno, con lo que somos, con la herencia de lo que somos, el orgullo de lo que

¹⁴² “Bem, algumas ideias que quero comentar agradecendo o convite para a Cúpula, apesar de que não saibamos todavia, falta a aprovação dos Parlamentos do Brasil e do Paraguai, para que a Venezuela finalmente possa depois de ... Acho que vocês deveriam nos dar algum troféu de prêmio pela resistência, 9 anos faz que a Venezuela solicitou seu ingresso no Mercosul, 9 anos, foi em dezembro por volta desses dias de 1998, recente o nosso triunfo lá, há poucos dias viemos para Brasília, Buenos Aires. Claro, estava muito frio por aqui, muito frio aqui, estávamos no meio da gelada noite neoliberal, como diz o companheiro Correa, porém desde então fizemos a solicitação, e tivemos paciência, fundamentados na consciência, na consciência de que este é o nosso rumo” (Tradução nossa).

somos con Suramérica (...) Venezuela quiere venir a Mercosur a ayudar en primer lugar, eso es lo que nos mueve, ayudar, ayudar modestamente, agregarnos, a sumarnos con nuestros modestos potenciales al gran potencial de la unión del Sur, yo creo que del destino del Mercosur depende el destino de Suramérica por eso hay que cuidarlo tanto al niño. Todos los que estamos aquí somos navegantes de esos mares, dígame el presidente Nicanor, le he oído ese pensamiento crítico duro, Cristina, Lula, Tabaré¹⁴³ (VENEZUELA, 2007/D, pp. 18, 19).

A retirada da Venezuela da CAN¹⁴⁴ (Comunidade Andina de Nações) - ao avaliar que, mesmo após o fim das negociações da ALCA, a presença norte-

¹⁴³ “Assim que nós decidimos nos voltar para o Sul com todos os custos que isso implica, ou implicou e poderia implicar, e abraçarmos, bem, com o que somos, com a herança do que somos, o orgulho do que somos com a América do Sul (...) A Venezuela quer vir ao Mercosul para ajudar em primeiro lugar, isso é o que nos move, ajudar, ajudar modestamente, agregarmos, somar com nossos modestos potenciais ao grande potencial da união do Sul, creio que do destino do Mercosul depende o destino da América do Sul é por isso que você tem que cuidar tanto da criança. Todos nós que estamos aqui somos navegadores desses mares, diga-me o presidente Nicanor, ouvi esse pensamento crítica duro dele, Cristina, Lula, Tabaré.” (Tradução nossa).

¹⁴⁴ “A melhor explicação para a decisão da Venezuela de tornar-se Estado parte do Mercosul deve ser buscada nas transformações do modelo de inserção internacional do país empreendido por Chávez. Ou seja, no plano político (...) A opção pelo Mercosul decorreu do processo de deterioração do relacionamento da Venezuela com os países andinos, que resultou em sua retirada da CAN, em abril de 2006. Com a paralisação das negociações para a conformação da ALCA, em 2005, para a qual a Venezuela tanto contribuiu, os EUA alteraram a estratégia comercial para a América do Sul, passando a privilegiar a negociação de acordos bilaterais de comércio para a abertura de mercados, em detrimento de uma solução multilateral. Esse processo, em realidade, já havia se iniciado em 2002, com as tratativas para um acordo com o Chile. Em 2005, são iniciadas as negociações com a Colômbia e o Peru, dois importantes integrantes da CAN. Na visão venezuelana, esse movimento foi percebido como uma tentativa de alcançar, por outros meios, os mesmos objetivos da ALCA: a imposição de um modelo econômico-comercial centrado nos interesses das grandes empresas transnacionais norte-americanas. (...)

O descontentamento venezuelano logo se transformou em uma disputa entre dois modelos de inserção internacional, que se distinguiam, na visão de Caracas, pela proximidade ou não com os EUA. De um lado, situavam-se os países que haviam optado por aliar-se política e comercialmente com os EUA. No extremo desse polo se encontraria a Colômbia que, além de aceitar uma associação comercial com os EUA, havia estabelecido uma aliança militar com Washington. No outro polo, estaria o modelo definido por Caracas como “bolivariano”, que propunha uma integração regional centrada no papel do Estado, de claro viés antinorte-americano, apoiada em relações comerciais baseadas em conceitos como o de comércio justo e solidário, que privilegiaria a cooperação e a complementariedade em detrimento da competição. Ficou evidente o sentido político e estratégico – voltado para preocupações com o equilíbrio de poder político na região – que Caracas atribuiu às decisões de Peru e Colômbia de negociar com os EUA acordos de livre comércio. (...)

Nesse mesmo sentido deve ser lida a decisão da Venezuela de ingressar no Mercosul como membro pleno, anunciada em setembro de 2006, poucos meses após a saída da CAN. A adesão ao Mercosul foi motivada por um cálculo geopolítico, que, da perspectiva de Caracas, teve como objetivo recompor o tabuleiro de forças sul-americanos (Urrutia, 2007: 7). Ao perceber que o Chile, o Peru e a Colômbia haviam pendido para o lado de Washington, nada mais natural, na

americana se intensificava na região com as negociações bilaterais com os países do bloco –, o esforço da intensificação da aproximação com os países do Mercosul e a realidade do crescimento, nesse período, das cifras do petróleo da Venezuela com o crescimento do PIB deste país (Gráfico 8), possibilitavam o incremento dessas ações.

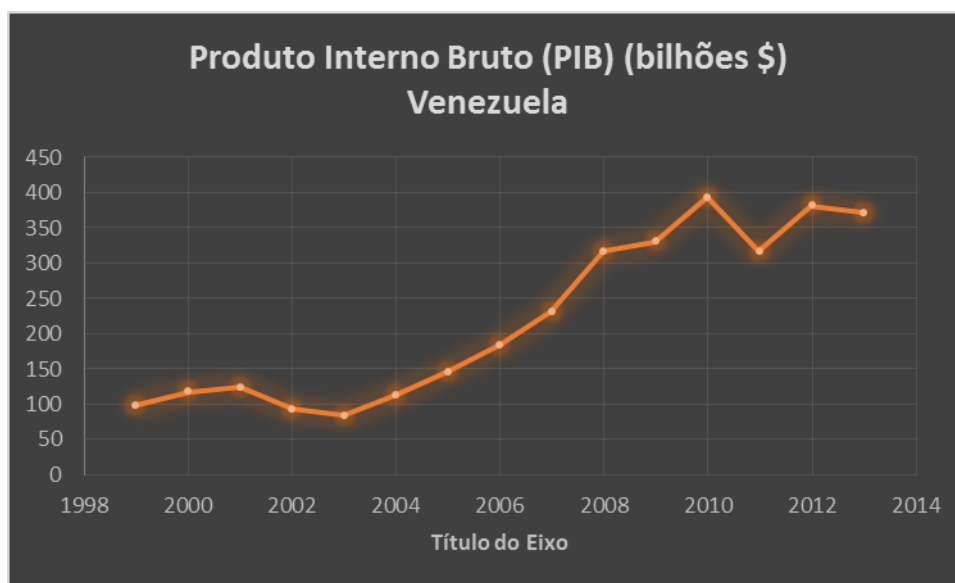


Gráfico 8 – Produto Interno Bruto (PIB) (bilhões \$) Venezuela 1998 – 2014. Fonte: <<https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>>.

Mesmo no contexto da morosidade de alguns parlamentos, reclamada pelo presidente:

(...) Pero desde antes que se concluya el proceso completamente, a la falta de las decisiones pendientes de algunos parlamentos, nosotros hemos venido acoplándonos, ustedes lo saben, preparándonos para el acoplamiento, nos retiramos de la CAN y no pensamos volver a la CAN, aun cuando nos han solicitado algunos buenos amigos Presidentes, el Grupo de los 3 que tenía amarrado a Venezuela con México, en unos acuerdos de la década de los 80, y además hemos tomado acciones para incrementar nuestras relaciones políticas, bilaterales, comerciales, el intercambio, y esa es quizás la primera ayuda que Venezuela puede aportar a Mercosur, incluso para con esa ayuda modesta, pero creo que de alguna importancia, al mismo tiempo

visão de Caracas, do que aliar-se ao bloco comercial que se havia convertido em *pièce de resistance* ao avanço das negociações da ALCA e cujos membros haviam colaborado com a Venezuela para a suspensão das negociações em 2005” (MOREIRA, 2018, pp. 216-217, grifos do autor).

contribuir al combate de las asimetrías, lo que decía el buen amigo compañero Nicanor, de 200 millones de dólares a más de 1.000, aquí tengo las cifras más recientes de Paraguay, 1.200, 1.300 millones de dólares¹⁴⁵ (VENEZUELA, 2007/D, p.19).

Reiteradamente, recorreu à memória dos libertadores para mostrar o empenho de ampliar as relações com o sul e somar seus potenciais

Ayer estábamos conmemorando un año más de la muerte de Bolívar y fuimos al Panteón antes de venirnos, y estábamos recordando a Bolívar y a Neruda en su canto, y toda esa historia heroica, Artigas, San Martín, Tiradentes, los libertadores ¿no? Solano López; eso es lo que somos nosotros, y Venezuela seguirá esperando con paciencia¹⁴⁶ (VENEZUELA, 2007/D, p.18).

A política regional que se desenhava no subcontinente, substancialmente em relação aos esforços de aproximação com o Mercosul, de acordo com Moreira, aliava o desenvolvimento interno da Venezuela com a tentativa em diversificar sua produção, ainda presa ao setor petrolífero. Sem dúvida, objetivava projeção para além do subcontinente “por meio de alianças com países selecionados, como a China, a Índia, a Rússia e os países da OPEP (...) Com isso, a Venezuela diminuiria a dependência do petróleo e a associação simbiótica com a economia dos EUA” (MOREIRA, 2018, p. 104). Pontos esses semelhantes à política desenvolvida pelo presidente Lula, discutida no capítulo 2, ao associar o desenvolvimento interno, a política regional e a projeção internacional.

¹⁴⁵ “(...) Mas desde antes que se concluisse o processo completamente, na ausência das decisões pendentes de alguns parlamentos, a gente tem vindo nos acoplando, vocês sabem, preparando-nos para o acoplamento, retiramo-nos da CAN e não pensamos em voltar à CAN, ainda que quando alguns bons amigos presidentes nos tenham convidado, o Grupo dos 3 que tinham a Venezuela atada ao México, em alguns acordos da década de 80, e além do que temos tomado ações para incrementar nossas relações políticas, bilaterais, comerciais, o intercâmbio, e essa talvez seja a primeira ajuda que a Venezuela pode dar ao Mercosul, inclusive para com esta ajuda modesta, mas acho que, de alguma importância, e ao mesmo tempo contribuir com o combate às assimetrias, o que dizia o bom amigo companheiro Nicanor, de 200 milhões de dólares para mais de 1.000, aqui tenho os números mais recentes do Paraguai, 1.200, 1.300 milhões de dólares”. (Tradução nossa).

¹⁴⁶ “Ontem comemorávamos mais um ano da morte de Bolívar e fomos ao Panteão antes de virmos, e estávamos lembrando de Bolívar e de Neruda em seu cantar, e toda essa história heroica, Artigas, San Martín, Tiradentes, os libertadores, certo? Solano López; isso é o que nós somos, e a Venezuela continuará esperando pacientemente” (Tradução nossa).

Em conformidade a esse pensamento, dada a observação da ampliação de novos parceiros, Barros afirma que:

em relação, à política externa, a atuação chavista não se limitou à rearticulação do Cartel da OPEP, como aparentava nos primeiros anos de governo. Uma questão importante para Chávez, já colocada em seu discurso de posse é a ênfase na relação com os países vizinhos. Decidiu, desse modo, jogar seu peso político, a força de seu mercado e de seu setor produtivo, particularmente o petrolífero, em favor da união da América Latina (BARROS, 2007, p.128).

A possibilidade de ampliar a parceria comercial na América Latina, concomitante ao aumento do PIB do país, mostrava-se como ponto tácito nessa intenção de uma nova concertação geopolítica. Sabendo que seria contínuo o enfrentamento com as tradicionais estruturas que sempre dinamizaram o comércio regional, a

Venezuela este año va a terminar con unas cifras aproximadas, un monto de importaciones de entre 55 mil y 60 mil millones de dólares, y a pesar de todos los esfuerzos que hemos hecho, sin embargo ustedes saben que hay una inercia, hay una cultura, hay unos mecanismos, unas estructuras muy difíciles de cambiar, tienen un peso muy grande. *La mayor parte de esas importaciones siguen viniendo del Norte, no es que nosotros no queramos nada con el Norte, no, pero nosotros queremos que vengan en primer lugar del Sur* ¹⁴⁷ (VENEZUELA, 2007/D, p.19).

Assim, o presidente, ao fazer um balanço dessa realidade, no final do ano de 2007, notificava o aumento das cifras de comércio, por exemplo, com o Uruguai e o Brasil, enveredando para a possibilidade de “desbloquear sus potenciales de desarrollo, y no solo por el precio del petróleo, porque ya hay precedentes de los años setenta”¹⁴⁸ (VENEZUELA, 2007/D, pp.19-20).

¹⁴⁷ “A Venezuela este ano vai terminar com cifras aproximadas, um montante de importações entre 55 mil e 60 bilhões de dólares, e apesar de todos os esforços que temos feito, porém vocês sabem que há uma inércia, há uma cultura, há mecanismos, estruturas que são muito difíceis de mudar, têm um peso muito grande. A maior parte dessas importações continuam vindo do Norte, não é que nós não queiramos nada com o Norte, não, mas nós queremos que venham em primeiro lugar do Sul.” (Tradução nossa).

¹⁴⁸ “destravando seus potenciais de desenvolvimento, e não só pelo preço do petróleo, porque já existem precedentes da década de setenta” (Tradução nossa).

Experiência que, naquela ocasião (anos setenta), não contribuiu para a mudança daquela realidade. E que, de fato, impediu o “crecimiento y desarrollo (...) porque por un lado llegaron los petrodólares, y por otro el Fondo Monetario Internacional, políticas impuestas desde el Norte, el Consenso de Washington”¹⁴⁹ (VENEZUELA, 2007/D, pp.19-20).

Direcionar o atual crescimento da Venezuela, aliado a um processo interno redistributivo e com a possibilidade de fomentar o processo produtivo para além do petróleo e, também, buscar maior aproximação com os países do Mercosul passou a ser uma das intervenções de Chávez:

Así que nunca Venezuela tuvo el ciclo de crecimiento que ha tenido ya no sólo en extensión, vamos por quinto año consecutivo, sino la magnitud del crecimiento interanual, 11% en promedio a lo largo de 5 años; el Producto Interno Bruto nuestro era, hace 9 años cuando comenzaba nuestro primer período, no llegaba a 90 mil millones de dólares, este año va a llegar a 200 mil millones de dólares el Producto Interno Bruto, además un sistema de redistribución del ingreso que ya nos ha causado problemas serios de desabastecimiento, ¿por qué? Porque los pobres antes no comían carne, por ejemplo, ¿de res? No comían carne de res, en los 80, en los 90, si acaso una vez a la cuaresma como decía mi abuela, a la cuaresma comían res, carne de res los pobres, ahora comen, y leche, los niños pobres no tomaban leche, y entonces nuestro sistema productivo, o nuestro aparato productivo fue destrozado por el modelo petrolero y el latifundio¹⁵⁰ (VENEZUELA, 2007/D, p.20).

¹⁴⁹ “crescimento e desenvolvimento (...) porque de um lado chegaram os petrodólares, e de outro o Fundo Monetário Internacional, políticas impostas pelo Norte, o Consenso de Washington” (Tradução nossa).

¹⁵⁰ “Assim, a Venezuela nunca teve o ciclo de crescimento que teve já, não só em extensão, vamos para o quinto ano consecutivo, senão a magnitude do crescimento interanual, 11% em média ao longo de 5 anos; o nosso Produto Interno Bruto era, há 9 anos quando começou nosso primeiro período, não chegava a 90 bilhões de dólares, este ano o Produto Interno Bruto vai chegar a 200 bilhões de dólares, além de um sistema de redistribuição de renda que já nos causou sérios problemas de desabastecimento, por quê? Porque os pobres antes não comiam carne, por exemplo, de boi? Não comiam bife, nos anos 80, nos 90, se, por acaso uma vez na Quaresma como dizia minha avó, na Quaresma comiam bife, carne de boi agora os pobres comem, e leite, os meninos pobres não bebiam leite, e então nosso sistema produtivo, ou nosso aparato produtivo foi destruído pelo modelo do petróleo e o latifúndio” (Tradução nossa).

As diversas ações fomentadas pelo governo e anunciadas pelo presidente tinham respaldo por meio de substanciais modificações econômicas que operavam desde 2004 e que constituíam uma série de elementos. Tais como a autorização, por parte do legislativo, a respeito do controle cambial e o uso desses recursos, a recuperação do controle da PDVSA pelo governo e, dentre a criação de vários fundos, a emergência do FONDEN (*Fondo Nacional de Desarrollo*), cujos recursos, conforme afirma Barros:

são reservados para o financiamento de planos estratégicos de desenvolvimento em setores como: indústrias básicas, petróleo, gás, infraestrutura, transportes, habitação. Dentro destas linhas, criam-se “empresas de produção social” e se desenvolvem projetos como a nova siderúrgica venezuelana para a produção de aços especiais, uma fábrica de tubos petroleiros sem costura, três novas refinarias de petróleo, produção de madeira, as fábricas de cimento, de concentração de mineral de ferro, de laminação, de alumínio, de papel e celulose, entre outros (BARROS, 2007, pp.138-139).

Dados esses que tentavam impulsionar uma economia de caráter rentista para uma economia de maior alcance produtivo como o presidente vinha destacando em seus discursos. Além de valorizar as novas parcerias não só em âmbito regional, mas também, internacional, a partir da saída da CAN e da entrada no Mercosul.

Ao voltar a participar de uma cúpula de presidentes, a XXXVIII, que ocorreu em dezembro de 2009, o presidente Chávez trouxe, em seu pronunciamento, duas questões que julgou serem importantes para a discussão naquele espaço, pois seus desdobramentos poderiam afetar todo o continente em sua busca pela integração e, sobretudo, pela autonomia a que tanto se almejava. Sendo a primeira pertinente ao que ocorria em Honduras com a deposição do presidente Zelaya e seu exílio na embaixada do Brasil, como lembrou o presidente; e, também, a questão da instalação de bases militares dos Estados Unidos na Colômbia.

Sua abordagem era a de que se a América Latina buscasse uma integração para além das questões econômicas, trazer esse fato que ocorreu em Honduras, assim como outros problemas que assolavam a região, era de

fundamental importância para o debate que ocorreria ali. Porque, em suas palavras, “son temas creo que, de la más grande de las importancias políticas en este momento en el continente, cuando estamos ante un proceso democratizador”¹⁵¹ (VENEZUELA, 2009/D, p.16).

Em setembro de 2009, na 2ª Cúpula América do Sul - África realizada em Isla Margarita, Venezuela, o presidente Lula da Silva havia se pronunciado rechaçando reconhecer e negociar com o governo interino de Roberto Micheletti, “golpista” nas palavras de Lula, sobre o status de Zelaya na embaixada brasileira. E lembrou que as Nações Unidas e a OEA exigiam, também, assim como fora definido em resolução pelos representantes da 2ª Cúpula América do Sul - África, a restituição imediata e incondicional de Zelaya à presidência¹⁵².

A preocupação se legitimava, pois especialmente Chávez já sofrera um golpe de Estado que, na ocasião, ainda mantinha resquícios dos tradicionais golpes que vivera a América Latina, com a participação contundente de setores militares. Porém houve uma reversão imediata a partir da resistência de setores sociais contra mais uma destituição presidencial com o uso da força.

No entanto, a veemência por parte do Brasil e da Venezuela, por meio de seus presidentes, ao que ocorria em Honduras, passou a ser identificada como “neogolpismo”, uma nova categoria analítica no campo das ciências sociais, que expunha outro viés de quebra de processo democrático.

É importante ressaltar que o neogolpismo assinalava uma ação diferente das tradicionais rupturas latino-americanas por meio de golpes de Estado¹⁵³ perpetrados por militares entre as décadas de 1960 e 1970.

¹⁵¹ “Acredito que são temas da maior importância política neste momento no continente, quando estamos diante de um processo democratizador” (Tradução nossa).

¹⁵² Lula rejeita ultimato de Honduras sobre status de Zelaya, Claudia Jardim, Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090927_honduraslula_cj_ac>

¹⁵³ A expressão “golpe de Estado” ganhou outros contornos desde Gabriel Naudé, teórico político francês do século XVII, que o identificou como uma ação palaciana. De acordo com Bianchi, a partir do século XX a expressão se amplia e baseando-se na obra lançada em 1969, *Golpe de Estado: um manual prático*, de Edward Luttwak, expõe que: “A maior parte dos golpes de estado inventariados por Luttwak tiveram por protagonistas facções do exército e seu livro considera o golpe predominantemente como uma operação militar tática. O golpe militar é, sem dúvida, a forma predominante durante o século XX. Isso fez com que muitas vezes o *copu d'état* fosse identificado exclusivamente com sua variante militar. É o que ocorre na definição que David Robertson oferece em *The Routledge Dictionary of Politics*: ‘*Coup d'état* descreve a derrubada repentina e violenta de um governo, quase invariavelmente por militares ou com a ajuda de

Assim, Monteiro aponta que, apesar de não ter um peso ainda na literatura, como ocorre sobre os estudos referentes aos tradicionais golpes de Estado, a conceituação sobre os neogolpes começou a se fazer presente, tendo Honduras como caso que inaugurou essa modalidade no século XXI, e que pode ter seu *modus operandi* se sofisticando na medida do aumento das ocorrências.

Dessa maneira, o neogolpe é caracterizado a partir de conceitos empregados por autores como Scaruff (2002), Tokatian (2010) Kalina V. Sila e Macil H.Silva (2005), como

uma forma de destituição complexa, relativamente nova na literatura política, que tem como principal característica a ausência do uso da força e a aparente manutenção da ordem institucional, por meio de um estrito, porém deturpado, respeito ao rito constitucional; mas que se apresenta, contudo, como uma das maiores ameaças contemporâneas ao cumprimento de mandatos presidenciais democraticamente eleitos (MONTEIRO, 2018, p. 61).

Destaca-se ainda que, segundo Monteiro, nesse período, “gradativamente, as forças de oposição conservadoras foram se reorganizando e reconquistando terreno em vários países, especialmente em eleições legislativas e regionais” (MONTEIRO, 2018, p. 60)¹⁵⁴. Logo, as expectativas seriam, a partir de então, de uma nova onda que pudesse se deslocar do campo progressista de volta às concepções políticas mais alinhadas aos Estados Unidos.

militares’ (ROBERTSON, 2004, p. 125) (...) O *sujeito* do golpe de estado moderno é, como Luttwak destacou, uma fração da burocracia estatal. O golpe de estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os *meios* são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O *fim* é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca dos governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político” (BIANCHI, 2016, p. 4).

¹⁵⁴ MONTEIRO, Leonardo Valente. “Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil”. IN: *Revista de Ciências Sociais - Instabilidade política e quedas presidenciais na América Latina*. Fortaleza, v.49, n. 1. mar./jun. 2018, pp. 55 – 97.

Lembra-se que os novos pleitos se completaram a partir de 2010, o que foge ao escopo do tempo deste trabalho. Porém, mesmo extrapolando o período de estudo, assinala-se que:

Tal cenário, [vitória imediata das forças conservadoras] no entanto, não se confirmou. As eleições de Ollanta Humala, em 2011, no Peru; de Michelle Bachelet, em 2013, no Chile; a acirrada eleição de Nicolás Maduro, na Venezuela, também em 2013; a de Tabaré Vázquez, em 2014, no Uruguai; e a apertadíssima reeleição de Dilma Rousseff no Brasil, também em 2014; indicaram que – apesar do notório fortalecimento das forças opositoras – estas não haviam conseguido reverter a tendência de governos progressistas em países considerados centrais para a região. As disputas apertadas podem não ter resultado em vitórias da oposição, mas provocaram – especialmente no Brasil, na Venezuela e no Chile – um enorme acirramento político, a formação de novas alianças partidárias e um poder maior de ação dos opositores, especialmente nos Legislativos, contribuindo para um cenário de maiores dificuldades econômicas e crises de governabilidade (MONTEIRO, 2018, p. 60).

No caso de Honduras, tendo a reação da oposição à proposta de um plebiscito, essas mesmas forças atuaram no processo de desestabilização e queda do presidente, o que dava sinais de que, certamente, ali era o ponto de partida em reação à “Onda Rosa”, que viria, de maneira mais visível, no restante do continente na segunda década do século XXI.

Trazer para o debate seria mostrar que não estava indiferente e nenhum país ali poderia estar, pois seria algo que poderia afetar a todos. E, mais uma vez, Chávez recorreu a “argumentos de autoridade”, ao lembrar José Martí para respaldar sua convicção e preocupação com essa conjuntura pela qual passava a realidade latino-americana; e apontada, também, por outros presidentes, como fizera Cristina Kirchner da Argentina:

Está pasando y está pasando y como decía José Martí, bueno tiene que preocuparnos no sólo lo que pase en nuestro país específicamente sino en nuestro gran país, en nuestra gran nación, ese es un atentado contra todos nosotros, como bien un grupo de Presidentes aquí, Cristina la he oído también con mucha firmeza, la presidenta Cristina

decirlo en distintos escenarios del mundo¹⁵⁵ (VENEZUELA, 2009/D, p.17).

O outro tema trazido, que, no fundo, era a denúncia em relação à presença das forças militares norte-americanas no subcontinente, ao mesmo tempo, incitava o embate com a Colômbia por esta permitir o assentamento dessas bases militares em seu território. E, por outro lado, abria a perspectiva do entendimento, da aproximação e, sobretudo, da unidade que se buscava nesse período, apesar de tantos pontos de atritos que marcavam a relação desses países.

Hemos detectado por cierto Lula, Lula hemos detectado en los últimos días muchos movimientos en las bases militares norteamericanas en Curazao y en Aruba que están en las narices de Venezuela (...) La verdad, es la verdad ahí está, siete bases militares con una gran capacidad para venir sobre nosotros en cualquier momento y hacer espionaje está escrito pues en el documento (...), y es Colombia, un gobierno que está aquí representado el que le abrió su territorio nada más ni nada menos que a las fuerzas militares de Estados Unidos y a quienes denunciamos eso se nos agrade pero nosotros, repito, vamos a seguir insistiendo sobre todo porque son pueblos hermanos y gobiernos a los que hemos respetado y respetamos y queremos seguir respetando, queremos seguir respetando porque queremos cuidar la unidad, la unidad que aquí se está trabajando tanto (VENEZUELA, 2009/D, p.17).¹⁵⁶.

Ao finalizar seu discurso, em tom extrovertido e de aproximação com seus pares nessa Cúpula, o presidente Chávez ressaltou o propósito de

¹⁵⁵ “Está acontecendo e está acontecendo como dizia José Martí, bem, temos que nos preocupar não só com o que acontece em nosso país especificamente, mas em nosso grande país, em nossa grande nação, esse é um atentado contra todos nós, assim como um grupo de presidentes aqui, Cristina eu também a ouvi com muita firmeza, a presidente Cristina diz isso em diferentes cenários do mundo” (Tradução nossa).

¹⁵⁶ “Detectamos certamente Lula, Lula temos detectado nos últimos dias muitos movimentos nas bases militares norte americanas em Curaçao e em Aruba que estão nos narizes da Venezuela (...) A verdade é a verdade que aí está, sete bases militares com grande capacidade para vir sobre nós a qualquer momento e fazer espionagem está escrito pois no documento (...), e é a Colômbia, um governo que está aqui representado, o que abriu seu território nada mais nada menos do que para as forças militares dos Estados Unidos e a quem denunciamos isso se nos agride, mas nós , repito, continuaremos insistindo sobretudo porque são povos irmãos e governos que temos respeitado e respeitamos e queremos continuar respeitando, queremos continuar respeitando porque queremos cuidar da unidade, da unidade que está sendo trabalhada tanto aqui” (Tradução nossa).

fortalecimento de união que passaria pela aprovação da Venezuela como membro pleno do Mercosul, e o otimismo que poderia beneficiar a região,

(...) nosotros estamos sencillamente a la espera de que se apruebe algo que beneficie a todos, beneficie a todos, beneficie a Brasil, beneficie a Venezuela, beneficie a Uruguay, a Paraguay, a Argentina, el Mercosur llega al Caribe, pasa el Orinoco, eh, crece el Mercosur, habrá que ir poniendo, Lula por favor, una quinta estrellita faltaría ya, habría que pintarla por lo menos.

Presidente de la República Federativa del Brasil, Luiz Inácio Lula Da Silva Eres crucero del sur.

Presidente Chávez [risas] (VENEZUELA, 2009/D, p.20).¹⁵⁷

Com um misto de argumentação e sempre tendo como referencial os “heróis fundadores”, sobretudo Simón Bolívar, Chávez se despediu dessa Cúpula (sua última participação dentro do recorte temporal para este trabalho), na qual reafirmou o desejo de que se aprovasse, pelos Parlamentos que ainda não haviam feito, a Venezuela como membro pleno do Mercosul. Seria a “quinta estrela” descrita, assim, em tom extrovertido e de aproximação, sublinhando o benefício à própria Venezuela, e à região como um todo:

Presidente Chávez [risas] El crucero del sur, no pero es que la cruz del sur tiene otras estrellitas a los lados, Alfa Centauro, Beta Centauro, una quinta estrellita pero en verdad creemos que estamos en tiempo de fortalecer todos estos espacios, Venezuela estando como miembro pleno del Mercosur o no, o no, manteniéndose en el status en que estamos, un tránsito hacia allá, siendo miembros asociados nosotros seguiremos jugando fuerte por la integración, por más que la integración, decimos nosotros, por la unión, la unión, la unión, unidos o dominados, Perón, Bolívar, San Martín, todos ellos, la unión pues, la unión hacia la fuerza, viejo dicho popular, la unión plena, eh, Banco del Sur, el Banco del Sur pudiera convertirse en el Banco del Mercosur, eh, del Mercosur; la Petrosur, seguimos nosotros insistiendo en eso, hay un sistema de relaciones energéticas, petroleras, gasíferas, pero necesitamos avanzar más, así lo creemos, en un esquema mucho más

¹⁵⁷ “(...) nós estamos simplesmente esperando que algo seja aprovado que beneficie a todos, beneficie a todos, beneficie o Brasil, beneficie a Venezuela, beneficie o Uruguai, o Paraguai, a Argentina, o Mercosul chegar ao Caribe, passa o Orinoco, uh, o Mercosul cresce, teremos que ir colocando, Lula por favor, uma quinta estrelinha já faltaria, já teria que pintá-la pelo menos.

Presidente da República Federal do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva É Cruzeiro do Sul. Presidente Chávez [risos]” (Tradução nossa).

sólido en una alianza energética del sur, lo que la Presidenta argentina ha dicho, la ecuación, en varias ocasiones, la ecuación energética del sur, eh, la Telesur, la Telesur, una televisora nuestra que ya existe pero aún no llega totalmente a todos nuestros pueblos, un fondo de desarrollo del sur, mecanismos para enfrentar problemas coyunturales que se van presentando (...) (VENEZUELA, 2009/D, p.20)¹⁵⁸.

Mais que o ganho referente às questões comerciais, vislumbrou o caminho de uma união entre as nações sobre as quais, em vários momentos, citava nominalmente seus representantes (e seus respectivos “heróis fundadores”). Dessa forma, estabelecia a crença de que esses valores, decerto compartilhados, e as ações concretas que já haviam se constituído, como o Banco do Sul, a Petrosul, e a Telesul, emergiam como esforços que mostravam a possibilidade e a capacidade de ampliar as relações interestatais e se materializar, por completo, a integração rumo ao desenvolvimento dessas nações latino-americanas.

¹⁵⁸ “Presidente Chávez [risos] O cruzeiro do sul, não, mas é que a cruz do sul tem outras estrelinhas pelos lados, Alfa Centauro, Beta Centauro, uma quinta estrelinha, mas, na verdade, nós acreditamos que estamos em tempo de fortalecer todos esses espaços, estando a Venezuela como um membro pleno do Mercosul ou não, ou não, mantendo-se o status em que estamos, um trânsito para lá, sendo membros associados nós continuaremos jogando fortemente pela integração, por mais que a integração, dizemos, pela união, a união, a união, unidos ou dominados, Perón, Bolívar, São Martinho, todos eles, a união então, a união em direção à força, velho ditado popular, a união plena, eh, Banco do Sul, o Banco do Sul poderia se tornar o Banco do Mercosul, eh, do Mercosul; a Petrosul, continuamos a insistir nisso, há um sistema de relações energéticas, petroleiras, relações de gás, mas precisamos avançar mais, assim acreditamos, em um esquema muito mais sólido em uma aliança energética do sul, o que a presidente argentina já disse, a equação, em várias ocasiões, a equação energética do sul, eh, a Telesul, a Telesul, uma televisão nossa que já existe mas ainda não atinge totalmente todos os nossos povos, um fundo de desenvolvimento do sul, mecanismos para enfrentar problemas conjunturais que vão se apresentando (...)” (Tradução nossa).

Considerações finais

A experiência histórica de integração no continente latino-americano, no decorrer do século XX, esbarrou em sua condição periférica e subdesenvolvida e, singularmente, no controle do imperialismo norte-americano.

Baseando-se em um olhar para o entendimento do processo no continente, a partir da ideia de “ondas de integração” (SOUZA, 2012) que já aparece na literatura, vislumbramos que até meados do século XX, notabilizara-se pelo menos duas ondas, sendo a primeira do século XIX, período independentista, mas que resultou no fracasso, principalmente após a morte de Simón Bolívar.

A segunda onda, contextualizada sob a hegemonia norte-americana e período de reconstrução da Europa no pós-guerra sob sua égide, além da manutenção do continente latino-americano em sua condição subalterna na divisão internacional do trabalho, dentro do postulado liberal ricardiano das “vantagens comparativas” no comércio internacional, levaria nas palavras de Celso Furtado, “o disciplinado bloco latino-americano, [...], a apresentar reivindicações próprias, como no caso da criação da CEPAL, instituída em 1948 com forte oposição dos Estados Unidos” (FURTADO, 2007, p. 32).

A CEPAL, centro de pensamento autóctone, passou a identificar a escassez de capital e tecnologia como problemas estruturais que impediam o desenvolvimento desses países.

A diretriz da CEPAL para superar o atraso seria a “industrialização por substituição de importação” impulsionada, fundamentalmente pela ação do Estado como o grande indutor do desenvolvimento, junto ao componente da integração regional que emergia visualizando ganhos associados aos países da região do subcontinente, o que levou a desenvolver a criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) em 1960; e que, em 1980, foi substituída pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração).

Porém, essas iniciativas não lograram os resultados esperados, pois, de forma geral, a industrialização que ocorreu caracterizou-se não só por ser de

baixo valor agregado, como também pela dificuldade de diversificar e promover uma transformação do setor econômico-produtivo, o que se agravava em períodos de crises, visto que, como saída, buscava-se invariavelmente ancorar as exportações em economias mais sólidas, estabelecendo, via de regra, uma competição e não uma parceria com os vizinhos.

Tais aspectos mantinham a dependência dos grandes centros do capitalismo, limites esses assinalados pelo próprio Celso Furtado, oriundo da CEPAL, e por pensadores que desenvolveriam a denominada Teoria da Dependência em suas diferentes correntes, levando-os a se debruçarem sobre esses problemas na tentativa de buscar entender os limites das experiências até então colocadas em prática no continente.

A partir das décadas de 1980 e 1990, o estilo de inserção promovida por meio do Estado, o que fora uma tradição desde a criação da CEPAL, abriu espaço para uma nova agenda regional e internacional, e esta reordenou seus princípios, cujo novo eixo, pensado para o desenvolvimento, passava a operar na abertura econômica, diminuição do Estado e crença no protagonismo do mercado como fator de alcançar maior e melhor projeção internacional e competitividade, desenhando-se uma terceira fase de integração que se inseria no processo de globalização dentro de um contexto neoliberal, imprimindo o chamado “regionalismo aberto” consoante os ditames do Consenso de Washington.

Os resultados dessa inflexão, em termos políticos, sociais e econômicos impactaram de maneira significativa, deixando “praticamente o mercado interno e as populações nas mãos dos grandes grupos nacionais e das empresas multinacionais, sem intervenção do Estado” (SALUDJAN, 2004, p. 255 apud CORAZZA, 2006, p. 147) e criando, com isso, uma herança deletéria aos países de economias mais frágeis.

O trabalho teve por objetivo compreender a “nova onda”, ou seja, o processo de integração regional que se desenvolveu a partir dos anos 2000, partindo da hipótese de que a ascensão dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, e de Hugo Rafael Chávez Frias, da Venezuela, impulsionou um outro paradigma de integração, já que se constituíam como duas lideranças

ligadas ao espectro político mais à esquerda (ou progressista), consoante definição de Norberto Bobbio sinalizando, em termos práticos, que essa orientação “[tende] a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (BOBBIO, 1995, p. 110) – e que chegaram ao poder com a proposta de reação à política neoliberal implantada no continente na década de 1980 e, sobretudo, na década de 1990.

A conjuntura, na qual houve a reorientação do “regionalismo aberto” dos anos 1990, apresentava ascensão de governos progressistas na região, o que contribuía para a busca de uma nova concertação política regional, com uma integração capaz de desenvolver uma nova agenda de política externa, a indução do crescimento da região, a diminuição da dependência, o fortalecimento da sociedade civil e a busca de uma integração que fazia emergir, como teor importante para o conjunto das nações, as temáticas de interesses de caráter social.

Novamente, a integração passou a ser vista por diversos países latino-americanos como uma forma de articulação regional que tem como objetivo ampliar os mecanismos de poder que visam combater a dependência. É por esta razão que os antigos instrumentos de integração [foram] reformados e novos (...) criados: Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) depois rebatizado como União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), Petrosul e PetroAmérica, Telesur, Bandesul; refundação do Mercosul, sua ampliação e aprofundamento com propostas de criação de uma moeda única e de um parlamento no bloco; etc. (SOUZA, 2008, p. 15).

Pode-se apontar que, no limiar do século XXI, a região teve, como marca desse processo, um viés pautado pelo pragmatismo de um lado, pensando em termos de atuação do Brasil, no que se refere à integração regional e, pela Revolução Bolivariana do outro, no caso da Venezuela. As ações de suas lideranças ora se encontravam em suas propostas, ora se distanciavam.

Crê-se que o raciocínio construído a partir da elaboração do trabalho converge para a validade da hipótese de que essas lideranças foram fundamentais para se pensar em uma outra direção no processo de integração

regional e, inclusive, em outro rumo para a própria América Latina, reafirmando a ideia de soberania para as nações.

Com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela – ancorado no discurso bolivariano, cujo resgate das lutas de Simón Bolívar era recorrente e subjacente a uma identidade coletiva nacional e de mobilização social, de acordo com Eduardo Scheidt –, num contexto de crise do neoliberalismo na região, devido aos efeitos dos ajustes previstos pelo Consenso de Washington, com seu discurso e ações contrárias às heranças sob as quais estava o país, o agora presidente rompeu, na política interna, com o pacto de *Punto Fijo* já a partir do início de seu mandato.

Na política externa, tornou-se o primeiro presidente do período a ter uma postura discursiva extremamente contrária ao receituário de ajuste macroeconômico e contrária aos Estados Unidos, encarado como o responsável por essas diretrizes.

Com a eleição do presidente Lula da Silva, que buscou, ainda no período da campanha do pleito de 2002, aplacar a desconfiança de setores da sociedade brasileira, devido aos tradicionais posicionamentos do Partido dos Trabalhadores, contrários, por exemplo, ao pagamento da dívida externa, foi necessário lançar a “Carta ao povo brasileiro” na busca de credibilidade para executar políticas econômicas e sociais. Porém com a responsabilidade de promover os interesses do Brasil ao negociar os tradicionais entraves das nações mais poderosas aos países em desenvolvimento.

Essas lideranças que assumiam os novos governos e que herdaram as crises das décadas anteriores buscaram entrelaçar o desenvolvimento interno associado à política externa, cuja condução fora pautada pela “diplomacia do petróleo” no caso da Venezuela e pela “política ativa e altiva”, nas palavras do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim. Consubstanciada por uma “autonomia pela diversificação” (VEIGA; RIOS), e que conferia à América do Sul o lugar de destaque para a ação política de integração regional e ferramenta para galgar a união da América Latina, além da ampliação de parcerias voltadas também para o eixo “Sul-Sul”.

Dessa forma, também, reorientaram a inserção internacional tanto dos países, quanto dos blocos regionais que, ou foram criados no período, como no caso da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), ou foram “revitalizados”, como no caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Para a condução desse processo, e reordenando o axioma do “regionalismo aberto”, retomava-se a ação da centralidade do Estado, redefinindo o papel deste como indutor do desenvolvimento, o que direcionava tanto a condução das políticas internas desenvolvidas por esses dois países, quanto às suas políticas externas que, em âmbito regional, pautava-se fortemente para a integração atrelada à garantia de autonomia e respeito à diversidade e dimensão histórica de cada um dos países.

Levaram para o campo de discussão as demandas relacionadas às assimetrias inerentes à região, com a atuação, principalmente no segundo mandato do presidente Lula, do BNDES para o enfrentamento desses problemas, visando ao fortalecimento do bloco.

No âmbito internacional, a partir desse fortalecimento, almeja-se uma inserção soberana em relação aos Estados Unidos e à União Europeia.

A diplomacia presidencial abria lastro nos fóruns de discussão internacional, seja no âmbito do G20, seja nas reuniões da OMC, cujo respaldo vinha a ser o peso que se pretendia dar ao Mercosul para as negociações com os demais blocos. Sobretudo, a diplomacia presidencial foi elemento presente no âmbito regional para a integração.

Podemos apontar que se ampliaram os mecanismos de articulação regional a partir do Mercosul, como a criação do Focem (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul), a criação do Parlasul (Parlamento do Sul), além da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) e da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos).

Um elemento constante nos discursos do presidente Lula da Silva foi a cooperação entre as nações latino-americanas, em que é recorrente a tentativa de mostrar a confiabilidade da liderança do Brasil no processo, estreitando laços,

aprofundando mecanismos e recursos para a integração regional, passando por questões como infraestrutura, comércio e desenvolvimento social.

Também, emergiram posições conflitantes, como no caso da Bolívia, Paraguai e Argentina, além de um retorno a uma inquietação da volta de um “subimperialismo”, rechaçado pelo presidente na Cúpula do Mercosul de 2005. E, assim, voltando-se para criar e/ou ampliar mecanismos de enfrentamento às assimetrias, por meio da IIRSA que, mais tarde, foi incorporada à Unasul:

Queridos Amigos, em nosso processo de integração não há lugar para hegemonismos, nem podem prevalecer interesses imediatos e visões de curto prazo. Queremos construir um Mercosul solidário, em que todos estejam dispostos a ceder algo em prol do desenvolvimento coletivo (BRASIL, 2005/Jun., p.6).

A política externa da Venezuela, desde a chegada de Chávez ao poder, orientou-se pelo pragmatismo no início do governo, o qual teve que enfrentar reações a partir das iniciativas políticas internas, como a refundação da República, por meio da Constituição de 1999 (quando passa à denominação oficial de República Bolivariana da Venezuela), bem como a retomada estatal da PDVSA, o que propiciava uma articulação com a Opep para a recuperação dos preços do petróleo no mercado internacional.

Como rejeição à ALCA, lançou a ALBA-TCP com a qual, por meio da chamada “diplomacia do petróleo”, levava adiante, aos seus membros, uma integração com bases sociais cuja ênfase era a solidariedade e cooperação, fugindo à lógica puramente comercial. Calcada, assim, segundo Chávez, nas aspirações de uma Revolução Bolivariana e na implementação do chamado “Socialismo do Século XXI”.

A liderança e o protagonismo do presidente Chávez, nessa nova iniciativa de integração, ocorriam a partir da nacionalização dos recursos energéticos, sobretudo o petróleo, e o desenvolvimento das empresas estatais.

Nesse contexto, as iniciativas, tanto do Brasil quanto da Venezuela foram marcadas, também, pelo *boom* do petróleo e das *commodities*, em geral tendo

a China como carro chefe na ampliação desse tipo de importação, o que explica a dinamização comercial desta com o Mercosul. Assim:

entre 2005 e 2010 a China transformou-se no maior país exportador mundial, e no segundo maior importador, atrás apenas dos EUA (Farooki e Kaplinsky, 2012). Ainda que as economias industrializadas possuam a maior corrente de comércio com a China, o comércio desta com os países em desenvolvimento aumentou substancialmente do mesmo modo os investimentos e financiamentos externos chineses aumentaram substancialmente, excepcionalmente concentrados em mineração e petróleo (MEDEIROS; CINTRA, 2015, p. 30).

A iniciativa do presidente Hugo Chávez de retirar a Venezuela da Comunidade Andina de Nações (CAN), devido à aproximação do Peru e da Colômbia com tratados bilaterais com os Estados Unidos e, portanto, situação oposta à ideia de uma integração em bases solidárias e autônomas, levou-o a intensificar a aproximação com o MERCOSUL, dentro de uma possibilidade de ampliar a dimensão geopolítica, voltando-se também ao sul do continente, tendo por base a cooperação em oposição às propostas liberalizantes e à centralidade no mercado, conferindo ao Estado, sob a liderança de Chávez, o agente propulsor do desenvolvimento.

Ao se estabelecer essa nova arquitetura regional e ratificar o compromisso de integração, sinalizou, em seu discurso na cúpula de 2004, que “(...) el Mercosur se está convirtiendo en el epicentro de un nuevo esquema de integración política, social y económica productiva para nuestra liberación, unidos para ser libres” (VENEZUELA, 2004/Jul, p.2), buscava-se estruturar o “*Enfoque Sur*” como “*Nuevo Paradigma em las Relaciones Internacionais*”.

O Mercosul, que teve sua origem a partir dos acordos entre Brasil e Argentina, fato possível após a aproximação destes no transcorrer do período de redemocratização, tornar-se-ia, para o Brasil, instrumento regional capaz de dar suporte às negociações internacionais. Logo, seu fortalecimento seria condição subjacente a este propósito, o que corroboraria com a entrada, naquele momento, da Venezuela com seu potencial econômico.

No entanto, dentre os pontos de divergências que também estiveram presentes nesse processo, Serbin (2009) salienta que mesmo para o Brasil, assim como para outros integrantes do Mercosul, soava incômoda a retórica antiamericana imposta por Chávez - manifestada em diversas ocasiões como no encaminhamento dado a criação do Conselho de Defesa do Sul - pois alguns desses países, mesmo após oficialmente a Alca ter sido extinta, continuaram a negociar acordos bilaterais com os Estados Unidos.

A pretensão do Brasil, em sua liderança regional e aspirações para além da região, passava pela constituição do não rompimento com os países do norte, sobretudo os Estados Unidos, como assinalou o presidente Lula em diversos de seus discursos, nos quais ressaltava as boas relações sem deixar de lado a soberania frente a uma potência global.

A perspectiva da diplomacia presidencial, a política “ativa e altiva” e, ainda, a relação de consenso presente nos discursos do presidente Lula deram o tom de uma integração de interesse comum aos países da região que tinham por base o desenvolvimento. Estratégia essa que levava em consideração as contradições existentes no continente e os interesses dos países mais fortes no plano internacional (o que fora apontado em algumas das cúpulas presidenciais). Nesse sentido, a união que ora se construía era o que traria o respaldo em meio às relações político-econômicas internacionais negociadas enquanto bloco, como se evidenciou nas palavras do presidente: “nossa articulação é fundamental para promover o desenvolvimento (...)” (BRASIL, 2007/Jan., p.2).

Logo, o fortalecimento do Mercosul sob a liderança do Brasil, que não deixou de ser compartilhada com os países do entorno, principalmente com a Argentina, haja vista esse entendimento ter arquitetado a formação desse bloco regional, era o componente que se acreditava respaldar sua inserção no sistema internacional, projetando também o país como um possível *global player*, materializando a política “ativa e altiva” defendida pelos formuladores da política externa.

À medida que, na década de 1990, a lógica do Brasil na nova ordem internacional foi a de lançar-se no mercado por uma “autonomia pela integração”, segundo Mercadante, “numa espécie de lógica que encampava os pressupostos

neoliberais”, via-se, agora, uma “autonomia pela diversificação” (Vigevani), na busca de uma inserção mais soberana, marcada pela ampliação dos parceiros econômicos ao direcionar sua agenda fundamentalmente ao sul global, marcando de forma indelével a cooperação Sul-Sul.

No entanto, em meio ao desenrolar desse processo, os problemas relacionados às correlações de forças antagônicas esbarraram como contraponto nas duas realidades internas, tanto do Brasil quanto na Venezuela.

Forças internas de tradicionais setores ligados a projetos de cunho liberal-conservador (sendo estes muitas vezes conectados à imprensa, à Igreja, aos setores empresariais) reagem, em algumas oportunidades, contra os rumos que tomava a integração.

Colocar em pauta questões como resoluções de assimetrias, respeito à autodeterminação, à não indiferença, negociações em busca de solução de controvérsias e busca de parceiros não tradicionais, fizeram emergir críticas fortemente veiculadas pela imprensa como questões de caráter “de proximidade ideológica” com os países cujos líderes partilhavam de uma posição progressista, além de uma crítica que apontava nessas políticas implementadas um “rechaço à política comercial com os EUA”. Ou seja, sempre esteve em evidência uma postura reativa à ideia do protagonismo que o Brasil alcançava, inclusive ocorrendo para além do continente americano, mesmo que fortalecessem os interesses nacionais ao entrelaçar crescimento interno e ação cada vez mais ativa nos foros internacionais de tomadas de decisão de poder.

Esses sintomas faziam com que os dois presidentes relatassem em reuniões de cúpula, a necessidade de fazer com que a integração fosse percebida e assim defendida pelos povos em questão.

A reação de tais setores se fazia, desde a morosidade dos parlamentos locais em aprovar deliberações tomadas nas cúpulas, até fortes críticas oriundas dos órgãos de imprensa que buscavam, em diversas oportunidades e maneiras, desqualificar o processo em andamento, como por exemplo, não raras as vezes, em ambos os países veicular a questão de que tais propostas que envolviam o

combate à pobreza interna ou à diminuição das assimetrias entre as nações no plano do sistema internacional, tinham um viés também “populista”.

Como um dos enfrentamentos, o presidente Chávez propõe e concretiza a criação da Telesur para a comunicação fora das amarras empresariais e principalmente como fator de difusão do conhecimento e fomento à união das sociedades.

Em termos de correlação de forças externas, pode ser percebida uma crescente atenção dos Estados Unidos no continente, com novos acordos sendo criados com países da região e, portanto, uma maior aproximação como por exemplo com o Chile e Colômbia, resultando, no caso desta, a instalação de bases militares, o que gerou desconfianças e desconforto em relação à construção da autonomia latino-americana.

Em meio aos diversos interesses dos Estados Nacionais partícipes do processo de integração regional, a convergência, tanto do Brasil quanto da Venezuela evidenciou-se na resistência à concretização da ALCA, e esteve presente também, no fomento à criação da UNASUL (o que projetava os interesses do Mercosul para além do Cone sul) e na atenção com a integração física da região. E, da mesma forma, um pouco mais tarde, na criação da CELAC, que ampliava a concertação política para além da América do Sul, pois contava com a participação dos países latino-americanos e caribenhos, excluindo a participação dos Estados Unidos e do Canadá.

Esteve presente nos discursos e ações dessas lideranças, com o objetivo de impactar tanto a economia quanto a política e a sociedade, o crescimento econômico atrelado à política externa. E esta, associada a uma maior autonomia no sistema internacional.

Tanto o Brasil quanto a Venezuela, ao buscarem parceiros não tradicionais como Rússia, Índia e China, vislumbravam também uma multipolaridade no sistema internacional, tendo como efeito mais direto para o Brasil a formação dos BRICS com a participação da África do Sul.

Essa conjunção de fatores denota avanços significativos da política externa e a real perspectiva para o crescimento conjunto da região. Porém as

dificuldades do enraizamento do processo acende um alerta para o risco do retrocesso ao parâmetro de uma nova subordinação, caso as forças de reação, sempre presentes recuperem o controle do Estado - seja pela via legal, seja pelas novas modalidades de golpes surgidas na América Latina, com a consequente derrubada de governos legitimamente eleitos – e reordenem a construção que se iniciara no início do século XXI.

A título de exemplo de tal encaminhamento no sentido de frear o que se pretendeu construir a partir a ascensão dos presidentes ligados ao campo progressista, podemos apontar a suspensão da Venezuela do Mercosul em 2016, depois de ter sido consolidada como membro pleno em 2012. Apesar dos ganhos para o bloco, a entrada da Venezuela sempre fora pautada por constantes questionamentos da oposição interna brasileira, entre eles a própria forma de sua aprovação - por parte do Brasil e Argentina - uma vez que ocorreu justamente na ocasião da suspensão do Paraguai, que era contra. Suspensão essa, devida à acusação de ferir a cláusula democrática do Mercosul, após a suspeita do processo que levou ao impeachment o presidente Fernando Lugo.

A suspensão da Venezuela, operada já em uma conjuntura de retomada do poder, por diferentes vias, das forças de cunho liberal-conservador no continente, e numa etapa seguinte, provocado o esvaziamento e abandono da UNASUL, para em seguida promover emergência da criação do Prosul (Foro para o Progresso da América do Sul), evidencia sinais do abandono da construção de uma concertação política autônoma que vinha se desenvolvendo.

Ao se ressaltar, nesse trabalho, a proeminência dos discursos do presidente Chávez em relação aos Estados Unidos, à política global e, ainda, trazer para a cena política a discussão sobre a Revolução no continente, juntamente com a construção de um socialismo para o século XXI e, nos discursos de Lula, verificar a busca de um fortalecimento regional para lançar-se como player global para cacifar negociações em patamares mais favoráveis para a região, pode-se afirmar que as ações políticas postas em prática por ambos encontraram limites ao longo de seus mandatos, pois se desenvolveram “sem romper com as classes dominantes internas [e] nem com o sistema econômico internacional” (FUSER, 2018, p. 81).

Mantiveram, também, a condição de dependência estrutural econômica, mas trouxeram à tona, por diferentes formas, nas discussões que impactaram nas reuniões de cúpula das quais participaram, a necessidade de atuação cada vez mais intensa e unida dos Estados que buscavam o desenvolvimento, como forma de reverter uma inserção subordinada e alçar, de fato, a soberania alicerçada no desenvolvimento nacional.

Esses desafios enfrentados, cujo legado fora intensificar mecanismos para a arquitetura de uma integração sob aspectos também sociais, políticos e solidários, também vislumbraram uma nova ordem multipolar.

Esses aspectos ainda se fazem presentes, sobretudo com o advento de governos conservadores, a partir da segunda década do século XXI, compostos por novos blocos de poder cujos desdobramentos invariavelmente se voltam ao alinhamento com o centro do sistema e singularmente com os Estados Unidos, combinado com o avanço em termos regionais do atual isolamento da Venezuela.

Tais desafios se amplificam, pois se redesenha uma outra perspectiva de integração regional, e também uma outra inserção internacional que se direciona a um realinhamento passivo abandonando a estratégia cuja meta era a soberania e cujo norte era se voltar para o sul.

Caso se mantenha esse encaminhamento, que é a tônica atual do momento da finalização desse trabalho, a realidade de uma maior soberania e desenvolvimento social já fora experimentada pela sociedade. Querer apagar esse processo, ainda que recente e inconclusivo, lembrando Eduardo Galeano, pode continuar sendo “a maldição de nossas multidões”. Mas a capacidade de resistência em relação à política interna é real e de acordo com a construção das condições históricas, como já foi observado, impactar uma outra ordem internacional é possível. A transformação de nossas realidades é fator presente no horizonte das sociedades latino-americanas.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. “A Dimensão Retórica da Historiografia”. In: PINSKY, Carla Bossanesy; LUCA, Tania Regina de (Orgs). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

ALBUQUERQUE, J. A. G. A liderança do Brasil na América do Sul - 2002/2012. In: SORJ, B.; FAUSTO, S. (Orgs.). *O Brasil e a governança na América Latina: que tipo de liderança é possível?* 1.ed. São Paulo: iFHC/Centro Edelstein, 2013. pp. 267-91.

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon. “a nacionalização do gás e petróleo na Bolívia à luz do direito internacional” IN: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. São Paulo, vol. 101, pp. 479-512, Jan/Dez, 2006.

AMORIM, Celso. Entrevista. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=25:entrevista-celso-amorim&catid=30&Itemid=23> Acesso em: 21 Dez. 2020

_____. *Breves narrativas diplomáticas*. São Paulo. Benvirá, 2013.

APPOLINÁRIO, F. *Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAUJO, Assilio L. Z.; FILHO, Fernando F. “O processo de integração na América do Sul: da ALALC à UNASUL”. In: *Ensayos de Economía*, Medellín, v. 25, n. 46, pp. 99-120, 2015.

ARCE, Anatólio Medeiros; TEDESCHI, Losandro Antonio. “El culto a Bolívar y la historiografía venezolana: talla con el historiador Germán Carrera Damas.” IN: *História da Historiografia*, n. 19, pp. 200-211, 2015. Disponível em:

<<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/965>> Acesso em: 26 jun. 2019.

BALASSA, B. *Teoria da integração econômica*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1973.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BARROS, P. “Chávez e petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana”. IN: *Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 5, n. 9, pp. 209-237, 1 dez. 2006. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81813>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BELLOTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Ana Maria Martinez. “Bolívar e a luta pela independência da América: ação e pensamento político”. In: BELLOTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Ana Maria Martinez (Org.). *Simón Bolívar: Política*. São Paulo: Ática, 1983.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232. (Obras escolhidas, v. I).

BEZERRA, Ewelyne Rossane de Macedo. *Política externa venezuelana para integração regional: análise sobre os discursos de Hugo Chávez*. 2011. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011.

BIANCHI, A. O que é um golpe de Estado? *Blog Junho*, 26 mar. 2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-deestado/>>. Acesso em 12/08/2020.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma revisão”. In: CEPAL. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Textos Seleccionados*, v. 1 e 2, Santiago: Fundo de Cultura, 1998, pp. 9-61.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) (b). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Volume II*, Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000.

BORGES, Renato Thomaz. “O Novo Regionalismo na América do Sul: A Formação de um Sistema de Poder”. In: *Revista NEIBA – Cadernos Argentina-Brasil*, vol. III, nº 1, nov. 2014, pp. 11-21.

BRESSAN, Regiane Nitsch; LUCIANO, Bruno Theodoro. “A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico”. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 26, n. 65, pp. 62-80, Mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782018000100062&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 15 Set. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica”. In: *Estudos Avançados*, v.23, 2009, pp. 7-23.

BRICEÑO RUIZ, José. “O Mercosul na política de integração regional de Venezuela”. IN: *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, pp. 77-96, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/6250/5164>>. Acesso em: 11 ago. 2019

BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. “Uma Perspectiva de Longo Período sobre a Integração Latino-americana Vista pelo Brasil.” In: *Contexto int.* Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, pp. 549-583, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292014000200549&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 10 Nov. 2019.

BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2016.

CABALLERO, Manuel. *Por qué no soy bolivariano: una reflexión antipatriótica*. Caracas: Alfadil, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Os métodos da História”. In: CARDOSO, C. Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. Trad. João Maria. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

CARVALHO, Adilson Santana. *A Evolução da Política Brasileira de Integração Regional: do Mercosul à Unasul*. Brasília: UNB, 2009, 75p. Monografia (graduação em Relações Internacionais).

CASSANO, Francisco Américo. “A teoria econômica e o comércio internacional”. In: *Pesquisa & Debate*, SP, volume 13, n. 1(21), pp. 112-128, 2002.).

CASTILHO, M. *Comércio Internacional e Integração Produtiva: Uma Análise dos Fluxos Comerciais dos Países da ALADI*. Brasília: IPEA, jan. 2012. (Texto para Discussão, n. 1705).

CASTRO LEIVA, Luis. “El historicismo político bolivariano”. IN: *Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)*, n. 42, pp. 71-100, 1984. Disponível em: <<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=3&IDN=201&IDA=16199>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

_____. *La Gran Colombia, una ilusión ilustrada*. Caracas: Monte Avila Editores, 1985.

_____. *De la patria boba a la teología bolivariana: Ensayos de historia intelectual*. Caracas: Monte Avila Editores, 1991.

CEPAL. *Panorama Social da América Latina 2001-2002*. Santiago, Chile, Cepal-ONU, 2003.

CORAZZA, Gentil. “O Regionalismo aberto da CEPAL e a inserção da América Latina na Globalização”. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, pp. 135-152, maio/2006.

COUTO, Joaquim Miguel. “O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch”. IN: *Economia e sociedade*. Campinas, v. 16, n. 1, pp. 45-64 Apr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 03 Set. 2019.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro: Top Books, 1999.

DATHEIN, Ricardo. “Mercosul: antecedentes, origens e desempenho recente.” In: *Economia*, V. 3 n.1, 2005, pp. 7-40.

DIAS, L. A. *Política e Participação Juvenil: os ‘caras-pintadas’ e o movimento pelo impeachment*. História Agora, v. 1, p. 2, 2008. Disponível em: http://www.janduarte.com.br/textos/brasil/caras_pintadas.pdf Acesso em: 05/02/2021

DIETERICH, Heinz. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Buenos Aires: Nuestra América, 2005.

DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. 2ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.

DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y dependencia*. Ayacucho: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

ESTENSSORO, Luís. *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 2003.

ESTEVES, Thiago de Jesus (2009). *Da Cepal ao Mercosul: origens e significado da integração regional na América Latina*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

FELIU, Pedro; MIRANDA, Rosana. “Congresso Nacional e Política Externa. O caso do envio de tropas ao Haiti: Argentina, Brasil e Chile”. IN: *Revista Política Hoje*, [S.l.], v. 20, n. 1, set. 2011. ISSN 0104-7094. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3815>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FERRES, Virgínia F. “A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80”. IN: *Projeto História. Revista do Programa de Estudos pós-graduados de História*. São Paulo., 2004, v. 29

FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. São Paulo. Loyola, 1996.

_____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

FUCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. “Complexo Regional de Segurança da América do Sul: uma nova perspectiva”. IN: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 35, nº 1, jan/jun. 2013, pp. 77-104.

FURTADO, C. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 2000.

_____. *A economia Latino Americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FUSER, IGOR. *Energia e Relações Internacionais*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

_____. “América Latina: progressismo, retrocesso e resistência”. IN: *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, V. 42, N. ESPECIAL 3, pp. 78-89, Novembro 2018.

GONÇALVES, Reinaldo et al. *A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

GRUPO do Rio. Documentos da Secretaria Pro Tempore. Brasília: Funag, 2005.
Disponível em:
<http://funag.gov.br/biblioteca/download/327-Documentos_da_Secretaria_Pro-Tempore_Brasil_2004.pdf>.

GUIMARÃES, Luiz Ricardo. “O Sistema Aquífero Guarani face aos interesses norte-americanos: dominação militar ou econômica”. IN: *Ponto-e-Vírgula* (PUCSP), v. 01, pp. 122-138, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HANSEN, Lene. *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*. New York: Routledge, 2006.

HUNT, Emery Kay; LAUTZENHEISER, Mark. *História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica*. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2012.

ITURRIETA, Elias Pino. *El divino Bolívar: Ensayo sobre una religión republicana*. Caracas: Libros de la Catarata, 2003.

JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

KATZ, Claudio. *Las disyuntivas del ALBA*. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/29179.pdf>>2006>. Acesso em: 24 mar. 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7 ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEITE, Lucas Amaral Batista. "O Discurso como Objeto de Estudo e Instrumento Metodológico nas Relações Internacionais." In: *Monções*, Dourados, v. 1, n. 1, p.182- 67 207, jan. 2012. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/viewFile/1630/1127>>. Acessado em: 26 fev. 2020.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2010.

LÓPEZ MAYA, Margarita. *Luta hegemônica na Venezuela. A crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez*. Traduzido do original castelhano Del Viernes Negro ao Referendo Revogatório. 2ª ed. Caracas; Alfadil, 2005.

LUTTWAK, Edward. *Golpe de Estado: um manual prático*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991 [1969].

MANZUR, Tânia Maria P. G. "A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio" IN: *Lua Nova*, São Paulo , n. 93, pp. 169-199, Dec. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000300007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 24 dez. 2020.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *Populista, um novo xingamento*. Artigo publicado em 2006. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article138831.html#article138831>>

_____. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARMONTEL BRAGA, Leonardo. “Operação Condor: A internacionalização do terror”. IN: *Estudios Avanzados*. Chile, 2014, pp. 111-136

MARQUES, Moisés da Silva. *Quebra de protocolo: a política externa do governo Lula (2003-2010)*. São Paulo: Destino, 2013.

MARTINS, Carlos Eduardo [et. Al.] (org.). *Los retos de la integración y América del Sur*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2013.

MARTINS, José Ricardo. *O Brasil e a Unasul: Um processo de construção de liderança e integração regional*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MEDEIROS, CARLOS AGUIAR DE; CINTRA, MARIA RITA VITAL PAGANINI. “Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos”. IN: *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 35, n. 1, pp. 28-42, Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

31572015000100028&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 29 Jan. 2021.
<<https://doi.org/10.1590/0101-31572015v35n01a02>>

MÉLO NETO, A. O. *Liderança brasileira no Mercosul: uma análise dos discursos do presidente Lula nas reuniões de cúpula (2003-2010)*. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais - PPGR) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2016.

MINDLIN, José E. “O desenvolvimento brasileiro e a crise da ALALC”. In: *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 13, n. 2, pp. 75-80, junho, 1973. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-888825901973000200006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 10 Nov. 2019. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901973000200006>>.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

MOREIRA, Gabriel Boff. *A Política Regional da Venezuela entre 1999 e 1912. Petróleo, Integração e relações com o Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

MOREIRA, Luiz F.V.; QUINTEROS, Marcela C. e SILVA, André L. R. *As relações internacionais da América Latina*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

MUHR, Thomas. “Venezuela e ALBA: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos”. In: *Educação e Pesquisa*, v. 36, n. 2, pp. 611-627, 2010.
NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. *El Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*. Santiago de Chile, 1994.

NILSON, Diego Hernández. *A ALBA e a luta pela Hegemonia no continente americano: Uma topologia do discurso bolivariano*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

NUÑES, Alberto de. “La diplomacia presidencial”. IN: *Archivos del Presente*, Buenos Aires, año 3, n. 10, pp. 133-139, oct-dic. 1997.

OCAMPO, José A. “Cincuenta años de la cepal”. In: *CEPAL, Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Textos selecionados, v. 1 e 2*, Santiago: Fundo de Cultura, 1998, pp.17-20

OLIVA, Aloízio Mercadante. *As Bases do Novo Desenvolvimentismo: Análise do Governo Lula*. Tese de doutorado (Doutorado em Ciências econômicas) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2010.

PIMENTA, Gabriel Fernandes. *A política externa do Governo Geisel (1974 – 1979): uma análise realista neoclássica*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. “Elementos para uma análise de discurso político”. In: *Barbarói*, n.24, 2006/1.

PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento). *Resumo Relatório do Desenvolvimento Humano – 2006. A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água*. Nova Iorque/NY- USA: PNUD, 2006.

PRADO, Fernando C.; CASTELO, Rodrigo. *Para a crítica da hegemonia política desenvolvimentista: aproximações à controvérsia da dependência na América Latina*. Disponível em:
<<http://www.madres.org/documentos/doc20130123164647.pdf>> Acessado em 26 dez. 2019.

RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo. "Del proyecto de "socialismo del siglo XXI" al populismo realmente existente". IN: *Politeia [en linea]*. 2008, 31(40), 175-197. Acesso em: 04 de Set. 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=170018396008>>.

REIS, Maria Edileuza F. "BRICS: surgimento e evolução". In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. 2. ed. rev. ampl. -- Brasília : FUNAG, 2013.

RIBEIRO, Clarissa C. Neto. *Overlapping Regionalism e a proliferação de instituições na América Latina: Complementaridade e Fragmentação nas Agendas Regionais*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

RIBEIRO, Elivan R.; TREIN, Franklin. "O estágio atual da globalização do mercado mundial e sua repercussão na economia brasileira". IN: *Globalização e Integração das Américas - Hegemonia e Contra-hegemonia*. Theotonio dos Santos (Coord.). Ed. PUC-RIO, Loyola, 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa. "Aqüífero Guarani: gestão compartilhada e soberania". IN: *Estud. av.*, São Paulo, v. 22, n. 64, pp. 227-238, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000300014&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 13 Set. 2020. <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000300014>>.

ROBERTSON, David. *The Routledge Dictionary of Politics*. 3 ed. Londres: Routledge, 2004.

ROCHA, Mirella Farias. *Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina: Estudo comparativo entre Brasil e Venezuela*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) UFSC, Florianópolis, 2009.

ROMERO, Carlos. *Venezuela: uma integração complexa*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008.

ROMERO, Carlos A.; CURIEL, Claudia. "Venezuela: política exterior y rentismo." In: *Cadernos PROLAM/USP*, v. 1, n. 8, pp. 39-61, 2009.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANE, J.F. "Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas." In: *Rev. Bras. Hist. Cienc. Soc.*, v.1, n.1, pp.1-15, 2009.

SADER, E. (org.). "Os porquês da desordem mundial". In: *Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Afiliada, 2005.

SALAS DE LECUNA, Yolanda *et al.* *Bolívar y la historia en la conciencia popular*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1987.

_____. "La dramatización social y política del imaginario popular: el fenómeno del bolivarismo en Venezuela". IN: MATO, Daniel (coord.) *Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. CLACSO: Buenos Aires, 2001, pp. 201-221.

SANTOS, M. "A presença brasileira na América do Sul: ações e instrumentos de política externa". IN: *Análisis Político*, Bogotá, pp.195-210, jan./abr. 2013.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y dependencia*. México, D.F.: Ediciones ERA, 1978.

SARAIVA, Miriam G. "Integração regional na América do Sul: processos em aberto." In: *Análise de Conjuntura*, n. 7, julho, 2010. Observatório Político Sul-americano. Instituto de Estudos Sociais e Políticos/Universidade do Estado do Rio de Janeiro IESP/UERJ. Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300028&script=sci_arttext>. Acessado em: 22 mai. 2018.

SARAIVA, Miriam G.; VALENÇA, Marcelo M. “A política externa brasileira e sua projeção internacional: um projeto caracterizado pela continuidade”. In: *Artigos*, v.1, 2012, pp.3-28. Disponível em: <http://www.cebri.org/midia/documentos/a_politica_externa_brasileira_final.pdf>. Acessado em: 16 fev. 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium Editora, 2004.

SEABRA, R. “A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo”. IN: *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 13, n. 2, pp. 211-220, jul./dez. 2010.

SERBIN, Andrés. “A América do Sul em um Mundo Multipolar. A Unasul é a Alternativa?” In: *Nueva Sociedad*, Especial em Português, Dez. 2009, pp.4-16.

_____. *Chávez, Venezuela y la reconfiguración política de América latina y el Caribe*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

_____. “Regionalismo y soberanía nacional en América Latina. Lecciones aprendidas y nuevos desafíos” IN: MESA, M. (coord.). *El mundo a la deriva: crisis y pugnas de poderes*. Madrid: Ceipaz, 2012.

SICSÚ, João; PAULA, Luis Fernando de; MICHEL, Renault. “Por que novo-desenvolvimentismo?” In: *Revista de Economia Política*, v.27, n.4. out.-dez. 2007, pp. 507-524.

SILVA, Carlos E. Lins da. “BRICS: de acrônimo esperto a fórum influente”. IN: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. 2. ed. rev. ampl. -- Brasília: FUNAG, 2013.

SILVA, Carolina Albuquerque. *A CELAC e o regionalismo na América Latina e Caribe no século XXI: entre a autonomia e a contra-hegemonia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, F.P. “Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas”. In: *Observador On-Line*, Rio de Janeiro, v.9, n.12, 2014.

SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973 - 1987)*. Mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SOBRE O G20: Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/bric/textos/100409_BRICVianaeCintra1.pdf>

Acessado em: 04 Nov. 2019.

SOUZA, Ailton de. “América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história”. *PRACS*, Macapá, n. 4, p. 29-39, dez. 2011.

SOUZA, Angelita Matos. “A iniciativa para a integração da infra-estrutura regional da américa do sul (IIRSA)”. IN: *3º Encontro Nacional ABRI 2001*, 3., 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100024&lng=en&nrm=abn>. Acessado em: 29 Dez. 2020.

SOUZA, Nilson A. de. “América Latina: as ondas da integração”. In: *Revista Oikos*, 11(1), Rio de Janeiro, 2012, pp. 87-126.

STRAKA, Tomas. “¿Hartos de Bolívar? La rebelión de los historiadores contra el culto fundacional”. IN: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, v. 365, pp. 51-91, 2009. Disponível em:

<http://www.anhvenezuela.org.ve/sites/default/files/boletines/BANH_365.pdf>.

Acesso em: 26 jun. 2019.

SUNKEL, Osvaldo. *El desarrollo desde dentro: un enfoque neoestruturalista para la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991

TELES, O, Raphael; LOPES C. Tiago. *A CEPAL e a Alternativa Socialista na América Latina*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333041241_A_CEPAL_E_A_ALTERNATIVA_SOCIALISTA_NA_AMERICA_LATINA/citation/download>. Acessado em: 28 dez. 2019.

TORRES, Ana Teresa. *La herencia de la tribu (Del mito de la Independencia a la Revolución Bolivariana)*. Caracas: Editorial Alfa, 2009.

VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, Integração e processo negociador: a construção do Mercosul*. Brasília: IBI, 2002.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra P. “O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas”. In: *Série Comércio Internacional* n.82. Cepal, jul.2007.

VENEZUELA, Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual. *Enfoque Sur: Nuevo Paradigma en las Relaciones Internacionales*. Caracas: Servicio Autónomo Imprenta Nacional y Gaceta Oficial, 2010.

VENEZUELA, Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, *Fundamentos filosóficos de la nueva Integración del Sur*. Caracas: Ediciones del Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 2008.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. “A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação”. In: *Contexto Internacional*, vol.29, n.2, julho/dezembro 2007. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6591/6794>> Acessado em: 06 jun. 2018.

VIEIRA, Mariana de Oliveira Lopes. *O debate teórico sobre o governo Chávez: paradoxos do chavismo na Venezuela*. Campinas, 2016 – Doutorado em Ciências Políticas – UNICAMP.

VILLA, R.D. Venezuela: “Mudanças políticas na era Chávez”. In: *Estudos Avançados: Dossiê América Latina*. São Paulo, v. 19, n.55, set/dez 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>>. Acessado em: 09 jul.2018.

VILLAR, P.C. “Aquífero Guarani: gestão compartilhada e soberania” IN: *Estudos Avançados*. São Paulo: IEAUSP, v. 22, n. 64, pp. 227-238, 2008.

WOOD, Ellen M., *O Império do Capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

YANN, Richard. “Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas.” In: *Confins - Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, Hervé Théry, 2014, pp.1-47. Disponível em: <<https://confins.revues.org/878710.4000/confins.8939halshs-01230885>>. Acessado em: 09 nov. 2019.